



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Relatório Anual 2004



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Roberto Bandeira Pereira,
Procurador-Geral de Justiça.

Antônio Carlos de Avelar Bastos,
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Jurídicos.

Cláudio Barros Silva,
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Administrativos.

Mauro Henrique Renner,
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Institucionais.

Mário Cavalheiro Lisboa,
Corregedor-Geral do Ministério Público.

Luiz Sérgio Guilhon Risso,
Subcorregedor-Geral do Ministério Público.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO-GERAL

Roberto Bandeira Pereira,
Procurador-Geral de Justiça.

Cláudio Barros Silva,
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Administrativos.

Milton Fontana,
Promotor-Assessor.

PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO

Gabinete de Pesquisa e Planejamento -GAPP

Julio Cesar Finger – Promotor de Justiça, Coordenador do GAPP

Luciana Raffainer Osellame

Lillian Loureiro Irion

Márcia Rósula Petrini Vargas

Patrícia Vasconcelos Machado

COLABORADORES

Dados do Relatório:

Todos os setores e órgãos do Ministério Público/RS

Ficha Catalográfica:

Biblioteca João Bonumá (Procuradoria-Geral de Justiça/RS)

Rio Grande do Sul. Procuradoria-Geral de Justiça.

**Ministério Público do Rio Grande do Sul –
Relatório 2004. Porto Alegre, 2005. 188p.**

**1. Ministério Público – Rio Grande do Sul –
Relatórios. I. Título**

CDU 347.963(816.5)(047)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradoria-Geral de Justiça
Rua Andrade Neves, 106, Porto Alegre/RS - 90010-210
Telefone: (0XX51) 32878000 E-mail (geral): pgj@mp.rs.gov.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
I – ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	11
II - ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
A - Atividades do Ministério Público em Segundo Grau	159
B - Atividades do Ministério Público em Primeiro Grau	165
III - ORGANOGRAMAS	181



APRESENTAÇÃO

A trajetória institucional do Ministério Público pode ser caracterizada pela sua transformação de órgão de promoção da ação penal e de intervenção, na qualidade de *custos legis* em algumas causas cíveis de reduzida repercussão social, em instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Por outro lado, de uma situação de subordinação ao Poder Executivo, a Instituição passou a ter, na Constituição, uma posição de independência e autonomia frente aos Poderes do Estado.

Assim, graças à sensibilidade dos governantes e ao incessante trabalho dos seus membros e servidores, verifica-se, ao lado do fortalecimento da Instituição, crescimento constante das matérias de atuação, nas áreas da infância e juventude, do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão, do controle da Administração Pública (defesa do patrimônio público, fiscalização dos serviços públicos e de relevância social), do consumidor, das pessoas portadoras de deficiência, do parcelamento e uso do solo e de outras matérias.

Como se sabe, o Ministério Público, que antes esgotava sua atuação na área puramente processual, passou a assumir a responsabilidade pela solução de problemas sociais e pela defesa direta e imediata dos interesses confiados a sua tutela.



A partir da Constituição Federal de 1988, paralelamente à ampliação das garantias dos integrantes da Instituição, surgiu a salutar necessidade de prestação de contas relativas à missão conferida ao Ministério Público, o que se revela indispensável para o fortalecimento da democracia.

Assim sendo, a Instituição considera como ímpar a oportunidade de prestar contas à cidadania, vez que o investimento orçamentário no Ministério Público representa oportunidade de aperfeiçoamento do próprio serviço público e fundamental instrumento de defesa dos interesses indisponíveis.

O relatório a seguir apresentado representa a materialização das nossas metas, que têm como eixos fundamentais o crescimento responsável e a busca da legitimação social. É com satisfação, portanto, que nos submetemos ao processo fiscalizador, ensejo ímpar para demonstrar as nossas realizações.

Porto Alegre, fevereiro de 2005.

Roberto Bandeira Pereira,
Procurador-Geral de Justiça.

I

Estrutura do Ministério Público



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral de Justiça é o órgão administrativo no qual o Procurador-Geral de Justiça, que exerce a chefia do Ministério Público, tem múltiplas atividades de execução perante o Segundo Grau, concentrando sua atuação ante os tribunais estaduais e em processos que tramitam junto aos tribunais superiores.

A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal 8.625/93), ao disciplinar a atuação do Procurador-Geral de Justiça, elenca as seguintes atribuições:

...

Art. 10 - Compete ao Procurador-Geral de Justiça:

I - exercer a chefia do Ministério Público, representando-o judicial e extrajudicialmente;

II - integrar, como membro nato, e presidir o colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público;

III - submeter ao Colégio de Procuradores de Justiça as propostas de criação e extinção de cargos e serviços auxiliares e de orçamento anual;

IV - encaminhar ao Poder Legislativo os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público;

V - praticar atos e decidir questões relativas à administração geral e execução orçamentária do Ministério Público;

VI - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção, convocação e demais formas de provimento derivado;

VII - editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos da carreira ou dos serviços auxiliares e atos de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores;

VIII - delegar suas funções administrativas;

IX - designar membros do Ministério Público para:

- a) exercer as atribuições de dirigente dos Centros de Apoio Operacional;*
- b) ocupar cargo de confiança junto aos órgãos da Administração Superior;*
- c) integrar organismos estatais afetos a sua área de atuação;*
- d) oferecer denúncia ou propor ação civil pública nas hipóteses de não confirmação de arquivamento de inquérito policial ou civil, bem como de quaisquer peças de informação;*
- e) acompanhar inquérito policial ou diligência investigatória, devendo recair a escolha sobre o membro do Ministério Público com atribuição*



para, em tese, oficiar no feito, segundo as regras ordinárias de distribuição de serviços;

- f) assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição de titular de cargo, ou com consentimento deste;*
- g) por ato excepcional e fundamentado, exercer as funções processuais afetas a outro membro da instituição, submetendo sua decisão previamente ao Conselho Superior do Ministério Público;*
- h) oficiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, ou junto ao Procurador-Regional Eleitoral, quando por este solicitado.*

X - dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva oficiar no feito;

XI - decidir processo disciplinar contra membro do Ministério Público, aplicando as sanções cabíveis;

XII - expedir recomendações, sem caráter normativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções;

XIII - encaminhar aos Presidentes dos Tribunais as listas sêxtuplas a que se referem os artigos 94, "caput", e 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal;

XIV - exercer outras atribuições previstas em lei.

Art. 11 - O Procurador-Geral de Justiça poderá ter em seu Gabinete, no exercício de cargo de confiança, Procuradores ou Promotores de Justiça da mais elevada entrância ou categoria, por ele designados.

...

(Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, artigos 10 e 11)

Além das atividades judiciais, realizadas por intermédio da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, o Procurador-Geral de Justiça desenvolve extensa atividade extrajudicial e de representação do Ministério Público, concedendo audiências, recebendo autoridades e coordenando a gestão da Instituição.

Para auxiliar no desempenho de suas atribuições, o Procurador-Geral de Justiça conta com o respectivo Gabinete, chefiado por uma Procuradora de Justiça, sendo também apoiado por um Promotor de Justiça, com atribuições de Secretário-Executivo.

1 Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

O Gabinete do Procurador-Geral de Justiça tem por atribuição assistir e assessorar o Procurador-Geral de Justiça em suas atividades sociais, políticas e institucionais, além de orientar a organização da pauta e da agenda do Procurador-Geral de Justiça.

A chefia do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça tem a atribuição de dirigir a respectiva unidade, cabendo-lhe despachar o expediente do Gabinete, preparar o expediente para o despacho do Procurador-Geral de Justiça e, ainda, exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas pelo Chefe da Instituição.

Incumbe-lhe, também, planejar, dirigir, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades desenvolvidas pelos setores de suporte a ela ligados.



A fim de desempenhar as atividades a que se destina, o Gabinete tem como suporte a Secretaria, a Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas, a Assessoria de Comunicação Social e a Assessoria Militar, que constituem a estrutura de execução das tarefas ligadas ao Gabinete.

1.1 Secretaria

Junto ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, atua a Secretaria, de forma diretamente ligada a este, executando tarefas próprias, mantendo a rotina de trabalho que se destina a dar continuidade aos trabalhos do Gabinete, tais como os documentos recebidos e/ou ali originados.

São atribuições da Secretaria: receber e efetuar a triagem de correspondências e quaisquer outros documentos recebidos pelo Gabinete; controlar as correspondências expedidas e recebidas no Gabinete, fazendo o devido encaminhamento aos setores e órgãos, de acordo com a competência para a análise das respectivas matérias; executar os trabalhos de digitação de documentos; expedir os documentos elaborados; arquivar as correspondências recebidas no Gabinete; executar os serviços de numeração dos documentos expedidos e seus devidos registros; supervisionar os serviços de comunicação, atuando no controle do registro das chamadas telefônicas recebidas e transmitidas; coordenar as atividades de apoio, relacionadas com o arquivo da documentação, a manutenção dos serviços de copa, limpeza do Gabinete e reprografia; controlar e efetuar reserva dos auditórios.

Cabe salientar que as novas políticas que vêm sendo implantadas já há algum tempo pela Administração, especialmente na área de informática, tiveram reflexo direto no volume de correspondências expedidas pela Secretaria, como demonstram os dados do quadro anexo, onde se constata a diminuição no número de memorandos expedidos e no número de ofícios circulares expedidos (em parte enviados por meio do correio eletrônico – “e-mail”).

ATIVIDADES	TOTAL
Comandos de portarias	1.142
Correspondências recebidas	9.365
Convênios - cadastro e controle dos Termos de Convênio do MP	18
Informações de vagas no Quadro do MP para o Conselho Superior do MP	9
Memorandos expedidos	225
Ofícios Circulares expedidos	65
Ofícios expedidos	2.281
Pagamentos de diárias	2.123

Além dos dados acima fornecidos, a Secretaria tem, entre suas principais atividades, determinadas atribuições que não podem ser expressas de maneira numérica, tais como:

- Informações em processos de Ajuda de Custo;
- Controle, inclusão e exclusão de pagamentos de Gratificação de Dificil Provimento;
- Comandos de pagamento e implantação de férias, 1/3 e antecipação de vencimentos;
- Implantação de efetividade de Promotores e Procuradores;
- Implantação, no Mapa de Frequência, dos comandos de pagamentos de substituição emitidos pela CGMP e Secretaria do Subprocurador-Geral para Assuntos Jurídicos;
- Atestado em processos de acúmulo de cargo;
- Controle das reservas do auditório.



1.2 Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas

A Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas, ligada diretamente ao Procurador-Geral de Justiça, tem como atribuições a organização de eventos que envolvam a Instituição, tais como: inauguração de Promotorias de Justiça em Porto Alegre e interior do Estado; solenidades de posse dos membros do Ministério Público; organização de congressos, fóruns, seminários; lançamento de projetos; assinatura de convênios/termos de cooperação; entrega de condecorações; descerramento de placas e fotografias. A Assessoria também é responsável pela agenda de eventos externos do Procurador-Geral de Justiça, prestando acompanhamento protocolar ao Procurador-Geral de Justiça e seus Subprocuradores-Gerais de Justiça nos eventos, bem como recepcionando as autoridades locais, nacionais e estrangeiras, recebidas pelo Procurador-Geral de Justiça.

ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CERIMONIAL E RELAÇÕES PÚBLICAS– 2004

1) Organização de eventos:

- 21 Inaugurações de sedes e novas instalações do Ministério Público
- 07 Posses

• 65 Eventos: Congressos, Fóruns, Seminários, Audiências Públicas, Palestras, Assinaturas de convênios/termos de cooperação; Lançamentos de projetos e de livros; Descerramento de placas e fotografias; outros.

TOTAL: 93 Eventos no ano de 2004

2) Eventos externos onde o Ministério Público se fez presente por intermédio de seus membros: 547 eventos

3) Acompanhamentos e recepções realizados pelo Cerimonial nas visitas e eventos protocolares: 446 acompanhamentos e recepções protocolares (sendo 1/3 dos acompanhamentos realizados à noite)

4) Envio de fonogramas diversos: agradecimentos, felicitações, pêsames: 434 fonogramas

5) Envio de cartões de aniversário, datas comemorativas, agradecimentos, felicitações e pêsames: 877 cartões

6) Convites Expedidos para as solenidades ocorridas no ano:

- Impressos: 19.900 convites
- E-mails: 11.397

Total: 31.297 (trinta e um mil e duzentos e noventa e sete) convites

7) Consultorias prestadas para os Ministérios Públicos dos Estados do Maranhão, Pará, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Tocantins e Roraima.

1.3 Assessoria de Comunicação Social

A Assessoria de Comunicação Social é órgão administrativo de apoio institucional que tem por finalidade divulgar a ação do Ministério Público e aproximar os Promotores e Procuradores de Justiça da sociedade, através dos meios de comunicação de massa. A Assessoria de Comunicação Social também presta apoio aos serviços protocolares do Ministério Público e em cerimoniais.



A Assessoria de Comunicação Social tem relação direta com os mais diversos órgãos de mídia, atendendo diretamente a imprensa e gerenciando a participação de membros do Ministério Público em programas de rádio e televisão. Diariamente, efetua a taxação de notícias, faz a clipagem eletrônica e grava programas de rádio e televisão de interesse institucional.

No ano de 2004, destacaram-se:

- a publicação, no site de notícias, de 257 reportagens produzidas pela assessoria para publicação nos órgãos de imprensa;
- a produção de 352 boletins para a rádio Justiça de Brasília e mais 31 emissoras de rádio do interior do Rio Grande do Sul;
- a criação de 54 boletins institucionais para a divulgação das atividades das promotorias pelas emissoras de rádio;
- a gravação de 48 programas de televisão com exibição na TV Justiça de Brasília, TV Assembléia do Rio Grande do Sul e UCSTV, de Caxias do Sul;
- a realização da VI edição do Prêmio de Jornalismo do Ministério Público do Rio Grande do Sul;
- a taxação e a disponibilização no clipping de notícias da intranet de cerca de 13 mil matérias de rádios, jornais, televisões ou revistas;
- a organização de 14 entrevistas coletivas;
- a marcação de mais de mil entrevistas para a imprensa.

1.4 Assessoria de Segurança Institucional

A Assessoria de Segurança Institucional, ligada diretamente ao Gabinete do Procurador-Geral, tem como atribuições acompanhar o Procurador-Geral de Justiça, organizar e efetivar a sua segurança e a dos membros do Ministério Público, assessorar outros órgãos na elaboração de projetos de segurança em eventos estaduais e nacionais realizados pelo Ministério Público.

Possui ainda atribuições específicas, tais como atividades relativas à representação funcional, à segurança das autoridades e à segurança geral.

Segue abaixo o Plano Geral de Segurança Patrimonial:

- implantação de sistema de vigilância (CVMI);
- implantação de sistema de identificação;
- implantação de sistema de vídeo com câmeras;
- implantação de sistema de alarme setorial;
- implantação de sistema de cerca elétrica;
- implantação de sistema de controle de metais;
- implantação de orientações em atentados e ameaças;
- implantação de plano de prevenção e combate a incêndio.



Segurança Pessoal

A Segurança Pessoal possui como atribuições o acompanhamento e a segurança do Procurador-Geral, envolvendo os deslocamentos a eventos, inaugurações, solenidades externas e internas do Ministério Público.

Durante o corrente ano, acompanhou-se 21 inaugurações, tendo esta Assessoria comparecido, ainda, a 67 eventos (congressos, fóruns, seminários, audiências públicas, palestras e assinaturas de convênios).

Foi, ainda, efetuada a segurança em 07 posses, 446 acompanhamentos, 01 atendimento a tentativa de furto e 01 atendimento a ocorrência de furto.

Os veículos da segurança percorreram 57.269 Km (veículo 8827) e 5.105 Km (veículo 4200), totalizando 62.374 Km rodados durante o corrente ano.

Ameaças a Membros do Ministério Público

No ano de 2004, a equipe desta Assessoria acompanhou pessoalmente, através de um trabalho diário, treze casos de ameaças a Membros da Instituição, orientando-os, disponibilizando material para segurança (coletes à prova de balas, etc.), bem como promovendo amparo absoluto para a preservação da integridade física de todos.

CVMI (Segurança Predial, vistorias)

O Diário Oficial do Estado publicou, no dia 27 de julho de 2004, a Súmula de Convênio celebrado pelo Poder Executivo, com a interveniência da Secretaria da Justiça e da Segurança, por intermédio da Brigada Militar e do Ministério Público Estadual, para a execução de atividades de policiamento, tipo guarda, na modalidade permanência, nos prédios localizados na capital e no interior do Estado, nos quais o Ministério Público exerce funções institucionais. Essa atividade será executada através dos componentes do Corpo Voluntário de Militares Inativos (CVMI), devidamente uniformizados, equipados e armados, podendo abranger as 24 horas do dia.

No mês de dezembro deste ano, será implementada a primeira turma do Corpo Voluntário de Militares Inativos (CVMI), com 35 integrantes, os quais concluíram o processo seletivo e estão no aguardo da publicação do resultado no Diário Oficial do Estado, sendo que mais 96 integrantes do CVMI estão em fase de seleção.

2 Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Órgão Auxiliar do Ministério Público, destina-se a auxiliar o Procurador-Geral de Justiça na sua atuação como Órgão de Execução.

Segundo disposição da Lei n.º 7.669, de 17 de Junho de 1982 (Lei Orgânica do Ministério Público Estadual), ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos compete¹:

I - substituir o Procurador-Geral em suas faltas;

¹ Redação do caput do art. 17 alterada pela Lei n.º 11.410/00.



II - coordenar os serviços da Assessoria Jurídica;

III - coordenar o recebimento e a distribuição dos processos oriundos dos Tribunais, entre os Procuradores de Justiça com atuação perante os respectivos colegiados, obedecida a respectiva classificação ou designação;

IV - remeter, mensalmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, relatório dos processos recebidos e dos pareceres emitidos pelos Procuradores de Justiça junto aos Tribunais;

V - elaborar, anualmente, o relatório geral do movimento processual e dos trabalhos realizados pela Assessoria Jurídica, remetendo-o ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público;

VI - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas.

Com o advento do Provimento n.º 15/2003, de 10 de abril de 2003, dispondo sobre a Administração do Ministério Público, à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos foi atribuída nova incumbência, qual seja, a supervisão das Procuradorias com atuação delegada em funções de execução nas áreas recursal, de crimes de Prefeitos e de defesa do patrimônio público.

Em decorrência dessas disposições legais, cumpre à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, rotineiramente:

a. Manejar a escala de substituições dos Procuradores de Justiça em atuação perante os Tribunais locais (Tribunal de Justiça, Tribunal Militar, Tribunal de Contas) e Junta Comercial, providenciando as designações nos casos de substituições (p. ex., nos casos de férias e licenças) dos respectivos titulares;

b. Elaborar a escala de férias dos Procuradores de Justiça, observando a proposição dos Procuradores de Justiça-Coordenadores das Procuradorias de Justiça Criminal e Cível;

c. Organizar o material necessário ao comparecimento do Procurador-Geral de Justiça, ou de quem lhe faça as vezes, nas sessões de julgamento do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça;

d. Elaborar relatórios, mensais e anuais, dos feitos distribuídos à Assessoria Jurídica e aos Procuradores de Justiça em atuação perante o Tribunal de Justiça, Tribunal Militar, Tribunal de Contas e Junta Comercial;

e. Realizar reuniões periódicas com os integrantes das Procuradorias de Justiça para fixar orientações, sem caráter vinculativo, com encaminhamento ao Procurador-Geral de Justiça e para deliberação sobre matéria administrativa;

f. Realizar reuniões semanais com os Procuradores de Justiça-Coordenadores das Procuradorias com atuação delegada (Procuradoria de Recursos, Procuradoria de Prefeitos e Procuradoria da Probidade Administrativa) e com os membros da Assessoria Jurídica;

g. Realizar reuniões bimestrais com todos os integrantes da Assessoria Jurídica e das Procuradorias com atuação delegada;

h. Coordenar as tarefas da Sala do Ministério Público junto ao Tribunal de Justiça, onde se desenvolvem atividades de apoio aos Órgãos do Ministério Público e de atendimento ao público externo que busca a Instituição nas instalações do Tribunal de Justiça;



i. Receber, controlar e distribuir os processos de atribuição do Procurador-Geral de Justiça à Assessoria Jurídica.

2.1 Atuação do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

O Procurador-Geral de Justiça, que exerce a chefia do Ministério Público, tem múltiplas atividades de execução perante o Segundo Grau, concentrando sua atuação ante os tribunais estaduais, especialmente nos feitos de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado, notadamente daqueles de competência do Tribunal Pleno, e em processos que tramitam junto aos tribunais superiores.

Para tanto, conta o Procurador-Geral de Justiça com o auxílio da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, bem como dos órgãos sob sua coordenação ou supervisão, quais sejam: Assessoria Jurídica, Procuradoria de Recursos, Procuradoria de Prefeitos e Procuradoria da Probidade Administrativa.

2.1.1 Quadro de Pessoal da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
PROCURADORES-ASSESSORES	6	5	5	6	2	2
PROMOTORES-ASSESSORES	9	10	12	11	3	4
Subtotal	15	15	17	17	5	6²
SERVIDORES DO MP	15	14	14	20	7	11
SERVIDORES ADIDOS (Extinta CEE)	2	3	3	3	1	2
SERVIDORES CEDIDOS	0	1	1	1	0	0
Subtotal	17	18	17	24	8	13
ESTAGIÁRIOS	16	21	28	29 ³	6	5
TOTAL	48	54	63	70	19	24

Cumprir observar que a redução verificada no quadro acima, quanto ao ano de 2003, deve-se à reestruturação da Administração do Ministério Público segundo o Provimento n.º 15/2003, notadamente por ter havido remoção de membros, servidores e estagiários da Assessoria Jurídica para a Procuradoria de Recursos e para a Procuradoria da Probidade Administrativa, eis que abarcaram parte das atividades até então desenvolvidas pela Assessoria Jurídica.

2.1.2 Atividades da Secretaria da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

A Secretaria da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos está encarregada de toda a rotina administrativa, inclusive referente ao protocolo de documentos, recebimento, registro e distribuição de processos da Assessoria Jurídica, com a conseqüente devolução dos autos à origem.

² Dois (2) Promotores de Justiça – Assessores atuam junto à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos prestando assessoramento nas mais diversas questões administrativas, tais como no exame de expedientes administrativos, elaboração de pareceres com caráter normativo, provimentos, etc.

³ Um (1) estagiário atua na sala do Ministério Público junto ao Tribunal de Justiça.



Também incumbe à Secretaria cumprir as diligências necessárias à instrução de expedientes instaurados no âmbito da Assessoria Jurídica, bem como acompanhar o andamento de processos de interesse da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos junto aos órgãos do Poder Judiciário.

Em 2004, a Secretaria elaborou, entre outros documentos, 650 ofícios, 75 comandos de portaria e 104 memorandos.

2.1.3 Atividades da Assessoria Jurídica

À Assessoria Jurídica cumpre examinar:

a. Processos e expedientes que versem sobre a suscitação de inconstitucionalidade de leis e de atos da administração pública estadual e municipal;

b. Promoções de arquivamento não homologadas em Inquéritos Policiais (art. 28 do CPP), em Inquéritos Policiais Militares (art. 397 do CPPM) e em Procedimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 181, § 2º, do ECA), com o oferecimento de denúncia/representação, se for o caso;

c. Conflitos de atribuições estabelecidos entre membros do Ministério Público;

d. Recursos Especiais e/ou Extraordinários nos feitos de atribuição do Procurador-Geral de Justiça;

e. Recursos Ordinários interpostos nos feitos de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça, excetuando-se, portanto, os Recursos Ordinários em *Habeas Corpus* e em Mandados de Segurança originários de Câmaras ou Grupos, cujo processamento deve ocorrer perante estes Órgãos Judiciais, segundo disposição do Regimento Interno do Tribunal de Justiça;

f. Representações para fins de intervenção Federal no Estado e deste nos Municípios;

g. Precatórios (note-se que no decorrer de 2002, a Assessoria Jurídica deixou de efetuar o exame formal e aritmético de precatórios, excetuando-se os casos de inadimplemento - pedidos de seqüestro de verbas e de intervenção da União no Estado e deste nos Municípios - conforme parecer lançado no Expediente Administrativo 9880-0900/02-3, de 22 de julho de 2002);

h. Expedientes Administrativos;

i. Representações cíveis e criminais dirigidas ao Procurador-Geral de Justiça.

Quanto ao controle da constitucionalidade de leis e atos normativos estaduais e municipais, cumpre destacar que, no mês de junho do ano de 2004, a Secretaria da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos organizou serviço de apoio específico no trato de tais questões, visando a auxiliar a Assessoria Jurídica na instrução de expedientes e no acompanhamento de processos junto aos Tribunais, além de ser encarregada de manter registro atualizado de todos os feitos (administrativos ou judiciais) referentes ao controle de constitucionalidade atribuídos à Assessoria Jurídica.

Ademais, cabe registrar que o referido serviço de apoio também desenvolveu atividades tendentes a manter registro de toda a legislação impugnada mediante



Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta ou não pelo Procurador-Geral de Justiça, ou em sede de Incidente de Inconstitucionalidade ou, ainda, em representações dirigidas ao Procurador-Geral de Justiça. Note-se, ainda, que tal empreendimento buscou a conferência – retroativa – e cruzamento de dados da Assessoria Jurídica com os constantes no sistema de distribuição de processos utilizado pelo Tribunal de Justiça. Iniciado o trabalho em 2004, pretende-se que seja finalizado até o mês de março de 2005, quanto às ADINs propostas perante o Tribunal de Justiça desde 01/01/2000.

2.1.4 Processos Recebidos em 2004 pela Assessoria Jurídica

TIPO DE PROCESSO	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Saldo Final
– ADMINISTRATIVOS	49	274	217	106
ADM ESPECIAL	0	39	39	0
AG – AGRAVO DE INSTRUMENTO*	4	62	66	0
CA – CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES	22	26	20	28
CC – CONFLITO DE COMPETÊNCIA	0	120	111	9
DIV – DIVERSOS	60	139	112	87
ECA – PROCED. REF. ECA	0	13	12	1
INC – INCONSTITUCIONALIDADE	55	317	250	122
IPANH – INQUÉRITO POLICIAL ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADO	0	49	47	2
IPFP – INQUÉRITO POLICIAL FORO PRIVILEGIADO	5	30	20	15
ITV E- REPRESENTAÇÃO PARA FINS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO EM MUNICÍPIO	21	34	50	5
ITV F – REPRESENTAÇÃO PARA FINS DE INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO	7	258	253	12
MS – MANDADO DE SEGURANÇA	4	147	134	17
PRC – PRECATÓRIO	2	19	18	3
RCI MP PARTE – RESP/REX CÍVEL MP PARTE*	11	41	51	1
RCR – RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO CRIMINAL*	27	173	200	0
RHC – RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS	0	2	2	0
RMS- RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA	0	10	10	0
Total	267	1753	1612	408

* Considerados apenas os processos recebidos pela Assessoria Jurídica.



2.1.5 Processos Recebidos pela Assessoria Jurídica (Comparativo com anos anteriores)

ANO	REE (RCI/ RCR/)	AGR	RO (RMS /RHC)	PRE	ADI (INC)	MS MI	DIV	INT (ITV)	ADM ADM ESP	CRz (CRC)	CC	TOTAL
1992	966	516	46	440	198	65	259	-	127	-		2617
1993	1307	591	22	555	190	52	299	-	51	-		3067
1994	1481	479	25	641	171	48	378	-	122	-		3345
1995	2066	1181	48	566	170	86	359	-	105	-		4581
1996	4100	1194	33	966	214	179	336	-	78	-		7100
1997	3749	318	44	1092	161	144	424	-	124	-		6056
1998	3283	168	23	1107	192	92	403	124	177	-		5569
1999	3899	165	11	1857	368	73	356	155	139	-		7023
2000	8348	141	23	2586	270	73	350	260	69	123		12243
2001	7737	152	7	3779	202	72	298	285	126	63 ⁴	51	12772
2002	11048	304	19	1999 ⁵	226	69	1032 ⁶	393	216	0	36	15342
2003	882 ⁷	449	19	31	314	104	377	168	239 ⁸	0	50	2633
2004	211*	62*	12	19	317	147	257	292	313	0	120	1750
TOTAL	49077	5720	332	15638	2993	1204	5128	1677	1886	186	257	84098

* Considerados apenas os processos recebidos pela Assessoria Jurídica.

2.1.6 Variação Percentual da Movimentação Processual da Assessoria Jurídica

ANO	Processos Recebidos	Variação Percentual em Relação ao Ano Anterior
1992	2.617	-
1993	3.067	17,20%
1994	3.345	9,06%
1995	4.581	36,95%
1996	7.100	54,99%
1997	6.056	-14,70%
1998	5.569	-8,04%
1999	7.023	26,11%
2000	12.243	74,33%
2001	12.772	4,32%

⁴ Em 2001 passou a ser atribuição de Promotor de Justiça designado para tal, dispensando-se a Assessoria Jurídica de tal encargo que assumira, temporariamente, em 2000.

⁵ A Assessoria Jurídica deixou de examinar precatórios no decorrer de 2002, conforme Parecer no Expediente Administrativo 9880-0900/02-3.

⁶ Incluídos os processos classificados como Diversos (DIV), Conflitos de Atribuição (CA), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Inquéritos com promoções de arquivamento não homologadas (IPANH) e inquéritos envolvendo pessoas com prerrogativa de foro (IPFP).

⁷ Dados referentes tão-só a Recursos Especiais e/ou Extraordinários em que o MP figura como parte propriamente dita, haja vista que os processos de atuação como "custos legis" passaram, por força do Provimento n.º 15/2003, a competir à Procuradoria de Recursos. Note-se que à Procuradoria de Recursos foram distribuídos, no período em pauta, 10.478 Recursos Especiais e/ou Extraordinários (RCI) em atuação como *custos legis*.

⁸ Incluídos Processos Administrativos e Administrativo Especial.



ANO	Processos Recebidos	Varição Percentual em Relação ao Ano Anterior
2002	15.342	20,12%
2003	2.633 ⁹	-82,83%
2004	1.750*	-33,53%

* Com exceção dos AI, RCI/MP Parte e RCR recebidos pela Procuradoria de Recursos - *Custos Legis*.

2.1.7 Ações Diretas de Inconstitucionalidade Propostas

O Procurador-Geral de Justiça, no período de 01/12/2003 a 30/11/2004, propôs, através da Assessoria Jurídica, 58 Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado, tendo sido julgadas 21 procedentes; 1 procedente em parte; 2 improcedentes; 7 extintas sem julgamento do mérito; 27 pendem de julgamento, conforme situações abaixo relacionadas:

ORDEM	PROCESSO	DATA DECISÃO	SITUAÇÃO
1	70007754757	30/08/2004	Aguarda julgamento
2	70007908445	04/10/2004	
3	70007911100	07/06/2004	Improcedente
4	70007911167	31/05/2004	Procedente
5	70007953581	31/05/2004	Procedente
6	70007998131	19/04/2004	Procedente
7	70008013906	13/09/2004	Procedente
8	70008027476	04/10/2004	Procedente
9	70008041972	05/04/2004	Extinto
10	70008042327	07/06/2004	Procedente
11	70008070096	21/06/2004	Procedente em parte
12	70008077380	04/10/2004	Procedente
13	70008170771	04/10/2004	Procedente
14	70008223356	31/03/2004	Extinto
15	70008224669	18/10/2004	Procedente
16	70008225898	13/09/2004	Procedente
17	70008353542	28/06/2004	Procedente
18	70008354045		Aguarda julgamento
19	70008432429	07/06/2004	Extinto
20	70008451452	28/06/2004	Improcedente
21	70008471195	04/10/2004	Procedente
22	70008489858		Aguarda julgamento
23	70008490484		Aguarda julgamento
24	70008575698		Aguarda julgamento
25	70008490393		Aguarda julgamento
26	70008590291		Aguarda julgamento

⁹ Vide nota 7. A redução decorre da criação da Procuradoria de Recursos, fato que também importou na redução do pessoal da Assessoria Jurídica, como se vê no quadro de pessoal da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.



ORDEM	PROCESSO	DATA DECISÃO	SITUAÇÃO
27	70008868051	22/11/2004	Procedente
28	70008898744		Aguarda julgamento
29	70009013947		Aguarda julgamento
30	70009015876	22/11/2004	Procedente
31	70009014184	29/10/2004	Extinto
32	70009014374	22/11/2004	Procedente
33	70009167156	18/10/2004	Procedente
34	70009169459	18/10/2004	Extinto
35	70009169533		Aguarda julgamento
36	70009169624		Aguarda julgamento
37	70009208612	29/11/2004	Extinto
38	70009195504	18/10/2004	Procedente
39	70009195561		Aguarda julgamento
40	70009236407	22/11/2004	Procedente
41	70009275249		Aguarda julgamento
42	70009356205		Aguarda julgamento
43	70009325200		Aguarda julgamento
44	70009421777		Aguarda julgamento
45	70009421983		Aguarda julgamento
46	70009435025	29/11/2004	Procedente
47	70009464777		Aguarda julgamento
48	70009482795	04/10/2004	Extinto
49	70009484205		Aguarda julgamento
50	70009539305		Aguarda julgamento
51	70009721432		Aguarda julgamento
52	70009805292		Aguarda julgamento
53	70009804030		Aguarda julgamento
54	70009874454		Aguarda julgamento
55	70010015857		Aguarda julgamento
56	70010129690		Aguarda julgamento
57	70010148393		Aguarda julgamento
58	70010235661		Aguarda julgamento

2.1.8 Atividades Específicas em Assuntos Administrativos

A Assessoria Jurídica destacou, ainda em 2004, mais um de seus membros para prestar assessoramento à Administração do Ministério Público em temas de cunho jurídico-administrativo, visando conferir maior agilidade e uniformidade nos posicionamentos jurídicos a serem adotados nos procedimentos administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça.

No período de dezembro de 2003 até novembro de 2004, referidos membros, além do exame dos processos administrativos que lhes foram atribuídos, desenvolveram as atividades expostas, resumidamente, no quadro seguinte:



ATIVIDADE	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	T
Reuniões, Palestras, Comissões, Seminários	3	2	0	1	1	8	8	10	8	8	8	12	69
Convênios	3	0	4	4	1	3	5	3	2	1	0	0	26
Ofícios e Informações	10	6	3	8	3	15	13	7	5	13	4	13	100
Sindicâncias	1	2	3	11	6	3	3	1	3	8	10	7	58
Promoções	3	3	4	13	12	15	16	17	24	27	24	41	199
Pareceres	4	9	4	10	11	10	10	16	17	22	16	9	138
Instruções Normativas/ anteprojeto de lei/ ordem de serviço	0	0	0	0	0	0	1	0	3	3	1	3	11
Provimentos	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	5
TOTAL	24	23	18	47	34	55	57	54	62	82	64	86	606

2.1.9 Núcleo Processual

O Núcleo Processual é o setor, subordinado à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, responsável pela distribuição de processos às Procuradorias de Justiça Cível e Criminal, bem como pela organização do material das sessões de julgamento do Tribunal de Justiça em que devam comparecer Procuradores de Justiça.

Conta o referido setor com o efetivo seguinte:

PESSOAL	2002	2003	2004
SERVIDORES DO MP	10	7	7
SERVIDORES ADIDOS (Extinta CEE)	1	1	1
ESTAGIÁRIOS	1	3	2
TOTAL	12	11	10

2.1.10 Atividades Desenvolvidas na Sala do Ministério Público Junto ao Tribunal de Justiça

Aos serviços da Sala do Ministério Público junto ao Tribunal de Justiça incumbe prestar atendimento ao público que busca o Ministério Público no prédio do Tribunal de Justiça, bem como prestar apoio aos Procuradores de Justiça em dias de sessão de julgamento, além de prestar auxílio aos demais Órgãos da Instituição e, por vezes, até para Órgãos de Ministérios Públicos de outros Estados, no que concerne à extração de cópias de peças processuais e retirada de processos em carga.

No decorrer de 2003, foi instalado na referida Sala um microcomputador, com acesso à Internet, para o fim de propiciar a solicitação de interposição de recursos à Procuradoria de Recursos, mediante o uso de formulário eletrônico desenvolvido para tal fim.

Atua na Sala do MP junto ao Tribunal de Justiça o efetivo seguinte:

PESSOAL	2002	2003	2004
SERVIDORES DO MP	1	2	2
ESTAGIÁRIOS	1	1	1
TOTAL	2	3	3



Em 2004, efetuaram-se as atividades seguintes:

Extração de cópias:

Acórdãos Encaminhados: 2434

Pareceres do MP: 20

Outras peças processuais: 235

Pesquisas:

Cópias de revistas, de Diário Oficial, livros e artigos: 110

Atendimentos ao Público Externo:

Informações sobre processos com vista ao MP: 140

Solicitação de Processos:

Processos retirados em carga: 3330

2.2 Procuradorias de Justiça com Atuação Delegada

Conforme já relatado, com o advento do Provimento n.º 15/2003, que dispõe sobre a administração do Ministério Público, as Procuradorias de Justiça com atuação delegada, destinadas a atuar em funções de execução nas áreas recursal, de crimes de Prefeitos e de defesa do Patrimônio Público, ficaram sob a supervisão do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

2.2.1 Procuradoria de Recursos

A Procuradoria de Recursos passou a funcionar no decorrer de abril de 2003, resultando da extinção do então Departamento de Recursos, bem como das alterações efetuadas na Assessoria Jurídica, donde foram deslocados membros e servidores para compor, juntamente com os serviços auxiliares do extinto Departamento, a equipe de atuação nos feitos cujos recursos se dirigem aos Tribunais Superiores.

A referida Procuradoria dividiu seus trabalhos em duas frentes: uma, para atuar na condição de “custos legis”, emitindo opinião quanto à admissão de recursos especiais e extraordinários e, ainda, no oferecimento de contra-razões a tais recursos, nos casos em que o Ministério Público figure como recorrido; outra, para auxiliar os membros do Ministério Público na elaboração, na execução, no acompanhamento e no julgamento de recursos de competência do Tribunal de Justiça local e, especialmente, dos Tribunais Superiores, bem como para interpor recursos perante os mesmos.

A Procuradoria de Recursos conta com o efetivo seguinte:

CARGOS	“CUSTOS LEGIS”	RECORRENTE	TOTAL
PROCURADORES-ASSESSORES	1	1	2
PROMOTORES-ASSESSORES	4	3	7
Subtotal	5	4	9
SERVIDORES DO MP	23	18*	41
SERVIDORES ADIDOS (Ex-CEE)	1	2	3
Subtotal	24	20	44
ESTAGIÁRIOS	18	8	26
TOTAL	79		

* 1 Servidora atua também em outro Setor (GAPP).



2.2.2 Procuradoria de Recursos (Atuação “Custos Legis”)

No período de dezembro de 2003 a novembro de 2004, a Procuradoria de Recursos, na sua atuação como Fiscal da Lei, apresentou a movimentação processual seguinte:

TIPO DE PROCESSO	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvido	Saldo Final
Rci–Recursos Especiais e/ou Extraordinários Cíveis	12	11.709	11.076	645
Agr – Agravo de Instrumento	0	388	383	5
Rci Mp Parte – Resp/Rex Cível Mp Parte*	0	221	217	4
Rcr – Recurso Especial E Extraordinário Criminal*	0	588	565	23
TOTAL	12	12.906	12.241	677

2.2.3 Procuradoria de Recursos (Atuação “Recorrente”)

Em 2004, a Procuradoria de Recursos buscou organizar os dados do antigo Departamento de Recursos, a fim de acompanhar os recursos nos Tribunais Superiores. No desempenho das atribuições pró-ativas, apresentou a movimentação abaixo especificada.

RELATÓRIO GERAL TOTALIZADO - DADOS GERAIS:

PROCESSOS RECEBIDOS	5746
MEDIDAS JUDICIAIS PROTOCOLADAS	4628
PROCESSOS COM INVIABILIDADE RECURSAL	968
PROCESSOS COM OUTRAS PROVIDÊNCIAS *	1101

*Intimações, Manifestações pela não-intervenção e finalizações manuais.

TIPOS DE RECURSOS INTERPOSTOS:

TIPO DE RECURSO	CÍVEL	CRIME	TOTAL
Agravo de Instrumento	164	728	892
Agravo Interno	43	0	43
Agravo Regimental	2	22	24
Apelação Cível	2	0	2
Carta Sentença	0	88	88
Embargos de Declaração	55	311	366
Embargos Infringentes	9	0	9
Medida Cautelar	7	140	147
Outros Feitos	20	12	32
Pedido de Reconsideração	9	1	10
Promoção de Praxe	0	16	16
Recurso Especial	198	2.017	2.215
Recurso Extraordinário	97	680	777
Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	0	7	7
TOTAL	606	4.022	4.628

**ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL JUNTO AOS TRIBUNAIS**

1. STF	
1.1 Área Criminal	
1.1.1 NÃO CONHECIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	6
Total	6
1.1.2 PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	2
Total	2
1.1.3 NÃO PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	22
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1
Total	23
1.1.4 PREJUDICADO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	49
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	7
Total	56
1.1.5 PROCEDENTE	
MEDIDA CAUTELAR	1
Total	1
1.2 Área Cível	
1.2.1 NÃO CONHECIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	3
Total	3
1.2.2 NÃO PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	46
Total	46
1.2.3 PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	4
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1
Total	5
2. STJ	
2.1 Área Criminal	
2.1.1 LIMINAR DEFERIDA	
MEDIDA CAUTELAR	19
Total	19
2.1.2 LIMINAR NÃO DEFERIDA	
HABEAS CORPUS	1
MEDIDA CAUTELAR	21
Total	22



2.1.3 NÃO CONHECIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	16
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1
RECURSO ESPECIAL	20
Total	37
2.1.4 NÃO PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	73
RECURSO ESPECIAL	49
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA	2
Total	124
2.1.5 PREJUDICADO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	1
MEDIDA CAUTELAR	19
RECURSO ESPECIAL	30
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA	4
Total	55
2.1.6 PROCEDENTE	
MEDIDA CAUTELAR	14
Total	14
2.1.7 PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	46
MEDIDA CAUTELAR	43
RECURSO ESPECIAL	618
Total	707
2.2. Área Cível	
2.2.1 NÃO CONHECIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	28
RECURSO ESPECIAL	3
Total	31
2.2.2 NÃO PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	255
MEDIDA CAUTELAR	2
RECURSO ESPECIAL	14
Total	271
2.2.3 PREJUDICADO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	1
MEDIDA CAUTELAR	1
Total	2



2.2.4 PROVIDO	
AGRAVO DE INSTRUMENTO	51
OUTROS FEITOS	1
RECURSO ESPECIAL	4
Total	56
3 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
3.1 Área Criminal	
3.1.1 ADMITIDO	
AGRAVO REGIMENTAL	2
MEDIDA CAUTELAR	1
RECURSO ESPECIAL	1.549
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	66
RECURSO ESPECIAL-EXTRAORDINÁRIO	
Total	1.618
3.1.2 LIMINAR DEFERIDA	
MEDIDA CAUTELAR	5
Total	5
3.1.2 LIMINAR NÃO DEFERIDA	
MEDIDA CAUTELAR	4
Total	4
3.1.3 NÃO ADMITIDO	
AGRAVO REGIMENTAL	3
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1
MEDIDA CAUTELAR	2
OUTROS FEITOS	1
RECURSO ESPECIAL	313
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	541
RECURSO ESPECIAL-EXTRAORDINÁRIO	
Total	861
3.2 Área Cível	
3.2.1 ADMITIDO	
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1
MEDIDA CAUTELAR	2
RECURSO ESPECIAL	72
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	48
Total	123
3.2.2 LIMINAR DEFERIDA	
MEDIDA CAUTELAR	4
Total	4
3.2.3 NÃO ADMITIDO	
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1
RECURSO ESPECIAL	127
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	65
Total	193



3.2.4 RECEBIDO NA FORMA RETIDA	
RECURSO ESPECIAL	4
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	2
Total	6
Dados extraídos em 20/12/2004 às 16 horas	

Observa-se que, no mês de maio de 2004, efetuaram-se alterações no Sistema Gerenciador de Recursos quanto ao acompanhamento dos recursos junto aos Tribunais. Assim, passou-se a lançar registro preciso da data das decisões proferidas. Anteriormente, registrava-se tão-somente a data de *lançamento* das decisões no sistema de controle. Desse modo, no presente relatório constam dados atinentes a decisões lançadas neste exercício. Entretanto, algumas podem se referir a recursos ajuizados antes do período ora relatado.

Além disso, salienta-se que vários recursos extraordinários foram interpostos juntamente com recursos especiais. Porém, cabe notar que de acordo com a sistemática recursal, onde em primeiro lugar é apreciado o recurso especial, muitos dos recursos extraordinários sequer são julgados porquanto o provimento do especial torna prejudicada a apreciação da questão constitucional. Em razão disso, verifica-se baixa a quantidade de recursos extraordinários apreciados pelo Supremo Tribunal Federal.

2.2.4 Procuradoria de Prefeitos e Procuradoria de Fundações

A Procuradoria de Prefeitos, conforme mencionado no início deste relatório, passou a funcionar sob a supervisão do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos com o advento do Provimento n.º 15/2003.

A referida Procuradoria conta com o efetivo seguinte:

PROCURADORES-ASSESSORES	1
PROMOTORES-ASSESSORES	3
SERVIDORES	14
ESTAGIÁRIOS	8
TOTAL	26

No período de dezembro de 2003 a novembro de 2004, a Procuradoria de Prefeitos desenvolveu as atividades seguintes:

ATIVIDADE	TOTAL
Denúncias oferecidas	70
Aditamento à denúncia	1
Pedidos de arquivamento oferecidos	530
Pareceres c/remessa de expedientes às Comarcas	19
Pareceres remetendo expedientes à Justiça Federal	18
Pareceres sobre audiências preliminares	20



ATIVIDADE	TOTAL
Remessa à Procuradoria da Probidade Administrativa	2
Pareceres com remessa ao CSMP	0
Pareceres com remessa ao Órgão Especial do TJE	6
Pedidos de extinção de punibilidade	20
Manifestações sobre respostas escritas	68
Pedidos de diligências e apresentação de quesitos	94
Requisições de instauração de Inquérito Policial	3
Pedido de quebra do sigilo bancário	3
Pareceres em processos de execução	13
Pareceres requerendo busca e apreensão	1
Pareceres em <i>Habeas Corpus</i>	1
Promoção pelo afastamento do Cargo Público	0
Promoção de remessa às Zonas Eleitorais	0
Parecer requerendo o seqüestro de bens	0
Pareceres em Queixa-Crime	7
Alegações Finais	75
Recursos	7
Contra-Razões de Recursos	21
Contra-Razões em Agravo de Instrumento	13
Contra-Razões em Agravo de Execução	1
Pareceres sobre Suspensão do Processo (Lei n. 9.099/95)	53
Pareceres em Recursos	3
Pareceres diversos	238
Intimações	691
Expedientes novos	904
Feitos vindos da Comarca (Art. 84 CPP)	21
Processos vindos da Comarca (Art. 84 CPP)	31
Movimentações Processuais	2040
Ofícios expedidos (Pedidos de diligências)	739



ATIVIDADE	TOTAL
Memorandos	193
Expedientes recebidos entre 01/12/2003 e 30/11/2004	937
Expedientes examinados entre 01/12/2003 e 30/11/2004	691
Expedientes em instrução existentes em 30/11/2004	373
Processos em andamento no TJE em 30/11/2004	480
Condenações	33
Absoluções	37
Denúncias recebidas	59
Denúncias não recebidas	12
Arquivamentos apreciados	494
Remessa à Comarca	3
Queixa-Crime rejeitada	2
Queixa-Crime recebida	1
Conciliação de acordo com o art.76 da Lei 9.099/95	3
Suspensão do processo de acordo com o art.89 da Lei 9.099/95	8
Remessa aos Tribunais Federais	18
Extinção da Punibilidade	4
Audiência por precatória (Promotores Comarca)	26
Audiências de instrução no interior	191
Audiências de instrução em POA	207
Audiências da 22ª Câmara Cível no interior	7
Sessões de Julgamento - Quarta Câmara	34
Nº de Processos julgados e arquivamentos apreciados	711

2.2.5 Procuradoria da Probidade Administrativa

A Procuradoria da Probidade Administrativa surgiu em razão da edição da Lei n.º 10.628/02, bem como da criação da 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que



detém competência, entre outras matérias, para processar e julgar, originariamente, as ações de improbidade administrativa promovidas contra Prefeitos e ex-Prefeitos Municipais.

Em fevereiro de 2003, a Procuradoria da Improbidade Administrativa iniciou suas atividades em decorrência da Lei n.º 10.628/02 (Altera a redação do art. 84 do Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal) – Foro Privilegiado, centralizando sua atuação em Processos e Inquéritos Cíveis contra Prefeitos e ex-Prefeitos.

O quadro de pessoal da Procuradoria da Probidade Administrativa é o seguinte:

	2003	2004
PROCURADORES-ASSESSORES	2	2
PROMOTORES-ASSESSORES	4	5
Subtotal	6	7
SERVIDORES DO MP	13	14
SERVIDORES ADIDOS (Extinta CEE)	1	1
Subtotal	14	15
ESTAGIÁRIOS	5	4
TOTAL	25	26

Os Procuradores de Justiça designados para essa Procuradoria atuam perante a 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RS, no que diz respeito aos Prefeitos e ex-Prefeitos.

Os Promotores de Justiça contam, cada um, com dois assessores jurídicos e um estagiário.

A movimentação processual da Procuradoria da Probidade Administrativa, em 2004, foi a seguinte:

ANO	ACP	PRE	DEP	SEC	GOV	OUT	MP	TJ	TC	TOTAL
2003	400	2418	6	22	8	4	0	0	0	2858
2004	561	1898	8	21	5	3	0	1	0	2497

ACP – Ação Civil Pública – Processos;
PRE – Prefeitos;
DEP – Deputados;
SEC – Secretários;
GOV – Governador;
OUT – Outros;
MP – Ministério Público;
TJ – Tribunal de Justiça;
TC – Tribunal de Contas.

Em 2003 e 2004, foram arquivados, respectivamente, 173 e 1331 inquéritos.

Para a distribuição de processos e expedientes da Procuradoria da Probidade Administrativa foi utilizado o Sistema de Entrada e Saída de Processos da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

Além disso, consigna-se que foram propostas 13 Ações Cíveis Públicas perante o Tribunal de Justiça do Estado, bem como foram encaminhados 129 Recursos contra decisões proferidas pela 22ª Câmara Cível.



Já a Secretaria da Procuradoria da Probidade Administrativa está encarregada de toda a rotina administrativa, inclusive a referente ao protocolo de documentos, recebimento, registro e distribuição de processos e expedientes, com a conseqüente devolução dos autos à origem.

Em 2004, a Secretaria elaborou, entre outros documentos, 4115 ofícios, 36 memorandos e 5 comandos de portaria.

3 Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos tem a finalidade de, entre outras, executar a política administrativa da Instituição, coordenar a elaboração da proposta orçamentária, supervisionar as atividades administrativas e coordenar a elaboração do Plano Anual das Atividades e do Relatório Anual.

Toda a atividade administrativa está subordinada ao controle da Subprocuradoria-Geral e é desenvolvida pela Direção-Geral e pelos órgãos administrativos do Ministério Público. Em razão da atual moldura, o Ministério Público tem desenvolvido, com plenitude, suas autonomias administrativa e financeira. Além disso, ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos compete¹⁰:

I - substituir o Procurador-Geral, na falta do Subprocurador-Geral para Assuntos Jurídicos;

II - assistir o Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas funções administrativas e legislativas;

III - executar a política administrativa da instituição;

IV - dirigir as atividades do Gabinete de Pesquisa e Planejamento e os serviços da Biblioteca;

V - elaborar anteprojetos de lei sobre matéria de interesse do Ministério Público, acompanhando sua tramitação;

VI - aprovar a indicação ou designar servidores para responderem pelo expediente das unidades subordinadas, em caráter permanente ou em substituição;

VII - coordenar a elaboração da proposta orçamentária do Ministério Público e encaminhá-la ao Procurador-Geral;

VIII - supervisionar as atividades administrativas que envolvam membros do Ministério Público;

IX - coordenar a elaboração do Plano Anual de Atividades e o Relatório Anual;

¹⁰ Artigo 17, § 2º, da Lei nº 7.669/82 – Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul.



X - coordenar as atividades de Promotor-Assessor designado para secretariar os Órgãos Colegiados;¹¹

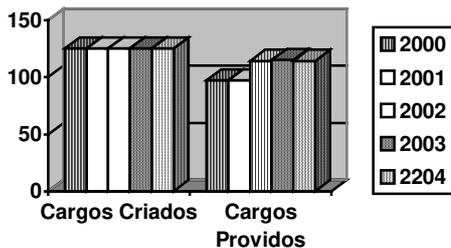
XI - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas.

3.1. Estrutura de Recursos Humanos

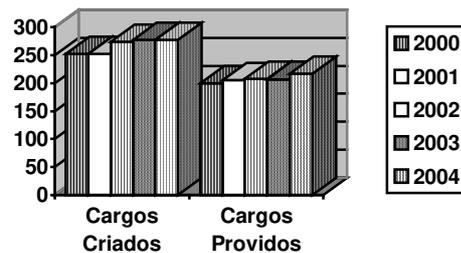
O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul é composto de Procuradores e Promotores de Justiça, que atuam em duas instâncias perante o Poder Judiciário, em Procuradorias e Promotorias de Justiça.

CARGOS	2000		2001		2002		2003		2004	
	Cargos criados	Cargos providos								
Procuradores	125	97	125	97	125	114	125	115	125	114
Entrância Final	193	127	193	139	199	144	209	159	212	172
Entrância Intermediária	252	200	252	205	274	208	277	207	277	217
Entrância Inicial	144	124	144	104	201	146	201	122	201	175
TOTAL	714	548	714	545	799	612	812	603	815	678

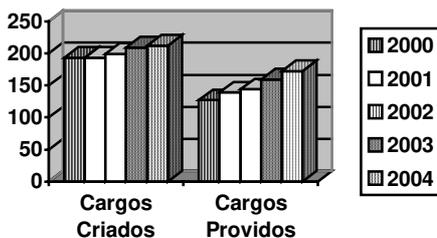
PROCURADORES



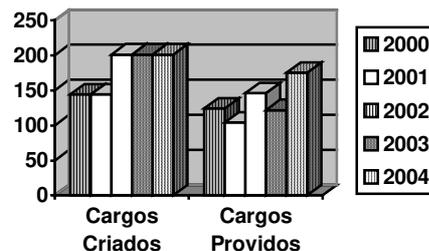
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA



ENTRÂNCIA FINAL



ENTRÂNCIA INICIAL



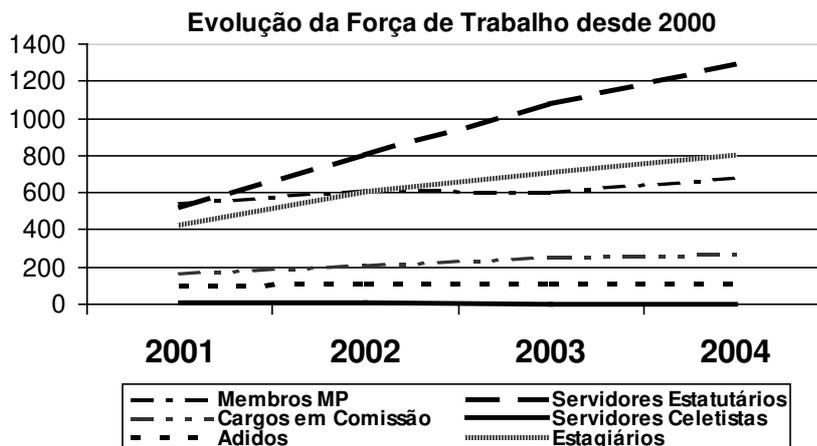
Os serviços auxiliares e o quadro de servidores do Ministério Público estão compostos de servidores estatutários, celetistas, servidores que exercem cargos em comissão, estagiários auxiliares do Ministério Público, estagiários voluntários, estagiários bolsistas e servidores cedidos por outros órgãos do Estado.

¹¹ Redação alterada pela Lei nº 11.734/2002.



Força de Trabalho (Base: dezembro)

CARGOS	DEZ/01		DEZ/02		DEZ/03		DEZ/04	
	Criados	Providos	Criados	Providos	Criados	Providos	Criados	Providos
Servidores Estatutários	1.120	521	1.610	805	1.648	1.082	1.684	1.294
Servidores Celetistas	6	6	6	6	6	2	2	2
Cargos em Comissão	321	164	467	206	512	252	512	262
Estagiários	426	426	614	614	715	715	920	811
Adidos	105	105	113	113	109	109	109	109
TOTAL	1.978	1.222	2.810	1.744	2.984	2.160	3.227	2478



Essa é a estrutura básica de pessoal do Ministério Público que deu suporte à ação da Instituição no ano de 2004.

3.2 Direção-Geral

A Direção-Geral, órgão administrativo, criado por lei, ligado diretamente ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, tem como atribuições: assistir ao Procurador-Geral e ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos no desempenho de suas funções; supervisionar os serviços administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça e os serviços auxiliares do Ministério Público; coordenar, orientar e acompanhar as atividades das unidades subordinadas; despachar, com o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o expediente dos servidores do Ministério Público; dar, junto ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, posse e exercício aos funcionários e servidores; autorizar a convocação de funcionários e servidores para a prestação de serviços extraordinários ou em horário especial de trabalho; autorizar, aos funcionários e servidores, gozo de férias e de licença-prêmio; determinar a instauração de procedimento para a apuração de infrações disciplinares dos funcionários e servidores, exceto o processo administrativo; aplicar aos funcionários e servidores, as sanções disciplinares de advertência, repreensão e suspensão até trinta dias; praticar os atos e exercer as atividades que lhe forem delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

3.2.1 Assessoria de Planejamento e Orçamento

A Assessoria de Planejamento e Orçamento, vinculada à Direção-Geral, tem como principais atribuições o controle da execução orçamentária, dentro dos limites impostos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei do Orçamento, anualmente aprovadas pela Assembléia Legislativa, assim como a observação do correto enquadramento



das normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conforme regramento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

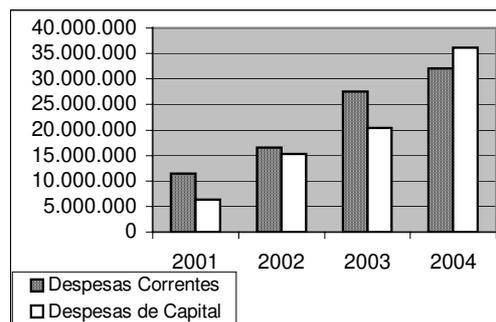
Demonstrativo Orçamento Aprovado 2001 a 2004

Contas	2001	2002	2003	2004
Pessoal e Encargos Sociais	140.828.035	170.000.000	268.423.014	336.000.000
Despesas Correntes	9.525.000	12.502.000	23.590.523	30.566.793
Despesas de Capital	7.025.000	15.000.000	24.986.463	30.229.642
TOTAL	157.378.035	197.502.000	317.000.000	396.796.435

Demonstrativo Orçamento Executado 2001 a 2004

Contas	2001	2002	2003	2004
Pessoal e Encargos Sociais	177.132.283	222.969.083	280.910.070	317.568.915
Despesas Correntes	11.413.947	16.514.605	27.532.123	32.023.772
Despesas de Capital	6.341.186	15.242.399	20.405.586	36.197.829
TOTAL	194.887.416	254.726.087	328.847.779	385.790.515

O gráfico abaixo demonstra a evolução das principais despesas do Ministério Público previstas em orçamento.



É possível notar um crescimento substancial nos gastos, principalmente em obras e custeio. Tal fato se deve ao exercício pleno da autonomia administrativa nos projetos de construção de novas promotorias, com o reaparelhamento da mesmas, que vêm sendo executados no interior do Estado, e ao projeto de modernização e interligação da rede de informática da Instituição, que demanda grandes investimentos em rede lógica e serviço de comunicação. Em consequência desses investimentos, as despesas com custeio aumentaram na mesma proporção.

Para o exercício de 2004, as dotações de investimento foram acrescidas em razão da aquisição de equipamentos de informática e de bens imóveis, construção de Promotorias de Justiça no interior do Estado e a construção da nova Sede do Ministério Público, com previsão de conclusão em 2005. Igualmente houve um incremento nas dotações de custeio, em virtude dos investimentos já realizados, e que resultou no aumento da estrutura do Ministério Público.

3.2.2 Comissão Permanente de Licitações

A Comissão Permanente de Licitações é órgão administrativo interno, ligado à Direção-Geral e ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, tendo por atribuição realizar os procedimentos licitatórios que se destinam à aquisição de bens e serviços



para o Ministério Público, com recursos oriundos da execução do orçamento referente às despesas correntes e às despesas de capital.

No exercício de 2004, efetuou, resumidamente, os procedimentos licitatórios a seguir descritos:

MODALIDADE	2004			
	Valor (R\$) estimado (presumido)	Valor (R\$) total da licitação (contratado)	Valor (R\$) da vantagem auferida	% (percentual da vantagem auferida)
Convites	530.053,08	473.607,28	56.445,80	10,65%
Tomadas de Preços	9.634.785,32	8.563.520,76	1.071.264,56	11,12%
Concorrências	4.175.067,72	3.566.782,86	608.284,86	14,57%
Pregões	19.615.103,57	13.533.559,84	6.081.543,73	31,00%
TOTAL	33.955.009,69	26.137.470,74	7.817.538,95	23,02%
Total da vantagem auferida	7.817.538,95			
Percentual da vantagem auferida	23,02%			
Número de procedimentos julgados	111			
MODALIDADE	2003			
	Valor (R\$) estimado (presumido)	Valor (R\$) total da licitação (contratado)	Valor (R\$) da vantagem auferida	% (percentual da vantagem auferida)
Convites	740.886,76	625.652,55	115.234,21	15,55%
Tomadas de Preços	3.538.971,89	3.132.186,97	406.784,92	11,49%
Concorrências	47.328.710,26	39.262.362,94	8.066.347,32	17,04%
Pregões	7.823.474,40	6.708.686,42	1.114.787,98	14,25%
TOTAL	59.432.043,31	49.728.888,88	9.703.154,43	16,33%
Total da vantagem auferida	9.703.154,43			
Percentual da vantagem auferida	16,33%			
Número de procedimentos julgados	78			

Observação (1): Houve um incremento de 41% da economicidade nas licitações em 2004. Verifica-se que em 2003 obteve-se uma vantagem de 16,33% nas contratações, enquanto que em 2004 esta cresceu para 23,02%, o que representa uma evolução de 41%. Isso, sem dúvida, é resultado da melhoria na qualificação técnica do corpo funcional da Instituição.

Observação (2): A íntegra da **Relação de Procedimentos Licitatórios de 2004**, com a **Folha Resumo**, encontra-se disponível no site: www.mp.rs.gov.br, link **Licitações**, para exame dos interessados.



3.2.3 Divisão de Informática

A Divisão de Informática é a área responsável pela implantação da total informatização do Ministério Público do Rio Grande do Sul, projeto que está sendo executado e que vai permitir a obtenção de resultados que facilitarão e agilizarão os trabalhos dos membros e servidores do Ministério Público.

3.2.3.1 Unidade de Equipamentos

A Unidade de Equipamentos tem como principal atribuição prestar assistência técnica aos equipamentos de informática instalados nas dependências do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Com uma equipe composta de um coordenador, seis técnicos de informática, três estagiários-técnicos e uma estagiária administrativa, a Unidade de Equipamentos tem como principais tarefas:

- Instalar, testar e realizar a manutenção corretiva nos equipamentos de informática;
- Projetar, executar, configurar e certificar as redes lógicas da capital e interior do Estado;
- Manter controle dos equipamentos de informática no que se refere a prazos de garantia, locais de instalação, quantitativos, chamados técnicos a terceiros, etc.;
- Emitir parecer técnico sobre equipamentos de informática;
- Fiscalizar a execução de contratos de manutenção dos equipamentos de informática;

No ano de 2004, a Unidade de Equipamentos efetuou 2915 instalações e configurações de equipamentos de informática, conforme quadro a seguir. Estas instalações são subdivididas em três categorias: acréscimo de novos equipamentos, após a verificação da necessidade e sua viabilidade; substituições e remanejamentos, objetivando a disponibilização de melhores equipamentos e recursos para atender a maior quantidade de servidores do Ministério Público; desativação, nos casos em que o equipamento se torna obsoleto para a tecnologia empregada.

Demonstrativo de Instalações realizadas em 2004

Descrição	Acrescidos	Substituídos e Remanejados	Desativados	Serviços realizados
Microcomputadores	820	1512	45	2377
Impressoras	85	53	3	141
Scanners	10	5	0	15
Notebooks	0	12	0	12
Servidores	8	8	8	24
Equip. Rede	47	265	34	346
TOTAL	970	1852	90	2915

A Unidade de Equipamentos, seguindo uma de suas atribuições, atendeu 5696 chamados de usuários para manutenção preventiva e/ou corretiva de equipamentos de informática do Ministério Público. Os atendimentos realizados objetivam solução imediata para os problemas, evitando a intervenção de empresa terceirizada. Ao utilizar recursos próprios, obtém-se uma significativa diminuição dos custos e um atendimento personalizado.

Demonstrativo de atendimentos realizados em 2004



Descrição	Computadores	Impressoras	Equipamentos de Rede	Totais
Sede da Procuradoria-Geral de Justiça	825	233	23	1081
Procuradorias	420	115	13	548
Promotorias Especializadas	323	86	4	413
Foro Central / IPE / Esplanada	512	153	6	671
Promotorias nos Foros Regionais	37	18	2	57
Promotorias do Interior	1650	895	128	2673
TOTAL	3767	1500	176	5443

Quando existe a necessidade de troca de módulos para a solução de um chamado solicitado por um usuário, a Unidade de Equipamentos é responsável pela abertura de chamado técnico para empresas contratadas, monitorando o seu atendimento e exigindo o cumprimento das cláusulas contratuais. Este acompanhamento é registrado em sistema e periodicamente são gerados relatórios com dados estatísticos.

Seguindo o Plano de Informatização do Ministério Público, a Unidade de Equipamentos encerrou o ano de 2004 participando efetivamente das instalações, mudanças e ampliações das redes lógicas e equipamentos nas Procuradorias e Promotorias de Justiça do interior do Estado e Capital, com seus computadores interligados entre si e conectados à sede do Ministério Público. Para isso, foram necessários, desde a inspeção das estruturas existentes, passando pela adequação dessas para a instalação do cabeamento lógico, até os efetivos serviços de implantação/ampliação, identificação e certificação do cabeamento lógico e as instalações e configurações dos equipamentos de informática. Em algumas situações, as Promotorias de Justiça sofreram ajustes de leiaute e ampliações, tanto de cabeamento lógico como de equipamentos.

Serviços técnicos prestados às Promotorias e Procuradorias

Interior do Estado:

Abrange todas as Promotorias de Justiça de entrâncias inicial e intermediária do Estado do Rio Grande do Sul.

Capital:

Incluem-se os diversos setores administrativos e institucionais situados nos seguintes locais: Prédio da Sede do Ministério Público, Ed. Condor, Gal. Edith, Prédio da Av. Santana, IPE (8º andar), Prédio Esplanada dos Açores, Foro Central, Foros Regionais (Tristeza, Sarandi, Restinga, Partenon e Petrópolis), Tribunal Militar do Estado, Foro Regional do 4º Distrito, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Febem, CIACA, prédio das Procuradorias de Justiça e Promotorias Especializadas.

As instalações de cabeamento lógico perfazem um total de 4100 (Quatro mil e cem) pontos lógicos instalados e certificados, nos diversos setores da Procuradoria-Geral de Justiça.

Evolução do parque de equipamentos

Descrição	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Previsão de aquisição em 2005
Computadores	245	580	1053	1128	1315	1845	2689	3783	400
Impressoras	235	355	740	804	978	1173	1173	1347	200
Scanners	1	2	2	30	30	90	109	109	0



Descrição	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Previsão de aquisição em 2005
Notebooks	10	12	13	31	41	56	58	60	60
Servidores de Rede	4	10	16	17	19	27	29	37	1
Equipamentos de Rede	16	53	89	173	273	413	426	540	47
Total de Equipamentos	511	1012	1913	2183	2656	3604	4484	5876	708

Outras atividades desenvolvidas no ano de 2004 pela Unidade de Equipamentos:

- Abastecimento de material consumível para impressoras (cartuchos e toners) instaladas na Sede, Promotorias Especializadas, Procuradorias de Justiça, Edifícios Condor e Edith;
- Controle dos materiais consumíveis das impressoras, no que se refere à quantidade distribuída e periodicidade;
- Reestruturação de pessoal;
- Readequação dos fluxos de trabalhos da Unidade;
- Help Desk;
- Realização de testes para localizar defeitos nas redes locais e remotas do Ministério Público;
- Manutenção de registros sobre o desempenho dos equipamentos, tanto os ligados em rede como os equipamentos fora da rede;
- Homologação dos equipamentos de informática novos ou em demonstração antes da aquisição, fazendo análise comparativa e informando dados técnicos para auxílio à compra;
- Alimentação dos dados em sistema, objetivando eficiência para a localização física de equipamentos de informática, controle de tombo, número de série, etc;
- Operação em sistema interno, para efetivar o controle de chamados efetuados a empresas terceirizadas;
- Elaboração das especificações técnicas dos equipamentos de informática para aquisição;
- Compra de módulos e componentes para garantir manutenção corretiva própria;
- Planejamento estratégico para o exercício de 2005.

3.2.3.2 Unidade de Aplicativos e Internet

À Unidade de Aplicativos e Internet incumbe: criar, administrar e manter os sites web da Instituição; administrar e manter o correio eletrônico da instituição; administrar e manter a documentação eletrônica da instituição; administrar normas técnicas, padrões, orientações e recomendações relacionadas à segurança e à privacidade da informação constante do correio e documentação eletrônicos da instituição; cadastrar, treinar e administrar os usuários na utilização dos aplicativos à disposição da instituição; cadastrar, administrar e manter a conta dos usuários nos aplicativos à disposição da instituição; pesquisar, testar e propor à Coordenação da Divisão de Informática a aquisição e implementação de novas tecnologias de interesse da instituição; prestar apoio técnico à atividade-fim do Ministério Público nas áreas de sua atribuição.

a) Intranet

Manutenção do site Intranet do Ministério Público.



Sites criados:

- Controle de Licitações;
- Direção-Geral;
- Divisão de Desenvolvimento Organizacional;
- Biomédico;
- Unidade de Concursos;
- Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Sites reformulados:

- UODI e UOEM;
- CEAF;
- Recursos Humanos;
- UPP;
- Estágios;
- Registros Funcionais;
- Notícias;
- Recados.

Aplicações e Sistemas desenvolvidos:

- Exame Médico Pericial;
- Criação de várias bases de dados para os setores do MP;
- Pesquisa criminal para Promotoria Especializada Criminal;
- Plano Geral de Atuação Administrativa;
- Solicitação de Equipamentos;
- Gerenciador de Projetos;
- Solicitação de Transportes;
- Sistema de Atualização de Telefones;
- Inscrição para o Seminário Viver em Família;
- Inscrições para o Encontro Criminal;
- Questionários na Intranet;
- Meus Dados;
- Sistema de Apurações;
- Corregedor-Geral;
- Conselho Superior;
- Órgão Especial do Colegiado.

Aplicações e Sistemas em desenvolvimento:

- Documentação;
- Sistema via Intranet de gestão documental para a Divisão de
 - Agendamentos do Biomédico;
 - Site da Campanha contra o Desperdício.

Serviços de Design:

- Informativo Corregedores (mensal);
- Página e logo do Serviço Biomédico;
- Página e logo do CEAF;
- Manual Recursos Humanos;
- Cartões e banners comemorativos (Dia da Mulher, Dia das Mães, Natal,...);
- Logo Encontro dos Corregedores;
- Leiaute do Contracheque;



- Site CNPG;
- Cartaz CEAF;
- Banners Intranet/Internet/Portal;
- Barras e ilustrações da nova Internet.

Outras atividades desenvolvidas:

- Ministério Público dos Estados e da União;
- Criação do site do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do
 - Criação do site do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais;
 - Animação multimídia para júri popular (promotoria de Igrejinha);
 - Disponibilização de dicionário na Intranet;
 - Disponibilização do Diário Oficial na Intranet;
 - CD Encontro Nacional dos Corregedores.

b) Internet

- Clique-denúncia: Racismo;
- Início do desenvolvimento do novo site do MP na Internet;
- Manutenção do site atual em Lotus Notes;
- Início do desenvolvimento de um portal de conteúdo (gerenciador do site);

c) Treinamento

- UCAP:
- Continuidade do Projeto Treinamentos Iniciais e Projeto RIMP com a

Descrição	2001	2002	2003	2004
Número de Usuários Capacitados	38	96	84	56
Horas de Treinamento para Usuários	68	84	72	16

d) Documentação Eletrônica

- Manutenção do serviço NXT3;
- revisão do contrato e atualização para NXT4.

e) Correio Eletrônico

- Projeto Correio Eletrônico com Software Livre;
- homologação de novos software clientes;
- testes de contas experimentais para os estagiários da informática;
- contratação dos serviços;
- planejamento da migração.
- Manutenção das contas de correio eletrônico, conforme dados a seguir:

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004
Contas de Correio Eletrônico	900	1160	1348	1764	1958



Projetos para o ano de 2005

- Inauguração do novo site Internet do Ministério Público;
- Conclusão do Projeto Correio Eletrônico em Software Livre;
- Integração de ferramentas de groupware com a Intranet e Internet;
- Migração do serviço de publicação de conteúdo com NXT3 para NXT4;
- Criação de disco virtual na Intranet;
- Revisão da Intranet;
- Sites dos Centros de Apoio na Intranet;
- Migração dos serviços Internet e Intranet para servidores Linux.

3.2.3.3 Unidade de Apoio ao Usuário

A Unidade de Apoio ao Usuário (UAU) tem como objetivo prestar todo e qualquer tipo de atendimento em informática para o Ministério Público. Destacamos algumas das atividades de suporte:

- Instalação, configuração e manutenção de todas as estações de trabalho em nível de software.
- Assessoramento aos membros do Ministério Público em sua atividade-fim, envolvendo microinformática.

de:

- Prestação de suporte, manutenção e inclusão de cadastro aos sistemas

- Software básico, plataforma Windows (XP, 98, 95 e NT);
- Microsoft Office (Word, Excel e outros);
- Correio Eletrônico Lotus Notes e Web Mail;
- Sistemas colocados à disposição do Ministério Público, tais como: Sistemas Corporativos (1026 usuários cadastrados),
- Procergs (420 usuários cadastrados),
- Sistemas da Secretaria de Segurança Pública (389 usuários cadastrados),
- Infoseg (420 usuários),
- Receita Federal (8 usuários),
- JIJ (17 usuários), entre outros.

Cabe a esta Unidade prestar o contato direto com o usuário, orientando-o no uso dos recursos de informática disponibilizados e encaminhando os problemas em busca de sua solução.

No ano de 2004, a Unidade de Apoio ao Usuário empenhou-se, juntamente com a Unidade de Organização e Desenvolvimento Institucional e a Unidade de Desenvolvimento de Sistemas, para a implantação do Sistema Gerenciador de Promotorias (SGP). A Unidade de Apoio ao Usuário treinou e cadastrou no SGP 464 usuários das Promotorias e 45 na Corregedoria (SGC) e implantou e treinou no SGP 89 Promotorias, bem como a Corregedoria-Geral.

Esta Unidade também prestou auxílio de informática em diversas operações com as Promotorias, quando se exigia a presença de técnico de informática. Destacam-se a Operação Antipirataria (participando da apreensão e contabilização dos CDs e DVDs piratas, juntamente com Promotoria Criminal de Porto Alegre) e diligências junto às Promotorias de Uruguaiana, duas com a Promotoria de Caxias do Sul, Barra do Quaraí e Farroupilha.



A Unidade de Apoio ao Usuário também prestou suporte de informática à Comissão Disciplinar Permanente em auxílio a algumas das suas diligências.

Uma das atuais atribuições da Unidade de Apoio ao Usuário é dar suporte aos eventos do Ministério Público. Neste ano, houve a participação em mais de 400 eventos e em diversos júris, fornecendo a estrutura de informática, juntamente com a Unidade de Manutenção.

A Unidade de Apoio ao Usuário, representando a Divisão de Informática, participou dos Treinamentos Iniciais dos novos Promotores, Secretários de Diligências, Assistentes de Promotoria e Assistentes Administrativos.

Foram gravados mais de 900 CDs para eventos, backups e outros e configuradas mais de 500 novas CPUS para distribuição.

Participou-se da instalação e configuração das Promotorias em suas novas sedes – destacando-se as de Pelotas, Porto Alegre e Bagé –, da troca e configuração de impressoras comuns para impressoras corporativas (Lexmark e Xerox), em diversas promotorias e setores da PGJ.

A Unidade implantou nova versão de software de antivírus, o Dicionário Michaelis com 5 idiomas, sinônimos e antônimos (juntamente com a Unidade de Aplicativos e Intranet), o Sistema da Receita Federal, o Sistema Gerenciador de Consultas Integradas (CSI) e auxiliou na informatização das sessões do Conselho Superior, Folha de Pagamento, Impressão de Etiquetas para o CIACA, Entrada de Processos do DAT, entre outros.

Projetos para 2005

- Aquisição de um Servidor de Arquivos para armazenamento de perícias, imagens e backups da Unidade.
- Capacitação dos técnicos em ambiente de Rede Windows 2003, uso do Active Directory, Open Office, Linux e Informática Forense.
- Reavaliação da configuração das estações de trabalho das promotorias, face às novas tecnologias de informática, bem como de novas ferramentas para monitoramento das estações de trabalho a distância, com o objetivo de melhorar o custo x benefício das manutenções e aumentar a produtividade dos técnicos.

3.2.3.4 Unidade de Desenvolvimento de Sistemas

A Unidade de Desenvolvimento de Sistemas tem como atribuições:

- planejar, avaliar, desenvolver e realizar manutenção em sistemas corporativos da Intranet;
- administrar a utilização e a configuração das bases de dados;
- elaborar manuais de dados técnicos e de usuário;
- orientar e fiscalizar o desenvolvimento de sistemas por empresas contratadas.

Novos Sistemas

O ano de 2004 foi marcado pela execução de alguns projetos considerados pela Administração como de suma importância para o crescimento gerenciável da Instituição. Esses projetos tiveram como foco principal a informatização da chamada atividade-fim do Ministério Público, qual seja o cumprimento da atribuição constitucional da fiscalização da lei.



Dentre eles, destaca-se o Sistema Gerenciador das Promotorias, o qual, seguindo orientação da Administração Superior, recebeu prioridade máxima entre as tarefas desempenhadas pela Unidade. Através da implantação total deste sistema, será possível às Promotorias de Justiça a manutenção do controle sobre sua atividade diária, bem como à Administração Superior a obtenção de dados gerenciais de cada órgão ministerial de 1º grau, como forma de melhor alocar seus recursos humanos e materiais.

Salienta-se, como esclarecimento, que, além de novos sistemas, a manutenção e evolução dos sistemas existentes também foi objeto da atividade da Unidade em 2004.

Quadro-resumo

Sistemas Implantados no ano de 2004			
Sistemas	Módulos Implantados	Descrição	Unidade Usuária
SGP – Sistema Gerenciador das Promotorias de Justiça	▪ Todos	Controle do trâmite interno dos procedimentos investigatórios, inquéritos policiais, processos judiciais, atendimentos, audiências e cadastros de partes.	Todas as Promotorias de entrância intermediária e inicial, com exceção de 30 (por motivo de obras e estrutura). Todas as especializadas de Porto Alegre, exceto a Criminal.
SGP – Corregedoria	• Todos	Controle dos expedientes internos da Corregedoria	Corregedoria-Geral
Interditos	• Módulo estatístico para curadores	Relatórios totalizados e gráficos para a análise de dados relativo a curadores/curatelas	Promotoria de Família e Sucessões de Porto Alegre
ARH	• Estagiários	Controle cadastral e gerencial de estagiários do MP	Unidade de Estágios
	• Controle de Diárias CAGE	Reformulação do controle de diárias para adequar aos novos tipos de procedimentos adotados.	Unidade de Pagamento de Pessoal
Transportes	• Todos	Agendamento de solicitações e gerenciamento de recursos.	Unidade de Transportes.
SIJ	• Distribuição automática	Distribuição automática de processo judiciais para Procuradores de Justiça	Procuradorias de Justiça (Cível e Criminal)
	• Importação dos Dados Processuais com o Tribunal de Justiça	Busca automática dos dados cadastrais dos processos judiciais	
SGR	• Importação dos Dados Processuais com o Tribunal de Justiça	Busca automática dos dados cadastrais dos processos judiciais	Procuradoria de Recursos
	• Distribuição automática	Distribuição automática de processo judiciais para membros e assessores	



Sistemas Implantados no ano de 2004			
Sistemas	Módulos Implantados	Descrição	Unidade Usuária
SESP	• Importação dos Dados Processuais com o Tribunal de Justiça	Busca automática dos dados cadastrais dos processos judiciais	Assessoria Jurídica
	• Inconstitucionalidade	Melhoria no acompanhamento das ações de inconstitucionalidade	
Compras	• Cadastro de Itens para compras	Criação de um cadastro de itens específico para compras.	Direção-Geral

Projetos em andamento		
Sistemas	Módulos	Descrição
SGP	▪ Todos ▪ Integração dos Dados Processuais com o Tribunal de Justiça	Implantação em todas as Promotorias de Justiça
	▪ Procedimento Investigatório Criminal	Gerenciamento detalhado dos PICs nas Promotorias de Justiça e dados estatísticos e gerenciais para a Administração Superior.
Protocolo Único do MP		Projeto em fase inicial. Objetiva controlar o trâmite de documentos e processos entre unidades administrativas, órgãos de execução, bem como entidades externas ao MP.
Tabela de Temporalidade de Documentos	▪ Controle da Tabela de Temporalidade de Documentos	Divisão de Documentação
ARH	▪ Controle da solicitação de pessoal	Projeto em fase inicial de obtenção das necessidades dos usuários. Objetiva controle e atendimento das solicitações de servidores para atuar nas diversas Promotorias de Justiça e unidades administrativas.
SIJ	▪ Pauta de Sessão em meio eletrônico.	Procuradorias de Justiça (Cível e Criminal)
Sistemas Corporativos	▪ Módulos de Relatórios	Mudança da ferramenta de relatórios em todos os sistemas corporativos do MP objetivando um melhor desempenho, eliminando falhas na atual ferramenta, tais como lentidão e interrupções freqüentes na disponibilidade do serviço.

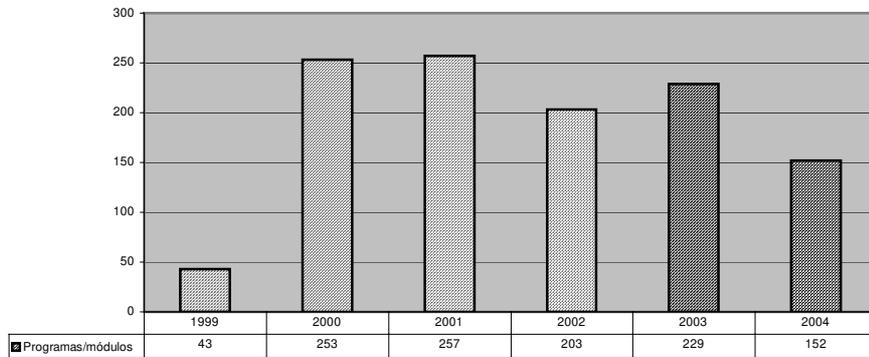


Projetos em andamento		
Sistemas	Módulos	Descrição
Infra-estrutura de banco de dados		Aquisição de um sistema central de armazenamento de dados que possibilite maior segurança e disponibilidade dos sistemas

Gráfico Evolutivo

A seguir é apresentado gráfico demonstrativo do número de novos recursos disponibilizados para os usuários dos sistemas, os quais contemplam, além de sistemas novos, manutenção de sistemas já implantados em anos anteriores.

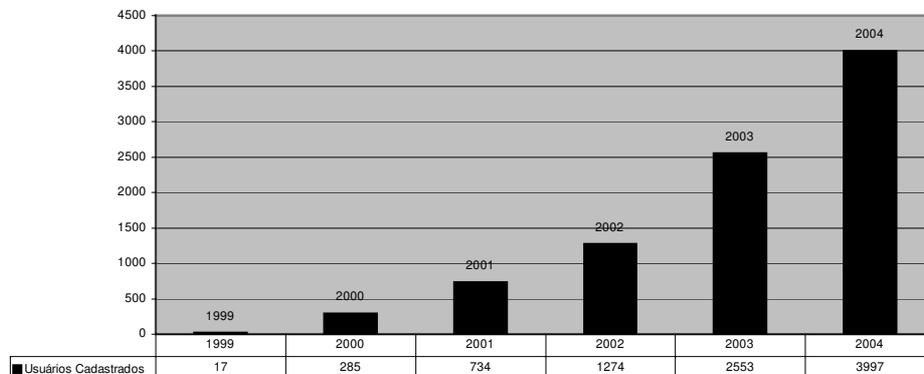
Programas/Módulos Implantados



Crescimento da base de usuários

Além de cumprir a tarefa de criação de novos sistemas, cabe também à Unidade a avaliação e definição da infra-estrutura de hardware e software que possibilitem suportar a carga em termos de número de usuários, garantindo um desempenho aceitável. Dessa forma, apresentam-se dados comparativos, de maneira a fornecer uma idéia do crescimento anual da demanda por infra-estrutura:

Total de Usuários Cadastrados para acesso aos Sistemas Corporativos



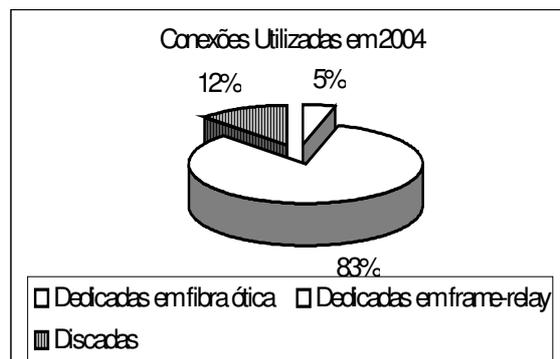


3.2.3.5 Unidade de Suporte à Rede

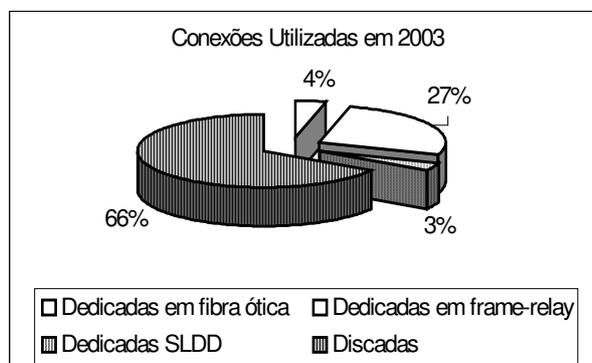
A Unidade de Suporte à Rede, uma das cinco unidades pertencentes à Divisão de Informática, é regulamentada pelo Provimento nº 22/99, o qual estabelece as funções que deve desempenhar. Para tal, uma série de atividades devem ser executadas, seja de forma ocasional (para atendimento de uma demanda momentânea), seja de forma permanente.

Quanto à administração e manutenção da rede de comunicação de dados da Instituição, foram tomadas as seguintes providências no ano de 2004:

- Redimensionamento da rede de comunicação de dados interligando os diversos órgãos do Ministério Público (MP-RS) à sede da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ-RS), através do protocolo frame-relay, tendo em vista a implantação do Sistema Gerenciador de Promotorias (SGP) e a melhoria do acesso à Intranet do MP, sistemas internos e da Procergs, Internet (rede mundial de computadores) e Correio Eletrônico;
- receberam acesso dedicado 95 pontos referentes a Comarcas de Entrância Inicial, antes interligadas via acesso discado (outros 22 pontos referentes a Comarcas de Entrância Inicial, ainda interligadas via acesso discado, receberão o mesmo acesso dedicado em 2005);
- 6 Comarcas de Entrância Intermediária tiveram seu protocolo de acesso alterado, integrando-se ao frame-relay;
- 39 Comarcas que já possuíam conexão dedicada tiveram seus acessos aumentados em 2004, em face do aumento de demanda:



- O novo prédio das Promotorias de Justiça, localizado no bairro Santana, foi interligado à rede da PGJ-RS, via fibra ótica, juntando-se aos demais 7 pontos já integrados;





- Substituição da operadora responsável pelo backbone de acesso à Internet, resultado de licitação;
- Substituição do equipamento ativo central da rede do Ministério Público;
- Execução de processos licitatórios para aquisição de novos equipamentos de informática, a fim de atender à crescente demanda;
- Solução de armazenamento e backup de dados (projeto storage), em conjunto com outras Unidades da Divisão;
- Equipamentos servidores de dados, para expansão dos serviços disponibilizados;
- Equipamentos ativos de rede para o novo prédio das Promotorias de Justiça, localizado no bairro Santana, e para distribuição nas sedes da PGJ-RS, conforme necessidade.

Quanto ao estabelecimento de padrões de hardware e software de rede:

- Incremento da utilização de software livre, através do sistema operacional Linux e programas nele baseados;
- Estudo e teste de novos equipamentos e tecnologias: ativos de rede, implementação de voz sobre protocolo IP, armazenamento externo de dados, servidores de rede, backup de dados.

Quanto à administração e manutenção da topologia lógica da rede de informática e de comunicação de dados:

- Em 2004 foram incluídos 401 novos usuários para acesso aos recursos da rede, 270 foram excluídos e 133 tiveram alteração de grupo de trabalho;

Entre as atividades rotineiras, destacam-se:

- cópias diárias de segurança (backups) dos dados de 14 equipamentos servidores;
- acompanhamento do desempenho da rede, através da monitoração do nível de atividade dos ativos de rede e dos índices de utilização das conexões com a Internet, Procergs e com os órgãos do Ministério Público, na Capital e no Interior do Estado;
- documentação dos procedimentos adotados na execução das tarefas, para histórico e padronização de atividades;
- configuração de equipamentos ativos de rede (switches, lan-modems, hubs, roteadores), para instalação ou substituição entre unidades do MP-RS na Capital e no Interior;
- acompanhamento da performance dos equipamentos servidores.

Quanto à implementação de políticas de segurança de informações para o ambiente:

- estudo de novos mecanismos de defesa, bem como ajuste das políticas utilizadas de segurança de dados, em função do constante risco de ataques decorrentes do uso da Internet;
- elaboração e execução de procedimentos de contingência, com vistas à possibilidade de ocorrência ocasional de problemas nos equipamentos servidores de dados e ativos de rede;
- atualização de software de antivírus nos servidores, mediante instalação de versões mais novas.

Quanto à atualização de sistemas operacionais e softwares de rede:



- atualizações semanais e extraordinárias, estas quando necessárias, dos programas de proteção (antivírus);
- atualização de sistemas operacionais em equipamentos servidores de dados;
- correção e atualizações de segurança (aplicação de patches) nos sistemas operacionais e aplicativos específicos em servidores.

Para a execução das tarefas descritas, o corpo funcional recebeu treinamento nas seguintes áreas:

- Configuração de equipamentos ativos de rede.
- Sistema operacional Linux.

3.2.4 Divisão de Recursos Humanos

A Divisão de Recursos Humanos, cujas atribuições constam no Provimento nº 22/1999, está subordinada à Direção-Geral, sendo composta de quatro Unidades - Unidade de Registros Funcionais, Unidade de Pagamento de Pessoal, Unidade de Estágios e Unidade de Concursos Públicos - estando todas localizadas na sede do Ministério Público.

Salientamos que a Unidade de Concursos Públicos foi criada no presente ano, por meio do Provimento n.º 23/2004, tendo como principal atribuição auxiliar os Presidentes das Comissões de Concursos no planejamento e na realização de todas as atividades vinculadas à realização de concursos.

Neste ano de 2004, a Divisão de Recursos Humanos, em conjunto com suas Unidades, priorizou o aprimoramento da qualidade na prestação de seus serviços, por meio da informatização de rotinas, como a criação da escala de férias dos servidores no sistema de Administração de Recursos Humanos – ARH, possibilitando um maior controle e melhoria nos processos internos da Divisão e dos serviços prestados à Administração Superior, Procuradorias e Promotorias de Justiça e Membros e Servidores da Instituição, bem como o desenvolvimento do Planejamento Estratégico que vem sendo realizado pelos setores desta PGJ.

Neste ano, foi criada, também, a página da Divisão e de suas unidades na intranet, objetivando uma melhor prestação de serviços, mediante a possibilidade de consultas diárias às publicações oficiais, a notícias atualizadas e a serviços disponibilizados pelas unidades.

Salientamos, ainda, que, no corrente ano, foram criados trinta e dois (32) cargos de provimento efetivo para atender às necessidades de pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça.

A Divisão de Recursos Humanos, para o ano de 2005, tem como metas: dar seguimento ao trabalho de estruturação das Procuradorias e Promotorias de Justiça do interior do Estado; reformular o sistema de banco de dados ARH, por meio do desenvolvimento do Planejamento Estratégico; ministrar treinamentos internos aos servidores, tendo como resultado eficiência do pessoal e qualidade dos serviços prestados.

3.2.4.1 Unidade de Registros Funcionais – URF

A Unidade de Registros Funcionais – URF, visando cumprir o planejamento estratégico, buscou, no ano de 2004, dar seguimento à estruturação das Procuradorias e Promotorias de todo o Estado. Tal meta tem por objetivo dotar o Ministério



Público de estrutura de recursos humanos adequada, a fim de auxiliar os Procuradores e Promotores de Justiça no desempenho de suas atribuições.

Ainda no ano de 2004, com a finalidade de otimizar o atendimento prestado, houve a disponibilização de serviços e informações na página desta Unidade na intranet, tais como os formulários da escala de férias, da declaração de bens e da apresentação para exame médico pericial. Também acessíveis para consulta estão as leis de atribuições dos cargos, além de informações acerca de procedimentos gerais, remoções e locais para onde estão sendo nomeados servidores.

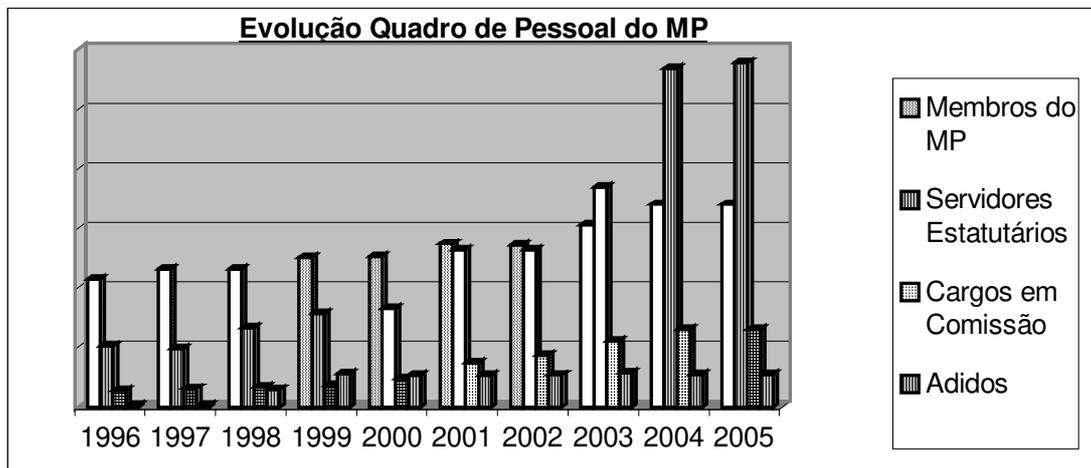
Convém frisar que são metas principais desta Unidade, para o ano de 2005, a reestruturação do sistema de Administração de Recursos Humanos – ARH e a continuação do trabalho que vem sendo desenvolvido no que se refere à estruturação de recursos humanos das Promotorias de Justiça do interior do Estado.

Quanto à evolução de pessoal, destaca-se a nomeação de 77 Promotores de Justiça para atender às necessidades das Promotorias de Justiça do interior do Estado.

Evolução do Quadro de Pessoal do Ministério Público

Base: abril

QUADRO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 (previsão)
Membros do MP	428	462	462	502	504	548	543	612	680	680
Servidores Estatutários	203	195	267	314	331	528	528	737	1137	1157
Cargos em Comissão	56	62	65	71	95	147	173	222	259	259
Adidos	5	5	58	111	106	105	107	113	108	108
Total	692	724	852	998	1036	1328	1351	1684	2184	2204



3.2.4.2 Unidade de Pagamento de Pessoal – UPP

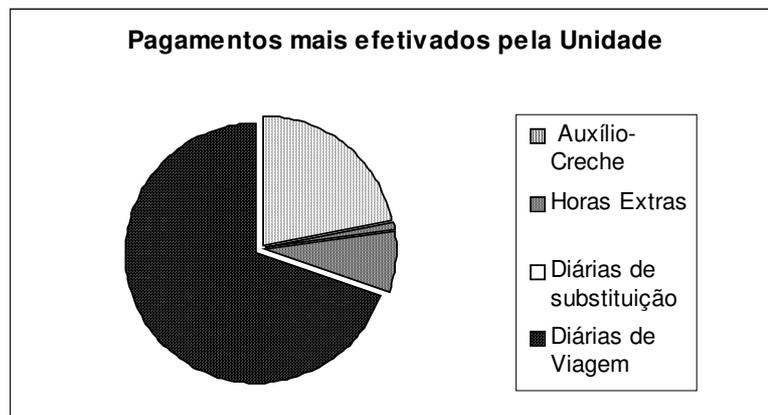
A Unidade de Pagamento de Pessoal tem como atribuições a elaboração da folha de Pagamento de Membros e Servidores ativos e inativos e o pagamento de Pensões Vitalícias, além do pagamento de diárias de viagem e Ajuda de Custo, tendo em vista a autonomia administrativa e financeira do Ministério Público.



Em 2004, a Unidade de Pagamento de Pessoal trabalhou prioritariamente na melhoria dos “controles internos”, visando à racionalização das atividades ordinárias. A Rotina GCD, desenvolvida para a Unidade de Pagamento de Pessoal, foi aprimorada e utilizada como ferramenta indispensável para o desenvolvimento de relatórios gerenciais de forma rápida e precisa, sempre trabalhando com o conceito de “pagamentos consolidados em folha de pagamento”.

Ainda em 2004, utilizando outra ferramenta de Banco de Dados, o Sistema ARH, foi feita uma reformulação completa no sistema de diárias, permitindo maior agilidade para os seus usuários, diante da necessidade que se materializou no decorrer do ano.

Para o ano de 2005, trabalhar-se-á para a unificação do Banco de Dados da Procergs – Rotina GCD, com o oferecimento de novos serviços a serem disponibilizados na página da Unidade na Intranet, tais como consulta a diárias, ajuda de custo, auxílio-creche, consulta a contracheques dos últimos cinco anos, bem como a criação de um Banco de Dados somente para a guarda de todos os comandos de pagamento efetuados e que futuramente poderão servir para pagamento de vantagens retroativas.



3.2.4.3 Unidade de Estágios – UEST

A Unidade de Estágios foi criada em julho de 2002, tem como principais atribuições: propor à Administração Superior do Ministério Público as diretrizes básicas de estágio na Instituição; administrar todas as modalidades de estágio no âmbito do MP; recrutar estagiários; captar estudantes para o Banco de Candidatos a estágio; manter estreito relacionamento com as instituições de ensino, manter atualizados os registros referentes aos estagiários; controlar o registro da efetividade dos estagiários; executar o pagamento das bolsas-auxílio aos estagiários; gerenciar a alocação das bolsas de estágio e todos os serviços pertinentes à área.

Descrição	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Estagiários	186	256	315	373	457	679	961
Crescimento (%)	-	37,6	23,0	18,4	22,5	48,6	41,5



Em dezembro de 2004, o Ministério Público contava com 961 estagiários. Desses, aproximadamente 90% cursam a Faculdade de Direito, o que demonstra a preocupação da atual gestão em proporcionar a esses estudantes aprendizagem social, profissional e cultural, mediante participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio. Salienta-se, também, a importância desse tipo de recurso humano na composição da estrutura funcional das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público, já que qualificam, ainda mais, a atuação desta Instituição.

PERFIL DOS ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Base Dezembro/2004)						
Nível			MODALIDADES			
			Auxiliar do MP	Bolsista	Voluntário	Total
NÍVEL MÉDIO			0	37	0	37
DETALHAMENTO DO PERFIL	Sexo	Feminino	0	9	0	9
		Masculino	0	28	0	28
	Curso	Padrão	0	28	0	28
		Profissionalizante	0	9	0	9
	Lotação	Capital	0	35	0	35
		Interior	0	2	0	2



Nível		MODALIDADES				
		Auxiliar do MP	Bolsista	Voluntário	Total	
NÍVEL SUPERIOR		115	751	58	924	
DETALHAMENTO DO PERFIL	Sexo	Feminino	68	468	36	572
		Masculino	47	283	22	352
	Curso	Direito	115	694	56	865
		Demais Cursos	0	57	2	59
	Lotação	Capital	12	336	6	354
		Interior	103	415	52	570
Estagiários Ativos		115	788	58	961	

No ano de 2004, a Unidade de Estágios, buscando desenvolver um programa de estágios que qualifique o conhecimento do estudante e que possa atender de forma ágil e eficiente às demandas de nossa Instituição, promoveu a publicação dos Provimentos 01/2004, 02/2004, 03/2004 e 04/2004, que definem as novas normas de estágio do Ministério Público, bem como passou a centralizar o controle de todas as modalidades de estágio existentes na Instituição. Outro fato relevante foi a rescisão do Termo de Acordo firmado com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH (Agente de Integração), viabilizando a completa administração do estágio na modalidade Bolsista, inclusive no que se refere a folha de pagamento. Todas estas mudanças resultaram em uma significativa redução dos custos operacionais e do tempo dispendido para a execução das rotinas internas.

3.2.4.4 Unidade de Concurso Públicos – UCP

A Unidade de Concursos Públicos foi criada em 14/06/2004, através do Provimento 23/2004, e ficou vinculada à Divisão de Recursos Humanos, tendo as seguintes atribuições:

- a) auxiliar os Presidentes das Comissões de Concursos no planejamento e na realização de todas as atividades vinculadas à realização de concursos;
- b) organizar e manter o arquivo de documentos dos concursos;
- c) manter atualizada a página de concursos na *homepage* do Ministério Público na Internet e na Intranet;
- d) prestar informações aos candidatos e demais órgãos interessados;
- e) pesquisar e prestar informações nos processos encaminhados à Unidade;
- f) fornecer atestados e certidões aos candidatos que prestem e/ou prestaram concursos no âmbito do Ministério Público.

Atividades desenvolvidas pela Unidade de Concursos Públicos em 2004:

1. Criação, juntamente com a Unidade de Arquivo, do Plano de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade da Unidade de Concursos. O referido projeto, até o encerramento deste relatório, estava para apreciação e aprovação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos;
2. Criação, juntamente com a Unidade de Aplicativos e Internet, da página da Unidade de Concursos na Intranet;
3. Atualização, remodelação e manutenção das informações sobre concursos na página da Unidade de Concursos na Internet;



4. Prestação de informações, a respeito de Concursos Públicos do Ministério Público, para compor processos administrativos e judiciais.

3.2.5 Divisão Administrativa

A Divisão Administrativa, atualmente, é composta por três Unidades: Unidade de Serviços Gerais, Unidade de Transportes e Unidade de Apoio Administrativo (Prédio do IPE e Foro Central).

3.2.5.1 Unidade de Serviços Gerais

A Unidade de Serviços Gerais presta apoio a toda Instituição do Ministério Público, atuando em âmbito estadual, seja por meio de sua equipe ou de contratos terceirizados, como no caso dos serviços de limpeza e conservação (141 postos), e, vigilância (33 postos) dos prédios do Ministério Público em Porto Alegre e interior do Estado. Através de certame licitatório, foi adquirido equipamento intercalador de papel para a gráfica da Instituição. Quanto aos equipamentos reprográficos, no total de 45, contamos com manutenção técnica contratada pelo período de 60 meses. Serviços realizados na gráfica:

DESCRIÇÃO	2001	2002	2003	2004
Off-set	1.454.169	887.224	582.648	432.691
Fotocópias	605.790	1.089.752	842.157	859.006
Livros recuperados Biblioteca			27	38
Encadernações			2.183	4.459
Mudanças Promotorias			30	37

3.2.5.2 Unidade De Transportes

A Unidade de Transportes é responsável por realizar o deslocamento de membros/servidores/material/equipamentos do Ministério Público em objeto de serviço em Porto Alegre e interior do Estado. Atualmente, a Unidade conta com a frota de 49 veículos, sendo 08 adquiridos neste exercício, e com 34 servidores na função de motoristas da Instituição.

DESCRIÇÃO	2001	2002	2003	2004
Quilometragem (Km)	756.625	652.902	904.410	1.391.667
Consumo de combustível (l)	85.376	97.577,80	107.728,06	155.285,75
Média de consumo (Km/l)	8,86	6,69	8,48	8,13
Gasto combustível e lubrificantes (R\$)	144.669,86	162.564,60	213.356,08	323.356,16

3.2.5.3 Unidade de Apoio Administrativo - Prédio IPERGS e Prédio Foro Central

A Unidade de Apoio Administrativo presta serviços de apoio e administrativos para as Promotorias estruturadas no prédio do IPE e também no Foro Central. A Unidade foi criada em maio de 2002, onde o maior referencial de serviços prestados são as diligências prestadas pelos Secretários de Diligências e auxiliares, chegando ao expressivo número de 190.203 processos encaminhados pelas Promotorias no exercício 2004.

3.2.6 Divisão de Suprimentos

A Divisão de Suprimentos foi criada em julho de 1999, por meio do Provimento nº 22/99, que dispõe sobre o regimento interno dos serviços de apoio administrativo vinculados à Direção-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça.



Sua missão é propor, implementar e supervisionar a política de aquisição de bens patrimoniais e materiais de consumo do Ministério Público, fazendo permanente análise crítica dos bens adquiridos, visando ao melhor uso do dinheiro público.

3.2.6.1 Unidade de Almoxarifado e Unidade de Patrimônio

As unidades de Almoxarifado e de Patrimônio têm por finalidade precípua exercer o controle e a guarda de bens destinados a suprir as necessidades dos serviços do Ministério Público.

Aquisições de bens ocorridas em 2004:

- Aquisições de bens de consumo – Almoxarifado: R\$ 2.867.248,64
- Aquisições de mobiliário em geral – Patrimônio: R\$ 4.352.037,69

3.2.6.2 Unidade de Compras

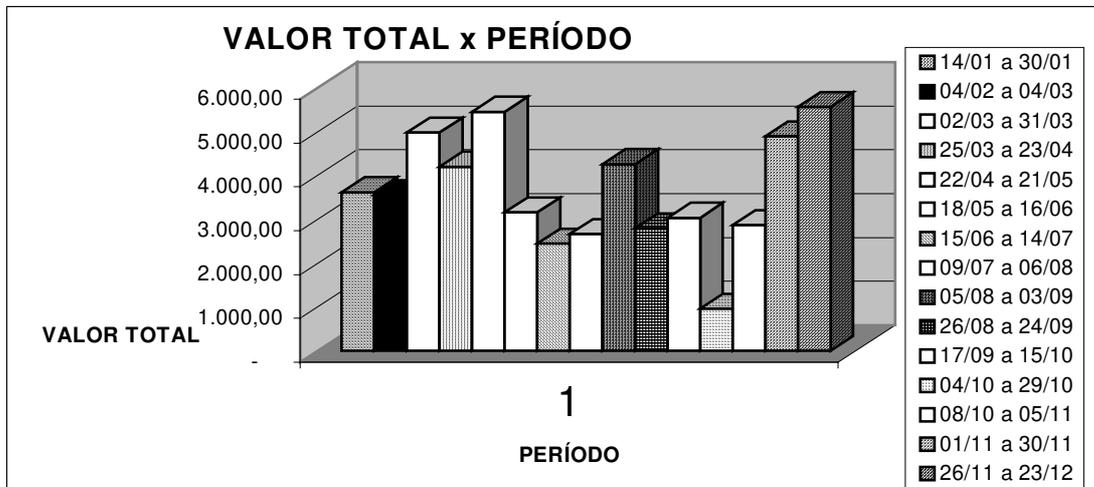
Sua incumbência é providenciar a cotação de preços que ocorrem antes de todas as despesas da Casa, seja por dispensa de licitação ou através de licitação, para dar previsibilidade orçamentária a cada uma.

Incumbe, também, à Unidade de Compras:

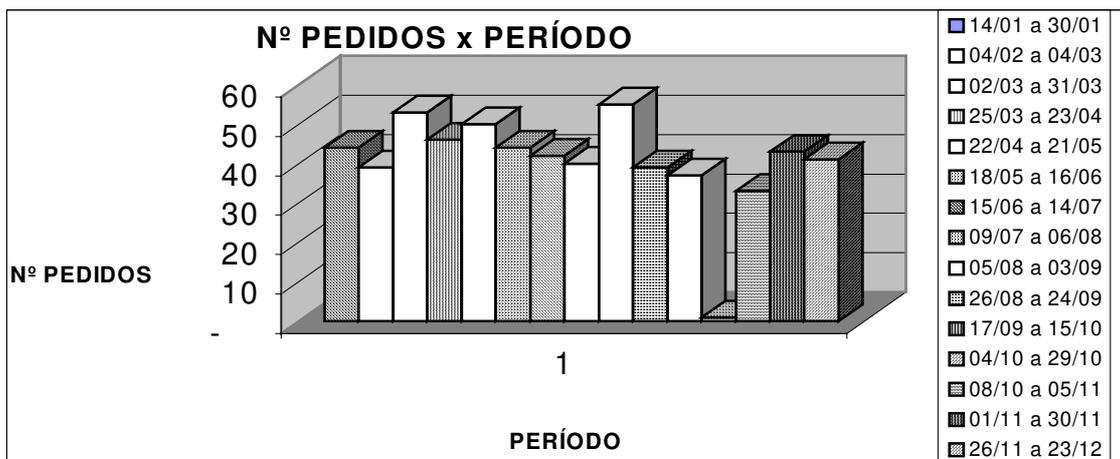
- a) realizar tomadas de preços para aquisição de materiais de consumo, de manutenção, bens patrimoniais e serviços;
- b) efetuar a compra de materiais de consumo, de manutenção, bens patrimoniais e serviços;
- c) prestar informações e assistir a Comissão Permanente de Licitações;
- d) manter atualizado o cadastro de fornecedores;
- e) propor as alterações necessárias no sistema de compras e cadastro de fornecedores, visando seu aperfeiçoamento.

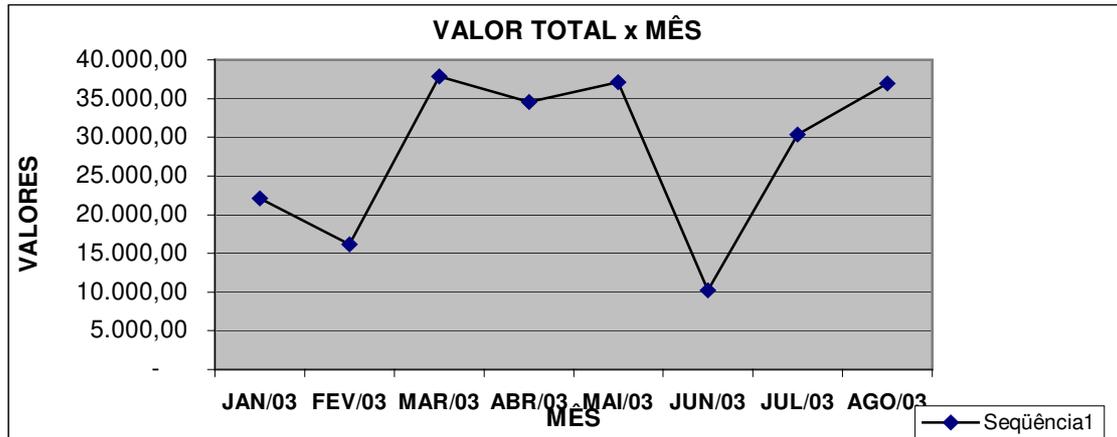
As atividades realizadas pela Unidade de Compras no exercício de 2004, até a data de 21/12/2004, foram as seguintes:

ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO			
PERÍODO	VALOR TOTAL	Nº PEDIDOS	Nº DOCUMENTOS
14/01 a 30/01	3.625,26	44	65
04/02 a 04/03	3.564,74	39	52
02/03 a 31/03	4.987,91	53	72
25/03 a 23/04	4.210,20	46	63
22/04 a 21/05	5.461,41	50	63
18/05 a 16/06	3.171,56	44	62
15/06 a 14/07	2.457,41	42	56
09/07 a 06/08	2.674,95	40	58
05/08 a 03/09	4.267,96	55	72
26/08 a 24/09	2.800,06	39	58
17/09 a 15/10	3.042,67	37	57
04/10 a 29/10	971,96	1	1
08/10 a 05/11	2.880,21	33	52
01/11 a 30/11	4.903,39	43	66
26/11 a 23/12	5.571,33	41	69
TOTAL	54.591,02	607	866

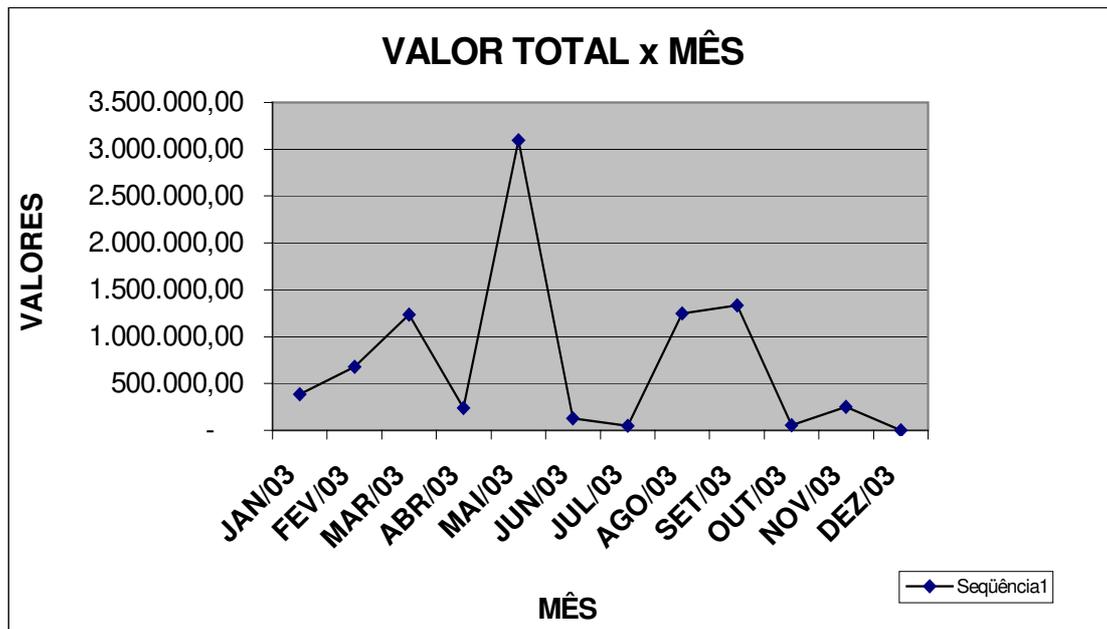


DISPENSA DE LICITAÇÃO		
MÊS	VALOR TOTAL NO MÊS	Nº PEDIDOS
JAN/03	22.095,00	11
FEV/03	16.188,28	7
MAR/03	37.851,82	16
ABR/03	34.531,74	15
MAI/03	37.087,75	18
JUN/03	10.258,00	6
JUL/03	30.388,13	17
AGO/03	36.942,26	19
SET/03	17.912,52	6
OUT/03	24.483,29	13
NOV/03	44.977,77	27
DEZ/03	13.375,34	8
TOTAL	326.091,90	163





LICITAÇÃO		
MÊS	VALOR TOTAL NO MÊS	Nº PEDIDOS
JAN/03	386.624,16	6
FEV/03	679.683,17	6
MAR/03	1.237.335,55	12
ABR/03	237.259,18	4
MAI/03	3.093.135,20	2
JUN/03	130.203,36	1
JUL/03	48.251,05	2
AGO/03	1.250.960,20	6
SET/03	1.333.128,30	2
OUT/03	54.983,06	2
NOV/03	253.224,61	2
DEZ/03	-	0
TOTAL	8.704.787,84	45



3.2.6.3 Unidade de Finanças e Pagadoria

É o setor encarregado da gestão financeira das despesas da Instituição, tendo por atribuição mais relevante a confecção das solicitações de empenho, as solicitações de liquidação e a efetivação dos pagamentos de todas as despesas, com exceção daquelas ligadas à folha de pessoal, gerando a previsão mensal dos custos fixos, oriundos dos contratos mantidos pelo Ministério Público.

CUSTOS FIXOS – 2004	
	Total Ano
LOCAÇÃO IMÓVEIS/ENCARGOS PESSOA FÍSICA	R\$ 961.775,92
LOCAÇÃO IMÓVEIS/ENCARGOS PESSOA JURÍDICA	R\$ 1.403.402,15
DESPESAS CONDOMÍNIO PRÉDIOS PRÓPRIOS	R\$ 534.406,02
ÁGUA	R\$ 161.874,22
ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 860.273,90
CUSTOS FIXOS – 2004	
COMUNICAÇÃO	R\$ 2.174.115,72
ASSISTÊNCIA TÉCNICA/LOCAÇÃO DE MÁQUINAS	R\$ 232.295,31
ESTAGIÁRIOS	R\$ 3.522.470,01
MONITORAMENTO – ZELADORIA	R\$ 4.504,97
CORREIOS	R\$ 480.481,86
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	R\$ 247.954,18
PUBLICAÇÕES LEGAIS	R\$ 351.740,40
CONSULTORIA	R\$ 105.360,00
ACESSO SITE JURISPRUDÊNCIA	R\$ 3.142,76
SERVIÇOS CONDUÇÃO VEÍCULOS	R\$ 54.871,25



CUSTOS FIXOS – 2004	
	Total Ano
MONITORAMENTO RÁDIO E TV	R\$ 12.373,20
REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA	R\$ 74.327,82
CÓPIAS REPROGRÁFICAS E HELIOGRÁFICAS	R\$ 160.757,35
VIGILÂNCIA	R\$ 1.685.458,48
PROCERGS	R\$ 659.177,34
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$ 2.377.007,17
TRANSPORTE AÉREO	R\$ 407.262,38
RESSARCIMENTO SERVIDORES CEDIDOS	R\$ 33.727,57
IPE SAÚDE	R\$ 7.545.609,88
TOTAL	R\$ 24.054.369,86
<i>(Unidade de Finanças e Pagadoria - 21.12.2004)</i>	

3.2.7 Divisão de Desenvolvimento Organizacional

A Divisão de Desenvolvimento Organizacional, vinculada à Direção-Geral, foi criada com o intuito de concentrar, em uma só estrutura, as atividades para desenvolvimento de processos de planejamento estratégico e desenvolvimento organizacional - atividades de organização e métodos em âmbito administrativo e institucional.

A Divisão é atualmente composta pelas Unidades de Organização e Métodos e Organização e Desenvolvimento Institucional.

Entre os trabalhos que foram desenvolvidos no Gabinete da Divisão, destacam-se:

- Monitoramento do Planejamento Estratégico da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.
- Participação na Comissão de desenvolvimento de novo padrão de mobiliário para o Ministério Público.
- Participação no Grupo de Apoio Técnico – GAT -, responsável por municiar o Comitê de Racionalização de Gastos, fornecendo informações referentes às despesas efetuadas pela Instituição.
- Participação na Comissão de Estágio Probatório.
- Participação na Comissão de Promoções da Procuradoria-Geral de Justiça.
- Participação na Comissão Permanente de Informática.
- Participação na Comissão de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
- Participação no grupo responsável pela implantação da Campanha Contra o Desperdício no âmbito do Ministério Público.
- Participação no treinamento inicial de novos servidores.
- Participação na formatação e implantação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF.
- Participação no grupo que estuda a implantação do novo sistema de administração financeira do Estado do RGS, no âmbito do Ministério Público (substituição do AFE pelo FPE).
- Execução da atividade de Pregoeiro do Ministério Público, em virtude da implantação de licitação na modalidade de pregão.



3.2.7.1 Unidade de Organização e Métodos

Na área de organização e métodos destacaram-se, em 2004, entre as diversas atividades realizadas, os seguintes trabalhos:

- Estudo para a racionalização na expedição de contracheques;
- Desenvolvimento de procedimentos para controlar gastos com cartão-correio;
- Projeto para aperfeiçoamento do planejamento do Serviço Biomédico;
- Projeto de criação da agenda eletrônica do Serviço Biomédico;
- Projeto de formação de gestores de contratos do Ministério Público;
- Descrição de sistema para a Unidade de Transportes;
- Diagnóstico da Divisão de Informática;
- Análise Administrativa da Unidade de Apoio Administrativo do Prédio do IPERGS e Foro Central;
- Reorganização do Serviço das Telefonistas;
- Acompanhamento da transferência da administração dos estágios;
- Revisão do Manual de integração de novos servidores;
- Análise Administrativa da Assessoria Jurídica da Direção-Geral;
- Apoio ao Desenvolvimento de Sistema para a Unidade de Arquivo;
- Reorganização das Unidades de Apoio ao Usuário e Equipamentos;
- Análise do Processo de Compras;
- Participação na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos;
- Participação na Comissão de Avaliação do Estágio Probatório;
- Participação na Comissão de Estudos para a implantação do Protocolo Único no Ministério Público;
- Construção da página da UO&M na intranet do Ministério Público.

3.2.7.2 Unidade de Organização e Desenvolvimento Institucional

A Unidade de Organização e Desenvolvimento Institucional foi criada para desenvolver análises administrativas e projetos organizacionais nas áreas institucionais, tendo herdado da Unidade de Organização e Métodos os projetos já em andamento, tais como:

- Implantação do Sistema Gerenciador de Promotorias em 87 Promotorias de Justiça de Entrância Inicial, 07 Promotorias de Entrância Intermediária e 01 Promotoria de Entrância Final, ao longo de 2004;
- Implantação do SGP na Corregedoria-Geral do Ministério Público;
- Participação nas Comissões para Desenvolvimento da nova página da Intranet e Internet e Comissão Permanente de Informática;
- Finalização da Análise Administrativa dos Conselhos Tutelares;
- Participação no desenvolvimento do Projeto de “Gestão de Unidades Administrativas”, em conjunto com o CEAF, cuja implantação do projeto-piloto está sendo realizada na Secretaria dos Órgãos Colegiados;
- Coordenação do procedimento de desenvolvimento do Planejamento Estratégico da Secretaria dos Órgãos Colegiados;
- Análise para a implantação da base de dados do Memorial do Ministério Público, desenvolvido pela Unidade de Aplicativos e Internet a pedido do Memorial;
- Elaboração de base de dados para a Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre e para o Memorial do Ministério Público.



3.2.8 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

3.2.8.1 Unidade de Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional

A Unidade de Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional tem por objetivo realizar estudos sobre Educação Corporativa no âmbito do Ministério Público, a fim de operacionalizar ações alinhadas ao Plano Anual de Atuação Institucional e ao Plano Anual de Atuação Administrativa, no sentido de treinar e desenvolver Membros e Servidores, bem como auxiliar as diversas áreas em suas ações atinentes à disseminação de políticas e valores institucionais, servindo-se de quadro próprio, de contratações externas e também mobilizando potenciais de outros setores da Casa, com a finalidade de atingir seus objetivos.

I – Capacitação

Dados Básicos Referentes ao Ano de 2004

Nº TOTAL DE SERVIDORES E MEMBROS NA INSTITUIÇÃO	2.352
Nº DE PARTICIPAÇÕES EM CURSOS	2.690
INVESTIMENTO TOTAL	875.712,22
TOTAL DE HORAS DE TREINAMENTO	7.706
HORAS DE TREINAMENTO POR MEMBRO E SERVIDOR	3,28

* Posição de registro do Banco de Dados da Instituição em 20/12/2004.

Distribuição do Investimento por Programa de Capacitação

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO	VALOR EM R\$	% Representativo
APERFEIÇOAMENTO NA ÁREA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS	400,00	0,05%
APERFEIÇOAMENTO PARA AS ÁREAS ADMINISTRATIVAS	37.098,00	4,24%
ATENDIMENTO AO CIDADÃO	4.450,00	0,51%
CICLO DE DEBATES PARA MEMBROS	11.423,96	1,30%
CONGRESSOS E SIMILARES DIVERSOS	44.270,00	5,06%
DEMANDAS ISOLADAS DE MEMBROS	139.449,03	15,92%
DEMANDAS ISOLADAS DE SERVIDORES	25.511,88	2,91%
DILIGÊNCIAS	29.503,00	3,37%
DIREITO CIVIL	1.500,00	0,17%
DIREITO PENAL	112.398,00	12,84%
DIVISÃO DE INFORMÁTICA - DESENVOLVEDOR	108.392,04	12,38%
FORMAÇÃO DE GESTORES	61.000,00	6,97%
GESTÃO DE PROMOTORIAS	47.920,00	5,47%
GESTÃO DOCUMENTAL	38.229,05	4,37%
INFORMÁTICA AVANÇADA PARA USUÁRIOS	2.185,25	0,25%
INFORMÁTICA BÁSICA	13.630,16	1,56%
LÍNGUA PORTUGUESA	29.913,00	3,42%
QUALIDADE DE VIDA	2.000,00	0,23%
TREINAMENTO INICIAL	166.438,85	18,98%
TOTAIS	875.712,22	100,00%



II – Estágio Probatório

Em razão dos concursos realizados, há, hoje, muitos servidores em estágio probatório, que têm tido a atenção das áreas de capacitação e treinamento.

Dados básicos referentes ao ano de 2004:

- Servidores em estágio probatório: 862
- Reuniões realizadas: 18
- Reuniões ordinárias: 112
- Reuniões extraordinárias: 6
- Média de processos relatados por reunião: 75
- Diligências realizadas: 95
- Encaminhamentos para treinamento: Atualmente, as eventuais solicitações de treinamento da chefia imediata e/ou do servidor avaliando são automaticamente analisadas pelo CEAF.
- Exonerações a pedido: 117
- Confirmações de estabilidade: 121

III – Promoções

No exercício de 2004, não foram concluídos processos de Promoção de Servidores. Há Promoções em andamento referentes ao **Período Avaliativo de 01/06/03 a 30/11/2004**.

Encontram-se abertas vagas para os seguintes cargos e classes:

Cargo	Classe	Vagas para Promoção (Efetivas)	Vagas para Promoção (Projetadas)	Critério da Primeira vaga	Período Avaliativo
Agente Administrativo	N	34	* 02	Merecimento	01/06/2003 a 30/11/2004
Agente Administrativo	O	02	--	Antigüidade	01/06/2003 a 30/11/2004
Artífice Construção Civil	H	02		Merecimento	01/06/2003 a 30/11/2004
Artífice Eletricidade	H	02		Merecimento	01/06/2003 a 30/11/2004
Artífice Eletromecânica	H	02		Merecimento	01/06/2003 a 30/11/2004
Artífice Marcenaria e Carpintaria	H	02		Merecimento	01/06/2003 a 30/11/2004
Artífice Hidráulica	H	01		Merecimento	01/06/2003 a 30/11/2004
Artífice Serralheria	H	01		Merecimento	01/06/2003 a 30/11/2004
Artífice Produção Gráfica	H	01		Merecimento	01/06/2003 a 30/11/2004
Artífice Telefonia e Informática	H	04		Merecimento	01/06/2003 a 30/11/2004
Motorista	G	--	* 02	Antigüidade	01/06/2003 a 30/11/2004



Cargo	Classe	Vagas para Promoção (Efetivas)	Vagas para Promoção (Projetadas)	Critério da Primeira vaga	Período Avaliativo
Motorista	H	02		Merecimento	01/06/2003 a 30/11/2004
Secretário de Diligências	N	29	* 05	Merecimento	01/06/2003 a 30/11/2004
Secretário de Diligências	O	05	--	Merecimento	01/06/2003 a 30/11/2004

- As "vagas projetadas" são expectativas em função de eventuais promoções na classe imediatamente superior (artº 6º do Provimento 48/2002).

3.2.9 Divisão de Arquitetura e Engenharia

A Divisão de Arquitetura e Engenharia presta apoio à efetivação dos investimentos do Ministério Público, auxiliando nos processos licitatórios e acompanhando e fiscalizando a realização de obras estruturais que, hoje, têm dado dignidade ao trabalho desenvolvido pelos membros do Ministério Público.

RELAÇÃO DE OBRAS

LOCALIDADE	OBRA NOVA	ÁREA	2003 R\$	2004 R\$	2004 R\$	2003 R\$	CUST O
	REFORMA	m²	CONTRATO	CONTRATO	ADITIVOS	ADITIVOS	CUB P/ m²
ALEGRETE	MANUTENÇÃO	-	0,00	13.018,89	0,00	0,00	-
ALTO PETRÓPOLIS	DEMOLIÇÃO	-	0,00	3.800,00	0,00	0,00	-
BAGÉ	REDE AT	-	0,00	14.976,00	0,00	0,00	-
BAGÉ	OBRA NOVA	790	669.942,09	-	2.476,84	0,00	1,15
BENTO GONÇALVES	DIVISÓRIAS	-	0,00	12.152,06	0,00	0,00	-
BIOMÉDICO	REFORMA	164	0,00	32.923,88	0,00	0,00	0,25
BUTIÁ	REFORMA	248	0,00	99.000,00	0,00	0,00	0,48
CACHOERINHA	OBRA NOVA	696	-	634.850,24			
CAMAQUÁ I	OBRA NOVA	385	289.093,40	-	0,00	0,00	-
CAMAQUÁ II	CONTINUAÇÃO	-	176.354,20	-	0,00	0,00	1,39
CAMPO BOM	OBRA NOVA	301		348.379,82			
CANELA	LOCAÇÃO	43		7.877,53	0,00	0,00	0,22
CANDELÁRIA	REFORMA	268	72.753,79	-	0,00	0,00	0,36
CAXIAS	OBRA NOVA	3098	2.323.186,95				
CENTRO INTEGRADO	OBRA NOVA	207	300.000,00	-	0,00	0,00	-
CERRO LARGO	LOCAÇÃO	57	0,00	9.093,42	0,00	0,00	0,2
CRUZ ALTA	OBRA NOVA	663	0,00	540.112,29			
DOIS IRMÃOS	LOCAÇÃO	140		14.990,40	0,00	0,00	0,43
ENCANTADO	LOCAÇÃO	364	-	14.601,73	0,00	0,00	0,05
ERECHIM	OBRA NOVA	697		666.769,44			
FARROUPILHA	MANUTENÇÃO	-	-	9.158,28	2.548,28	0,00	-
FELIZ	LOCAÇÃO	94	-	14.439,51	0,00	0,00	0,2
FLORES DA CUNHA	OBRA NOVA	227	262.175,74	CONTRATO RESCINDIDO	C/ MULTA	0,00	-
FLORES DA CUNHA	RETOMADA	-	0,00	202.787,24	0,00	0,00	1,41
GIRUÁ	OBRA NOVA	227	234.903,46	-	0,00	0,00	1,43
GUAÍBA	OBRA NOVA	1346		1.028.953,30			
GUAPORÉ	OBRA NOVA	273	289.796,35		4.826,51	0,00	1,46
HORIZONTALINA	REFORMA	170	40.585,28	-	0,00	0,00	0,34
ITAQUI	LOCAÇÃO	121	0,00	14.635,09	0,00	0,00	0,15
JAGUARÃO	OBRA NOVA	266		289.781,50			
JAGUARI	LOCAÇÃO	116		14.959,96	0,00	0,00	0,43
JÚLIO DE CASTILHOS	LOCAÇÃO F	38	0,00	1.087,13	0,00	0,00	0,04
LAJEADO	OBRA NOVA	733		687.797,95			
LAVRAS	LOCAÇÃO	30	0,00	6.923,35	0,00	0,00	0,3
LAVRAS	OBRA NOVA	172		238.817,21			
MARAU	OBRA NOVA	310		324.267,77			



LOCALIDADE	OBRA NOVA	ÁREA	2003 R\$	2004 R\$	2004 R\$	2003 R\$	CUST O
	REFORMA	m²	CONTRATO	CONTRATO	ADITIVOS	ADITIVOS	CUB P/ m²
NOVO HAMBURGO	OBRA NOVA	3100	-	1.814.167,08			
NOVO HAMBURGO	ESTACIONAMENTO	-	0,00	13.053,33	0,00	0,00	-
NONOAI	OBRA NOVA	136		197.032,00			
NOVA PETRÓPOLIS	OBRA NOVA	220					
OTTO NIEMEYER	DEMOLIÇÃO	-		5.600,00	0,00	0,00	-
PALÁCIO	ACÚSTICA	-		6.270,00	0,00	0,00	-
PALÁCIO	CHAPAS	-	0,00	1.380,00	0,00	0,00	-
PALÁCIO	CAMERAS	-	0,00	19.354,00	0,00	0,00	-
PALÁCIO	MEDIDORES	-	0,00	3.043,72	0,00	0,00	-
PALÁCIO	SERPENT.	-		50.820,00	0,00	0,00	-
PALMEIRA DAS MISSÕES	PÓS OBRA	-	0,00	27.205,00	0,00	0,00	-
PANAMBI	OBRA NOVA	266		280.587,75			
PELOTAS	OBRA NOVA	3068	2.131.979,98		0,00	0,00	0,86
PINHEIRO MACHADO	OBRA NOVA	136		208.540,40			
PIRATINI	REFORMA	170	63.303,48	0,00	0,00	0,00	0,46
PLANALTO	OBRA NOVA	136		199.119,97			
PORTO XAVIER	OBRA NOVA	136	0,00	166.405,78	0,00	0,00	1,57
QUARAI	OBRA NOVA	136		168.884,94	5.023,15	0,00	1,64
QUARAI - FORO	LOCAÇÃO F	33	0,00	0,00	0,00	0,00	-
RESTINGA SECA	OBRA NOVA	136		204.991,82			
RODEIO BONITO	LOCAÇÃO F	32	0,00	2.147,16	0,00	0,00	0,08
SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	REFORMA	227	0,00	78.315,46	0,00	0,00	0,42
SÃO FRANCISCO DE PAULA	LOCAÇÃO	25	0,00	5.620,18	0,00	0,00	0,29
SÃO JOSÉ DO NORTE	ESTABILIZ.	520	130.768,65	0,00	0,00	0,00	0,33
SÃO LOURENÇO	MANUTENÇÃO	-	0,00	6.070,48	0,00	0,00	-
SANTA MARIA	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO	-	#REF!	680,00	0,00	0,00	-
SANTA MARIA	ESTACIONAMENTO	-	0,00	5.250,34	3.120,00	0,00	-
SANTANA TR.	DIVISÓRIAS	-	0,00	2.025,00	0,00	0,00	-
SANTANA	OBRA NOVA	4516	3.151.955,67	CONTRATO/ REAJUSTE	15.376,96	0,00	0,93
SANTANA	REFORMA	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SÃO BORJA	OBRA NOVA	697	501.870,11	0,00	0,00	0,00	0,95
SÃO FRANCISCO DE ASSIS	FOSSA	-	0,00	693,00	0,00	0,00	-
SÃO LEOPOLDO	OBRA NOVA	2250		1.752.615,78			
SÃO MARCOS	OBRA NOVA	227	0,00	325.050,72	0,00	0,00	1,38
SÃO SEPÉ	LOCAÇÃO F	39	0,00	2.583,55	0,00	0,00	0,08
SÃO SEPÉ	OBRA NOVA	314		330.084,30			
SAPUCAIA	OBRA NOVA	723		688.166,32			
SAPUCAIA	DEMOLIÇÃO	-	-	11.600,00	0,00	0,00	-
SEDE MP	OBRA NOVA	25186	30.810.624,90	CONTRATO/ REAJUSTE	-		
SOBRADINHO	REFORMA	170	43.998,34	0,00	0,00	0,00	0,46
SOBRADINHO	TELHADO	-	8.751,04	-	0,00	0,00	-
SOLEDADE	BANHEIRO	6	0,00	8.406,81	0,00	0,00	-
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	LOCAÇÃO	160	0,00	14.668,34	0,00	0,00	0,11
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES	LOCAÇÃO	86	0,00	14.231,25	0,00	0,00	0,21
SANTO AUGUSTO	OBRA NOVA	310		309.820,63			
SANTO ANGELO	MANUTENÇÃO	-		14.249,32	0,00	0,00	0,43
TAPEJARA	LOCAÇÃO	57	0,00	12.933,48	0,00	0,00	0,28
TAPERA	OBRA NOVA	224		263.109,43			
TAPES	OBRA NOVA	356	326.987,08		0,00	0,00	1,22
TAQUARA	OBRA NOVA	934	0,00	846.512,14			
TRISTEZA	PINTURA	-	0,00	13.873,15	0,00	0,00	-
TUPANCIRETÁ	LOCAÇÃO F	47	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TUPANCIRETÁ	OBRA NOVA	136		193.512,01			



LOCALIDADE	OBRA NOVA	ÁREA	2003 R\$	2004 R\$	2004 R\$	2003 R\$	CUSTO
	REFORMA	m²	CONTRATO	CONTRATO	ADITIVOS	ADITIVOS	CUB P/ m²
URUGUAIANA	REFORMA	31	0,00	7.088,26	0,00	0,00	-
VENÂNCIO AIRES	OBRA NOVA	641	0,00	561.410,40	0,00	0,00	1,08
VERANÓPOLIS	OBRA NOVA	268		268.034,58			
	TOTAL M2	58.099					
				R\$ CONTRAT.	R\$ ADITIVOS		
	obras concluídas		SUB-TOT.	14.351.361,87	33.371,74		
	obras em andamento		TOTAL R\$	14.384.733,61			
				MÉDIA OBRAS NOVAS / 99 A 04	CUB P/M2		1.20
				MÉDIA REFORMAS / 99 A 04	CUB P/M2		0.43
				MÉDIA LOCAÇÕES / 99 A 04	CUB P/M2		0.18

OBS: O CUSTO CUB/M2 é lançado na planilha após a conclusão de todo o contrato.
 Nas obras concluídas, o CUB é indexado conforme as datas dos pagamentos das medições acrescido de todos os custos das contratações e serviços pertinentes à obra.

RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS

LOCAL	OBRA	ÁREA m²
ANTÔNIO PRADO	OBRA NOVA	135
CAMPO BOM	OBRA NOVA	300
ERECHIM	OBRA NOVA	696
JAGUARÃO	OBRA NOVA	300
LAJEADO	OBRA NOVA	950
LAVRAS SUL	OBRA NOVA	135
MARAU	OBRA NOVA	300
NOVA PETRÓPOLIS	OBRA NOVA	135
NONOAI	OBRA NOVA	135
PINHEIRO MACHADO	OBRA NOVA	135
PANAMBI	OBRA NOVA	300
PLANALTO	OBRA NOVA	135
RESTINGA SECA	OBRA NOVA	135
RIO GRANDE	OBRA NOVA	950
SÃO SEPÉ	OBRA NOVA	300
SAPUCAIA	OBRA NOVA	700
SANTO AUGUSTO	OBRA NOVA	300
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES	OBRA NOVA	135
TAPERA	OBRA NOVA	200
TUPANCIRETÁ	OBRA NOVA	135



LOCAL	OBRA	ÁREA m ²
VERANÓPOLIS	OBRA NOVA	300
BUTIÁ	REFORMA	135
CRISSIUMAL	REFORMA	140
SÃO JOSÉ DO NORTE	RESTAURO	520
CACEQUI	OBRA NOVA	135
CANGUÇU	OBRA NOVA	300
DOM PEDRITO	OBRA NOVA	400
ENCRUZILHADA DO SUL	OBRA NOVA	135
GARIBALDI	OBRA NOVA	135
GUARANI DAS MISSÕES	OBRA NOVA	135
JAGUARI	OBRA NOVA	135
NÃO-ME-TOQUE	OBRA NOVA	300
PARTENON – PORTO ALEGRE	OBRA NOVA	450
RESTINGA – PORTO ALEGRE	OBRA NOVA	450
SÃO FRANCISCO DE PAULA	OBRA NOVA	135
SARANDI – PORTO ALEGRE	OBRA NOVA	450
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	OBRA NOVA	400
SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	OBRA NOVA	300
TEUTÔNIA	OBRA NOVA	135
TRISTEZA – PORTO ALEGRE	OBRA NOVA	450
GENERAL CÂMARA	REFORMA	140
	TOTAL M2	12.191

RELAÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS REALIZADOS

LAUDO	OBJETO
ALTO PETRÓPOLIS	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
AV. PERNAMBUCO – PORTO ALEGRE	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
CAMPINA DAS MISSÕES	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
CANELA	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
CONSTANTINA	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA LOCAÇÃO
CONSTANTINA	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA LOCAÇÃO
DOIS IRMÃOS	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA LOCAÇÃO
GARIBALDI	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
GRAMADO	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
ITAQUI	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA LOCAÇÃO



LAUDO	OBJETO
JAGUARI	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA LOCAÇÃO
JÚLIO DE CASTILHOS	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
LAJEADO	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
LAVRAS	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA LOCAÇÃO
OSÓRIO	LAUDO PERICIAL N. 004/01
PAROBÉ	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
PORTÃO	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA LOCAÇÃO
RESTINGA SECA	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
SÃO BORJA	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
SÃO FRANCISCO DE PAULA	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA LOCAÇÃO
SÃO FRANCISCO DE PAULA	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
SEBERI	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA LOCAÇÃO
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA LOCAÇÃO
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
SANTO ANTONIO DAS MISSÕES	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA LOCAÇÃO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
TAPEJARA	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
TAQUARI	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
TEUTÔNIA	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
TRÊS COROAS	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
VERA CRUZ	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO
VIAMÃO	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA LOCAÇÃO
TENENTE PORTELA	LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA TERRENO

3.2.9.1 Unidade de Manutenção

A Unidade de Manutenção, subordinada à Divisão de Arquitetura e Engenharia desta Procuradoria-Geral de Justiça, tem a finalidade de atender às solicitações de todos os Setores da casa e também de todas as Promotorias de Justiça, não só locais, como do Interior do Estado, assim como dos Foros Regionais na Capital.

A Unidade conta com 7 (sete) Áreas de Atendimento de Serviços, conforme abaixo explanado, dando ainda suporte técnico aos eventos realizados na Sala Conselheiro Nilo da Silva Marques, Anfiteatro e Auditório do Palácio do Ministério Público e a inaugurações de Promotorias de Justiça da capital e interior do Estado, responsabilizando-se pela sonorização e gravação, disponibilizando tribuna, bandeiras, tela de projeção e toda infraestrutura necessária para sua realização.

Setor de Construção Civil

Execução de reformas em geral, tais como reparos e substituição de carpetes, pinturas, reparos em telhados, impermeabilizações em calhas e algerosas, pequenas reformas, limpezas e retirada de calças.



Setor de Manutenção Elétrica

Execução de instalações elétricas diversas, de baixa tensão, substituição de disjuntores, lâmpadas, reatores, aterramento, monitoração de fator de potência.

Setor de Manutenção Hidráulica

Manutenção e conserto de válvulas de descarga, controle de consumo de água dos prédios do Ministério Público, consertos na rede de água e esgoto, tais como vazamentos, entupimentos e substituição de componentes, instalação e manutenção de bebedouros, entre outros.

Setor de Marcenaria

Execução de divisórias leves, confecção de móveis, prateleiras, murais e armários sob medida, paqueterias e escabelos, colocação de vidros, execução de marcos e guarnições para ar condicionado, reforma e confecção de esquadrias em geral.

Setor de Refrigeração

Instalação, conserto e substituição de aparelhos de ar condicionado de janela; operação do sistema de ar condicionado central do Palácio do Ministério Público; consertos de bebedouros d'água e refrigeradores; limpeza e lavagem dos filtros, entre outros.

Setor de Serralheria

Fabricação de grades e esquadrias de ferro em geral, consertos em portões, fechaduras, solda elétrica e pinturas.

Setor de Telefonia

É o responsável por toda a comunicação do Ministério Público, efetuando serviços de Instalação, programação e conserto de centrais telefônicas, geração de tarifação das ligações executadas, instalação de ramais e linhas telefônicas, conserto de aparelhos telefônicos e de fax, confecção de extensões e instalação de pontos telefônicos, manutenção das redes de telefonia em geral. O Setor de telefonia deu início no ano de 2004 a um projeto de modernização do sistema de telefonia da instituição, no qual foi criado um plano de numeração exclusivo para todas as localidades do Estado, sendo que foram adquiridos 30 novos PABX que possibilitam o tráfego de voz sobre IP (através do link de dados utilizado pela informática). O sistema VOIP já foi implantado nas localidades de Torres, Capão da Canoa, Tramandaí, Osório, Passo Fundo, São Luiz Gonzaga e Pelotas, permitindo a comunicação via ramal, com a discagem de apenas 4 dígitos, de forma transparente para o usuário. Também foi adquirido um novo sistema de tarifação que está em fase de implantação, o qual irá atender 48 localidades de Porto Alegre e interior do Estado, possibilitando o monitoramento de todas as ligações executadas por estas localidades, inclusive gerando relatórios por ramal e centros de custo.

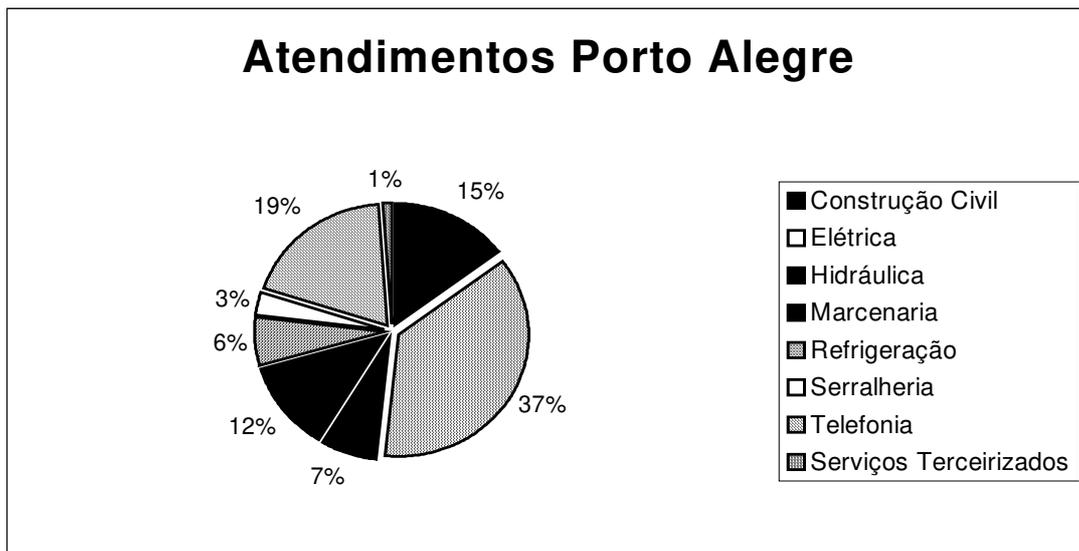
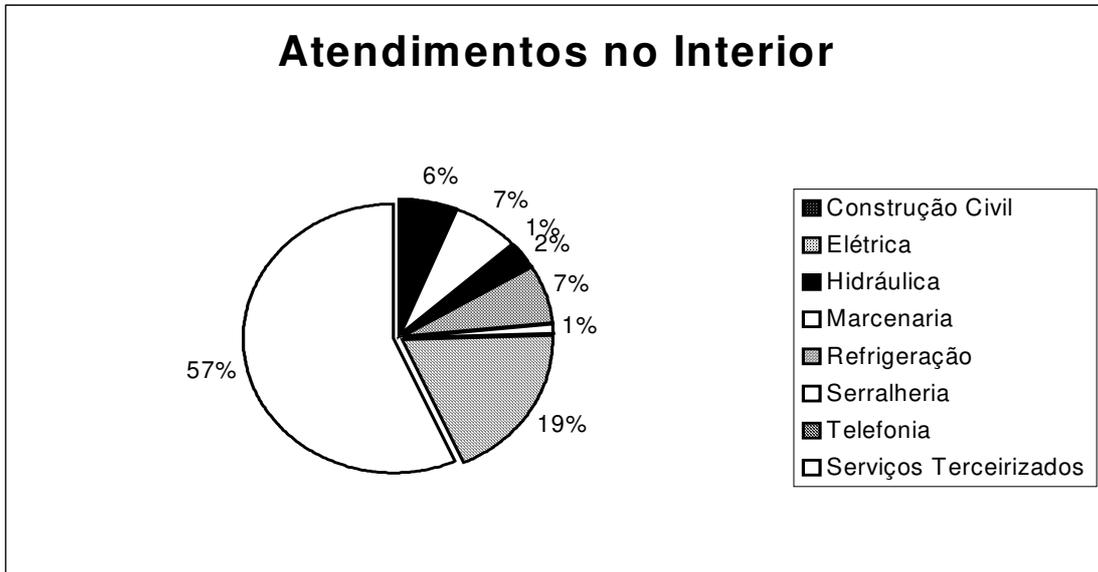
Terceirização de Serviços

A terceirização de serviços de manutenção ocorre sempre que é viável a solução do problema através da contratação de um profissional da localidade, em serviços de baixa complexidade ou emergenciais, possibilitando desta forma um atendimento mais rápido e com um menor custo para a instituição.

No ano de 2004 foram terceirizados mais de 50% das solicitações de serviços no interior do Estado.



Demonstrativos de Atendimentos – Ano 2004



A Unidade de Manutenção conta hoje com 32 servidores e 4 estagiários, distribuídos em sete áreas de atuação, nos seguintes endereços:

- Telefonia (5)– Prédio Sede do MP, 12º andar
- Manutenção Elétrica (4)– Prédio Sede do MP, 21º andar
- Construção Civil (3)– Prédio Sede do MP, 21º andar
- Inst. Hidrossanitárias (2)– Prédio Sede do MP, 21º andar
- Marcenaria (4)– Rua Fernando Machado, 832 - Centro
- Serralheria (1)– Rua Fernando Machado, 832 - Centro
- Refrigeração (5)– Rua Vespúcio de Abreu, 39 – Bairro Santana
- Coordenação Técnica (8)– Rua Gal. Câmara. 352 – 3º andar – Centro



3.2.10 Divisão de Documentação

A Divisão de Documentação, instituída através do Provimento n.º 18/2000, estabeleceu, para o exercício de 2004, no Planejamento Geral de Atuação Administrativa – PGAA – e em seu Plano de Trabalho, metas desdobradas em programas, projetos e atividades, tendo como prioridades a efetivação de procedimentos para implantação da Política de Gestão da Informação, o andamento à implantação/implementação da Política Arquivística nos diversos Órgãos/Setores e a continuidade ao processo de democratização das informações registradas em Protocolo, assim como racionalização das operações tanto de Protocolo quanto de Expedição.

Além de realizar as ações que lhe são atribuídas, seja por força do Provimento ou no desenvolvimento das demais atividades cotidianas, a Divisão participou de eventos voltados para o público interno, a saber:

Público-Alvo	Quando	Carga Horária
Curso de Capacitação para Novos Promotores e participação no mesmo Curso em conjunto com a CPAD	1º.04	01h50min
	12.04	01h50min
Treinamento Inicial para Secretários de Diligências – Turma 01	16.04	01h50min
Treinamento Inicial para Secretários de Diligências – Turma 02	07.05	01h50min
Treinamento Inicial para Assessores Jurídicos – Turma 01	21.05	01h50min
Treinamento Inicial para Assessores Jurídicos – Turma 02	04.06	01h50min
Treinamento Inicial para Assistentes de Promotoria	25.06	01h50min
Treinamento Inicial para Agentes Administrativos – Turma 01	13.08	01h50min
Treinamento Inicial para Agentes Administrativos – Turma 02	26.08	01h50min
Treinamento Inicial para Agente Administrativo com Necessidades Especiais	27.08	01h30min

Dentro da política de qualificação permanente do quadro de pessoal promovido pelo Ministério Público – RS, através da então UCAP e hoje CEAF/UCAF, a Coordenação da Divisão participou do Curso de Dicção, Oratória e Desinibição, com duração de 20 horas, além de estar participando do Programa de Formação de Gestores do Ministério Público RS – Fase 2 – Módulo II: Competências para a Gestão Pública, com carga horária prevista de 360 horas. A Assessora da Divisão de Documentação participou do Evento de Capacitação - Punição de Ilícitos na Administração Pública e do Curso de Capacitação de Facilitadores no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

A Divisão de Documentação compreende a Unidade de Protocolo e Expedição e a Unidade de Arquivo.

3.2.10.1 Unidade de Protocolo e Expedição

Capacitação de Pessoal

A Coordenação da Unidade de Protocolo e Expedição e seus servidores participaram dos seguintes Cursos de Capacitação:



- ⇒ Língua Brasileira de Sinais (Libras) – 01 servidor
- ⇒ Treinamento contra incêndio - 01 servidor
- ⇒ Dicção, Oratória e Desinibição – 02 servidores
- ⇒ Formação de Gestores, Fase II, Módulo II (em andamento) – 02 servidores
- ⇒ Gestor de Contratos - 02 servidores
- ⇒ Facilitadores no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – 01 servidor
- ⇒ A Reforma Administrativa e a Previdência Social – 01 servidor

Ações de Protocolo

Para o exercício de 2004, definiram-se metas contidas no Programa de Racionalização das Operações de Protocolo e respectivos Projetos Específicos, quais sejam: Projeto de Controle das Informações de SPI e Projeto Protocolo Único.

As operações de Protocolo englobam tanto as relativas ao registro de entrada e distribuição de correspondências, documentos e volumes, quanto as de autuação.

Em relação às de autuação, durante o exercício de 2004, com projeção até final de dezembro, as movimentações de Protocolo no Sistema de Protocolo Integrado – SPI – corresponderam a 268.276 transações, 32,22% menor que em 2003, assim distribuídas:

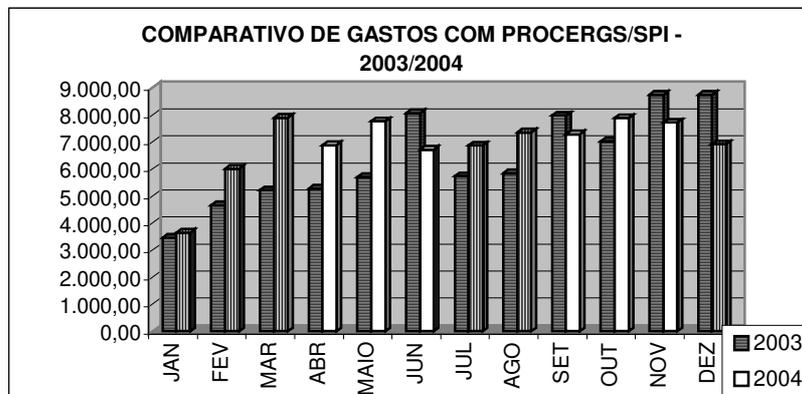
TIPO DE OPERAÇÃO	2003¹²	2004
PROTOCOLO		
✓ Inclusão	29.404	20.184
✓ Alteração	1.878	2.242
✓ Exclusão	219	532
✓ Anexação	682	478
✓ Arquivamento	11.173	7.169
✓ Desanexação	20	00
✓ Desarquivamento	6.377	2.727
✓ Inclusão req. Processo Coletivo	24	29
✓ Alteração req. Processo Coletivo	29	60
✓ Exclusão req. Processo Coletivo	70	88
TOTAL PROTOCOLO	49.876	33.509
ANDAMENTO		
✓ Inclusão	82.717	69.509
✓ Alteração	208	118
TOTAL DE ANDAMENTO	82.925	69.627
CONSULTA		
✓ Histórico de andamentos	66.695	64.376
✓ Consulta tabelas	169	00
✓ Consulta processo por critério	58.190	24.739
✓ Consulta integrada de processos	53.137	29.872
✓ Consulta integrada no arquivo	50.885	19.663
✓ Consulta por critério no arquivo	6.213	4.400
TOTAL CONSULTA	235.289	143.050
ETIQUETA		
✓ Emissão etiqueta grande	26.312	20.968
TOTAL ETIQUETA	26.312	20.968

¹² No Relatório de 2003, as informações apresentadas diziam respeito apenas às operações realizadas pela Unidade de Protocolo e Expedição e não às de todo o Ministério Público. A decisão de apresentar todo o volume em 2004 decorre do exercício do papel de Gestor do Contrato com a PROCERGS/SPI assumido no decorrer desse ano.



TIPO DE OPERAÇÃO	2003 ¹²	2004
AUDITORIA		
✓ Andamentos	43	16
✓ Processo	02	05
TOTAL AUDITORIA	45	21
RELATÓRIO		
✓ Emissão de guia de andamento	573	1.096
✓ Emissão de relatório	791	00
TOTAL RELATÓRIO	1.364	1096
PROCESSAMENTO A PEDIDO		
✓ Solicitação de tabelas	22	00
✓ Consulta solicitação de processamento	03	00
✓ Relação de etiquetas pequenas	03	00
✓ Relação processos por critérios	03	03
✓ Relação integrada de processos	00	01
✓ Seleção solicitações de processamento	00	02
✓ Consulta de processamentos	00	03
TOTAL PROCESSAMENTO A PEDIDO	31	09
TOTAL GERAL	395.845	268.280

Apesar da redução constatada no número de operações, em 2004 gastou-se mais com o contrato com a PROCERGS, conforme pode ser observado no Gráfico comparativo abaixo, devido ao reajuste de 12,44% (IGPM) na tabela de serviços, aplicado sempre no mês de setembro de cada ano. O total de despesas em 2003 foi de R\$ 76.466,41 (setenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos). Em 2004, com uma despesa em dezembro estimada pela média dos onze meses, R\$ 82.999,27 (oitenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos).



Levantamento dos processos autuados no SPI por assunto, destacando-se aqueles com tramitação externa

Visando reunir informações capazes de subsidiar estudo de **PROTOCOLO ÚNICO** do Ministério Público do RS, a Unidade de Protocolo e Expedição previu e realizou o controle trimestral de autuação de Processos no Sistema de Protocolo Integrado – SPI –, com o objetivo de ter um panorama do volume que tem tramitação externa. Os resultados são os seguintes:

ASSUNTO	QUANTIDADE POR SITUAÇÃO			TRAMITAÇÃO EXTERNA	
	ATIVO	ARQUIVADO	TOTAL	SIM	NÃO
1. Abono	12	03	15	X	
2. Acúmulo de cargo	30	144	174		X



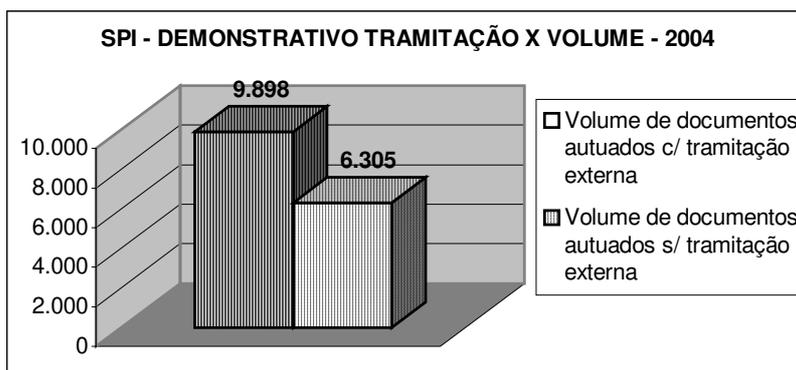
ASSUNTO	QUANTIDADE POR SITUAÇÃO			TRAMITAÇÃO EXTERNA	
	ATIVO	ARQUIVADO	TOTAL	SIM	NÃO
3. Adiantamento	55	03	58	X	
4. Ajuda de custo	02	01	03	X	
5. Alteração	43	02	45		X
6. Alvará	03	00	03		X
7. Análise	35	06	41		X
8. Aposentadoria	05	00	05	X	
9. Atuação funcional	24	03	27		X
10. Auxílio-creche/ auxílio-babá	106	01	107	X	
11. Averbção de tempo de serviço	50	128	178		X
12. Cancelamento	10	04	14	X	
13. Comunicação	25	12	37		X
14. Conflito de atribuições	01	00	01		X
15. Denúncia	29	05	34		X
16. Diária	1274	14	1288	X	
17. Dispensa	01	00	01		X
18. Doação	50	01	51	X	
19. Empenho	601	07	608	X	
20. Especialização	01	00	01		X
21. Estágio	210	07	217		X
22. Estágio probatório	381	02	383		X
23. Estudo	19	02	21		X
24. Exoneração	31	126	157		X
25. Improbidade administrativa	1560	13	1573	X	
26. Incorporação de função gratificada	05	02	07	X	
27. Indenização	10	00	10	X	
28. Inscrição concurso MP	00	04	04		X
29. Irregularidades	332	01	333		X
30. Isenção	15	10	25	X	
31. Licença	22	29	51		X
32. Licitação	97	01	98	X	
33. Minuta	03	00	03		X
34. Pagamento	5118	98	5216	X	
35. Parecer	06	01	07		X
36. Prestação de contas	493	304	797	X	
37. Promoção	24	14	38		X



ASSUNTO	QUANTIDADE POR SITUAÇÃO		TOTAL	TRAMITAÇÃO EXTERNA	
	ATIVO	ARQUIVADO		SIM	NÃO
38. Promoção de arquivamento	4110	00	4110		X
39. Prorrogação	02	00	02		X
40. Providência	65	45	110		X
41. Reativação	01	00	01		X
42. Remoção	89	64	153		X
43. Representação	20	03	23	X	
44. Requerimento	46	10	56		X
45. Sindicância	34	02	36		X
46. Solicitação	48	17	65		X
47. Termo	11	02	13		X
48. Títulos para promoção	01	02	03		X
TOTAL	15110	1093	16203	17	31

De um total de 48 Assuntos atuados em 2004, apenas 17 têm tramitação externa, demonstrando que a utilização do SPI se dá pela ausência de outro sistema, no caso, um sistema próprio que cumpra com essa função de maneira mais eficaz, meta do Protocolo Único quando implantado.

Porém, vale realçar que, ao fazermos a contabilização por Volume em cada um dos Assuntos, 61,08% destes dizem respeito a processos com tramitação externa, onde o SPI cumpre papel importante ao facilitar a ampla localização.



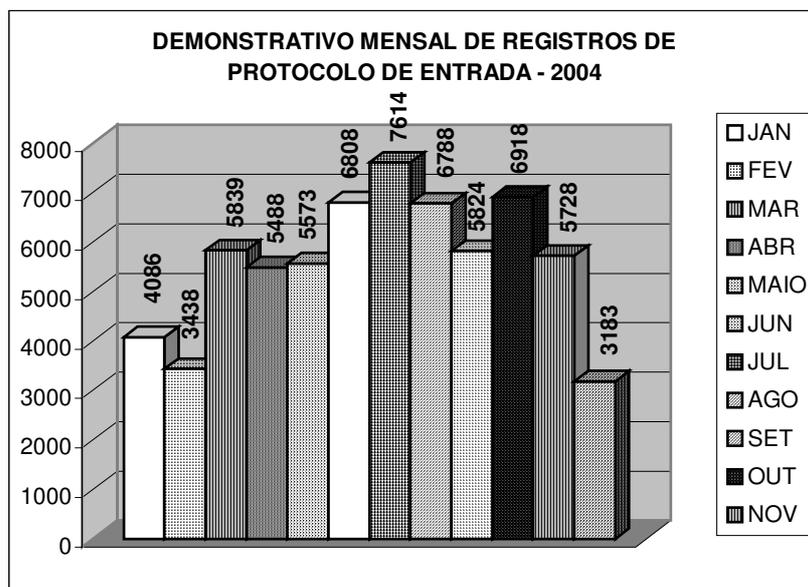
Protocolo Único

Como projeto prioritário da administração, foi instituída a Comissão de Estudos para a Implantação do Protocolo Único no Ministério Público do RS, através da Portaria n.º 3236/2004, complementada pela Portaria n.º 3655/2004, em 30 de julho e 02 de setembro, respectivamente – Processo n.º 5854-09.00/04-6. A Comissão reuniu-se apenas 02 vezes no período, estando ainda na fase diagnóstica. Por cronograma, os estudos deveriam ter sido concluídos em setembro para que pudéssemos, em janeiro, implantar o Projeto-Piloto. A sobrecarga de trabalho dos integrantes da Comissão certamente atuou como um dos fatores para que a meta não tivesse sido alcançada. Mais uma reunião deverá ocorrer até o final do ano, ocasião em que serão estabelecidas tarefas para os meses de janeiro e fevereiro de 2005. Em apenas duas reuniões foi possível mensurar a urgência das medidas para estabelecimento de um único sistema, que dê acesso às informações registradas, tanto para o público interno quanto externo, democratizando essas operações.



Protocolo do Ministério Público - PMP

O PMP é o Protocolo de registro de entrada de documentos, correspondências e volumes nos prédios do Ministério Público em Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Casa da Cidadania/Hotel Metropholitan, Dona Ziza, Palácio do Ministério Público, Prédio do IPERGS e Esplanada dos Açores. Com o término da obra da Santana, houve a preocupação da Coordenação da Unidade de Protocolo e Expedição em encaminhar solicitação de providências no sentido da extensão desse serviço, abrangendo inclusive outros prédios, solicitação essa contida no Processo n.º 4702-09.00/03-8, aguardando deliberação superior. A movimentação no PMP em 2004, destacando-se que, em relação a dezembro, os dados foram contabilizados até o dia 14, foi a seguinte:



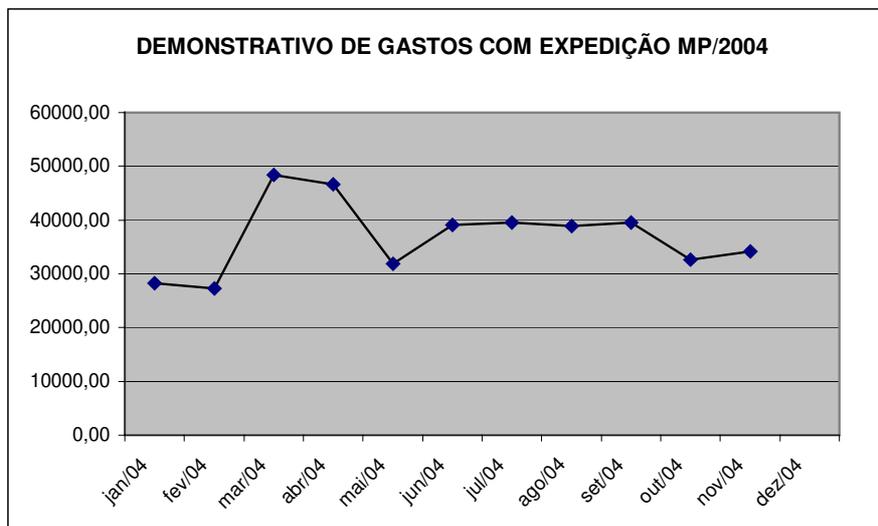
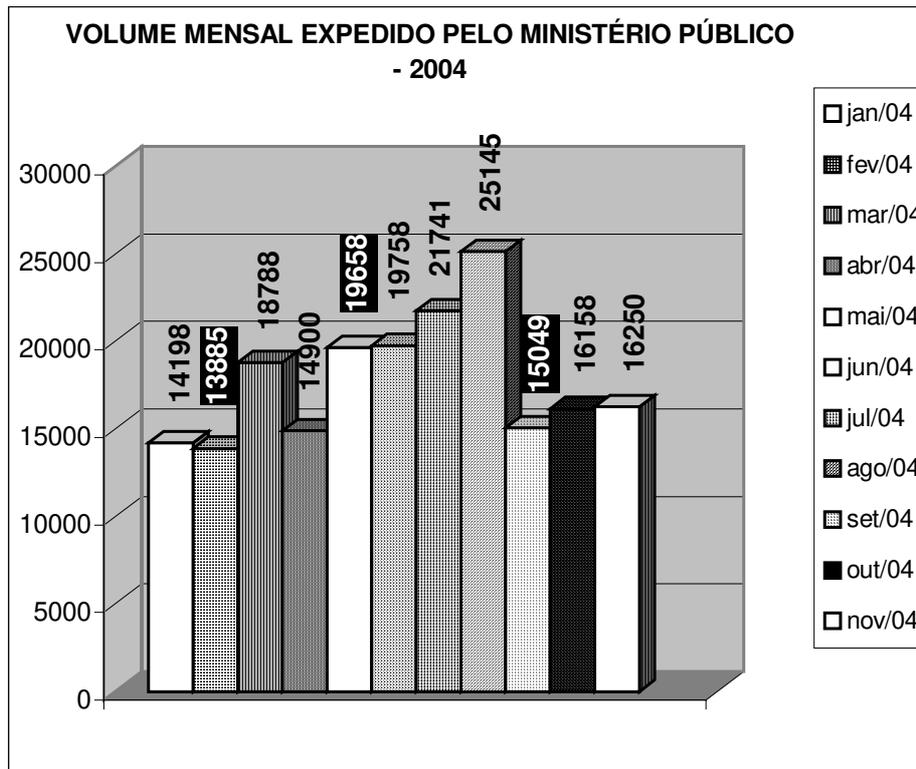
Ações de Expedição

O Plano Anual de Trabalho da Unidade previu ações de Expedição consubstanciadas no Programa de Racionalização das Operações de Expedição e detalhadas em Projetos Específicos, a saber: Projeto de Racionalização dos Procedimentos de Expedição de Contracheques, Projeto Sistema de Prestação de Contas das Despesas com Correio, Projeto de Controle das Operações de Expedição (complementar). As ações previstas e os correspondentes resultados alcançados são os seguintes:

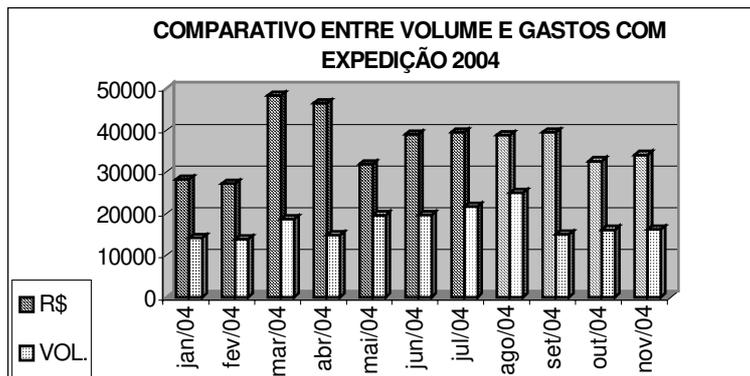
PROGRAMA/PROJETO	AÇÕES PLANEJADAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
<p>PROGRAMA DE RACIONALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE EXPEDIÇÃO</p> <p>1.1 PROJETO DE RACIONALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE EXPEDIÇÃO DE CONTRACHEQUES</p>	<p>Implantar sistema racional e com menor margem de erro de expedição de contracheques com ações planejadas e contidas no Processo 4735.0900-03.1</p>	<p>Nova modalidade de produção dos contracheques com endereço constante na parte externa, racionalizando sua distribuição, concluída em setembro e implantada em outubro. O que antes</p>



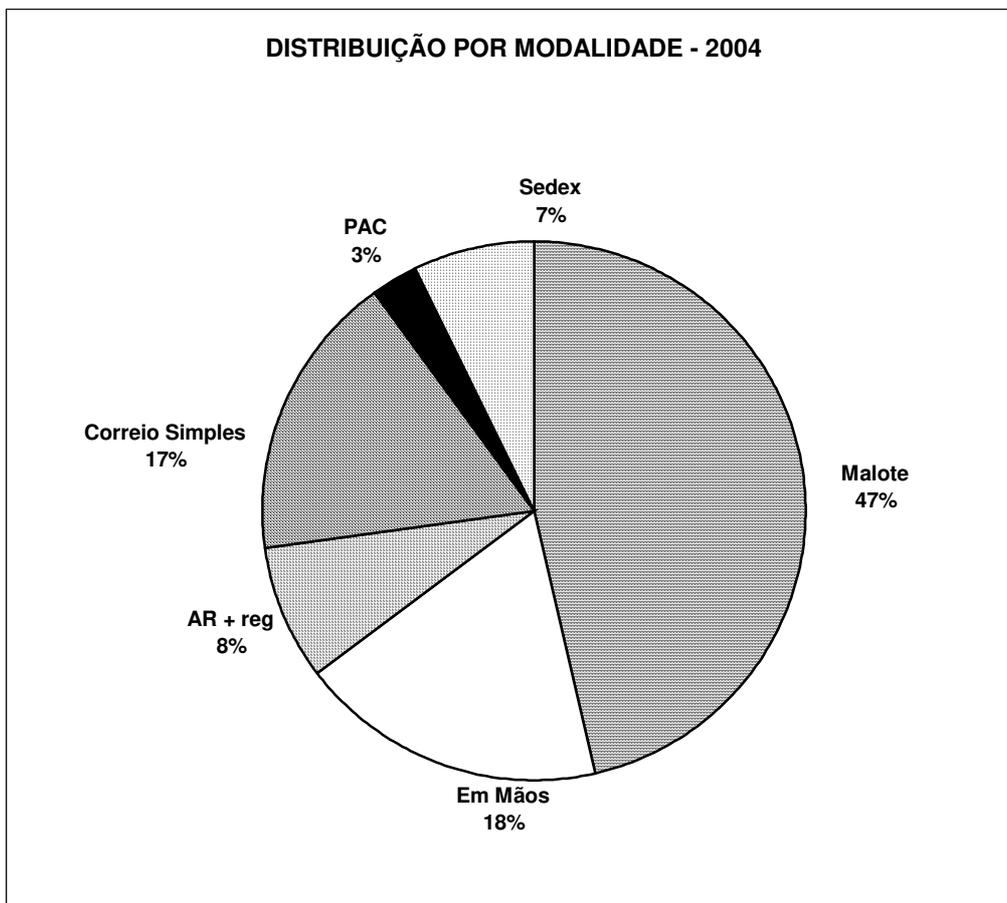
PROGRAMA/PROJETO	AÇÕES PLANEJADAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
		ocupava dois ou três dias de trabalho, hoje é feito em menos de 01 dia.
1.2 PROJETO SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS DESPESAS COM CORREIO	Fazer o controle sistemático das despesas com o cartão da EBCT; Implantar o Sistema.	Antes mesmo da implantação do Sistema de Prestação de Contas, instituímos o Formulário de Prestação de Contas via e-mail. Com isso, a inadimplência, que em abril foi de 52,72%, caiu para 8,86% no mês de outubro. Contribuiu para a redução o Ofício Circular da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos solicitando, junto às Promotorias, providências urgentes nesse sentido. Há a decisão de não ser implantado um Sistema mas um Formulário on-line, que entrará em operação em janeiro /2005.
1.3 PROJETO DE CONTROLE DAS OPERAÇÕES DE EXPEDIÇÃO (complementar)	Controlar informações relativas ao volume e custos de expedição por modalidade (de todo o MP). Reduzir custos de expedição.	Até 2003, a Unidade de Protocolo e Expedição apresentou apenas dados relativos à expedição da Unidade, uma vez que não reunia informações que pudessem traçar um perfil institucional das operações de Expedição. Os mecanismos de controle instituídos possibilitaram fazer, em 2004, o efetivo controle dessas operações, conforme gráficos a seguir.
PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES 2.1 PROJETO DE CONTINUIDADE DA CAPACITAÇÃO EM PROCEDIMENTOS DE PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO	Realizar 05 cursos para 60 servidores	Foram realizados 03 cursos para 32 servidores. Os demais cursos não foram realizados por falta de interessados.



O mês de março foi marcante em termos de gastos, visto que se percebeu uma tendência ao descontrole. Em abril iniciou-se a utilização de outra modalidade de expedição - o PAC - serviço do Correio que oferece as mesmas garantias do SEDEX e bem mais em conta que este. Não o fazíamos até então por falta de conhecimento e orientação do próprio Correio. Tomamos conhecimento casualmente quando o servidor responsável pela expedição pesquisava os serviços oferecidos pelo Correio. Com isso, e com as demais medidas de contenção e medidas educativas que fizeram parte da Campanha Contra o Desperdício, pudemos, mesmo aumentando o volume, exercer algum controle sobre os gastos, mudando uma pretensa lógica de que aumento de volume corresponde a aumento de gastos. Comprovando o explicitado, observe-se o gráfico a seguir.



A despesa em torno de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais com Correio vem sendo mantida com a utilização mais racional dos serviços, priorizando-se o Malote Barrisul, que é gratuito, a correspondência Em Mãos e Correio Simples que, juntos, corresponderam, no ano, a 82% da Expedição.



Se levarmos em consideração os dados relativos ao período de efetivo controle de gastos, ou seja, a partir de abril/2004, apenas sobre as informações de expedição da Unidade, constataremos uma economia de 17% em relação às despesas de 2003. Esse dado é resultante da comparação entre a despesa no igual período de 2003, acrescida de um aumento real de volume de expedição de 4%, mais um acréscimo de 22,5% nas tarifas do Correio.



3.2.10.2 Unidade de Arquivo

As linhas de ação prioritárias estabelecidas pela Unidade de Arquivo, no Plano de Ação da Divisão de Documentação/2004, estão abaixo discriminadas com a correspondente avaliação dos resultados obtidos:

LINHAS DE AÇÃO PRIORITÁRIAS	PERÍODO/RESULTADOS OBTIDOS
1. REALIZAR 07 CURSOS DE GESTÃO DOCUMENTAL PARA 125 SETORES 1.1 Capacitar 04 turmas do interior 1.2 Capacitar 03 turmas de Porto Alegre	1. Projeto elaborado em março/2004. 2. Cursos realizados: - Para o interior – Passo Fundo – 18 e 19/05 e 1º e 02/06; Pelotas – 15 e 16/06; Caxias do Sul 29 e 30/06; - Para Porto Alegre – 05 e 06/08; 18 e 19/08; 22 e 23/09. Obs.: foram capacitados 111 (88,8%) setores, sendo que 92 eram novos e 19 foram de retreinamento em 2004; dos 14 restantes, foi informado pela UCAF que 10 não possuem servidor lotado.
2. ELABORAR E EXECUTAR O PROJETO DE CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DOCUMENTAL PARA OS PROMOTORES-CORREGEDORES	1. Projeto elaborado em julho/2004. 2. Manual, apresentação e material para o curso elaborados em agosto/2004. 3. Comissão Permanente de Avaliação de Documentos solicitou à Corregedoria-Geral do MP definição de data para realização do curso em setembro/2004. Obs.: Presidente da CPAD comunicou decisão da Corregedoria de adiar a realização do curso para depois da posse do novo Corregedor-Geral do Ministério Público.
3. MONITORAR A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ARQUIVOS NO MP	1. Projeto elaborado em março/2004. 2. Assessoria permanente aos Setores treinados, com resultados que podem ser observados nos Gráficos 1 e 2 e Tabela 1 seguintes. 3. Participação ativa na Comissão de Gestão de Resíduos Sólidos visando à eliminação documental, fruto da aplicação da TT. Foram destinados à eliminação 3,4 t de documentos. (Ver setores que destinaram na Tabela 2)
4. TRATAR OS DOCUMENTOS ACUMULADOS NO ARQUIVO GERAL COMPREENDENDO O PERÍODO DE 1885 A 2001	1. Projeto elaborado em março/2004. Foram analisados, classificados, organizados, avaliados e destinados os documentos equivalentes a 1.135 caixas-arquivo; desses, 1.489 kg foram eliminados.



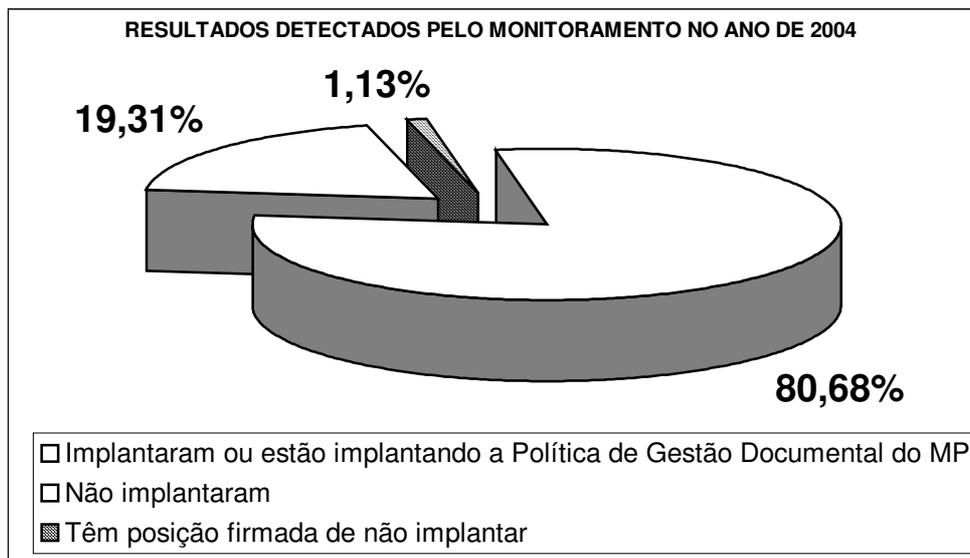
LINHAS DE AÇÃO PRIORITÁRIAS	PERÍODO/RESULTADOS OBTIDOS
5. GARANTIR ÁREA FÍSICA COMPATÍVEL PARA ARQUIVO INTERMEDIÁRIO E PERMANENTE	<ol style="list-style-type: none">1. Foram concluídas adaptações nas estantes do Arquivo da Casa da Cidadania, para armazenamento de documentos em julho/2004. Obs.: O restante da área desse arquivo será adequada em janeiro de 2005.2. Foram retirados os Processos do 22º andar e levados para o arquivo do 1P em junho/2004.3. Os arquivos das Promotorias Especializadas foram transferidos para o Arquivo da Casa da Cidadania, de julho a setembro/2004.4. Foram transferidos documentos avaliados do 1P e de outros setores de julho a dezembro/2004 - 1.867 caixas, provenientes de 16 Órgãos/Setores. Obs.: Previa-se dar início à execução de calendário de transferência e recolhimento em julho de 2004, meta que não foi alcançada, prevendo-se sua retomada em 2005.
6. APOIAR O DESCARTE DE PAPÉIS POR MEIO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	<ol style="list-style-type: none">1. Participação em reunião da Comissão de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em maio/2004.2. Participação em 04 reuniões de grupo de trabalho para definir procedimentos de eliminação de documentos do interior em julho, agosto, setembro e outubro/2004.3. Acompanhamento da destruição de documentos do depósito da Comissão em junho/2004.
7. ORIENTAR O MEMORIAL DO MP QUANTO À ORGANIZAÇÃO DO ACERVO	<ol style="list-style-type: none">1. Reuniões com responsáveis pelos Programas de Pesquisa, Publicações e História Oral e de Exposições e Eventos, visando levantamento da situação.2. Acompanhamento da seleção e eliminação de documentos sem conteúdo arquivístico.3. Acompanhamento da ordenação de 800 livros e periódicos, de acervos doados e da ordenação interna de 95 dossiês de entrevistas do Programa de História Oral e dossiês do Programa de Exposições e Eventos.4. Classificação de documentos para recolher ao Arquivo Geral, realizando a higienização, troca de ferragens por grampos plásticos e registro do ano, série, subsérie e tipo documental.5. Orientação na ordenação e acondicionamento do acervo fotográfico.6. Manual de Procedimentos para Tratamento dos Documentos do Memorial em processo de elaboração.



LINHAS DE AÇÃO PRIORITÁRIAS	PERÍODO/RESULTADOS OBTIDOS
8. DESENVOLVER O SISTEMA DE CONTROLE DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DOCUMENTAL	<ol style="list-style-type: none">1. Definição de consultas, relatórios e funcionalidades do Sistema com a Unidade de Organização e Métodos, Unidade de Aplicativos e Internet e Unidade de Desenvolvimento de Sistemas em janeiro, fevereiro, março e abril/2004.2. Elaboração dos modelos de relatórios em março/2004.3. Disponibilização da versão inicial do Sistema – interfaces de Administração e do Usuário, para testes em abril e maio/2004.4. Apresentação à Unidade de Desenvolvimento de Sistemas e à Unidade de Aplicativos e Internet de pontos críticos a serem corrigidos, em outubro e novembro/2004. <p>Obs.: Para o SGDOC entrar em operação, falta a Unidade de Aplicativos e Internet realizar as correções dos pontos críticos e ser feita a revisão do Sistema como um todo.</p> <p>Implantação de projeto com atraso de 06 meses.</p>
9. CONTINUAR IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO 9.1. Acompanhar deliberação sobre relatório da Comissão Esp. p/ Elaboração da Política da Informação. 9.2. Disponibilizar glossário de espécies e tipos documentais e modelos de documentos. 9.3. Implantar regramento de sigilo.	<ol style="list-style-type: none">1. Aprovação do Provimento 31/2004 em agosto (previsto para janeiro/2005).2. Revisão do glossário e modelos de documentos em novembro e dezembro (atividade prevista para maio/2004). <p>Obs.: O glossário e os modelos serão disponibilizados após a revisão dos documentos relativos às atividades-fim do MP (atividade prevista para junho/2005).</p>
10. PARTICIPAR ATIVAMENTE DAS DELIBERAÇÕES DA CPAD	<ol style="list-style-type: none">1. Foram realizadas 18 reuniões durante o exercício de 2004, nas quais foram deliberados encaminhamentos e revisões necessárias tendo em vista o ano típico de implantação da Política Arquivística do MP.



GRÁFICO 1



(DADOS OBTIDOS ATÉ 16/12/2004)

Dos 264 setores capacitados até final de 2004, 213 implantaram ou estão implantando a Política de Gestão Documental do MP nos documentos:

TABELA 1

SITUAÇÃO	N.º DE SETORES	%
➤ Implantaram ou estão implantando a Política de Gestão Documental do MP p/os docs. independente do ano	213	80,68
➤ Não implantaram a Política de Gestão Documental do MP	51	19,31
➤ Firmaram que não implantarão a Política de Gestão Documental do MP	03	1,13
➤ Implantaram ou estão implantando p/os docs. do ano de 2004	204	77,27
➤ Implantaram ou estão implantando p/ os doc.s de 2004 e também outro(s) ano(s) anterior(s)	148	56,06
➤ Aplicaram o PCD para documentos de 2004 retroativamente até 1995	25	9,46
➤ Aplicaram a TTD para documentos de 2004 retroativamente até 1995	14	5,30
➤ Aplicaram a TTD para documentos independente do ano	44	16,66

(DADOS OBTIDOS ATÉ 16/12/2004)

Em 2004 aumentou o percentual de setores que implantaram ou estão implantando a Política de Gestão Documental do MP, comparativamente a 2003.



GRÁFICO 2

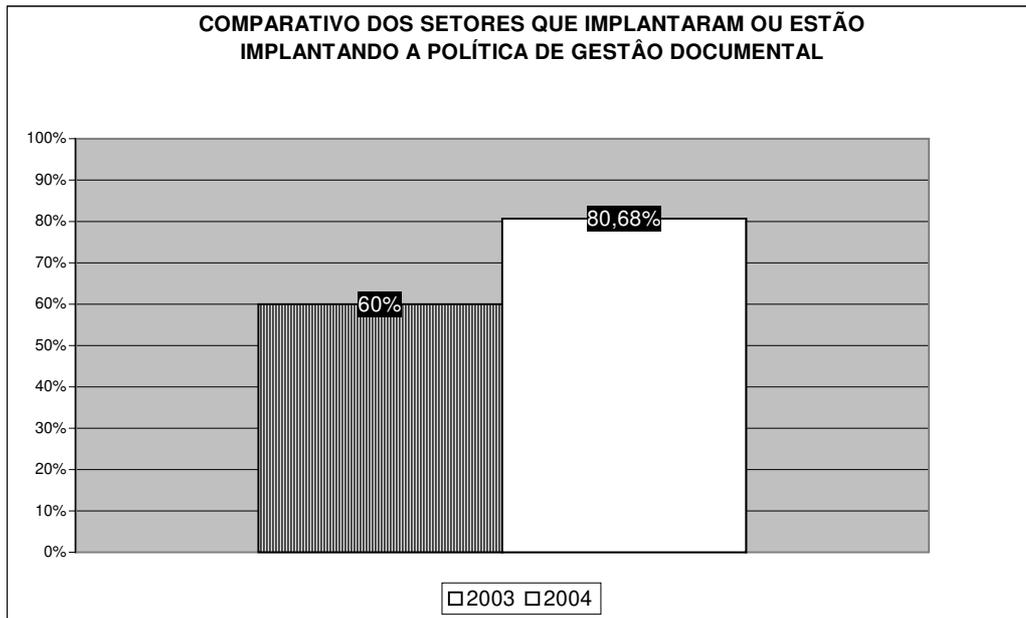


TABELA 2
ÓRGÃOS/SETORES QUE DESTINARAM DOCUMENTOS À ELIMINAÇÃO CONFORME TABELA DE TEMPORALIDADE

ÓRGÃO/SETOR	QUANTIDADE EM QUILOGRAMAS
Assessoria de Comunicação Social	55
Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude	72
Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público	45
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania	30
Divisão Administrativa	5
Divisão de Informática	26
Procuradoria de Fundações	27
Procuradoria de Recursos Recorrente	25
Promotoria de Justiça Criminal de Novo Hamburgo	23
Promotoria de Justiça de Alvorada	20
Promotoria de Justiça de Campina das Missões	12
Promotoria de Justiça de Campo Novo	19
Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre	65
Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos	58
Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Coordenadoria das Promotorias Cíveis	12
Promotoria de Justiça de Dois Irmãos	5
Promotoria de Justiça de Ijuí	10
Promotoria de Justiça de Planalto	24
Promotoria de Justiça de Restinga Seca	40
Promotoria de Justiça de Rosário do Sul	50
Promotoria de Justiça de Tapera	5
Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre	820
Promotoria de Justiça Regional do Sarandi	15



ÓRGÃO/SETOR	QUANTIDADE EM QUILOGRAMAS
Secretaria da Chefia de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça	280
Subcorregedoria-Geral do Ministério Público	10
Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos - Assessoria Jurídica	5
Unidade de Arquivo (Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas)	2
Unidade de Arquivo (Assessoria de Comunicação Social)	2
Unidade de Arquivo (Assessoria de Planejamento e Orçamento)	11
Unidade de Arquivo (Assessoria Jurídica da Direção-Geral)	1
Unidade de Arquivo (Centro de Apoio Operacional Cível e da Defesa do Patrimônio Público)	12
Unidade de Arquivo (Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania)	5
Unidade de Arquivo (Coordenadorias das Promotorias de Defesa Comunitária e Criminal)	5
Unidade de Arquivo (Corregedoria-Geral do Ministério Público)	48,2
Unidade de Arquivo (Divisão de Suprimentos)	1
Unidade de Arquivo (Núcleo de Pessoal)	25
Unidade de Arquivo (Núcleo de Protocolo, Expedição e Arquivo)	5
Unidade de Arquivo (Procuradoria de Prefeitos)	3
Unidade de Arquivo (Promotoria de Justiça de Espumoso)	25
Unidade de Arquivo (Promotoria de Justiça de Quaraí)	52
Unidade de Arquivo (Promotorias de Justiça de Sobradinho, Candelária, Cerro Largo, Venâncio Aires e Não-Me-Toque)	15
Unidade de Arquivo (Proveniência não identificada)	2
Unidade de Arquivo (Secretaria até década 70 e data posterior Núcleo de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça)	10
Secretaria da Chefia de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça	24,5
Unidade de Arquivo (Secretaria da Direção-Geral)	5
Unidade de Arquivo (Secretaria dos Centros de Apoio Operacional)	10
Unidade de Arquivo (Subcorregedoria-Geral do Ministério Público)	5
Unidade de Arquivo (Unidade de Finanças e Pagadoria)	102
Unidade de Arquivo (Unidade de Organização e Métodos)	752
Unidade de Arquivo (Unidade de Pagamento de Pessoal)	35
Unidade de Arquivo (Unidade de Patrimônio)	16
Unidade de Arquivo (Unidade de Protocolo e Expedição)	10
Unidade de Arquivo (Unidade de Registros Funcionais)	84
Unidade de Arquivo (Unidade de Serviços Gerais)	1
Unidade de Arquivo (Unidade de Transporte)	45
Unidade de Arquivo (Várias Proveniências)	258
Unidade de Compras	18
Unidade de Protocolo e Expedição	55
Unidade de Registros Funcionais	15
TOTAL	3417,7



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA UNIDADE

1. Atendimento aos setores para consultas/desarquivamento de Processos SPI

CRITÉRIOS DE PESQUISA	TOTAL 2004
AND-HIS	4.331
AND-MUL	7.993
PRO-DES-MUL	3.178
PRO-CON-INT	6.537
PRO-CON-ARQ-INT	4.311
PRO-CON-CRI	4.555
PRO-CON-ARQ-CRI	352

2. Capacitação do quadro –

- Curso de Dicção, Oratória e Desinibição – **abril/2004**;
- Participação do IV Fórum de Gestão de Pessoas – **15/04**;
- Participação em palestra sobre arquivos eletrônicos, promovida pela Associação de Arquivistas do RS e proferida por servidor do Arquivo Nacional – **02/06**;
- Participação no Curso de Indexação de Arquivos, promovido pela Prefeitura Municipal de PA, através do Arquivo Histórico Moisés Vellinho e Associação de Arquivistas do RS – **16 e 17/09**;
- Participação no Curso de Fiscalizadores de Ambiente de Trabalho (Campanha Contra o Desperdício) – **22/10**.

3. Cursos que tiveram a participação dos servidores da Unidade como Instrutores – Curso de Gestão Documental – Passo Fundo – **18 e 19/05 e 1º e 02/06**; Pelotas – **15 e 16/06**; Caxias do Sul **29 e 30/06**; Porto Alegre – **05 e 06/08; 18 e 19/08; 22 e 23/09**.

4. Eventos externos –

- Apresentação do Sistema de Arquivos do MP/RS no evento V Mesa Redonda “O Panorama do Mercado de Trabalho em Arquivologia”, realizado em Santa Maria – RS – **15/04**;
- Palestra em evento no Arquivo Público do RS sobre “A estrutura administrativa e ações do Poder Judiciário” - **17/06**;
- Palestra no Arquivo Público do RS sobre a Política Arquivística do Ministério Público do Rio Grande do Sul – **08/07**.

5. Redimensionamento do Quadro – foram nomeadas a 5ª, 6ª e 7ª colocadas no Concurso de Arquivistas, as servidoras Vanessa Berwanger Sandri, a contar de 1º/03/04; Adriana Lampert Berwanger, a contar de 09/02/04, e Leonice Geni Röpke, a contar de 22/03/04.

3.2.11 Divisão de Assessoramento Técnico

O presente relatório tem por objetivo mostrar os resultados das atividades desenvolvidas pela Divisão de Assessoramento Técnico durante o ano de 2004, sempre buscando atender com presteza, dedicação e maior brevidade possível às solicitações efetuadas por membros ou servidores do Ministério Público, programando cada solicitação para perfeita execução das atividades.

Neste ano, a Divisão de Assessoramento Técnico auxiliou na implantação e manutenção do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na PGJ, com atividades de monitoramento, treinamento e execução de etapas da coleta seletiva. A seguir, encontram-se os dados de recolhimento de resíduos do ano de 2004: o efetivo recolhimento e destinação final de 15.753 kg de papel entre 16.12.2003 e 16.11.2004; a eliminação de 8.031 kg de papel pela Tabela de Temporalidade entre jan/2003 e nov/2004; a coleta e destinação final de 3.150



kg de resíduos secos (vidros, metais, plásticos, etc) recolhidos e doados para Centrais de Triagem conveniadas com o DMLU; a coleta de 8.000 kg de resíduos orgânicos doados para compostagem (transformação biológica da fração orgânica de resíduos em um composto orgânico) realizada pelo DMLU, entre outros.

O curso "Treinamento em Diligências Ambientais" destinado aos Secretários de Diligências do Ministério Público, que tem como objetivo capacitar os servidores na busca de elementos informativos necessários à investigação de danos ambientais, foi iniciado no ano de 2003 com a realização de duas turmas. Três turmas realizaram o treinamento no ano de 2004, totalizando duzentos e seis secretários de diligências.

TEMAS ABORDADOS

Agrotóxicos, mineração, água, ar, áreas protegidas, construções irregulares, esgoto, fauna, flora, improbidade, loteamentos, poluição industrial, poluição sonora, resíduos sólidos, solo, suinocultura, improbidade, criação intensiva, patrimônio cultural, recursos hídricos e outros assuntos ambientais .

RELATÓRIOS DE VISTORIAS/PARECERES PRODUZIDOS NO ANO

1. No período do Projeto Veraneio Cidadão 2004 : 103
2. No período de janeiro a dezembro de 2004 : 1734

Outras Atividades

Participação em:

- I Seminário de Valoração Econômica de Danos Ambientais no Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- II Seminário Brasil Mudança de Paradigmas, na PUC;
- I Congresso Interamericano de Resíduos Sólidos;
- IV Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental;
- II Simpósio Latino Americano sobre Fixação do Carbono;
- Evento: Alternativas de Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Seminário: A Nova Norma Brasileira de Concreto Armado;
- Reuniões técnicas com o CAO-MA;
- II Encontro Nacional do Ministério Público em Defesa do Patrimônio Cultural;
- Como assistentes técnicos em Ações Cíveis Públicas;
- Reuniões técnicas na Fepam ;
- Audiências no Foro, Tribunal e Promotorias de Justiça do interior do Estado;
- Programa de Racionalização de Gastos;
- Congresso sobre Fauna, Políticas Públicas e Instrumentos Legais;
- Oficinas de Processo Coletivo Ambiental (Porto Alegre, Passo Fundo e Pelotas);
- III WorkShop sobre Indicadores de Cumprimento e Implementação da Norma Ambiental;
- Oficina de Proteção ao Patrimônio Cultural;
- Reuniões do CONMAM;
- Seminário Internacional "Da vida para a História – O Legado de Getúlio Vargas";
- Seminário "Floresta em Ambientes Fluviais".



3.2.12 Comissão Disciplinar Permanente

1 – Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2004

Número de Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados: 39 (trinta e nove) Procedimentos.

Situação atual dos Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2004:

- a) 22 (vinte e dois) Procedimentos de Sindicâncias arquivados;
- b) 03 (três) Procedimentos de Sindicâncias conclusos para decisão;
- c) 14 (catorze) Procedimentos de Sindicâncias em instrução.

Resultado dos Procedimentos Administrativos de Sindicâncias encerrados:

- a) 15 (quinze) Procedimentos de Sindicâncias arquivados sem aplicação de penalidade disciplinar;
- b) 03 (três) Procedimentos de Sindicâncias com aplicação de penalidade de advertência verbal;
- c) 03 (três) Procedimentos de Sindicâncias com aplicação de penalidade de repreensão por escrito;
- d) 02 (dois) Procedimentos de Sindicâncias com aplicação de penalidade de repreensão por escrito, cumulada com a penalidade de suspensão convertida em multa;
- e) 01 (um) Procedimento de Sindicância com a aplicação de Suspensão Convertida em Multa;
- f) 02 (dois) Procedimentos de Sindicâncias determinando pagamento de valores pecuniários;
- g) 02 (dois) Procedimentos de Sindicâncias com Pedido de Exoneração do Cargo;
- h) 11 (onze) Procedimentos de Sindicâncias não julgados.

2 – Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2003 com penalidade aplicada em 2004:

Número de Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2003 com penalidade aplicada em 2004: 19 (dezenove) Procedimentos.

Resultado dos Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2003 com penalidade aplicada em 2004:

- a) 04 (quatro) Procedimentos de Sindicâncias com aplicação de penalidade de repreensão por escrito;
- b) 01 (um) Procedimento de Sindicância com aplicação de penalidade de advertência verbal;
- c) 01 (um) Procedimento de Sindicância com aplicação de penalidade de suspensão;
- d) 01 (um) Procedimento de Sindicância determinando pagamento de valores pecuniários;
- e) 01 (um) Procedimento de Sindicância com a aplicação de penalidade de repreensão por escrito, com suspensão convertida em multa;
- f) 01 (um) Procedimento de Sindicância com a aplicação de penalidade de repreensão e suspensão;
- g) 03 (três) Procedimentos de Sindicâncias com a aplicação de penalidade de arquivamento;



- h) 05 (cinco) Procedimentos de Sindicâncias com a aplicação de penalidade inexistente;
i) 02 (dois) Procedimentos de Sindicâncias não julgados.

3.2.13 Serviço Biomédico

O Serviço Biomédico tem atuação nas áreas pericial, assessoramento técnico e assistencial aos membros e servidores do Ministério Público. Este serviço compõe-se dos Gabinetes Médico, Médico Psiquiátrico, Odontológico, Psicológico, de Enfermagem e da Secretaria Administrativa.

LAUDOS PERICIAIS	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	Total
INGRESSOS	11	29	31	50	27	65	26	23	20	32	46	35	395
LICENÇAS-SAÚDE:													
CLÍNICAS	14	18	11	18	16	20	26	32	34	40	18	34	281
PSICOLÓGICAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSIQUIÁTRICAS	3	5	5	6	4	4	7	7	12	7	9	6	75
ODONTOLÓGICAS	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
LICENÇAS-GESTANTE	1	2	1	1	2	1	4	1	2	4	5	2	26
LICENÇAS PARA ASSIST. FAMILIAR	5	1	4	4	2	3	11	6	7	9	7	6	65
APOSENTADORIA	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	03
ISENÇÃO IMPOSTO DE RENDA	1	-	-	-	1	1	2	3	1	1	1	2	13
AVALIAÇÕES EST. PROBATÓRIO	20	18	9	16	6	-	2	4	36	38	-	-	149
CONCESSÃO BENEFÍCIO MÃE DE EXCEPCIONAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DOCUMENTOS PERICIAIS ODONTOLÓGICOS	1	4	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	6
AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS CONCURSO DE PROMOTOR	15	15	9	16	3	-	-	4	29	38	-	-	129
AVALIAÇÕES PSIQUIÁTRICAS CONCURSO DE PROMOTOR	15	15	9	16	3	-	-	4	29	38	-	-	129
AVALIAÇÕES PSIC./PSIQ. SOLICITADAS PELA CGMP/ADM SUPERIOR	-	-	-	6	-	1	1	-	-	1	1	-	10
TOTAIS PARCIAIS MÊS	86	107	79	133	65	95	80	86	171	208	87	85	1282

ATIVIDADES DE APOIO INSTITUCIONAL	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	Total
ASSESSORIAS A MEMBROS													
CLÍNICAS	14	6	13	6	2	4	2	7	2	5	5	4	70
PSICOLÓGICAS	19	5	2	12	4	3	6	7	3	4	3	3	71
PSIQUIÁTRICAS	19	4	8	6	3	4	3	12	3	6	3	4	75
ODONTOLÓGICAS	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS ESPECIAIS	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
* Projeto Veraneio													
TOTAIS PARCIAIS MÊS	53	17	25	24	9	11	11	26	8	15	11	11	221



ATIVIDADES ASSISTENCIAIS	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	Total
CONSULTAS/ATENDIMENTOS													
CLÍNICAS	41	46	46	65	48	69	76	66	68	33	20	6	584
Assessorias informais	-	-	-	-	-	13	6	4	7	7	12	16	65
Consultas informais	-	-	-	-	-	6	3	-	3	5	2	-	19
ODONTOLÓGICAS	7	32	61	5	8	8	9	8	10	3	1	10	162
Assessorias informais	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	1	-	05
Consultas informais	-	-	-	1	4	7	3	-	-	4	-	1	20
PSICOLÓGICAS	1	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1	05
Assessorias informais	-	-	-	-	-	1	1	2	-	-	1	1	06
Consultas informais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PSIQUIÁTRICAS	4	1	1	1	-	1	-	1	4	2	2	2	19
Assessorias informais	-	-	-	1	-	-	-	1	5	-	2	-	09
Consultas informais	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	03
PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS DIVERSOS	20	64	53	20	18	24	14	13	21	13	79	20	359
TOTAIS PARCIAIS MÊS	73	143	162	92	74	97	112	98	120	68	121	58	1218

ATIVIDADES DE ENFERMAGEM	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	Total
CURATIVOS	7	5	2	6	7	4	6	3	7	1	7	14	69
RETIRADA DE SUTURA (PONTOS)	-	1	-	-	-	-	2	-	-	-	1	3	07
HEMOGLICOTESTE, COLESTEROL	1	6	2	4	4	1	2	11	1	3	4	8	47
VERIFICAÇÃO DE SINAIS VITAIS	11	96	42	82	83	81	118	126	147	90	141	123	1140
MEDICAMENTOS VIA ORAL	46	83	27	38	89	89	82	101	148	69	109	81	962
APLICAÇÕES DE MEDICAMENTOS (E.V., I.M. E S.C.)	17	13	9	13	18	14	20	12	32	9	32	11	107
MULTSTIX	3	3	3	-	2	2	3	4	2	1	2	4	29
TOTAIS PARCIAIS MÊS	85	207	85	143	203	191	233	257	337	173	291	244	2449

ATIVIDADES DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	Total
LAUDOS (laudos exceto ingressos)	52	52	32	29	24	28	33	47	57	59	27	48	488
LAUDOS DE INGRESSO	11	29	31	50	26	65	26	23	20	32	46	35	394
INFORMAÇÕES	5	1	2	1	7	5	5	1	6	4	3	2	42
OFÍCIOS EMITIDOS	35	34	25	41	17	11	10	19	12	94	8	5	311
MEMORANDOS EMITIDOS	2	11	3	1	2	2	5	12	6	3	5	3	55
TOTAIS PARCIAIS MÊS	105	127	93	122	76	111	79	102	101	192	89	93	1290

Total Anual por Tipo de Atividade	Absol.	%
Laudos Periciais	1282	7
Atividades de Apoio Institucional	221	8
Atividades Assistenciais	1218	45
Total	2721	100



3.3 Gabinete de Pesquisa e Planejamento

O Gabinete de Pesquisa e Planejamento é Órgão Auxiliar do Ministério Público, vinculado à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, que tem como uma de suas finalidades o assessoramento legislativo, doutrinário e jurisprudencial ao Ministério Público do Estado no exercício de suas atividades.

Atividades do GAPP em 2004	
Atualização do caderno de Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e publicação interna	da Súmula 281 à Súmula 306
Atualização do caderno de Súmulas do Supremo Tribunal Federal e publicação interna	Até a Súmula 736
Pesquisas atendidas no período de 02/01/2004 a 30/12/2004	2.079 pesquisas
Pesquisas atendidas no período de 02/01/2004 a 30/12/2004 através de FAX e/ou e-mail (urgência)	251 pesquisas
Acompanhamento de processos do interesse dos membros do Ministério Público perante o STF e STJ, conforme solicitações	STJ: 64 STF: 156
Acompanhamento de Projetos de Lei (Federal e Estadual) do interesse do Ministério Público	
Confecção e atualização do "Caderno de Súmulas", trazendo Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul e do Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul	
Legislação Federal - pesquisa diária pelo Diário Oficial da União, para posterior divulgação	
Legislação Estadual - pesquisa diária pelo Diário Oficial do Estado, para posterior divulgação	
Legislação Eleitoral - pesquisa diária pelo Diário de Justiça da União	
Atualização da publicação "BIG - Atos Normativos", contendo todos os atos administrativos oriundos da Instituição - pronta para publicação	
Acompanhamento e atualização da Legislação sobre Meio Ambiente, estadual e federal	
Acompanhamento e atualização da Legislação Eleitoral, estadual e federal	
Leitura diária do Diário da Justiça do Estado e da União para acompanhamento de atos do interesse do Ministério Público	
Publicação da Legislação Federal do Ministério Público: Estatuto do Ministério Público da União e Lei Orgânica Nacional, em convênio com a Fundação Escola Superior do Ministério Público	
Publicação da Legislação Estadual do Ministério Público: Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul e Estatuto do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em convênio com a Fundação Escola Superior do Ministério Público	
Publicação dos Regimentos Internos: do Conselho Superior do Ministério Público, do Colégio de Procuradores do Ministério Público e do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público, em convênio com a Fundação Escola Superior do Ministério Público	
Distribuição dos Informativos do STF e do STJ, mediante solicitação	
Serviço de reprodução de textos e imagens através de <i>scanner</i> , para diversos setores do Ministério Público	
Atualização constante da legislação pertinente ao Ministério Público estadual, a partir da edição da Revista do Ministério Público nº 25	
Elaboração e atualização do Guia Telefônico e da Internet	
Obtenção de íntegra de acórdãos não publicados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, através de convênio firmado com o Poder Judiciário, mediante solicitação dos membros do Ministério Público	
Atualização de cadastro (em fichário) de Promotores, por entrância, e Procuradores de Justiça	



Atividades do GAPP em 2004

Disponibilização e constante atualização na internet dos Atos Normativos da Procuradoria-Geral de Justiça, da Legislação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, de Súmulas (STJ, STF, TJRS, TARS e Conselho Superior do MP/RS) e do Guia Telefônico e da Internet, através da página do Ministério Público (http://www.mp.rs.gov.br/hmpage/homepage2.nsf/pages/gapp)
Disponibilização e constante atualização na internet da página “Novidades Jurídicas”, para o “Portal dos Membros”, site direcionado aos membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul
Disponibilização e constante atualização na intranet da página do GAPP, site direcionado aos servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul, incluindo “Novidades Jurídicas” e “Legislação de Pessoal da PGJ”

O Gabinete de Pesquisa e Planejamento tem desenvolvido eficaz trabalho na elaboração de Anteprojetos de Lei, que, após aprovação do Órgão Especial do Colégio de Procuradores, são enviados à Assembléia Legislativa do Estado. Também é atribuição do Gabinete de Pesquisa e Planejamento a elaboração de Projetos dos atos administrativos, provimentos, circulares, portarias, que são formas pelas quais a chefia da Instituição exerce a atividade administrativa.

Projetos de Lei Aprovados e Sancionados em 2004

1. LEI Nº 12.159, DE 29 DE OUTUBRO DE 2004.

Dispõe sobre o art. 23 da Lei nº 7.669, de 17 de junho de 1982 – Lei Orgânica do Ministério Público –, e dá outras providências.
(criação da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística e criação de novos cargos de provimento efetivo).

2. LEI Nº 12.160, DE 29 DE OUTUBRO DE 2004.

Dispõe sobre cargos de Procurador de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.
(Transformação de cargos de Procurador de Justiça Substituto da 22ª Câmara Cível).

Projetos de Lei na Assembléia Legislativa em 2004

1. PROJETO DE LEI Nº 269/1999 (ARQUIVADO).

Dispõe sobre a isenção da contribuição previdenciária para os membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul que permanecerem em atividade após completarem as exigências para a aposentadoria voluntária integral, e dá outras providências.

2. PROJETO DE LEI Nº 191/2000 (ARQUIVADO).

Dispõe sobre a isenção da contribuição previdenciária para os servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul que permanecerem em atividade após completarem as exigências para a aposentadoria voluntária integral, e dá outras providências.

3. PROJETO DE LEI Nº 391/2003

Institui o Serviço Especializado Voluntário de Inativos do Ministério Público do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

4. PROJETO DE LEI Nº 264/2004

Dispõe sobre a Lei Estadual nº 6.536, de 31 de janeiro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto dos membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
(Afastamento de membros do Ministério Público para prestar concurso público).



5. PROJETO DE LEI Nº265/2004
Dispõe sobre a Lei Estadual nº 7.669/82 - Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul.
(Criação do cargo de 2º Promotor de Justiça da Comarca de Santo Augusto)
6. PROJETO DE LEI Nº266/2004
Dispõe sobre o afastamento dos servidores dos Quadros de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para a prestação de concurso público e dá outras providências.
(Afastamento de servidores do Ministério Público para prestar concurso público).
7. PROJETO DE LEI Nº267/2004
Dispõe sobre a Lei nº 7.669, de 17 de junho de 1982 – Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul.
(Desmembramento da Promotoria de Justiça da comarca de Osório).
8. PROJETO DE LEI Nº268/2004
Dispõe sobre a Lei n. 7.669, de 17 de junho de 1982 – Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul -, e dá outras providências.
(Criação e transformação de cargos de Promotor de Justiça da comarca de Bagé).
9. PROJETO DE LEI Nº310/2004
Reajusta os vencimentos dos servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul.
10. PROJETO DE LEI Nº311/2004
Reajusta os vencimentos dos membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Atos Normativos em 2004

PROVIMENTOS: 51
 ATOS: 02
 ORDENS DE SERVIÇO: 14
 INSTRUÇÕES NORMATIVAS: 11
TOTAL: 78

3.4. Secretaria dos Órgãos Colegiados

A Secretaria dos Órgãos Colegiados, coordenada por Promotor-Assessor e vinculada à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, tem como finalidade organizar e secretariar o funcionamento dos Órgãos Colegiados, do Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores e Conselho Superior do Ministério Público, no desenvolvimento de suas atividades definidas em lei.

Conselho Superior do Ministério Público

Processos distribuídos	5.476
Processos apreciados	5.546
Pautas elaboradas	50
Atas registradas	50
Avisos publicados	53
Sessões realizadas	50
Resoluções	121



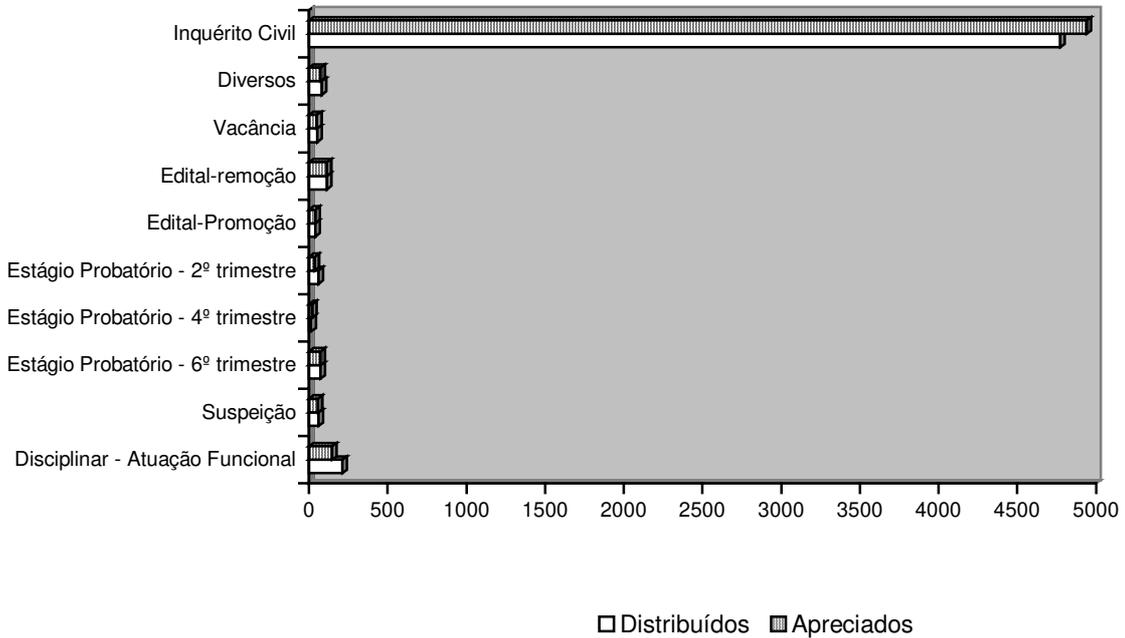
Ofícios expedidos.....	767
Ofícios para publicação de avisos no Diário Oficial.....	53
Memorandos expedidos.....	92

PROCESSOS		DISTRIBUÍDOS	APRECIADOS
INQUÉRITO CIVIL		4772	4938
DIVERSOS		81	73
VACÂNCIA		53	51
EDITAL	REMOÇÃO	114	114
	PROMOÇÃO	39	39
E. PROBATÓRIO	2º TRIMESTRE	60	36
	4º TRIMESTRE	14	20
	6º TRIMESTRE	72	72
SUSPEIÇÃO		60	57
DISCIPLINAR – Atuação Funcional e/ou Sindicâncias		211	146

Comparação Percentual

PROCESSOS	2003	2004	*DIFERENÇA ~ %
INQUÉRITOS CIVIS	4096	4772	17%
DIVERSOS	92	81	-12%
VACÂNCIA	56	53	- 5%
EDITAL REMOÇÃO	193	114	- 41%
EDITAL PROMOÇÃO	78	39	- 50%
E. PROBATÓRIO	129	146	13%
SUSPEIÇÃO	42	60	43%
DISCIPLINAR	130	211	62%
TOTAL GERAL	4.816	5.476	14%

* Diferença percentual em relação ao ano anterior.



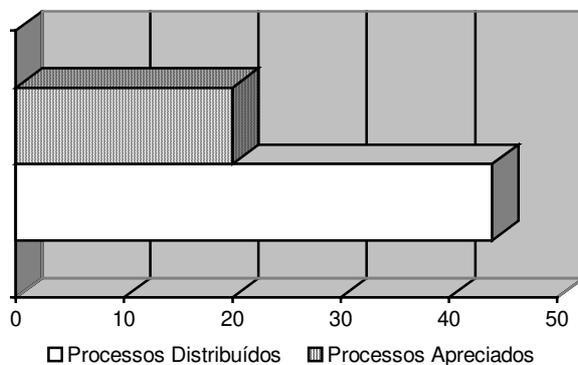
Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público

Processos distribuídos	44
Processos apreciados	20
Pautas elaboradas	09
Atas registradas	09
Sessões realizadas	09

Comparação Percentual

	2003	2004	*DIFERENÇA ~ %
PROCESSOS	42	44	5 %

* Diferença percentual em relação ao ano anterior.





Outras Atividades

• Solenidade de Posse do Corregedor-Geral do Ministério Público	01
• Posse dos 12 (doze) membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos pelo Colégio de Procuradores para o Órgão Especial do Colégio de Procuradores – Gestão 2004-2006	01
• Posse dos 04 (quatro) membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores, para o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público – Gestão 2004-2006.....	01
• Lavratura de Termos de Posses (membros do Órgão Especial do Colégio de Procuradores e membros do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público)	32
• Organização de processo eletivo para eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público	01
• Organização de processo eletivo para composição do Órgão Especial do Colégio de Procuradores	01
• Organização de processo eletivo para composição do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público	01
• Gravações/Degrações de sessões pela Técnica de Áudio.....	59
• Degrações diversas pela Técnica de Áudio	10

3.5 Memorial do Ministério Público

Secretaria

1. Organização, arquivamento e elaboração

• caderno de protocolo
• encaminhamento de termo de cessão de direitos autorais das entrevistas
• ficha e termo de consulta ao acervo
• roteiro para entrevistas
• termo de doação e termo de empréstimo

2. Controle de material e serviços

• comunicação de pagamento de ligações telefônicas
• elaboração e encaminhamento dos recibos de pagamentos de serviços prestados (programas)
• solicitação e controle de material de expediente
• solicitação de pagamento de profissionais contratados (programas)
• solicitação de orçamentos (publicações, serviços, materiais)

3. Controle de pessoal

• escala de férias
• informação de datas de início de cursos
• mapa de freqüências/atestado de afetividade
• solicitação de dispensa de ponto

4. Organização e funcionamento

• relatório anual de atividades
• arquivamento dos relatórios de atividades dos profissionais contratados
• taxações de jornais com matérias sobre o Memorial



• ofícios
• envio de correspondência e e-mail para divulgação dos eventos, atividades e publicações do Memorial
• adequação do plano de classificação às necessidades e atividades do Memorial.
• organização de lançamento das publicações e eventos
• rotina de marcação de entrevistas da secretaria a ser executada através do Memorial
• atualização da planilha de localização e distribuição de entrevistas
• agendamento com entrevistados e envio de roteiro por telefone e/ou correio
• disponibilização de equipamentos necessários e transportes dos mesmos, saída e retorno, sob a responsabilidade do Memorial
• confirmação e contato com o entrevistado um dia antes da entrevista
• recebimento de fitas da entrevistas e repasse para a taquigrafia

5. Recuperação da História do Ministério Público, arquivamento e controle

• Arquivamento de fitas com gravações de palestras de membros do Ministério Público
• Arquivamento de fitas VHS e K7 de entrevistas dos membros do Ministério Público
• Criação e conclusão de banco de dados para o acervo documental, fotográfico, bibliográfico e audiovisual
• Alimentação do banco de dados
• Criação e conclusão de arquivo adequado para a guarda do acervo
• Em andamento, projeto de encadernação de todos os periódicos produzidos pela Associação do Ministério Público do RS
• Em projeto um “Caderno de Imagens” sobre a restauração do antigo Palácio Provisório, hoje, Palácio do Ministério Público do RS
• Participação na coleta e avaliação da documentação do Senhor Tarso Dutra.
• Degração e transcrição de 31 fitas K7 usadas em entrevistas

6. Publicações e Prêmios

<u>Livros:</u> Diários da Revolução de 1893 - Tomo I Diários da revolução de 1893 - Tomo II
<u>Folders:</u> <ul style="list-style-type: none">• O Ministério Público e a França• Getúlio Vargas, Promotor• Procuradores-Gerais de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul• Aparício Saraiva – General de Duas Pátrias• 100 anos da Imigração Judaica no Rio Grande do Sul
<u>Premiações:</u> Prêmio “Troféu Cultura Gaúcha 2004”, como destaque na categoria Memória, promovido pela Secretaria de Estado da Cultura do RS (Sedac), em cerimônia realizada no Armazém A4 do Cais do Porto, no município de Porto Alegre, no dia 27 de outubro de 2004.

7. Outras atribuições

• atualização e confecção de etiquetas personalizadas
• atualização do mailing list



• consulta diária ao correio eletrônico
• assessoramento a todas as necessidades do Programa de Pesquisas e Publicações e do Programa de Exposições e Eventos
• circulação (entrega, retirada e devolução) de materiais e documentos entre o Memorial e a Sede.

Programa de Pesquisas e Publicações

- Continuidade ao trabalho de revisão do Banco de Dados;
- Continuação do trabalho de revisão dos Dossiês Funcionais;
- Continuação do trabalho de revisão das fichas junto ao Livro de Termos de Compromisso dos Promotores de Justiça;
- Revisão de digitação de todos os nomes incluídos no Banco de Dados;
- Participação na elaboração de Convênio com a UNIVATES, que implantou o primeiro núcleo Regional de Memória do Ministério Público;
- Publicações:
 - Diários da revolução de 1893, Tomos I e II;
 - O Ministério Público e a França;
 - Getúlio Vargas Promotor;
 - Aparício Saraiva – General de Duas Pátrias;
 - Procuradores-Gerais de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul;
 - 100 Anos da Imigração Judaica no Rio Grande do Sul.

Relação dos Entrevistados

Dra. Jaqueline Fagundes Rosenfeld
Dra. Sandra Goldman Ruwel
Dr. Afonso Armando Konzen
Dra. Maria Regina Fay de Azambuja
Dra. Sílvia Cappelli
Dra. Ana Maria Moreira Marchesan
Dr. Amaral de Sousa
Dr. Loreno Luiz Zambonin
Dra. Ângela Salton Rotunno
Dra. Julia Ilenir Martins
Dr. Airton Aloísio Michels
Dra. Simone Mariano da Rocha

Programa de Exposições e Eventos

- Elaboração e edição do CATÁLOGO DOS PROCURADORES-GERAIS DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - 1888 – 2004. **O catálogo dos Procuradores-Gerais de Justiça é mais um resultado do esforço de pesquisa que vem se somar à relação de publicações organizadas pelo Memorial do Ministério Público. O conteúdo deste trabalho — a sistematização de dados biográficos, prática ainda incipiente no meio historiográfico brasileiro, mas bastante difundida em países como os Estados Unidos da América — constitui-se em instrumento importante para auxiliar cidadãos, pesquisadores e interessados em geral a mapear os personagens que fizeram a nossa história, ocupando funções públicas de relevância.**
- Realização e execução do evento: MINISTÉRIO PÚBLICO BLEU BLANC ROUGE – Exposição “O Ministério Público e a França”. **A exposição procurou registrar as origens do Ministério Público. A maioria das instituições jurídico-políticas da**



contemporaneidade tem raízes no Direito Romano. O Ministério Público é uma exceção: sua origem situa-se no século XIII, na Baixa Idade Média francesa. O objetivo da exposição foi fazer um panorama dessa história, mostrando de que forma os “procuradores do Rei”, agentes do Ministério público monárquico francês, evoluíram de defensores dos direitos da Coroa para advogados da sociedade.

- **Realização e execução do evento: SEMANA DA CULINÁRIA FRANCESA.** A semana de culinária francesa marcou a cada almoço e jantar um novo sabor à mesa. Pratos tradicionais franceses preparados e servidos com sotaque gaúcho.
- **Realização e execução da exposição GETÚLIO VARGAS: PROMOTOR.** A exposição, por seu conteúdo, ofereceu uma visão diferenciada da vida da eminente figura histórica como membro do Ministério Público. Buscou-se ressaltar, primeiramente, sua iniciação na política, ainda como estudante de Direito; sua participação nas eleições de 1907; sua posse; suas atuações em processos e a sua exoneração.
- **Apoio técnico na realização do SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA VIDA PARA HISTÓRIA O LEGADO DE GETÚLIO VARGAS,** que reuniu historiadores e pesquisadores nacionais e internacionais para debater a vida e a obra do estadista brasileiro, bem como sua influência no destino do Rio Grande do Sul e do Brasil.
- **Realização e execução da exposição APARÍCIO SARAIVA: GENERAL DE DUAS PÁTRIAS.** Exposição binacional com material fotográfico pertencente ao acervo do Museu Histórico Nacional do Uruguai. A iniciativa, que reuniu instituições brasileiras e uruguaias, retratou os antecedentes da Guerra Civil de 1904, a influência da família Saraiva e a ideologia de Aparício na fronteira entre as duas pátrias, no início do século XX.
- Criação e montagem do catálogo **APARÍCIO SARAIVA GENERAL DE DUAS PÁTRIAS UM SÉCULO DEPOIS.** O catálogo traz fotografias inéditas sobre episódios que marcaram aquele período histórico.
- Realização do painel de história **APARÍCIO SARAIVA GENERAL DE DUAS PÁTRIAS.** O painel foi realizado no Museu Histórico Nacional (Uruguai) e no Palácio do Ministério Público (Brasil) com as preenças do Prof. John Chasteen (Universidade da Carolina do Norte – EUA), Prof.^a Ana Luiza Reckziegel (UPF) e o Prof. Enrique Mena Segarra (Museu Histórico Nacional).
- Montagem da **EXPOSIÇÃO DE QUADROS DE ARMANDO GONZÁLEZ,** reunindo pinturas, desenhos e um painel digital sobre o centenário de morte do caudilho Aparício Saraiva, um dos líderes da Revolução Federalista de 1893. Criação do folder da exposição e convite para o evento.
- Criação, execução e montagem da exposição **UMA TERRA PARA TODOS - 100 ANOS DA IMIGRAÇÃO JUDAICA NO RIO GRANDE DO SUL.** Exposição que, por sua natureza e conteúdo, ofereceu uma visão global e temporal da presença judaica no Estado do Rio Grande do Sul, bem como ressaltou as singularidades das diversas levas migratórias e personagens que contribuíram para o crescimento do Estado, tais como Sophia Galanternick, primeira Promotora Pública, mulher e judia em uma época de grandes dificuldades.
- **Realização e execução do painel REFLEXÕES SOBRE A IMIGRAÇÃO JUDAICA NO RIO GRANDE DO SUL.** Painel com os convidados especiais Moacyr Scliar, Abrão Slavutsky e o Ministro Maurício Correa, enfocando o tema imigração judaica sob óticas distintas e o polêmico processo sobre racismo e anti-semitismo recentemente apreciado pelo Supremo Tribunal Federal.
- **Supervisão Editorial e realização do evento de lançamento do Livro “DIÁRIOS DA REVOLUÇÃO DE 1893”.** Lançado durante a 50^a Feira do Livro no MARGS, a obra reproduz, na íntegra, os diários do General Joca Tavares e de seu irmão Francisco da Silva Tavares, ambos revolucionários da Revolução Federalista e, também, por um curto período, governantes do Rio Grande do Sul.
- **Realização de evento sobre a REVOLUÇÃO DE 1893 E OS DIÁRIOS DOS TAVARES,** painel com Coralio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt, Heloisa Capovilla e Ricardo Vaz Seelig abordando o cotidiano da revolta federalista no Rio Grande do Sul a



partir da narrativa de dois de seus caudilhos. Programação pertencente à 50ª feira do Livro de Porto Alegre.

- Acompanhamento de turmas de escolares e interessados em geral em visitar a edificação; elaboração de plano de exposição de visitas guiadas e acompanhamento a autoridades.
- A equipe elaborou a reedição do catálogo UM PALÁCIO DE MUITAS HISTÓRIAS.

3.6. Biblioteca João Bonumá

O processamento técnico da Biblioteca João Bonumá compreende a seleção, aquisição, revisão e o preparo para empréstimo, indexação, catalogação, digitação e divulgação do material bibliográfico, legislativo e das informações de natureza textual. Também temos no acervo os CD-Rom e possibilidade de acesso a bases digitais. O Sistema de Biblioteca e suas bases de legislação estão disponíveis aos usuários internos via Intranet do Ministério Público e aos usuários em geral via Internet, no endereço www.mp.rs.gov.br.

ACERVO

CD-Rom (em rede)	24
CD-Rom (títulos)	59
Diários Oficiais (Títulos)	5
Folhas soltas	155
Folhetos	511
Livros	10938
Livros de outras Unidades	539
Microfichas	1
Pastas	37
Periódicos	9608

AQUISIÇÃO

CD-Rom	7
Folhetos	15
Livros	504
Periódicos	564
Publicações atualizáveis	3

LEGISLAÇÃO INDEXADA

Federal	412
Estadual	476
Municipal	206
Medidas Provisórias	139

PERIÓDICOS

Total de títulos	253
Assinaturas em 2003	50
Diários Oficiais	5

EMPRÉSTIMO

Total de volumes retirados por empréstimo	9894
-------------------------------------------	------

DESPESAS

Livros	34.925,93
Periódicos *	203.869,49
Folhetos	746,42
CDs-Rom	16.077,90



Atualizáveis	530,00
--------------	--------

* Desde agosto 2003 toda aquisição de jornais e periódicos da Procuradoria-Geral de Justiça foi centralizada na Biblioteca.

4 Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais

Criada pela Lei Estadual n.º 11.410, de 06 de janeiro de 2000, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais tem-se estruturado no escopo de cumprir suas funções orgânicas: substituir e assistir o Procurador-Geral de Justiça; prestar assistência aos órgãos de execução e auxiliares do Ministério Público no planejamento e consecução de suas atividades de natureza funcional; buscar a integração dos órgãos de execução, visando a estabelecer a ação institucional; promover a cooperação entre o Ministério Público e as entidades envolvidas com a atividade penal e não-criminal.

Para atuar com eficácia, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais desenvolve ampla gama de atividades: promove encontros estaduais e regionais, bem como cursos de atualização e integração de membros e servidores do *Parquet*; coordena projetos voltados à cidadania e ao aprimoramento dos representantes da Instituição; exerce a representação externa da instituição, numa interação permanente com os poderes públicos e segmentos sociais. Caracterizou-se, ademais, como gerenciadora do Setor de Combate à Macrocriminalidade, participando ativamente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas “Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rêgo Santos” (GNCOG), tendo o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais assumido, em dezembro do corrente, a presidência da referida entidade.

Prosseguiu-se, em harmonia com o plano de gestão da atual Administração Superior, na execução e avaliação do Plano Geral de Atuação Institucional (2003-2005, Planejamento Estratégico do Ministério Público/RS), a fim de implementar-se a visão de futuro da instituição (horizonte para 2010), que quer ser percebida como “Instituição de alta credibilidade, defensora dos interesses da sociedade e das leis, independente, atualizada, eficiente e com significativa importância social e jurídica. A sociedade deve conhecer de forma mais profunda a atuação e o papel social do Ministério público e percebê-lo como uma organização atuante, como órgão agente e com unidade institucional, independente por completo do Poder Executivo”.

Nesse contexto, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais tem pautado suas atividades pelas diretrizes definidas em planejamento (macroestratégias), destacando-se:

4.1. Política Institucional

A política institucional passa por estratégias que garantam a independência política e funcional do Ministério Público, pela priorização da função como órgão agente, pelo incremento do contato social e a busca de efetividade de atuação.

a) Planejamento estratégico

O Ministério Público do Rio Grande do Sul, no intuito de qualificar ainda mais sua atuação, distribuiu, a partir de fevereiro de 2004, para todos os Promotores e Procuradores de Justiça, um exemplar do Plano Geral de Atuação Institucional (2003-2005,



Planejamento Estratégico do Ministério Público/RS, Porto Alegre, novembro de 2003, 60 pp.), concebido como importante ferramenta no gerenciamento dos rumos institucionais.

Nesse sentido, o foco da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais foi o **monitoramento**, tendo-se, ainda em dezembro de 2003, contatado os órgãos com ações designadas (14 ao Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, 2 à Corregedoria-Geral do Ministério Público; 4 à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e 17 à própria Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais), no escopo de estabelecer interfaces e, eventualmente, desenvolver em conjunto os respectivos projetos ou programas. Em janeiro de 2005, igualmente, os Centros de Apoio Operacional foram solicitados com vista à obtenção de prioridades de atuação ainda para 2004. Promoveu-se, neste desiderato, **consulta a todos os Promotores e Procuradores de Justiça (março de 2004)**, por meio de questionário que, devidamente tabulado, foi remetido aos Centros de Apoio Operacional, onde foi discutido, ao longo de abril de 2004, com os Conselhos de Atuação Específica. Apurou-se, ao cabo, no início de maio de 2004, propostas de três **pontos prioritários de atuação** por área, que **balizaram o calendário institucional**.

Incorporada à rotina, a consulta aos Promotores e Procuradores de Justiça, em busca de “Prioridades de Atuação para 2005” foi desencadeada, por meio de questionário eletrônico disponibilizado na *Intranet* até 22 de dezembro de 2004. Tais dados servirão para orientar o calendário anual de atividade do ano vindouro. Situação especial houve em relação à área criminal, cuja ênfase resultou no Encontro Estadual “O Ministério Público e as Estratégias Jurídico-Criminais para Efetivar o Direito Fundamental à Segurança Pública” (Canela-RS, 24 a 26 de novembro de 2004), cujas conclusões propiciaram mais de uma centena de enunciados orientativos, ainda sob exame da Administração Superior.

b) Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional

Criado em abril de 2003, por intermédio do Provimento n.º 15/2003, o Gabinete de Pesquisa e Planejamento Institucional (GABPLAN), tem funções de assessoramento e configura-se como uma importante ferramenta, notadamente no que diz respeito à formulação, monitoramento e avaliação de posições institucionais. Tal órgão auxiliar presta assistência, de forma sistêmica, aos órgãos de execução, no planejamento de suas atividades funcionais, assim como colabora na integração dos órgãos de execução e facilita a cooperação institucional com organismos governamentais e não-governamentais, a par de sugerir diretrizes e metas estratégicas e auxiliar na atualização e consecução do Plano Geral de Atuação Institucional. Ainda, atua em articulação com o CEAFF.

Em relação ao planejamento estratégico, os focos principais do GABPLAN envolveram a operacionalização das ações 1.4.2, 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.3.2 e 3.2.1, ligadas, em síntese, à obtenção de pontos prioritários de atuação (Projeto “Rol de Prioridades”), qualificação e integração entre Promotores e Procuradores de Justiça. Mencionam-se:

b.1) Pesquisa institucional “Perfil socioprofissional e concepções de política criminal do Ministério Público Gaúcho”.

Tal pesquisa é fruto de convênio celebrado entre o Ministério Público do Rio Grande do Sul e a Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além da relevância científica, representa importante instrumento de gestão administrativa, fornecendo informações fidedignas a respeito do perfil do Ministério Público, bem como oportuniza planejar ações efetivas numa das áreas de maior demanda social, a segurança pública.

Dados disponíveis em registros administrativos indicam a velocidade de transformação interna que o Ministério Público gaúcho vivenciou na última década. Quanto ao cenário externo, consabidas as turbulências internacionais e as alterações sociopolíticas



brasileiras. Não se consolidará o Ministério Público, imerso em disputas políticas para manter suas funções constitucionais (vide a mobilização em torno do poder de investigação criminal, que se encontra *sub judice* no Supremo Tribunal Federal), se não encontrar espaço, em meio à rotina avassaladora, para planejamento, vale dizer, sem capacidade para intervenção qualificada rumo a um futuro desejado.

Em termos gerais, o convênio celebrado tem como objetivo o desenvolvimento de pesquisas **quantitativas e qualitativas** a respeito dos indicadores sociais, do perfil institucional e das concepções de política criminal que caracterizam o Ministério Público do Rio Grande do Sul.

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais apresentou, durante o Encontro Estadual Criminal realizado em Canela (24 a 26 de novembro), relatório parcial da pesquisa em comento, ao dar conta dos dados coletados na Administração e também do resultado da aplicação de questionário a todos os integrantes do MP, que se posicionaram sobre questões cruciais que estão na agenda de discussão nacional sobre o sistema penal, com o excelente retorno de 48,5% dos questionários. Atualmente, estão sendo realizadas entrevistas qualitativas com diversos promotores e procuradores de justiça, estimando-se publicação final em março de 2005. Em suma, pretende-se, com tal pesquisa, que vem despertando atenção no meio científico (já foi apresentada em Congresso Internacional de Ciências Sociais que se realizou em Portugal e foi destaque no Salão de Iniciação Científica da UFGRS), planejar uma atuação mais eficaz no combate à criminalidade, uma das demandas mais prementes da população. Destacam-se alguns pontos debatidos: a tendência de feminização (passamos de 27% de mulheres, em 1994, para 43% em 2004) e o crescimento do percentual de solteiros (que eram 16% em 1994 e hoje também chegam a 43%) – o promotor médio que respondeu ao questionário nasceu em 1968, formou-se em 1992 e ingressou na carreira em 1996; sobre as funções da pena, 59,6% acredita que a principal é prevenir o delito, ao passo que 18,2% menciona a ressocialização do delinqüente; para 80,1% a lei dos crimes hediondos contribui para a prevenção geral e especial; 97,6% discorda da dispensa do laudo criminológico para progressão de regime.

b.2) Participação no Grupo Interdisciplinar de Pesquisa do Ministério Público - GIPEMP, com reuniões semanais, que culminou na celebração de quatro convênios, sendo o principal com a Universidade de Provence – França, com o fim de cooperação para a execução de pesquisa científica sobre os problemas primários na pré-adolescência e adolescência, em particular na delinqüência, sistematizando as determinantes epidemiológicas e psicopatológicas em uma metodologia que permita determinar protocolos clínicos e indicações de atendimento alicerçadas em prognósticos testados. Os resultados subsidiarão pesquisa mais ampla, que busca delimitar invariantes em diferentes culturas. Também foram celebrados convênios com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Instituto de Psicologia), Tribunal de Contas do Estado e Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul – em fase de capacitação dos pesquisadores e registro da pesquisa no Comitê de Ética da UNICAMP.

De 30 de agosto a 02 de setembro realizou-se, com o apoio do Ministério Público, curso de capacitação (*Avaliação clínica: pensando a prática com adolescentes conferências*) ministrado pelo professor francês Benjamin Jacobi, da equipe do responsável internacional pelo projeto, o Professor Doutor Jean-Jacques Rassial.

b.3) Interação institucional, mercê da participação de Promotor-Assessor em diversas comissões, tais como: desenvolvimento de conteúdo da Internet e Intranet da Instituição; comissão para elaborar as estratégias e políticas institucionais de atuação para promoção do Direito à Educação na área da infância e juventude; comissão permanente de informática e para regulamentação dos documentos digitais; apoio ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, com vista à participação no Fórum Social Mundial, além de diversos grupos de trabalho, na preparação de eventos específicos (item 4.2.c. e d.), inclusive



interinstitucionais (Comissão Organizadora para o Ato Público em Defesa do Estado Democrático de Direito e do Pacto Federativo).

c) Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas

O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais assumiu a presidência do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas “Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos – GNCOC”, criado pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça em 2002, tendo em vista a audácia e o aprimoramento das organizações criminosas, que reclamavam reação firme e direcionada do Ministério Público Brasileiro.

Realizaram-se duas reuniões preparatórias e dois encontros do GNCOC. A primeira reunião, preparatória para o IX encontro, foi realizada no mês de março em Belo Horizonte. O IX encontro ocorreu em 15 de abril. Em julho, realizou-se a segunda reunião, preparatória para o X encontro, em Salvador. Em 26 de agosto ocorreu o X encontro do GNCOC.

d) ENCLA

Firmou-se a **Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro** (ENCLA 2004), com o objetivo de compartilhar ações entre órgãos públicos, estabelecidas 32 metas, reavaliadas e atualizadas para 2005.

A ENCLA cria um novo sistema para o combate à lavagem de dinheiro no Brasil, baseado no princípio da articulação permanente dos órgãos públicos nos três níveis de atuação: *estratégico, inteligência e operacional*. Ao Gabinete de Gestão Integrada (GGI-LD) compete, em nível estratégico, a definição das políticas públicas e macroobjetivos da área. No setor de inteligência, a coordenação é do COAF e as operações devem ser desenvolvidas por forças-tarefa.

Tendo em vista o estágio dos trabalhos, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais destacou algumas metas: elaborar estudo sobre a possibilidade de criminalização do enriquecimento ilícito (meta 15); publicar estatísticas mensais coordenadas e detalhadas no âmbito federal e estadual, acerca de inquéritos, condenações, pena etc. (meta 17); e, especialmente, avaliar e propor alterações legislativas no que tange ao crime de lavagem de dinheiro, desvinculando-o do rol exaustivo de crimes antecedentes da Lei n.º 9.613/98, conceituar organização criminosa, tipificar terrorismo e o respectivo financiamento (meta 20). Nesse sentido, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais participa de Grupo de Trabalho encarregado das alterações, além de assumir, para 2005, ações de capacitação e treinamento.

e) Projeto Veraneio Cidadão

Durante os meses de janeiro e fevereiro foi executado o Projeto Veraneio Cidadão 2004, nas promotorias do litoral norte, para atendimento da demanda sazonal específica daquela região, que sofre acréscimo de mais de um milhão de pessoas para férias, objetivando descanso e lazer.

O Projeto trabalha com princípios de atendimento do incremento das questões de criminalidade e cidadania, procurando também atender o acréscimo do movimento judicial.

O planejamento do Projeto Veraneio Cidadão 2005 iniciou em agosto de 2004, e tendo sido, até 27-12-2004, plenamente disponibilizados todos os recursos humanos e materiais necessários para responder o acréscimo esperado em 2005, inclusive por uma mudança de postura do Poder Judiciário, que duplicou o número de juízes e servidores



destinados ao seu próprio projeto, com incremento das audiências visando o atendimento do movimento próprio de verão.

As edições anteriores do projeto vêm recebendo um reconhecimento interno, fazendo que ano a ano seja aumentado o número de Promotores de Justiça inscritos para esta atividade.

f) Controle Externo da Atividade Policial

No início do ano de 2004, o Grupo de Controle Externo da Atividade Policial (GCEAP) concluiu os relatórios de controle externo da atividade policial na Capital, envolvendo todos os órgãos policiais civis e militares nesta situação, onde se apontou, pela ótica do Ministério Público, todas as defecções, carências, irregularidades e ilegalidades contempladas nas 53 atas de controle externo geradas no ano de 2003.

Tais relatórios, um contemplando a Polícia Civil e outro a Brigada Militar, foram entregues ao Sr. Procurador-Geral de Justiça, o qual provocou reunião envolvendo a Secretaria de Estado da Justiça e Segurança e as chefias de polícia, visando em um primeiro momento proporcionar ao Poder Executivo a adoção das medidas mais urgentes, bem como elaborar proposta de trabalho no sentido de administrativamente buscar solução para questões mais polêmicas ou que demandam maior prazo para implementação.

Também, a partir das citadas Atas de controle externo, o GCEAP, para fins de controle das requisições, instaurou expedientes administrativos para melhor fiscalização, via ofício, das medidas adotadas ou, conforme o caso, já propiciar coleta de elementos visando futura demanda judicial.

Além das atividades desenvolvidas no âmbito da Capital, o GCEAP tem prestado apoio aos Promotores de Justiça do interior do Estado, não apenas atendendo consultas formuladas por colegas, como também elaborando pareceres em expedientes originados das mais diversas situações envolvendo a atuação de policiais. Ainda, quando assim solicitado pelo titular e autorizado pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, acompanhado a realização dos atos de controle externo em algumas Comarcas do Interior.

Por fim, a Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais promoveu encontros no Interior do Estado, entre os Promotores de Justiça com atuação no GCEAP e aqueles designados para o controle externo da atividade policial da Capital, em um total de 12 eventos, sediados nas Comarcas de Santo Ângelo, Palmeira das Missões, Pelotas, Tramandaí, Alegrete, Santa Maria, Canoas, Novo Hamburgo, São Jerônimo, Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul, visando a discussão de problemas comuns detectados na execução do controle externo da atividade policial, troca de experiências e uma maior uniformidade na atuação do Ministério Público.

g) Combate à Pirataria

Buscando fortalecer e intensificar o combate à pirataria e aos demais ilícitos a ela ligados, bem como visando modificações na “cultura de corrupção”, a partir de uma perspectiva interinstitucional, idealizou-se uma ação integrada e harmônica das autoridades públicas com os seguimentos produtivos que pudessem colaborar para o êxito de uma política criminal preventiva e técnica, visando reduzir os índices de criminalidade relacionada, direta ou indiretamente, à pirataria. Apresentou-se a instâncias do Governo Estadual, Federal e entidades da iniciativa privada um projeto-piloto que buscasse envolver todos na luta pela superação desta realidade perniciosa, que ora se apresenta.

O projeto foi muito bem recebido pela maioria das entidades, o que resultou na adesão de mais de 10 instituições públicas e privadas que firmaram um Termo de



Cooperação, assinado em 25 de maio de 2004, no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, que tem os seguintes objetivos:

I - desenvolvimento de ações entre entes federados, entidades da iniciativa privada e meios de comunicação, a fim de coletar, analisar e compartilhar informações pertinentes;

II - a proposição de alternativas institucionais de combate à pirataria, articulando linhas de ação no âmbito das políticas social e criminal harmônicas e eficazes;

III - a alocação de recursos humanos e materiais para a implementação das ações de combate à pirataria;

IV - a necessidade de conscientizar a sociedade dos malefícios da pirataria, buscando impedir o seu crescimento.

A operacionalização das atividades a serem implementadas dá-se mediante reuniões setoriais entre os participantes, divididos em (02) duas unidades de trabalho, assim divididas: COMITÊ INSTITUCIONAL: Formado por todas as entidades sendo que caberá ao Comitê Institucional indicar os representantes do Comitê Executivo e viabilizar o ingresso de outras instituições. COMITÊ EXECUTIVO: Define e coordena os trabalhos de execução, disponibilizando os recursos humanos e materiais necessários para a operacionalização das estratégias definidas pelo Comitê.

h) Combate aos jogos ilícitos

No âmbito do grupo denominado Força-Tarefa Operação Bingos, foram desenvolvidas diversas atividades, tanto na esfera cível, quanto criminal. Enumeram-se as principais:

1. denúncias oferecidas pela prática de falsidade ideológica (uso de "laranjas") - art.299 do CP - em contratos de constituições de casas de bingos e caça-níqueis: **14 (quatorze)**.

2. Agravos interpostos pelo Ministério Público em ações civis públicas de cessação de atividade de exploração de caça-níqueis: **105 (cento e cinco)**.

3. Contra-razões de agravo nas ações civis públicas referidas: **63 (sessenta e três)**

4. Apelações cíveis nas ações civis públicas: **13 (treze)**.

5. Contra-razões de apelação nas ações civis públicas: **02 (duas)**

6. Medidas cautelares criminais preparatórias: **11 (onze)**

Cumprir registrar, ainda, que a Força-Tarefa examinou a documentação apreendida (cerca de 500.000 documentos) e encaminhou cópias para o INSS, Receita Federal, Polícia Federal, Ministério Público Federal.

Ainda, foi atendida solicitação da Advocacia-Geral da União de o Ministério Público fornecer nomes de empresas exploradoras de bingos em Porto Alegre e região Metropolitana.

Houve, também, audiências com dois Ministros do STJ, com um Subprocurador-Geral da República em Brasília, além de audiências com diversos Procuradores de Justiça que atuavam nos processos de interesse do Ministério Público.

Ademais, durante o ano, várias foram as reuniões com outras Instituições (Polícia Federal, Receita Federal, INSS, Ministério Público Federal, Instituto-Geral de Perícias e Brigada Militar) para estabelecer parceria no combate aos jogos ilícitos, o que tornou exitosa a articulação, como se vê, da **apreensão, no dia 17 de dezembro de 2004, de**



aproximadamente 2.700 máquinas caça-níqueis em vinte e sete (27) locais de Porto Alegre.

Outras medidas foram a criação de *banner* na intranet sobre jogos ilícitos, o suporte jurídico aos Membros do Ministério Público (entrega de “*kit*” caça-níquel) e o ajuizamento de medidas judiciais pela Procuradoria de Recursos junto ao Superior Tribunal de Justiça.

Estabeleceu-se, assim, o combate aos jogos ilícitos como política institucional.

j) Outros

Formação de grupo de estudo acerca do instituto da “Recomendação”, visando à elaboração de orientação/provimento aos membros, a partir de expediente encaminhado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Desenvolvimento de Assessoria Parlamentar: acompanhamento das proposições legislativas de interesse do Ministério Público.

Formação de grupo para estudo e apresentação de proposta para distribuição da atribuição em relação à tutela do idoso (Interesses Individuais Indisponíveis), que culminou com a destinação de cargo de Promotor de Justiça Substituto para atuação junto à Promotoria de Direitos Humanos.

Participação em grupo de estudos formado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Secretaria da Justiça e da Segurança, Procergs, para formatação de um sistema que disponibilize aos usuários a troca de informações entre as instituições nominadas (integração de informações criminais).

Apoio tópico aos órgãos de execução, sempre que solicitado.

4.2. Gestão dos Promotores e Procuradores de Justiça

A gestão estrutura-se em torno das estratégias de qualificação, integração e da obtenção de prioridades de atuação.

a) Supervisão dos Centros de Apoio Operacional

A tarefa principal, aqui, é acompanhar e compatibilizar, inclusive harmonizando calendário e planejamento, a atuação dos Centros de Apoio nas suas respectivas áreas. Neste contexto, seguem, ao final e **em anexo, os relatórios específicos** de cada Centro de Apoio, com apreciação qualitativa e informações objetivas e quantificadas.

b) Presidência dos Conselhos de Promotores e Procuradores de Justiça

Desde o disposto no artigo 1º do Provimento n.º 15/2003, os Centros de Apoio Operacional passaram a atuar sob a supervisão da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais. Neste diapasão, em atendimento ao disposto no §1º do referido artigo, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais presidiu as reuniões dos Conselhos de Promotores e Procuradores de Justiça criados pelos Centros de Apoio Operacional, destacando-se tais órgãos como espaços privilegiados de integração dos membros do Ministério Público e de formulação de posicionamentos institucionais.



c) Treinamento dos Novos Promotores

A Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais coordenou, entre 1º e 16 de abril de 2004, a segunda fase do **programa de treinamento e adaptação dos 82 novos Promotores de Justiça**. Após o tradicional estágio com a Corregedoria-Geral do Ministério Público, os novos Promotores tiveram uma noção geral e operacional de todos os setores e estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça, desde as Subprocuradorias, com destaque para as divisões (Assessoramento Técnico, Desenvolvimento Organizacional, Sistema de Gerenciamento das Promotorias, Documentação, Recursos Humanos etc.), inclusive com curso de Gestão de Pessoal, passando pelos Centros de Apoio e Promotorias Especializadas, até conferências (Min. Nelson Jobim, Prof. Dr. Juarez Freitas) e temas específicos (crime organizado, controle externo, planejamento estratégico, segurança institucional etc.), bem como interação com os Poderes de Estado (Governador, Presidentes TJ e Assembléia, TCE). A iniciativa teve como escopo capacitar o Promotor de Justiça, munido de uma visão ampla e sistêmica, para a gestão eficiente de suas funções, maximizando resultados.

d) Qualificação - Eventos

Técnicas de negociação

Em 23 de julho realizou-se o evento de capacitação “Técnicas em Negociação”. A iniciativa da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais concretizou a ação 2.1.2 do Plano Geral de Atuação Institucional 2003/2005 (estratégia de qualificação) e visou a fornecer conceitos básicos relativos à comunicação e à negociação, além das habilidades indispensáveis a um negociador.

Criminalidade informática

Em 30 de setembro, no auditório do Palácio do Ministério Público, realizou-se palestra com a Professora Doutora Susan Herman (Nova Iorque) intitulada “Criminalidade informática: aspectos penais e processuais nos EUA”. A iniciativa da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais concretizou a ação 2.1.4 do Plano Geral de Atuação Institucional 2003/2005 (estratégia de qualificação) e visou a fornecer conceitos técnicos e operacionais, com visão de direito comparado, acerca de um dos fenômenos criminais de maior crescimento atual.

Lavagem de dinheiro e combate às organizações criminosas

No mesmo dia 30 de setembro realizou-se, também, reunião de trabalho com a presença de dois eminentes juristas italianos, Andrea Castaldo (Professor de Direito Penal/Salerno e Secretário-Geral europeu do “International Center of Economic Penal Studies”) e Piero Luigi Vigna (Procurador Nacional Antimáfia), aprofundando-se a discussão de temas emergentes em relação à lavagem de dinheiro e ao combate às organizações criminosas.

Medicamentos

No encontro de 12 de novembro, denominado “O Direito à Saúde e os Medicamentos Excepcionais”, com a participação dos Doutores João Gabbardo dos Reis (Secretário Adjunto da Secretaria da Saúde do RS) e Paulo Dornelles Picon (Coordenador Técnico da Política de Assistência Farmacêutica do RS), foram discutidos temas como a amplitude do direito aos medicamentos excepcionais, adoção dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, adoção de medicamentos com eficácia científica comprovada, papel da ANVISA e sua importância no contexto, a questão do custeio: implicações orçamentárias e reserva do possível e mínimo existencial. Atualmente, as principais diretrizes e protocolos



operacionais sugeridos estão sendo compilados e, após fórum de discussão eletrônica, servirão de subsídio institucional.

Nova Iorque

Em 19 de novembro, no Palácio do Ministério Público, foi recebido o Procurador Federal Ross Nadel, que atua no Norte do Estado da Califórnia. Na oportunidade, ele relatou sua experiência de atuação na força-tarefa norte-americana que investiga os furtos de trabalho intelectual, espionagem eletrônica, violação de segredos comerciais e falsificação de marcas registradas. O Procurador-Geral de Justiça anunciou, no encontro, que o Ministério Público gaúcho pretende iniciar intercâmbio com o objetivo de conhecer o sistema de trabalho norte-americano de combate aos crimes contra a propriedade intelectual.

Evento Criminal

Ocorreu no dia 24 de novembro, às 20h, a abertura do Encontro Estadual do Ministério Público com o tema “ O Ministério Público e as Estratégias Jurídico-Criminais para Efetivar o Direito Fundamental à Segurança Pública”. O encontro contou com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, da Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais, Centro de Apoio Operacional Criminal e da Corregedoria-Geral do Ministério Público, e foi realizado no Hotel Laje de Pedra, em Canela, até o dia 26.

O evento iniciou com uma palestra proferida pelo Senador de Goiás, Demóstenes Torres, que falou sobre “Horizonte Político e Constitucional do Ministério Público”. Na quinta-feira pela manhã, houve uma conferência com Rubens Naves sobre o “Papel da Sociedade Civil no Combate à Corrupção”. Naves é conselheiro e membro fundador da Transparência Brasil, a organização não-governamental que mede a corrupção internacional.

O encontro reuniu em torno de 300 Promotores e Procuradores de Justiça do Estado que atuam nas varas criminais. O foco principal foi dividir os participantes em grupos de trabalho para debaterem as mais diversas áreas de atuação, sob temas previamente estabelecidos, como, execução, juizado especial criminal, infância e juventude, atividade pré-processual, crime organizado, controle externo da atividade policial, recursos, lei de tóxicos e lei de armas. As conclusões saíram em forma de propostas, que foram levadas para votação em uma plenária final. As propostas aprovadas, passarão a ser indicativos de atuação funcional.

Energia Elétrica

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, em conjunto com o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor, o Centro de Estudos e de Aperfeiçoamento Funcional – CEAF e a Fundação Escola Superior do Ministério Público, promoveu três eventos com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados – AGERGS e as três maiores concessionárias de energia elétrica do Rio Grande do Sul, quais sejam a Rio Grande Energia – RGE, a AES-SUL e a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, como segue: Porto Alegre (02 e 03/12; 16 e 17/12) e Caxias do Sul (09 e 10/12).

Os eventos foram formatados em um sistema misto de palestras e debates cruzados entre os representantes da AGERGS, das Concessionárias e os Procuradores e Promotores de Justiça, contando, também, com a participação de Procuradores da República. Cada evento contou com a participação dos representantes das concessionárias, da AGERGS e de 50 membros do Ministério Público.



Oficina de Processo Coletivo Urbano Ambiental

Nos dias 26 e 27 de agosto, na Escola Superior do Ministério Público, realizou-se a oficina “Processo Coletivo Urbano-Ambiental” em Porto Alegre.

Igualmente, foi realizada em Passo Fundo (29 e 30 de julho) e em Pelotas (16 e 17 de setembro). O evento, um programa de qualificação com edições regionais, tratou dos temas centrados no Direito Ambiental e no Direito Urbanístico, com debates que abrangeram desde inquéritos civis, como poderes requisitórios do Ministério Público e limites; compromisso de ajustamento, fundos ambientais: destinação dos recursos e fiscalização pelo Ministério Público; ação civil pública e termo de ajustamento de conduta. Participaram das discussões os órgãos de execução que lidam com a investigação civil, o inquérito civil, o compromisso de ajustamento e a ação civil pública.

A oportunidade foi também aproveitada para aumentar a integração entre Promotores e Procuradores de Justiça.

e) Revisão de atribuições – 11ª Promotoria da Infância e da Juventude – novas funções e redistribuição das Promotorias de Execução Criminal e Controle Externo (Provimento n.º 46/2004)

No escopo de atuação mais eficaz e especializada, a partir de demandas surgidas na “linha de frente”, gestionou-se junto à Administração Superior para substanciar a atribuição criminal da 11ª Promotoria da Infância e da Juventude da Capital (foi encaminhada ao Presidente do Tribunal de Justiça proposta de criação de Vara Criminal Especializada, com competência exclusiva para processar e julgar crimes praticados contra crianças e adolescentes, estando em execução projeto-piloto, em parceria com o Poder Judiciário). Por outro lado, promoveu-se novo desenho das atribuições das Promotorias de Execução Criminal e Controle Externo de Porto Alegre.

4.3. Comunicação Interna

A comunicação interna ancora-se na divulgação da política institucional, na promoção da integração entre Promotores e Procuradores de Justiça e também da integração entre os órgãos da Administração.

a) Ofícios e e-mails circulares

Com o intuito de informar aos membros do Ministério Público gaúcho questões de interesse institucional, foram expedidos diversos ofícios/e-mails circulares. Na prática, há fluxo contínuo de informação relevante, por exemplo sinalizando-se, a cada alteração legislativa ou desdobramento fático, os pontos de maior relevo institucional. Para ilustrar, destacam-se os seguintes assuntos:

- planejamento da fiscalização eleitoral (27/04);
- apoio à pesquisa sobre laudos psíquicos em crimes sexuais (24/8);
- necessidade de constante atenção no que tange ao combate aos jogos ilícitos (07/10);
- intercâmbio de informações com o TCE/RS (16/11);
- quadro demonstrativo sobre a Emenda Constitucional n.º 45 – Reforma do Judiciário (18/11);
- fomento ao setor de combate aos crimes licitatórios (06/12) etc.



b) Encaminhamento de expedientes aos órgãos ministeriais

Os expedientes recebidos pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, quando necessário, são encaminhados aos órgãos com atribuição para os respectivos feitos. Neste ano, esta Subprocuradoria-Geral de Justiça exarou 600 despachos, redirecionando expedientes aos Promotores e Procuradores de Justiça. Atua-se, nesta seara, como facilitadores e catalisadores, acelerando-se procedimentos, atalhando-se contatos, antecipando e superando entraves.

4.4. Comunicação Externa

A comunicação externa orienta-se pelo estreitamento da relação entre os Poderes de Estado, bem como do relacionamento com a sociedade.

Naturalmente, a divulgação da política institucional, centralizada no Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça, é uma das tarefas precípuas da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais. A agenda, inclusive, é constantemente atualizada e, muitas vezes, alterada, para acompanhar a dinâmica dos acontecimentos. As exigências e solicitações são plúrimas, desde a participação em inúmeras comissões e reuniões interinstitucionais, passando por palestras (em nível estadual e nacional), entrevistas (para toda a mídia, com ênfase para a capilaridade das rádios regionais e municipais) e contatos diretos com autoridades e sociedade civil. Dentro desses atos de comunicação externa, o Subprocurador-Geral para Assuntos Institucionais, por diversas oportunidades, esteve em Brasília, para tratar de variadíssima gama de assuntos.

Oficialmente, contabilizam-se em 720 (setecentos e vinte) ofícios expedidos, 600 (seiscentos) despachos exarados. Foram recebidos um total de 1600 (um mil e seiscentos) expedientes.

As **palestras** realizadas tiveram como temas prioritários o combate ao crime organizado e as questões atinentes à Pirataria, Segurança Pública, além de assuntos pontuais.

CPI da Carnes

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais traçou estratégia de combate ao abigeato, dividida em três vetores: "trabalho de inteligência, diplomático e de campo". Em Brasília, foram feitos contatos com os Departamentos de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, e de Estrangeiros do Ministério da Justiça. A equipe do Ministério Público ainda esteve no Ministério das Relações Exteriores e na Polícia Federal.

No Distrito Federal os contatos foram no sentido de obter cooperação jurídica em diligências efetivadas no exterior - sem expedição de cartas rogatórias, a prisão e extradição do rol de pessoas já identificadas, bem como sensibilizar as autoridades sobre o perigo da comercialização de carne clandestina sem higiene e controle sanitário e o risco iminente de propagação da febre aftosa, que pode trazer reflexos nas economias brasileira e uruguaia. Ao Estado, o Ministério Público pediu apoio de pessoal e material à Secretaria da Justiça e Segurança, como viaturas e armamentos, e um maior efetivo em cidades da região da fronteira com o Uruguai.

Indulto natalino

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais participou de audiência pública promovida pelo Ministério da Justiça, no âmbito do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, no dia 27 de setembro de 2004, versando sobre o futuro



decreto de indulto natalino. No escopo de evitar uma abordagem unilateral e ideológica de tema tão relevante, ressaltou-se a necessidade de uma política criminal capaz de gestão global sobre o fenômeno da criminalidade, apresentando-se uma série de propostas pontuais, cujo eixo pode-se traduzir pelo reforço da defesa social em nível de segurança pública.

Relatório Azul

Na edição comemorativa aos 10 anos do Relatório Azul (1994-2004), o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais participou com artigo a respeito do tema segurança pública, intitulado “Segurança Pública e Direitos Humanos: a convergência do Ministério Público”. No tradicional relatório, publicado pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, o referido artigo consta das páginas 84 a 99.

4.5. Garantias Constitucionais

Nesta sede, trata-se de consolidação e avanços do arcabouço institucional delineado na Constituição Federal.

Especialmente em face das reformas constitucionais, o ano em curso exigiu deslocamentos regulares (vários imprevistos) e presença constante em Brasília, bem como visitas e reuniões de trabalho numa série de capitais de estados. Os contatos políticos foram priorizados, assim como a busca de apoio de outros setores sociais. Também foram realizadas inúmeras gestões de acompanhamento e preparação de material institucional para subsidiar a atividade legislativa no que pertine diretamente ao interesse institucional e à legislação como um todo.

Procedimento de Investigação Criminal

No dia 24 de setembro foi publicado no Diário Oficial do Estado a Resolução 03/2004, assinada pelo Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul que disciplina, no âmbito do Ministério Público estadual, a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal. A matéria foi submetida e examinada em sessão extraordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores. Dentre os principais aspectos regulamentados está a necessidade de formalização das investigações, por Portaria, a definição do fato objeto da investigação, o estabelecimento de prazo para sua conclusão, garantias do investigado, testemunhas e defesa e o procedimento do arquivamento. A partir desta Resolução, para efeitos internos e externos, há uma definição da Instituição no que diz respeito ao seu modo de ação nas investigações de caráter criminal. Trata-se de estratégia de consolidação da titularidade exclusiva da ação penal pública, com seu consectário de investigação, a partir de sensibilidade dos rumos decisórios sinalizados pelo Supremo Tribunal Federal.

Tabela demonstrativa

Seguem apenas os atos mais solenes ou que comportaram agendamento prévio. A realidade institucional, consabido, caracteriza-se por um fluxo contínuo, por exemplo, de contato com o Procurador-Geral de Justiça e demais Subprocuradores-Gerais e, quando necessário, com a Corregedoria-Geral do Ministério Público, Centros de Apoio, Assessorias etc. Igualmente em relação às atividades externas, trata-se antes de quadro ilustrativo, sem qualquer pretensão exaustiva.



ATIVIDADES INTERNAS DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS – 2004	
Audiências com o Procurador-Geral de Justiça	98
Audiências com os Subprocuradores-Gerais de Justiça	64
Audiências com o Corregedor-Geral do Ministério Público	14
Sessões do Conselho Superior do Ministério Público	14
Audiências com Promotores ou Procuradores de Justiça	165
Reuniões com os Centros de Apoio	36
Presidência de sessões dos Conselhos de Procuradores e Promotores de Justiça	24
Eventos representando o Procurador-Geral de Justiça	37

ATIVIDADES EXTERNAS DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS – 2004	
Audiências com o Governador do Estado	08
Audiências com as Secretarias do Estado	23
Audiências com Ministros de Estado	06
Audiências com Tribunal de Justiça	08
Audiências com membros do Tribunal de Contas do Estado	06
Audiências com integrantes do Poder Legislativo	36
Audiências com a Polícia Civil	12
Audiências com a Brigada Militar	18
Audiências na Procuradoria-Geral da República	07
Reuniões do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas - GNCOC	04
Atendimento à imprensa – entrevistas	96
Palestras proferidas	22

ANEXO – RELATÓRIOS DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

4.1.1 Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias

O Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias foi instalado em maio de 2003, a fim de fomentar o debate e estabelecer subsídios jurídicos aos Colegas no que toca à regularização fundiária e ordenação urbana.

Este ano, dando continuidade ao trabalho iniciado no ano passado, produzimos cinco Circulares Informativos, com seleção de jurisprudência e notícias atualizadas, bem como trabalhos de Colegas que se destacaram na área.

O CAOUrb, através do exame diuturno do Diário da Justiça, localiza notas de expediente relativas a ações civis públicas em grau recursal, obtém cópia dos pareceres ministeriais lançados no segundo grau de jurisdição, distribuindo-os aos demais Centros de Apoio Operacional, de acordo com a matéria do julgamento a ser proferido.

Foi mantida a parceria com a Câmara Setorial de Regularização Fundiária, da Secretaria Estadual da Habitação e Desenvolvimento Urbano. Ao mesmo tempo, estabelecemos diálogo com diversos órgãos, tais como FEPAM, SINDUSCON e Prefeituras Municipais.

Participamos de diversos eventos, como os Seminários “As ocupações coletivas de terras urbanas”, em Belo Horizonte/MG, “Repartição de Competências”, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, “Georreferenciamento e Registro de Imóveis”, realizado na capital gaúcha, entre outros.



Paralelamente, realizamos trabalhos doutrinários com o escopo de promover subsídios jurídicos aos Colegas. Como exemplo, os “Comentários ao Provimento n.º 17/99 - Projeto More Legal II”, importante instrumento de regularização de loteamentos e desmembramentos em situações consolidadas. Ao mesmo tempo, a convite da Corregedoria-Geral da Justiça, participamos da elaboração do “Projeto More Legal III”, atualizando o Provimento anterior.

Ao longo do ano de 2004, o CAOUrb recebeu 38 Termos de Ajustamento de Conduta, relativos à regularização fundiária, permitindo, com isso, o acesso de milhares de pessoas à moradia regular (a média de terrenos regularizados por loteamento é cerca de 70), o que desvela o alcance social da ação do Ministério Público na esfera urbanística.

Totalizamos, de janeiro a novembro do corrente ano, 375 atendimentos às Promotorias e Procuradorias de Justiça.

A seguir, a demonstração dos dados quantitativos deste Centro de Apoio Operacional:

ATENDIMENTOS REALIZADOS – 375

Atendimentos Realizados – Janeiro – 17

- Parcelamento solo – loteamento clandestino/irregular – 11
- Regularização via Provimento n.º 17/99 “More Legal II” – 03
- Ações de usucapião – 0
- Outros – 03

Atendimentos Realizados – Fevereiro - 21

- Parcelamento solo – loteamento clandestino/irregular – 14
- Regularização via Provimento n.º 17/99 “More Legal II” – 01
- Ações de usucapião – 01
- Outros – 05

Atendimentos Realizados – Março - 30

- Parcelamento solo – loteamento clandestino/irregular – 14
- Regularização via Provimento n.º 17/99 “More Legal II” – 06
- Ações de usucapião – 04
- Outros – 06

Atendimentos Realizados – Abril - 35

- Parcelamento solo – loteamento clandestino/irregular – 17
- Regularização via Provimento n.º 17/99 “More Legal II” – 07
- Ações de usucapião – 06
- Outros – 05

Atendimentos Realizados – Maio - 39

- Parcelamento solo – loteamento clandestino/irregular – 22
- Regularização via Provimento n.º 17/99 “More Legal II” – 03
- Ações de usucapião – 04
- Outros – 10

Atendimentos Realizados – Junho - 54

- Parcelamento solo – loteamento clandestino/irregular – 30
- Regularização via Provimento n.º 17/99 “More Legal II” – 04
- Ações de usucapião – 04
- Outros – 16



Atendimentos Realizados – Julho - 35

- Parcelamento solo – loteamento clandestino/irregular – 14
- Regularização via Provimento n.º 17/99 “More Legal II” – 02
- Ações de usucapião – 11
- Outros – 08

Atendimentos Realizados – Agosto - 52

- Parcelamento solo – loteamento clandestino/irregular – 23
- Regularização via Provimento n.º 17/99 “More Legal II” – 06
- Ações de usucapião – 05
- Outros – 17

Atendimentos Realizados – Setembro - 28

- Parcelamento solo – loteamento clandestino/irregular – 11
- Regularização via Provimento n.º 17/99 “More Legal II” – 03
- Ações de usucapião – 06
- Outros – 08

Atendimentos Realizados – Outubro - 26

- Parcelamento solo – loteamento clandestino/irregular – 11
- Regularização via Provimento n.º 17/99 “More Legal II” – 04
- Ações de usucapião – 04
- Outros – 07

Atendimentos Realizados – Novembro - 38

- Parcelamento solo – loteamento clandestino/irregular – 18
- Regularização via Provimento n.º 17/99 “More Legal II” – 04
- Ações de usucapião – 08
- Outros – 08

REUNIÕES DE TRABALHO – 72

Reuniões de Trabalho Janeiro/Fevereiro – 6

- Projeto Veraneio Cidadão
- Coordenadores dos CAO's e Subprocurador-Geral para Assuntos Institucionais
- Câmara Setorial de Regularização Fundiária – 2 reuniões
- SINDUSCON
- Encontro com Prefeitos do Litoral Norte

Reuniões de Trabalho Março – 10

- Coordenadores dos CAO's e Subprocurador-Geral para Assuntos Institucionais
- Reunião de Administração – 2 reuniões
- Câmara Setorial de Regularização Fundiária – 2 reuniões
- Divisão de Assessoramento Técnico
- Secretaria da Habitação – Santo Antônio da Patrulha
- SINDUSCON – 2 reuniões
- Secretário Estadual da Habitação e Desenvolvimento Urbano

Reuniões de Trabalho Abril – 8

- Debate sobre relação inter-institucional entre MPE e MPF
- PJ Capão da Canoa
- Câmara Setorial de Regularização Fundiária – 2 reuniões



- PGJ, CGMP e Subprocuradores-Gerais – intervenção cível
- Conselho Estadual de Desenvolvimento da Reforma Agrária
- Frente Parlamentar de Apoio ao Cooperativismo
- Fórum de Discussões da Política Estadual de Saneamento

Reuniões de Trabalho Maio – 7

- Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente – 2 reuniões
- Empreendimento Goldztein – R. Luciana de Abreu
- Subprocurador-Geral para Assuntos Institucionais
- PJ Guaíba
- Câmara Setorial de Regularização Fundiária
- Coordenadores dos CAO's

Reuniões de Trabalho Junho – 7

- Oficina de Trabalho Urbanístico-Ambiental Passo Fundo
- Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente – 2 reuniões
- PGJ
- PJ Nova Prata
- PJ Viamão
- FEPAM

Reuniões de Trabalho Julho – 5

- Oficina de Trabalho Urbanístico-Ambiental Passo Fundo
- Câmara Setorial de Regularização Fundiária
- Gabinete da Reforma Agrária
- PJ Canela e CAO Meio Ambiente
- PJ Viamão e CAO Meio Ambiente

Reuniões de Trabalho Agosto – 4

- Coordenadores dos CAO's
- SINDUSCON
- Câmara Setorial de Regularização Fundiária
- PJ Viamão

Reuniões de Trabalho Setembro – 10

- Prefeito Municipal de Sapiranga e Subprocurador-Geral para Assuntos Institucionais
- Corregedoria-Geral da Justiça/ Comissão “Projeto More Legal III” – 3 reuniões
- Comissão de Desenvolvimento da Internet
- CONMAN
- Coordenadores dos CAO's
- PJ São Leopoldo
- PJ Canoas
- Assessoria Jurídica do SINDUSCON

Reuniões de Trabalho Outubro – 10

- Divisão de Assessoramento Técnico
- PGJ
- Corregedoria-Geral da Justiça/ Comissão “Projeto More Legal III” – 2
- SEHADUR
- Visita ao Delta do Jacuí
- Audiência Pública/Delta do Jacuí
- PJ Campo Bom
- Reunião sobre o Morro do Osso
- PGJ, Vice-Governador do Estado, Chefia da Casa Civil



Reuniões de Trabalho Novembro – 05

- Secretaria Estadual da Habitação e Desenvolvimento Humano – 2 reuniões
- SINDUSCON e PGJ
- Corregedoria-Geral do Ministério Público
- Prefeito Municipal de Porto Alegre e PGJ

PARTICIPAÇÕES EM PALESTRAS E EVENTOS – 25

Participações em Palestras/Eventos Janeiro, Fevereiro – 2

- Lançamento do Projeto Habitacional do Estado
- Lançamento do Projeto Inclusão Total

Participações em Palestras/Eventos Março – 1

- Posse dos Novos Promotores de Justiça

Participações em Palestras/Eventos Abril – 4

- Lançamento da Expo Leite
- Palestra aos novos Promotores de Justiça
- Encerramento do curso aos novos Promotores de Justiça
- Cerimônia de entrega do SINDUSCON Premium

Participações em Palestras/Eventos Maio – 1

- Assinatura do Termo de Cooperação de Combate à Pirataria

Participações em Palestras/Eventos Junho – 6

- Posse dos Coordenadores das Procuradorias Cíveis e Criminais
- Palestra do Ministro do STJ Waldemar Zveiter
- Posse do Coordenador do CAO Criminal
- Encontro dos Procuradores do Litoral Norte
- Posse do Órgão Especial
- Palestra Arnaldo Jabor

Participações em Palestras/Eventos Julho – 1

- Instalação do Gabinete de Gestão de Responsabilidade Social

Participações em Palestras/Eventos Agosto – 3

- Seminário “As ocupações coletivas de terras urbanas”, MG
- Seminário em homenagem a Getúlio Vargas
- Oficina de Direito Urbanístico-Ambiental

Participações em Palestras/Eventos Setembro – 2

- Solenidade de Inauguração Faculdade de Direito - UFRGS
- Palestra “desafios da Criminalidade Informática”

Participações em Palestras/Eventos Outubro – 2

- Jantar em Comemoração aos 67 anos do SINDILOJAS
- Seminário “Repartição de Competências”, RJ

Participações em Palestras/Eventos Novembro – 3

- Seminário “Georreferenciamento e Registro de Imóveis”
- Seminário “Como Pôr em Marcha Políticas Públicas Socialmente Responsáveis
- Congresso Brasileiro de Agroecologia



CORRESPONDÊNCIA - 236

Correspondência Jan/Fev - 40

Expedida – 18
Recebida – 21
Ofícios-Circulares – 01

Correspondência Março – 23

Expedida – 11
Recebida – 12
Ofícios-Circulares – 0

Correspondência Abril – 19

Expedida – 04
Recebida – 14
Ofícios-Circulares – 01

Correspondência Maio – 21

Expedida – 06
Recebida – 15
Ofícios-Circulares – 0

Correspondência Junho – 28

Expedida – 04
Recebida – 24
Ofícios-Circulares – 0

Correspondência Julho - 37

Expedida - 06
Recebida - 30
Ofícios-Circulares - 01

Correspondência Agosto - 24

Expedida - 08
Recebida - 16
Ofícios-Circulares - 0

Correspondência Setembro -13

Expedida - 02
Recebida - 10
Ofícios-Circulares – 01

Correspondência Outubro - 16

Expedida - 02
Recebida - 13
Ofícios-Circulares - 01

Correspondência Novembro-15

Expedida - 08
Recebida – 07
Ofícios-Circulares - 01

NOTAS DE EXPEDIENTE E PARECERES – 1467

- Janeiro/Fevereiro – 99
- Março – 144
- Abril – 184
- Maio – 162
- Junho – 216
- Julho – 20
- Agosto – 199
- Setembro – 149
- Outubro – 125
- Novembro – 169

4.1.2. Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude

O Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, no intuito de implementar as metas institucionais definidas para a área da infância e juventude em 2004, e também objetivando gerar subsídios às Promotorias de Justiça com atuação nas questões afetas ao direito da criança e do adolescente, agiu na organização e no planejamento de múltiplas ações necessárias ao apoio operacional e à qualificação e aperfeiçoamento dos Membros do Ministério Público.

Nesse sentido, construiu-se o relatório de atividades do ano de 2004, primeiro, apresentando um diagnóstico organizacional do Centro de Apoio e, posteriormente, uma ampla abordagem estatística da atuação do Ministério Público na área da infância e adolescência.

**I. DADOS QUANTITATIVOS DA ATUAÇÃO DO CENTRO DE APOIO**

Atividades da Coordenação	
1. REUNIÕES DE TRABALHO:	
1.1. Com o Procurador-Geral de Justiça e órgãos da Administração Superior	19
1.2. Com os Coordenadores dos Centros de Apoio	4
1.3. Com órgãos de execução	26
1.4. Com outros órgãos da PGJ e de outras entidades	22
Total	75
2. ATIVIDADES EXTERNAS:	
2.1. Contatos com a mídia:	
2.1.1 Entrevistas concedidas a jornais	6
2.1.2. Entrevistas concedidas a rádios	5
2.1.3. Entrevistas concedidas à televisão	4
Total	15
2.2. Palestras/Aulas realizadas	
Cursos (Universidades)	0
Seminários	6
Encontros de Acadêmicos, Entidades e Técnicos de áreas afins	7
Total	13
2.3. Participação em Congressos, Jornadas e Fóruns	
Total	4
2.4. Participação em Solenidades	
2.4.1. Do Ministério Público	13
2.4.2. De outras entidades	9
Total	22
2.5. Viagens (interior do RS e outros Estados)	
Total	15
3. REPRESENTAÇÃO ATIVA EM CONSELHOS DURANTE O ANO DE 2004:	
3.1. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente- CONANDA	
3.2. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente- CEDICA/RS	
3.3. Conselho Estadual de Entorpecentes- CONEN/RS	
3.4. Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude-ABMP	
ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CAOIJ	
1. ATENDIMENTOS :	
Consultas c/ pesquisa	1177
2. CORRESPONDÊNCIAS:	
Correspondências recebidas	1172
Ofícios expedidos	268
E-mails recebidos	3314
E-mails enviados	2390
3. INFORMATIVOS:	
Circular Informativo On-line (semanal)	49
Boletim Informativo da Atuação Institucional (mensal)	11
4. MATERIAL DE APOIO:	
4.1. publicações elaboradas/organizadas pela equipe do Caoij:	
4.1.1. Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Pertinente – Atualizado e Revisado 2004	Tiragem com 3.000 exemplares



4.2. CD-ROM COM MATERIAL DE APOIO(3ª versão- abril 2004)	Tiragem com 250 unidades
4.	
4.3.WEB-SITE: (dados registrados até 15-12-2004)	
4.3.1.Acessos	35.268
4.3.2. Documentos disponibilizados no site	
Resenhas da atuação institucional	424
Termos de ajustamento	69
Documentos internacionais	35
Cartas políticas	35
Legislação	444
Projetos de lei	413
Jurisprudência	1.206
Monografias na área da infância e juventude	6
Programas e projetos	49
Fluxogramas	5
Modelos de Ações civis públicas e outras iniciais	176
Modelos de Recursos, pareceres, formulários e recomendações	56
Doutrina	160
Total de documentos exibidos	3.078
5. ORGANIZAÇÃO DE REUNIÕES/EVENTOS	
5.1. Reuniões do CONPPIJ	8
5.2. Reuniões Promotores Regionais da Infância e Juventude	6
5.3. Seminários	1

DADOS ANALÍTICOS DA ATUAÇÃO DO CENTRO DE APOIO

RESENHA DOS PROJETOS, PROGRAMAS E OUTRAS AÇÕES ACOMPANHADAS, FOMENTADAS E/OU PROMOVIDAS PELO CAOIJ
<p>Programa Pró-Conselho Brasil. Iniciativa da Secretaria Especial de Direitos Humanos- SEDH, CONANDA e do Instituto Telemig Celular, em parceria com a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude e o Conselho Nacional de Procuradores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPJ), com objetivo de implementar e aperfeiçoar os Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e Fundos da Infância e Adolescência em todo território nacional. Este Centro de Apoio Operacional, participou da organização da 1ª etapa do programa- “Projeto Conhecendo a Realidade”, encaminhando formulários de pesquisa para preenchimento pelos Promotores de Justiça e compilando os resultados sobre a criação e o funcionamento dos conselhos e fundos no Rio Grande do Sul. As demais etapas do projeto, principalmente o Projeto Conselhos do Brasil, que pretende incentivar e apoiar a implementação dos conselhos onde ainda não foram criados serão desenvolvidos a partir de 2005.</p>
<p>Projeto da Publicação Institucional “O Ministério Público do Rio Grande do Sul e o Estatuto da Criança e do Adolescente- Retrato da atuação nos 15 anos de vigência do ECA.” Projeto elaborado pelo Centro de Apoio, com objetivo de resgatar dados sobre a história do Ministério Público nos 15 anos de vigência do ECA e da atuação judicial e extrajudicial da Instituição na proteção da infância e juventude. A realização será acompanhada pelo CAOIJ, com coordenação técnica do Memorial do Ministério Público e organização da Comissão de Promotores de Justiça da Infância e Juventude.</p>



RESENHA DOS PROJETOS, PROGRAMAS E OUTRAS AÇÕES ACOMPANHADAS, FOMENTADAS E/OU PROMOVIDAS PELO CAOIJ

Proposta de criação de Vara Criminal Especializada em Crimes contra Criança e Adolescente e de Interiorização do Projeto Depoimento Sem Dano. O Ministério Público, através do Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais e do Centro de Apoio da Infância e Juventude, em atenção aos dias nacional e estadual de enfrentamento à violência sexual contra a infância e juventude, entregou ao Poder Judiciário uma proposta de criação de vara judicial especializada na repressão de crimes com crianças e adolescentes vítimas, bem como sugeriu a implementação do projeto Depoimento sem Dano (oitiva de crianças vítimas de abuso sexual) nas comarcas do interior do RS. Como resultado, o Poder Judiciário implantou, em novembro de 2004, o Projeto-Piloto para Vara Criminal Especializada em Crimes contra Crianças e Adolescentes, mediante distribuição preferencial de ações com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual à 6ª e 9ª Varas Criminais de Porto Alegre. O Projeto iniciará em 1º-02-2005 e encerrará em 31-12-2005.

Projeto "Levantamento Estadual de Abrigos para Crianças e Adolescentes no Rio Grande do Sul". Apresentado pelo Centro de Apoio, trata-se de uma iniciativa do Ministério Público, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social - STCAS/RS, e com o apoio do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Consiste numa pesquisa científica, tendo por objeto a situação dos programas de abrigo para crianças e adolescentes no RS. Lançado em julho de 2004, com a assinatura de Termo de Compromisso para realização do projeto.

Projeto FICAI – Ficha de Comunicação do Aluno Infreqüente (art. 2º, inciso I, II, VIII, X, XI e XVIII do Ato n.º 01/91). Projeto institucional de mobilização pela garantia do direito à educação, eleito prioridade institucional pelos Promotores de Justiça para o ano de 2004. Debatido na Comissão de Educação e no Conselho de Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça da Infância e Juventude-CONPPIJ, recebeu avaliação no sentido da necessidade de sua revitalização, contextualizada num processo de inclusão escolar, combate à evasão e busca de maiores parâmetros de qualidade do ensino.

Projeto Registre Seu Filho. Projeto interinstitucional iniciado em 2001, parceria do Ministério Público, Sociedade de Pediatria do RS, Poder Judiciário, Colégio Registral do RS, Sindicato dos Registradores Públicos e Secretaria Estadual da Saúde, que objetiva reduzir o número de subregistros de nascimentos. Desde sua implantação, o projeto reduziu de 22,6% (2001) para 14%(2004) os nascidos sem registro. Como reflexo nacional, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão -PFDC, em Brasília, oficiou aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos sugerindo avaliação da possibilidade de aplicação do projeto, referindo-se à ação como exemplo de exitosa prática destinada à redução do subregistro de nascimento e combate aos crimes contra o estado de filiação.

Programa Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Dando continuidade às ações definidas no Termo de Compromisso e Integração Operacional que objetiva promover um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, visando a implementação de um serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos, o Ministério Público manteve permanentemente disponibilizado em sua página o link de acesso às informações do programa, mantendo o termo como diretriz de atuação institucional na matéria.

Programa de Apadrinhamento Afetivo: Objetivando que crianças e adolescentes tenham referenciais de vida, com vínculo afetivo, implicando maior segurança em seus relacionamentos sociais, foi desenvolvido em conjunto com o Instituto Amigos de Lucas, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado do Trabalho, Cidadania e assistência Social, está disponibilizado na home-page do Ministério Público, na página da infância e juventude.



RESENHA DOS PROJETOS, PROGRAMAS E OUTRAS AÇÕES ACOMPANHADAS, FOMENTADAS E/OU PROMOVIDAS PELO CAOIJ

Projeto Rede de Proteção da Região Metropolitana de Porto Alegre. Em julho/2004, o Ministério Público, pelas Promotorias de Justiça das Comarcas de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Gravataí, Porto Alegre e Viamão, assinou termo de integração operacional reunindo os Municípios da região metropolitana de Porto Alegre, com o objetivo de definir procedimentos para a abordagem de crianças e adolescentes em situação de rua. A Rede de Proteção é um programa financiado pelo BNDES, através do qual são articuladas ações de proteção à infância pelos Municípios pertencentes à GRANPAL (Associação dos Municípios da Grande Porto Alegre).

Projeto de Combate à "Pedofilia na Internet" – Em continuidade às ações definidas pelo Termo de Compromisso de Integração Operacional de prevenção e combate à pornografia infanto-juvenil via internet, que prevê atuação conjunta do Ministério Público, Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal e a Internetsul (representando todos os Provedores de Serviço da Internet filiados), o Centro de Apoio, além de registrar as denúncias recebidas por meio eletrônico, mantém relatório das denúncias na home page do Ministério Público.

II Jornada Estadual contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. A iniciativa da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da AL/RS contou com a participação do Ministério Público e foi amplamente divulgada pelo Centro de Apoio, este representado pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre.

Projeto Acervo Operacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ABMP e UNICEF. O Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, acompanhou os seminários regionais destinados à divulgação do projeto em âmbito nacional, sendo que no Rio Grande do Sul, em julho de 2004, promoveu a distribuição de 400 CDs do acervo aos participantes do Seminário Regional Viver em Família: Nosso Direito.

Comissão Interinstitucional pelo retorno do Iruan ao Brasil. A Comissão concluiu suas atividades em fevereiro de 2004, com o retorno do menino Iruan Ergui Wu ao Brasil. O acompanhamento da readaptação da criança é atualmente realizado pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Canoas. Em dezembro/04, os realizadores do Prêmio Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Edição 2004, concederam MENÇÃO HONROSA à Comissão Interinstitucional, pela contribuição na defesa dos direitos humanos no RS.

RESENHA DO ACOMPANHAMENTO DE SEMINÁRIOS/CURSOS/ENCONTROS

I Encontro Sul-brasileiro da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude. Ênfase em debates e oficinas temáticas sobre os projetos de lei que tratam da Lei Nacional de Adoção e a Lei de Execução de Medidas Socioeducativas. O Ministério Público do RS, através do Centro de Apoio, fomentou a participação dos seus Membros e promoveu a divulgação dos resultados do encontro.

ENCONTRO NACIONAL DE CENTROS DE APOIO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. O Centro de Apoio esteve representado nos encontros realizados em Goiânia (4º encontro) e Belo Horizonte (5º encontro), priorizando a integração e a troca de experiências entre Centros de Apoio co-irmãos. Destacam-se a Carta de Goiânia – contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, e a Moção de Belo Horizonte, pela rejeição do Projeto de Lei Nacional de Adoção (PL.1756/2003).

**RESENHA DO ACOMPANHAMENTO DE SEMINÁRIOS/CURSOS/ENCONTROS**

Seminário Regional Viver em Família: Nosso Direito. Projeto elaborado pelo CAOIJ para divulgação estadual do “Acervo Operacional dos Direitos da Criança e do Adolescente da ABMP e UNICEF”. Com um público de mais de 400 participantes, oportunizou debates sobre políticas públicas para atendimento da criança, adolescente e suas famílias, a institucionalização da infância e juventude no Brasil, o papel da sociedade frente ao direito à convivência familiar e comunitária e o Projeto de Lei Nacional de Adoção. Apresentou interfaces com as áreas da psicologia, assistência social, sociologia, antropologia e afins, bem como novas experiências desenvolvidas sob a ótica da ressignificação de vínculos familiares, e “Carta de Porto Alegre”, pela efetivação do direito fundamental de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

Panorama temático das consultas que geraram pesquisa no Centro de Apoio

JIJ	Caxias do Sul	Novo Hamburgo	Osório	Passo Fundo	Pelotas	Porto Alegre	Santa Cruz	Santa Maria	Santo Angelo	Uruguaiana	Total
Conselhos	26	22	18	32	13	19	8	40	39	9	226
Educação	16	33	9	27	19	13	13	29	28	2	189
Ato Infracional	16	10	3	17	8	8	4	17	24	4	111
Outras Questões	5	11	5	11	9	11	4	16	10	6	88
Saúde	5	6	5	6	4	9	5	10	11	10	71
Adoção	13	7	6	10	2	5	2	6	8	2	61
Questões processuais	9	3	1	7	6	7	0	12	8	0	53
Medidas Socioeducativas	4	7	4	5	6	4	3	5	6	4	48
Crimes	6	6	0	4	5	5	4	6	7	1	44
Convivência familiar e comunitária	3	5	1	6	5	3	1	10	6	4	44
Prevenção	3	5	2	6	2	3	3	10	3	3	40
Abrigo	4	7	2	3	2	2	1	10	3	3	37
Trabalho infantil	3	5	1	8	3	1	1	4	5	1	32
Poder familiar	3	4	3	5	4	1	1	5	3	2	31
Medidas protetivas	2	1	4	8	3	3	0	6	2	1	30
Infrações administrativas	5	1	0	6	2	1	0	4	5	0	24
Direito à filiação	0	2	3	2	0	0	1	0	3	3	14
Drogadição	1	1	3	1	0	2	1	2	0	1	12
Programas	1	4	0	1	1	1	1	0	0	0	9
Fiscalização de entidades	0	0	0	1	0	1	2	0	1	0	5
Direito a respeito e dignidade	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	3
Direitos fundamentais	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	3
Políticas de atendimento	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2
Acesso à justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total por JIJ	127	140	70	167	95	101	55	192	173	57	1177



Resenha da atuação institucional enviada ao Centro de Apoio	
1. Portaria de Instauração de Inquérito Civil e Peças de Informação	243
2. Termos de compromisso de ajustamento	10
3. Ações civis públicas e outras iniciais	66
4. Recomendações/Sindicância/Recursos	78
5. Denúncias com crianças e adolescentes vítimas	190

III – DADOS QUALITATIVOS DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL COLETADA

Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente-FICAI											
Implementação no Estado - 92,15% dos municípios gaúchos											
Juizados Regionais	Porto Alegre	Novo Hamburgo	Osório	Pelotas	Santa Maria	Caxias do Sul	Santo Ângelo	Uruguaiana	Santa Cruz do Sul	Passo Fundo	Total no Estado do RS
Município que implementaram	25	34	22	20	43	42	76	7	52	137	458
Municípios que não implementaram	0	1	1	7	1	6	7	1	6	9	39
Total	25	35	23	27	44	48	83	8	58	146	497
DESEMPENHO DA FICAI											
1) Crianças/ adolescentes que retornaram à escola											737
1.1.Crianças/adolescentes que retornaram para a mesma escola											437
1.2. Crianças/adolescentes encaminhados para outra escola											300
2) Situações que ensejaram representação por infração administrativa (art. 249 do ECA)											80
3) Ficai's arquivadas por falta de localização dos alunos ou de seus responsáveis											321
4) Arquivamentos motivados pela mudança de endereço para outra Comarca											132
5) Arquivamento em razão dos adolescentes terem completado 18 anos											140
6) Expedientes administrativos instaurados para apurar negligências por parte dos pais											142
7) Outras hipóteses											352
Total											1904

* fonte: relatório mensal da FICAI enviado pelos Promotores de Justiça ao CAOIJ, atualizado até 15-12-2004.

IMPLEMENTAÇÃO DE CONSELHOS TUTELARES NO RS												
Juizados Regionais da Infância e Juventude – JIJ												
MUNICÍPIOS		Caxias do Sul	Novo Hamburgo	Osório	Passo Fundo	Pelotas	Porto Alegre	Santa Cruz	Santa Maria	Santo Ângelo	Uruguaiana	TOTAL NO RS
Que possuem CT		25	15	17	90	18	19	36	39	67	7	333
	Por atuação do MP	13	15	2	45	4	4	18	2	11	0	114
Que não possuem CT		10	5	4	11	5	2	4	3	5	1	50



IMPLEMENTAÇÃO DE CONSELHOS TUTELARES NO RS											
Juizados Regionais da Infância e Juventude – JIJ											
MUNICÍPIOS	Caxias do Sul	Novo Hamburgo	Osório	Passo Fundo	Pelotas	Porto Alegre	Santa Cruz	Santa Maria	Santo Ângelo	Uruguaiana	TOTAL NO RS
Total de municípios por JIJ	48	35	23	146	27	25	58	44	83	8	497

Fonte: informações dos Promotores de Justiça e Programa Pró-Conselho Brasil

ACOMPANHAMENTO DO COMBATE À PEDOFILIA NA INTERNET



PERÍODO	DENÚNCIAS	PERGUNTAS
EM 2001	740	71
EM 2002	1.245	98
EM 2003	916	32
EM 2004	1.148	4

Fonte: Clique-denúncia – www.mp.rs.gov.br – caoinfancia@mp.rs.gov.br Dados apurados a partir de 12 de setembro de 2001 e atualizados até 15/12/2004

CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DENÚNCIAS ENCAMINHADAS AO CENTRO DE APOIO	
TIPO PENAL	total
Art. 214 do CP - Atentado violento ao pudor	54
Art. 244 do CP – Abandono material	25
Art. 213 do CP - Estupro	37
Art. 244-A do ECA – Exploração sexual	4
Art. 121 do CP – Homicídio	14
Art. 136 do CP - Maus-tratos	8
Art. 243 do ECA - Vender, fornecer... produtos que causem...	7
Art. 129 do CP - Lesões Corporais	0
Art. 157 do CP – Roubo	2
Art. 232 do ECA	2
Art. 155 do CP – Furto	2
Art. 246 do CP – Abandono Intelectual	6
Art. 1º da Lei n.º 2.252/54 - Dispõe sobre corrupção de menores	16
Art. 133 do CP – Abandono de Incapaz	2
Art. 218 do CP – Corrupção de menores	0
Art. 228 do CP – Favorecimento da Prostituição	0
Art. 147 do CP – Ameaça	1
Art. 12 da Lei n.º 6.368/76	0
Art. 20 da Lei n.º 7.716/89	0
Art. 58 do D.L. 3.688/41	1
Art. 1º da Lei 9455/97	3
Art. 302 da Lei 9.503/97	1
Art. 69 do CP	0
Art. 168 do CP – Apropriação Indébita	0



CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DENÚNCIAS ENCAMINHADAS AO CENTRO DE APOIO	
TIPO PENAL	total
Art. 238 do ECA	1
Art. 241 do ECA	1
Art. 342 § 1º do CP	1
Art. 339 do CP	1
Art. 236 do ECA – Impedir ação de autoridade	1
total	190

Conselho dos Procuradores e Promotores de Justiça da Infância e Juventude – CONPPIJ	
Data	Temática Prevalente
12-03	Prioridades Institucionais e Educação (FICAI)
07-05	Ato infracional e Exploração Sexual
04-06	Adoção e Exploração Sexual
09-07	Educação (FICAI) e Abrigos
11-08	Educação, Conselhos Tutelares e Abrigos
10-09	Justiça Restaurativa
15-10	Educação Infantil
10-12	Atuação Criminal dos Promotores da Infância e Juventude

4.1.3 Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público

Correspondência	
Recebida	975
Expedida (Total)	855
- CAO/Cível	168
- SGCAEF (Serviço Geral de Contadoria e Análise Econômico-Financeira)	451
- Eleitoral	239
Ofícios Circulares (Total)	02
- CAO/Cível	01
- Eleitoral	01

Portarias recebidas pelo Centro de Apoio Cível	
Instauradas	693

Ações de Improbidade Administrativa recebidas pelo Centro de Apoio Cível	
Iniciais	27

Atendimentos realizados no Centro de Apoio Cível	
A Promotores de Justiça	25

Subsídios de Apoio enviados aos Membros do Ministério Público Respostas						
Assunto	Número de Consultas (Assessores)	Modelos	Legislação	Acórdãos e Pareceres	Doutrina	Coordenador
Direito Público(diversos)	225	22	35	25	51	
Improbidade Administrativa	421	171		33	12	27



Subsídios de Apoio enviados aos Membros do Ministério Público Respostas						
Assunto	Número de Consultas (Assessores)	Modelos	Legislação	Acórdãos e Pareceres	Doutrina	Coordenador
Lei de Responsabilidade Fiscal	305	57			31	3
Fundef	07	02				
Direito Tributário	113		08	27	42	01
Eleitoral	1294	51	139	417	177	731
Direito Administrativo(diversos)	456		23	18	63	15
Licitações	171	02			31	
Trânsito – CNT	42		09	05	14	
Direito Trabalhista	77		19	07	24	01
Direito de Família	218	04	28	80	149	05
Registros Públicos	174	06	54	50	109	02
Direito Comercial (diversos)	11		03	07	07	
Falências e concordatas	192		30	54	132	46
Direito Previdenciário	63		18	20	09	
Processo Civil (diversos)	363	03	62	115	230	05
Direito Constitucional	111		01	25	77	09
Direito Civil (diversos)	284	05	36	94	203	05
Ação Civil Pública/Inquérito Civil	59	27		12	10	
Diversos	55	15	10	05	08	
TOTAL	4641	380	475	994	1378	850

Participação em Eventos	
- Representando Procurador-Geral de Justiça	4
- Palestras proferidas	3
- Entrevistas concedidas:	
- Tv	11
- Rádio	13
- Jornal	6

Material Expedido aos membros do Ministério Público - Dentre outros
- Manual de Rotinas Falimentares
- Manual "Eleições Gerais 2004"
- Resumo das Condutas Vedadas no Processo Eleitoral

Eventos Realizados pelo CAO Cível
- Encontros Regionais Eleitorais:
- Pelotas (21/05)
- Bento Gonçalves (28/05)
- Santa Maria (04/06)
- Passo Fundo (17/06)
- Santo Ângelo (18/06)
- Porto Alegre (02/07)
- Ijuí (03/09)
- Oficinas de Processo Coletivo Ambiental (em conjunto com CAOMA e CAOURB)
- Passo Fundo 29 e 30/ 07
- Porto Alegre 26 e 27/08



Reuniões de trabalho do Coordenador com:	
Procurador-Geral de Justiça	7
Coordenadores dos demais Centros de Apoio	4
Outros órgãos da administração pública	4
Órgãos da iniciativa privada	2
Associação do Ministério Público	1
Corregedoria-Geral do Ministério Público	2
Subprocuradores-Gerais de Justiça	7
Tribunal Regional Eleitoral	3
Procurador Regional Eleitoral	5
Conselhos Internos	2
Procuradores e Promotores	20

Cursos e Seminários freqüentados pelos Assessores do CAOCIVEL (Aperfeiçoamento e qualificação profissional)
- 1º Ciclo de Debates “ O Ministério Público e o Novo Direito de Família”
- Curso de Contabilidade Governamental

Serviço Geral de Contadoria e Análise Econômico-Financeira Assessoria Econômica e Financeira	
Análise de Inquéritos Cíveis e de Procedimentos de Peças de Informação:	149
Outros Pareceres, Cálculos e Documentos produzidos	42
Elaboração de quesitos	02
Assessoria na manifestação sobre Laudo Pericial	02
Participação em reuniões com órgãos da administração pública e privada	12
Atendimentos pessoais, telefônicos e via e-mail a Promotores e Servidores	163
Comparecimento a audiências como testemunha do MP	05
T O T A L	375
Assuntos dos trabalhos realizados: Lei de Responsabilidade Fiscal, Finanças Públicas e Orçamentos: 57% Defesa do Consumidor: 38% Outras Áreas: 06%	

Assessoria Contábil	
Análise Contábil e Financeira	98
Atendimento a Promotores	79
Cálculos	76
Laudos Periciais	48
Manifestação	114
Pareceres Contábeis	315
Cálculo de Liq. de Sentença	50
Prestação Contas – Eleitoral	92
Total	872



4.1.4. Centro de Apoio Operacional Criminal

I - QUANTIFICATIVO

Reuniões de trabalho	
Com o Procurador-Geral de Justiça	4
Com os Coordenadores dos demais CAOs	07
Com outros órgãos ou entidades	17
Com órgãos da Administração Superior	25
Participações em CONCRIMs	02
Reuniões com órgãos de execução	10
Atendimentos realizados	5.760
Visitas a Órgãos Públicos	12
Atividades Culturais e de Intercâmbio	
Palestras realizadas a órgãos do Ministério Público	02
Palestras realizadas a outras entidades	01
Participação em Congressos, Seminários ou Encontros	07
Eventos realizados	04
Contatos com a mídia	10
Atuações como representante da Instituição em solenidades	19
Participações em cerimônias da Instituição	07
Consultas aos sistemas de informações (SJS, CEEE, etc.)	3.485

II - DESCRITIVO

Correspondência Expedida	
1. Ofícios Expedidos	241
1.1. Para Órgãos do Ministério Público - RS	197
1.1.1. Envio de Material de Apoio	59
1.1.2. Outras Comunicações	103
1.1.3. Encaminhando documentos para providências	35
1.2. Para Outros Órgãos	44
1.2.1. Encaminhamento de documentos para Providências	02
1.2.2. Outras Comunicações	42
2. Ofícios Circulares	05
3. Mensagens de Fax Enviadas	627
3.1. Para Órgãos do Ministério Público – RS	627



Correspondência Expedida	
4. Telefonemas Retornados	2282
5. Correspondência Eletrônica Enviada (e-mails)	708
5.1. Envio de Material de Apoio	705
5.2. Outras Comunicações	03

Atividades Desenvolvidas	
1. REUNIÕES DE TRABALHO	
Objetivos: a) Planejamento; b) Relações entre os diversos órgãos ligados à atividade criminal.	
1.1. Com Órgãos do Ministério Público	47
1.1.1. Com o Procurador-Geral de Justiça	04
1.1.2. Com os Coordenadores dos demais CAOs	07
1.1.3. Com órgãos da Administração Superior	25
1.1.4. Participações em CONCRIMs	02
1.1.5. Reuniões com órgãos de execução e participações em conselhos ligados aos CAOs	10
1.2. Com outros órgãos ou entidades	17
1.2.1. Com a Secretaria da Justiça e Segurança/RS	03
1.2.2. Com órgãos da Persecução Criminal	04
1.2.3. Com outras instituições	10
2. ATENDIMENTOS REALIZADOS	
2.1. A Promotores ou Procuradores de Justiça	5.760
2.1.1. Pesquisas e atendimentos diversos	2.275
2.1.2. Consultas aos sistemas de informações	3.485
3. VISITAS A ÓRGÃOS PÚBLICOS	
05/03 – Passagem de Comando do 11º Batalhão da Polícia Militar	
31/03 – Visita ao Ministério Público Federal – questão indígena	
11/08 – Visita à Promotoria de Justiça de Caxias	
30 a 31/08 – Visita à Promotoria de Justiça de Gramado	
06/09 – Visita a Brasília	
4. ATIVIDADES CULTURAIS E DE INTERCÂMBIO	
4.1. Palestras realizadas a órgãos do Ministério Público	
31/03 – Encerramento Novos Promotores – ESMP	
14/09 – Núcleo de Soledade – UPF	
4.2. Palestras realizadas a outras entidades	
16/04 – Seminário de Direito Kaingang e Direito Estatal, em Ronda Alta	
4.3. Participações em Congressos, Seminários e Encontros	



Atividades Desenvolvidas
07/07 – Palestra “Sexualidade Humana”, Palácio do MP/RS
20/07 – Reunião “Investigação Criminal pelo MP”, em São Paulo
23/07 – Curso “Técnicas de Negociação”
25 a 28/08 – 10ª Reunião do GNCOC - Ministério Público, em Salvador, BA
10/09 – Posse Dr. Roberto Bandeira Pereira - Presidência do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União, auditório Hotel D’Ville
27 a 28/09 – Participação no Conselho Nacional de Política Penitenciária, em Brasília, DF
19/10 – Lançamento do Conselho de Transparência contra a Corrupção, na Controladoria-Geral da União, e de audiência com o Presidente do Senado, em Brasília, DF
12/11 – Palestra “O direito à saúde e às medicações excepcionais”
19/11 – Palestra “Pirataria e Crime Organizado”, Palácio do MP/RS
5. EVENTOS REALIZADOS
30/04 – CONCRIM
24 a 26/11 – Encontro Criminal, Laje de Pedra, em Gramado/RS
6. CONTATOS COM A MÍDIA
<i>6.1. Programas de Televisão</i>
08.01.2004 - " Falhas nas investigações das mortes" - TVCOM
18.03.2004 - " Uso das forças armadas no combate ao crime organizado" - TVCOM
10.08.2004 – “Crimes hediondos” – TV COM
31.08.2004 – “Programa Cidadania” – TVE
14.10.2004 – “Má qualidade de inquéritos policiais” – TVCOM
17.10.2004 – “Inquéritos policiais” – TVCOM
03.12.2004 – “Programa Cidadania” - TVE
<i>6.2. Programas de Rádio</i>
10.03.2004 – Programa Polêmica – Lauro Quadros – Rádio Gaúcha
15.03.2004 – Programa Polêmica – Lauro Quadros – Rádio Gaúcha
05.07.2004 - Programa Polêmica – Lauro Quadros – Rádio Gaúcha
16.09.2004 – Entrevista - Rádio Web.
22.11.2004 – Entrevista sobre Encontro Criminal – Rádio Guaíba
22.11.2004 – Entrevista sobre Encontro Criminal – Rádio Web
7. PARTICIPAÇÃO EM CERIMÔNIAS DA INSTITUIÇÃO
22.06.2004 – Posse do Órgão Especial do MP/RS – Palácio do MP/RS
01.07.2004 –Instalação do CONDECON– Palácio do MP/RS
02.07.2004 – Instalação do Gabinete de Gestão e Responsabilidade Social – Palácio do MP/RS
05.08.2004 – Inauguração da Promotoria de Tapes
06.08.2004 – Inauguração da Promotoria de Bagé
22.08.2004 – Reunião com promotores criminais e inauguração da Promotoria de Vacaria
23.08.2004 – Reunião com promotores criminais e inauguração da Promotoria de Itaqui
24.08.2004 – Reunião com promotores criminais e inauguração da Promotoria de São Borja
27.10.2004 – Homenagem ao Dr. Enio
04.11.2004 – Homenagem à Associação do MP/RS



Atividades Desenvolvidas
8. PROJETOS PARA 2005
<ul style="list-style-type: none"> • Publicar conclusões do CONCRIM de Canela • Realizar Encontros Regionais – CONCRIM no interior do Estado • Fomentar a discussão sobre unidade de atuação institucional • Intercâmbio com outros Centros de Apoio acerca da matéria criminal • Trazer palestrantes em conjunto com o consulado dos EUA • Firmar convênio com as Concessionárias de Energia Elétrica , AGERGS e IGP para iniciar programa de combate à fraude e furto de energia

4.1.5 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor

Fichas de Atendimento aos Promotores					
Assuntos	Jan/Fev/Mar	Abr/Mai/Jun	Jul/Ago/Set	Out/Nov/Dez	Total Ano
Água e Saneamento	05	17	12	07	41
Armazenamento e comercialização de gás	-	02	02	05	09
Bancos	03	05	06	03	17
Cartões de Crédito	01	01	01	01	04
Cobrança abusiva	02	04	02	02	10
Combustíveis	10	25	25	16	76
Consórcios	-	01	01	-	02
Diversos	09	18	15	14	56
Educação	01	02	03	03	09
Energia elétrica	07	23	21	11	62
Contribuição de Iluminação Pública	05	11	03	04	23
Juros	02	03	02	01	08
Medicamentos	01	01	-	01	03
Oferta e Publicidade Enganosa	04	02	03	08	17
Pedágios	04	01	07	01	13
Planos de Saúde	09	07	18	08	42
Prática abusiva	02	10	08	03	23
Processual	15	15	06	09	45
Municipalização do PROCON	03	06	03	02	14
Produtos impróprios para o consumo	02	06	03	04	15
Saúde e segurança do Consumidor	08	07	10	10	35
Seguros	01	02	04	-	07
Setor Imobiliário	03	-	01	02	06
Supermercados	03	03	03	02	11
Telefonia	17	11	25	14	67
Transportes	03	08	10	-	21
Tributos	01	03	03	01	08
TOTAL	121	194	197	132	644

Reuniões de Trabalho	
Audiências ou Sessões de Julgamento	04



Reuniões de Trabalho	
Com Conselho Estadual do Consumidor	02
Comparecimento em Solenidades	22
Congressos	02
Entrevistas para meios de comunicação	07
Ofícios-Circulares	15
Fórum de Defesa do Consumidor	07
Palestras proferidas	06
Participação em CPI	-
Reuniões com Promotores	01
Reuniões Institucionais	29
Reuniões Operacionais	42
Seminários	06
TOTAL	143

4.1.6 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente

Relatório de Atividades e abordagens das atividades em 2004

As prioridades elencadas em 2004, constantes no Relatório de Atividades de 2003, foram: Flora, Água e Agrotóxicos.

A - Flora

Dos questionamentos ao CAOMA

Os questionamentos dos Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça envolvendo flora contabilizaram 18,40 % dos atendimentos do CAOMA; em números, perfazem um total de 145 e 256 consultas, de um total de 1.270 e 1.391, referentes aos anos de 2003 e 2004, respectivamente, sendo a questão de maior demanda dos Membros do Ministério Público na área ambiental.

Atividades

Projetos de Reflorestamento da Mata Ciliar

- O Projeto de Reflorestamento de Matas Ciliares do **Rio Uruguai** teve início em 1999, por iniciativa do município de Porto Xavier, através de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com os proprietários ocupantes das margens. Em sua 1ª etapa, teve a pretensão de recuperar 10% da área de preservação permanente. Esse percentual permite que o Projeto se estenda por uma área de 50 metros de largura contados do início da margem externa do rio. São 350 Km de margem. Foram envolvidos os municípios de Porto Xavier, Porto Lucena, Porto Vera Cruz, Alecrim, Porto Mauá, Novo Machado, Dr. Maurício Cardoso, Crissiumal, Tiradentes do Sul, Esperança do Sul e Barra do Guarita, reunindo 1.250 proprietários de terras. Segundo a avaliação do Agente Florestal de Santa Rosa, os resultados alcançados até o momento são satisfatórios. Conforme constatado, o isolamento da área por si só já proporciona a regeneração natural da área abandonada, não necessitando, por sua vez, do plantio das mudas. Em agosto do corrente, foi realizada a fase conclusiva dessa 1ª etapa do projeto, coordenada pelo Promotor de Justiça de Tucunduva, com o apoio do Ministério Público Federal, da Vara da Justiça Federal, do DEFAP e da PATRAM. Os dados levantados, segundo a informação do coordenador, foram favoráveis, necessitando de poucas intervenções extrajudiciais. Uma nova etapa do Projeto ocorrerá entre os 250 Km de margem entre os municípios de Uruguiana e São Borja, como também, na Bacia do Rio Ijuí, por iniciativa do Promotor de Justiça da Comarca de Santo Ângelo. Na comarca de Três Passos, ocorreram duas audiências públicas, que resultaram na assinatura de TAC para adesão ao projeto.



- O Projeto de Reflorestamento de Matas Ciliares do **Rio Taquari** foi inspirado no projeto desenvolvido para o Rio Uruguai e foi elaborado pela Promotoria de Justiça de Estrela. Teve início com a realização de compromisso de ajustamento, no qual os Prefeitos Municipais se comprometeram a efetuar o levantamento de todas as propriedades existentes ao longo do curso d'água, aplicando um questionário padrão referente às condições da mata ciliar e de outros aspectos ambientais (lixo, esgoto, agrotóxicos) e elaborar cartilha, com auxílio do DEFAP, referente à importância da mata ciliar e de sua influência nas enchentes, a fim de conscientizar os proprietários da necessidade da recuperação das áreas de preservação permanente. Posteriormente, por intermédio da Procuradoria-Geral para Assuntos Institucionais, o projeto foi estendido aos municípios da bacia hidrográfica do Taquari. Também foi firmado convênio com a UNIVATES, pelo qual a Universidade se comprometeu a analisar os dados levantados pelas Promotorias de Justiça envolvidas no projeto, elaborando diagnóstico ambiental da região.

- Projeto de Reflorestamento de Matas Ciliares da **Bacia do Rio Ijuí**: por iniciativa da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, ocorreu uma reunião para dar início ao projeto na Bacia do Rio Ijuí.

- Projeto de Reflorestamento de Matas Ciliares do **Rio Soturno**

- Projeto de Reflorestamento de Matas Ciliares do **Rio Santa Maria**

Tal projeto tomou proporções no Estado, gerando interesse por parte de várias Comarcas. Dentre elas, destacam-se as Promotorias de Santo Ângelo, Sarandi, Passo Fundo, Sananduva, Iraí, Uruguiana e São Borja.

Irregularidades em licenciamentos florestais:

Reunião na Promotoria de Justiça de Carazinho para apurar irregularidades decorrentes do licenciamento florestal por parte da Agência Florestal Regional de Carazinho.

Processo de Alteração e redefinição de limites do Parque Estadual do

Delta do Jacuí: acompanhamento das discussões referentes à alteração e redefinição de limites do Parque Estadual Delta do Jacuí. Ocorreram várias reuniões para tratar sobre o assunto, quais sejam:

- PGJ, Vice-Governador e Casa Civil – sobre o ato normativo legítimo para proceder à alteração;

- Participação da Assessoria Jurídica nas reuniões da Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal do CONSEMA: discussão sobre o novo desenho e a nova categoria da Unidade de Conservação;

- Reunião com o Presidente da FEPAM e ONGs: esclarecer pontos sobre o processo de alteração e redefinição do Parque Estadual do Delta do Jacuí;

- Reunião com o PGJ e os Promotores de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre: discussão acerca do instrumento normativo utilizado para alterar Unidade de Conservação;

- Audiência Pública.

Reuniões para tratar sobre o dano ambiental atingindo a Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos: ocorreram 3 reuniões, referentes ao uso de agrotóxico e à captação irregular de água na Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, com a presença das Promotorias de Justiça de Viamão, Alvorada e Gravataí, Ministério Público Federal, DEFAP, FEPAM, PATRAM, INCRA, assentados do assentamento “Filhos de Sepé”, Fundação Municipal de Meio Ambiente de Gravataí, Secretaria Municipal de Agricultura de Viamão, ONGs e outros.



Reuniões para tratar da reivindicação da Comunidade Indígena Guarani para se utilizar dos recursos naturais da Unidade de Conservação Parque Estadual de Itapuã: ocorreram 03 reuniões realizadas nas dependências do MP e 01 reunião realizada nas dependências do DEFAP, com a presença das Promotorias de Justiça de Viamão, Alvorada e Gravataí, Ministério Público Federal, DEFAP, FEPAM, PATRAM, Fundação Zôobotânica – FZB, Fundação Municipal de Meio Ambiente de Gravataí, FUNAI, FUNASA, EMATER/RS, UFRGS, ONG's e outros.

Dano ambiental decorrente da atividade de orizicultura atingindo a Bacia do Rio dos Sinos: ocorreram duas reuniões: a primeira com o Secretário de Meio Ambiente de Novo Hamburgo e Promotores das comarcas atingidas, onde foram apresentados os danos; e outra, para discutir as providências cabíveis a cada órgão ambiental.

Dano ambiental decorrente da atividade de orizicultura na Bacia do Rio Gravataí: A primeira reunião ocorreu por solicitação do Presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Gravataí, referente aos danos ambientais sofridos pela bacia do Gravataí; e a segunda, para discutir as providências cabíveis a cada órgão ambiental.

Indicadores de saída

- Firmação de Compromisso de Ajustamento, na Audiência Pública realizada na Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade da adesão ao termo de compromisso de ajustamento, feito com a população ribeirinha, DEFAP, PATRAM e MP, obrigando-se a preservar 10% da área de preservação permanente do local (50 metros).

- Firmação de Compromisso de Ajustamento entre a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, Ministério Público Federal, Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, SEMA/DEFAP, PATRAM, objetivando a apresentação e conseqüente execução de projeto de Educação Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos; permanência de um funcionário de carreira, com poder de polícia e dois consultores, na sede da unidade de conservação, para fins de fiscalização.

- Elaboração de "*Relatório de Avaliação dos Impactos Ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos*"; coordenado pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, fruto do deliberado nas reuniões sobre a Bacia do Rio dos Sinos. O referido Relatório foi encaminhado às Promotorias de Justiça envolvidas para encaminhamento da questão.

- Ação Penal ajuizada pela Promotoria de Justiça de Carazinho, objetivando a condenação de pessoas ligadas ao licenciamento florestal da Agência Florestal Regional de Carazinho.

- Também no número de compromissos de ajustamento e Ações Cíveis Públicas se percebe que a proteção à flora é numericamente a área de maior atuação do Ministério Público. Segundo a fonte de dados do CAOMA, as Promotorias de Justiça firmaram 504 Termos de Ajustamento de Conduta e ajuizaram 41 Ações Cíveis Públicas, na área de flora. Estes números não representam a totalidade de TACs e ACPs, uma vez que nem todas as Promotorias de Justiça enviam as cópias ao Centro de Apoio.

B - Águas

Justificativa da Prioridade

No decorrer de 2003 houve ênfase na proteção das águas, já que era o ano Internacional das Águas. As questões que envolvem desvios de cursos d'água, barragens para lavoura, poços artesianos, saneamento e uso da água foram as que receberam maior atenção.



Dos questionamentos ao CAOMA

Os questionamentos dos Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça envolvendo águas contabilizaram 15,96 % do total, demonstrando a preocupação e a necessidade de atuação nessa área, assim distribuídos:

- esgotos 2,3 %
- poços artesianos 2,3 %
- poluição hídrica e do solo 2,73 %
- recursos hídricos 3,38 %
- resíduos sólidos 5,25 %

Atividades

Foram organizados os seguintes eventos:

- Criação da Comissão de Poços Artesianos: criada em 07/05/04, com o objetivo de debater o uso de fontes alternativas de água, bem como a elaboração de um roteiro de atuação do MP. As Promotorias envolvidas na discussão foram: Lajeado; Viamão; Rosário do Sul; Passo Fundo; Capão da Canoa; Tramandaí; Santo Ângelo; Sapiranga; Cachoeirinha, Santana do Livramento, Taquara e Porto Alegre, e os órgãos envolvidos foram: Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA, Departamento de Recursos Hídricos – DRH, Secretaria Estadual de Saúde - SES, CORSAN, Divisão de Assessoramento Técnico – DAT/MP. Foram realizadas três reuniões: 07/05/04, 17/05/04 e 08/07/04.

- Criação do Grupo de Trabalho de Saneamento, com a participação da Promotorias de Justiça de Cachoeirinha, Tramandaí, Canoas, Gravataí, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Rosário do Sul, Tapes e Gramado. Objetiva colher um perfil institucional em relação ao esgotamento sanitário, uma vez que várias cidades possuem estação de tratamento de esgotos operando aquém de sua capacidade, devido à não-interligação à rede coletora. Foi agendada reunião com o Subprocurador-Geral para Assuntos Institucionais, com a presença dos Promotores de Justiça e Prefeitos das cidades envolvidas. Reuniões realizadas: 12/03/04 e 07/05/04.

- Criação do Grupo de Trabalho sobre Hidrelétricas, com a participação das Promotorias de Justiça de São José do Ouro, Itaqui, Marcelino Ramos, São Francisco de Paula, Vacaria, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Passo Fundo, Rodeio Bonito, Constantina, Planalto, Iraí, Nonoai, Erechim e Não-Me-Toque, com a finalidade de priorizar a discussão do licenciamento e do aproveitamento hidrelétrico da Foz do Chapecó, a ser implantada no Rio Uruguai.

- Reunião sobre a Hidrelétrica de Dona Francisca: ocorrida na Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, para tratar sobre possíveis irregularidades provocadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, onde concluiu-se pelo oficiamento ao empreendedor para que providenciasse informações sobre o andamento das condicionantes da licença de operação.

- Reunião sobre a Hidrelétrica Monjolinho: para discussão do processo de licenciamento da hidrelétrica. Ocorreram duas reuniões.

- Acompanhamento das reuniões da Comissão Especial das Águas, Aquífero Guarani e Gestão Ambiental Sustentável: as reuniões ocorreram na Assembléia legislativa e objetivam dar continuidade às atividades do Comitê de Trabalho de Gestão Ambiental Sustentável. Participam das reuniões: SEMA, DEFAP, FEPAM, CREA/RS, Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento – SAA, SOPS, FAMURS, ONG's e outros. Reuniões:



- Acompanhamento das reuniões para discussão da regulamentação da Lei 12.037/2003, que dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento, todas as terças-feiras, às 16 horas, na Secretaria de Obras Públicas e Saneamento.

- 2º Fórum Internacional das Águas: o MP participou na organização do evento, juntamente com a Associação Riograndense de Imprensa - ARI e a OAB/RS, bem como na elaboração da Carta de Porto Alegre.

Indicadores de saída

- Segundo a fonte de dados do CAOMA, as Promotorias de Justiça firmaram 115 Termos de Ajustamento de Conduta e ajuizaram 23 Ações Cíveis Públicas, na área de agrotóxicos hídricos. Estes números não representam a totalidade de TACs e ACPs, uma vez que nem todas as Promotorias de Justiça enviam as cópias ao Centro de Apoio.

C - Agrotóxicos

Dos questionamentos ao CAOMA

Os questionamentos dos Promotores e Procuradores de Justiça envolvendo Agrotóxicos, contabilizaram 3,59 % dos atendimentos do CAOMA.

Atividades

- Criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre agrotóxicos, com a participação MP/RS, MPF, FEPAM, MP Trabalho, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Batalhão de Polícia Ambiental, ANDEF/INPEV, ANVISA e a Vigilância Sanitária do Estado, visando à melhoria da atuação dos órgãos estatais com relação à proteção do meio ambiente e saúde do trabalhador, bem como propiciar a troca de idéias e a formulação de rotinas para o trâmite do Inquérito Civil e das Peças de Informação e discussões sobre as cláusulas essenciais do Compromisso de Ajustamento.

Indicadores de Saída

- Segundo a fonte de dados do CAOMA, as Promotorias de Justiça firmaram 25 Termos de Ajustamento de Conduta e ajuizaram 05 Ações Cíveis Públicas, na área de agrotóxicos. Estes números não representam a totalidade de TACs e ACPs, uma vez que nem todas as Promotorias de Justiça enviam as cópias ao Centro de Apoio.

D - Outras atividades desenvolvidas

Oficinas de Processo Coletivo Urbano-Ambiental: desenvolvidas pelo CAOMA, juntamente com o CAOURB, CEAFF e com o apoio da ESMP, esta atividade se revelou como a atividade mais importante do ano, pois permitiu o contato dos Promotores de Justiça sobre assuntos na área de processo civil, através da discussão de aspectos processuais da atuação da defesa do meio ambiente, como o inquérito civil, o compromisso de ajustamento, a ação civil pública e sua execução. Como resultado, o Ministério Público retirou sínteses e sugestões de aprimoramento da legislação que versa sobre o inquérito civil e também sobre a atuação dos Promotores na área processual e penal em matéria de meio ambiente. Os resultados finais irão para Plenária Final, que será realizada em março ou abril de 2005.

Como ponto crítico, percebe-se que não houve a necessária integração/interação do Conselho Superior do Ministério Público e dos Procuradores de Justiça, tendo sido delegado na 41ª Reunião Ordinária do CONMAM, realizada em 17 de dezembro do corrente, a realização de outra Oficina, questionando a possibilidade de convocação dos Promotores de Justiça do último concurso e convite pessoal a cada um dos Procuradores de Justiça e Conselheiros.



Seminário sobre Patrimônio Histórico Cultural e Oficina de Trabalho: promovida pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, em conjunto com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF – e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE –, sobre o tema patrimônio cultural, cada vez mais trabalhado pelo Ministério Público Gaúcho. A Oficina atingiu a sua meta, ao propiciar aos colegas a troca de idéias, formulação de rotinas para o trâmite do inquérito civil e das peças de informação, discussão sobre as cláusulas essenciais do compromisso de ajustamento e a elaboração do conteúdo da petição inicial, entre outras questões. O Seminário Estadual contou com a participação, na qualidade de palestrantes, de professores da UFRGS, PUC, IPHAE, e Promotores de Justiça. Como fruto dessa Oficina, foi firmado Compromisso de Ajustamento com o Município de Igrejinha, IPHAE e MP, para elaboração de inventários dos bens que apresentem valor histórico cultural do Município.

E - Outras constatações

Para o ano de 2005, constatou-se a necessidade de realização de convocação em determinadas reuniões, tais como:

- Programa de recuperação da mata ciliar no interior do Estado;
- Verificação dos impactos ambientais na Bacia do Rio dos Sinos, provocados pela orizicultura e pelo uso de agrotóxicos;
- Realização de Oficinas no interior do Estado, dado o pequeno número de participantes em alguns eventos;
- Necessidade de criação de Promotorias Regionais, por ecossistema;
- Necessidade de elevar a quantidade de recursos humanos no

CAOMA.

F - Projeções para 2005

- Realização do 1º Congresso Estadual do Ministério Público de Meio Ambiente, na serra gaúcha ou na cidade de Porto Alegre, no segundo semestre de 2005;
- Roteiros com a Divisão de Assessoramento Técnico – DAT, objetivando traçar a atuação do MP para os casos mais pontuais, tais como, desmatamentos, queimadas, fauna, poluição sonora e outros;
- Uniformização do Projeto de Matas Ciliares;
- Apresentação em Plenária Geral das conclusões da Oficina de Processo Coletivo Urbano Ambiental;
- Atualização e conseqüente publicação da Coletânea de Legislação Ambiental, elaborada por este CAOMA, em 2003;
- Publicação da Oficina de Trabalho sobre Patrimônio Histórico Cultural;
- Seminário sobre Agrotóxicos e Desmatamento, em Passo Fundo, região que apresenta muitos problemas sobre o uso de agrotóxicos e o desmatamento.

Reuniões de Trabalho	
Procurador-Geral de Justiça	11
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos	06
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais	12
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	01
Conselho Superior do Ministério Público	00
Corregedoria	01
Coordenadores de CAOs	06
Interinstitucionais	17
Internas	03
Procuradores de Justiça	05
Promotores de Justiça	11
Resíduos de Saúde	00



Reuniões de Trabalho	
Resíduos Sólidos	02
Resíduos Sólidos do Ministério Público	01
Operação Veraneio	00
Assembléia Legislativa	02
Divisão de Assessoramento Técnico	14
Projeto Matas Ciliares	04
Aquífero Guarani e a Proteção do Rio Uruguai	01
Poços Artesianos	03
Transporte de Cargas Perigosas	02
IPHAE/IPHAN	04
Órgãos da Administração Pública Ambiental	16
Outros Órgãos da Administração do MP	01
Estabelecer Competências quanto à Aviação Agrícola	02
Imprensa – (Entrevistas)	10
Outras Reuniões de Trabalho	09
TOTAL	144

Reuniões do Conselho do Ministério Público do Meio Ambiente	
Reuniões Ordinárias	07
Reuniões Extraordinárias	00
TOTAL	07

Representação em Conselhos	
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA	10
Comitê de Integração das Políticas Ambientais – CIPAM	01
Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA	23
TOTAL	34

Boletins Informativos Elaborados	
Assunto	Quantidade
Legislação	09
Notícias Jurídicas	05
Notícias Ambientais	06
TOTAL	20

Correspondências	
Assunto	Quantidade
Recebidas	2.850
Expedidas	600
Fax remetidos	164
E-mails remetidos	5.280
Ofícios Circulares	18
TOTAL	8.912

Atendimentos/Pesquisas Realizados para Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça	
Assunto	Quantidade
Abatedouros	24
Agrotóxicos	50
Criação de Animais	47
Crimes Ambientais	56
Esgotos	32
Estação de Rádio-base	32



Atendimentos/Pesquisas Realizados para Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça	
Assunto	Quantidade
Fauna	77
Flora e Unidades de Conservação	256
Inquérito Civil	72
Intervenção junto a outros Órgãos	35
Licenciamento Ambiental	29
Mineração	47
Patrimônio Cultural	22
Poços Artesianos	32
Poluição Industrial e Atmosférica	28
Poluição Hídrica e do Solo	38
Poluição Sonora	74
Poluição Visual	2
Recursos Hídricos	47
Resíduos Sólidos	73
Urbanismo e Loteamentos	5
Transgênicos	0
Processual e Acompanhamento de Processos	78
Jurisprudência – pedidos específicos	34
Doutrina – pedidos específicos	29
Legislação – pedidos específicos	112
Outros	60
TOTAL	1391

Eventos Organizados pelo Centro de Apoio	
Assunto	Data e Local
Palestra com o Dr. David Beckman – Desenvolvimento Econômico e Inclusão Social num Contexto Ecologicamente Sustentável	30/04/2004 - Porto Alegre
Assinatura de Termo de Cooperação, entre o Ministério Público/RS e o Ministério do Meio Ambiente - Ministra Marina Silva, visando a reprodução e edição da Coletânea de Legislação Ambiental, obra elaborado pelo CAOMA.	07/06/2004 - Porto Alegre
I Seminário Estadual de Proteção à Fauna	18/06/2004 - Porto Alegre
Oficina de Trabalho sobre Processo Coletivo Urbano Ambiental	29 e 30/07/2004 - Passo Fundo
Oficina de Trabalho sobre Processo Coletivo Urbano Ambiental	26 e 27/08/2004 - Porto Alegre
Oficina de Trabalho sobre Processo Coletivo Urbano Ambiental	16 e 17/09/2004 - Pelotas
3º Workshop sobre Indicadores de Cumprimento e Implementação da Norma Ambiental	15/10/2004 - Porto Alegre
Oficina – Proteção ao Patrimônio Cultural	21 e 22/10/2004 - Igrejinha
2º Fórum Internacional das Águas - juntamente com a Associação Riograndense de Imprensa - ARI e a OAB/RS	09 A 13/11/2004 - Porto Alegre
TOTAL	09

**Representações:**

Participação em Eventos		
Local	Assunto	Data
Novo Machado/RS	Projeto de Recuperação da Mata Ciliar do Rio Uruguai	31/03/2003
Assunção Paraguai	Reunião Preparatória do "Seminário de Derecho Ambiental Comparado Mercosul + Chile	12 a 14 de maio 2004
São Paulo/SP	8º Congresso Internacional de Direito Ambiental	31/05 a 02/06/2004
Belo Horizonte/MG	Seminário Internacional Indicadores de Sustentabilidade: Dimensões Ambiental, Econômica e Social	9 a 11/08/2004
Santa Rosa	Avaliação do Projeto Mata Ciliar do Rio Uruguai	23/08/2004
Santo Ângelo	Projeto Mata Ciliar ao longo da Bacia do Rio Ijuí	24/09/2004
Bangkok	Apresentação do Projeto Piloto sobre Indicadores de Aplicação e Cumprimento da Norma Ambiental no Brasil - Congresso de Conservação Mundial do IUCN	16/11/2004
Santiago do Chile	Apresentação do Projeto Piloto sobre Indicadores de Aplicação e Cumprimento da Norma Ambiental no Brasil - No Taller Indicadores Norma Ambiental	08 e 09/12/2004
TOTAL		08

Palestras Proferidas		
Local	Assunto	Data
Salvador/BA	" O Conteúdo do TAC" - no IV Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente	24/03/2004
Porto Alegre	"Atualidades do Direito Ambiental no RS" - TRF 4ª Região	30/03/2004
Porto Alegre	Apresentação da Estrutura e Funcionamento do CAOMA - no Curso de Preparação de Ingresso dos novos Promotores de Justiça	06/04/2004
Campo Grande/MS	Acesso à informação e participação popular em temas ambientais: A importância do CONAMA – no III Congresso Internacional de Direito Ambiental	15/04/2004
São Paulo/SP	Termo de Ajustamento de Conduta: Aspectos Práticos e Cautelas	27/04/2004
Porto Alegre	Responsabilidade e Proteção Jurídica das Gerações Futuras - no I Congresso Internacional Transdisciplinar Ambiente e Direito – PUCRS	21/05/2004
Porto Alegre/RS	Apresentação da Estrutura e Funcionamento do CAOMA à Divisão de Assessoramento Técnico	04/08/2004
Araxá/MG	Implementação da Legislação Ambiental no Brasil: uma visão crítica - no 2º Congresso Nacional da Magistratura e do Ministério Público de Meio Ambiente	02/09/2004
Porto Alegre/RS	Novos Rumos do Licenciamento Ambiental no Brasil - Curso de Direito Ambiental e do Consumidor Consumo e Meio Ambiente: Responsabilidade da Empresa e do Estado	14/10/2004



Palestras Proferidas		
Local	Assunto	Data
Rio de Janeiro/RJ	A Repartição de Competências no Licenciamento Ambiental – no Seminário Repartição de Competências: a regulamentação do art. 23 da Constituição Federal e o fortalecimento do SISNAMA	20/10/2005
São Paulo	A Repartição de Competências no Licenciamento Ambiental - no Curso de Direito Ambiental Consumo e Meio Ambiente: Responsabilidade da Empresa e do Estado	04/11/2004
TOTAL		11

Cursos Ministrados		
Local	Assunto	Data
Belém/PA	Termo de Ajustamento: aspectos formais, práticos e questões controvertidas - no CESUPA – Centro Universitário do Pará	04/05/2004
Belém/PA	Responsabilidade Pós-Consumo - no CESUPA – Centro Universitário do Pará	05/05/2004
Assunção – Paraguai	El Acceso a la Justicia, Experiencia Brasileña - Curso-Taller Implementación del Principio de Acceso a la Información, la Participación Ciudadana y la Justicia para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe	11, 12 e 13/10/2004
TOTAL		03

Participação/Organização de Grupos de Trabalho	
Assunto	Quantidade
Comissão de Regulamentação dos Termos de Ajustamento de Conduta	03
TOTAL	03

4.1.7 Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania

No ano de 2004, o CAO Cidadania desenvolveu suas atividades enfocando as áreas de Saúde Pública, Assistência Social e Questão Indígena, priorizando, nesse período, fornecimento de medicamentos, saúde mental, planejamento familiar e estatuto do idoso.

Tais prioridades resultam do grande número de solicitações dos Promotores de Justiça e das dificuldades encontradas em suas respectivas Comarcas, envolvendo os citados temas.

Nesse período, foram realizados cinco sessões do Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça de Defesa da Cidadania - CONDECID, objetivando a continuidade da discussões iniciadas no ano de 2003, acerca das temáticas de maior demanda e que foram foco de priorização no ano em curso, conforme pautas a seguir relacionadas:

- 16/04/04 - Responsabilidade Social;
- 28/05/04 - Estatuto do Idoso. Aspectos controvertidos;
- 23/07/04 - Atendimento de saúde mental pelo SUS;
- 17/09/04 - Atuação e intervenção do *Parquet* frente ao Estatuto do Idoso;
- 22/10/04 - “Estatuto do Idoso: medidas de proteção e sua operacionalização”.



Resultante da vigência do Estatuto do Idoso no ano em curso, tendo como conseqüência uma demanda crescente nas Promotorias de Justiça em todo o Estado, relativamente à defesa dos direitos dos idosos e ampliação da atuação do órgão ministerial, este CAO desenvolveu atividades voltadas para tal tema, pautando assim três sessões de Conselho, bem como elaborou projeto de encontros regionalizados com os Promotores de Justiça, nominado “Ministério Público e o Direito dos Idosos”.

Até a presente data, foram contempladas as regiões de Passo Fundo (25/06); Santa Maria (24/09), Caxias do Sul (01/10) e Pelotas (10/12), pretendendo-se dar continuidade no ano de 2005.

Os encontros resultaram em ampla discussão acerca da citada legislação estatutária e a intervenção do Ministério Público na defesa de interesses individuais e coletivos da população idosa, bem como levaram aos Promotores de Justiça dados sobre a estrutura de atendimento no âmbito municipal.

Este CAO realizou também, através de solicitações de Promotores de Justiça de algumas Comarcas do Estado, assessoramento técnico de assistente social em vistorias de instituições que abrigam idosos.

Considerando a demanda apresentada nas discussões, tanto das sessões de conselho como nos encontros regionalizados, somadas ao fato da observância dos dados coletados nas verificações das entidades, as quais apresentaram inúmeras fragilidades e inadequações no atendimento, concluiu-se, então, pela necessidade de elaborar material de apoio aos colegas, estruturando para tanto, o “*Roteiro de fiscalização das instituições de atendimento aos idosos*”.

Em continuidade às atividades concernentes ao idoso, foi elaborado, ainda, “*Manual de Implementação e Funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social a Idosos*”, buscando municiar os Promotores de Justiça com informações que auxiliem na fiscalização da atuação dos citados órgãos colegiados de controle social.

Destarte, em complementação ao trabalho iniciado nos anos de 2002 e 2003, referente à elaboração de “*Manual de Introdução à Assistência Social*”, bem como em decorrência de solicitação de informações acerca da estruturação da política de assistência social nos municípios, embasada pelo tripé Plano, Conselho e Fundo de Assistência Social, este Centro de Apoio tem por objetivo principal, dada a iniciativa da elaboração do citado manual, acompanhar a implementação da municipalização dessa política.

Imperioso mencionar trabalho iniciado, primeiramente em conjunto com a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, através de reuniões periódicas, na área de planejamento familiar, visando identificar a existência desta política, tanto em nível municipal quanto em nível estadual.

Tal iniciativa levou à realização do seminário “*Sexualidade Humana*”, tendo como palestrante o renomado médico ginecologista Dr. Elsimar Coutinho, como também, em reunião, no Palácio do Ministério Público, onde foram convidadas a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos; as Secretarias Estaduais de: Saúde, Trabalho, Cidadania e Assistência Social e de Educação; o Ministério Público Federal; a Organização não-governamental: Brasil Sem Grades; AMRIGS – Associação Médica do Rio Grande do Sul; médicos ginecologistas do Hospital de PUC e a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, bem como Promotores de Justiça do Estado.

Na referida reunião foram apresentadas iniciativas do Governo do Estado acerca de programas e projetos na área de planejamento familiar, como também sugeridos os seguintes encaminhamentos:



- A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC, através de seu representante, propôs à Secretaria de Educação a estruturação de curso de capacitação de professores;

- A possibilidade de as Secretarias de Saúde e Educação trabalharem, através das respectivas coordenadorias regionais, nos limites geográficos próprios, na implementação de programas e projetos referentes à temática, em todos os municípios, tendo sido aprazada apresentação de projeto para 10 de janeiro de 2005;

Por derradeiro, foi agendada outra reunião para o dia 11 de março de 2005.

Consoante especificado no rol de prioridades deste CAO, dentro da área referente à Saúde Pública, o fornecimento de medicamentos pelo Estado tem sido objeto de inúmeras solicitações e questionamentos formulados pelos colegas.

Foi dada continuidade na sistemática de assessoramento ao Promotor de Justiça na sede da Promotoria, no interior do Estado, contribuindo, dessa forma, na busca de alternativas que assegurassem o atendimento da prestação da saúde, bem como o fornecimento de medicamentos.

Participou este Centro de Apoio de evento de iniciativa da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, tendo como pauta “ *O Direito à Saúde e os Medicamentos Excepcionais*”, realizado em novembro do corrente ano.

Em virtude do planejamento elaborado para o ano em curso, ao que concerne à saúde mental, objetivando a fiscalização, por parte das Promotorias de Justiça do Estado, acerca da implementação e funcionamento dos CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, foi enviado ofício-circular aos Promotores de Justiça que atuam em municípios que cadastraram junto ao Ministério da Saúde os referidos centros.

As informações coletadas serviram como diagnóstico preliminar, demonstrando a precariedade na estrutura de atendimento ofertada pelos municípios, contribuindo, assim, na elaboração de material informativo com sugestões para o enfrentamento de tal problemática.

A título exemplificativo, vale mencionar a realização de reunião na cidade de Frederico Westphalen, congregando municípios da região, na tentativa de estruturar atendimento às pessoas portadoras de sofrimento psíquico, diante da inexistência daquele, buscando-se, neste caso, soluções junto ao Município e Estado do Rio Grande do Sul.

Pertinente a outras temáticas abordadas por este Centro de Apoio, importante ressaltar evento realizado no município de São José do Norte, envolvendo Promotores de Justiça que atuam em municípios produtores de cebola no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando discutir a atuação do Ministério Público na proteção do meio ambiente do trabalho, tendo em vista as precárias condições laborais enfrentadas pelos coletores de cebola.

Com relação à questão indígena, impende mencionar que o trabalho realizado pelo Ministério Público Estadual, no enfrentamento desta realidade, é subsidiário, porquanto tem o Ministério Público Federal atribuição preponderante.

No entanto, forçoso destacar que as áreas indígenas estão localizadas em comarcas onde atuam Promotores de Justiça, que são procurados para atendê-los em suas demandas e necessidades. Daí a necessidade de os colegas estarem preparados para atendê-los e realizarem trabalho conjunto com o Ministério Público Federal.



A atuação deste Centro de Apoio pauta-se na discussão de casos concretos e objetiva aproximar o Ministério Público Federal; Órgãos do Poder Executivo (Federal; Estadual e Municipal), na busca de soluções para os conflitos e necessidades vividos pelos indígenas.

Realizaram-se reuniões em parceria com o Ministério Público Federal, onde foram discutidas e mediadas propostas de melhoria na área de educação e saúde indígena.

Enfatiza-se, para tanto, ter sido oficiado às Secretarias Estaduais da Agricultura, Educação, Habitação e Saúde, questionando-as acerca do orçamento retrospectivo a 2001, pertinentes aos programas e/ou projetos de atendimento dessas comunidades. As informações por elas enviadas foram analisadas por técnico cedido pelo CAO Cível. Partindo-se da análise referida, foi elaborado relatório e apresentado ao Ministério Público Federal. No entanto, o trabalho ainda não pôde ser concluído, pretendendo-se dar continuidade no ano de 2005.

Cabe salientar o trabalho realizado, objetivando solucionar a problemática envolvendo a ocupação de áreas de conservação ambiental na Capital (Morro do Osso e Parque Estadual de Itapuã), pelos indígenas.

Em relação ao Parque de Itapuã, foi proposto Termo de Ajustamento de Conduta, elaborado pela Promotoria de Justiça de Viamão, em conjunto com o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, tendo por objeto a venda de artesanato indígena dentro da referida área. No entanto, a proposta não foi aceita pela comunidade indígena Mbyá-Guarani até o presente momento, sendo que ainda estão sendo realizadas reuniões para tratativas.

A elaboração de projeto visando ao fortalecimento das tradições Mbyá-Guarani e o acompanhamento antropológico de caso concreto, envolvendo a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Viamão, também constituíram trabalhos realizados por este CAO no ano de 2004.

Afora tais iniciativas, persiste o trabalho diário de atendimento aos Promotores de Justiça, através de contatos telefônicos, esclarecendo dúvidas e sugerindo formas de atuação, além do municiamento com matérias doutrinárias e jurisprudenciais.

Outra forma de trabalho utilizada por este centro de Apoio foi a elaboração de boletins informativos periódicos, visando compartilhar informações pertinentes às temáticas relacionadas à área da cidadania, atualizando e integrando os Promotores de Justiça.

Necessário ressaltar que o trabalho do Centro de Apoio tem a característica de constituir-se em atividade meio para a obtenção de termos de ajustamento de conduta e ações civis públicas. Destarte, os relatórios das Promotorias de Justiça, certamente, contemplarão o resultado da atividade deste Centro de Apoio como instrumento de atingimento de finalidades, através do fornecimento de material de apoio (pesquisa doutrinária e jurisprudencial), bem como discussão de casos concretos e sugestão de atuação.

Dados Quantitativos

Portarias recebidas no Centro de Apoio da Cidadania	
Peças de Informação	09
Inquéritos Cíveis	70
Portarias	07
Total	86



Reuniões de Trabalho	
Planejamento do Setor	07
Com Procurador –Geral de Justiça	09
Com os Coordenadores dos demais Centros de Apoio	10
Com outros órgãos ou setores do Ministério Público	41

Descrição das Reuniões com Órgãos/Entidades Externas	
Reunião STCAS – Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social	03
Reunião Nova Coordenação de Saúde Mental	02
Reunião Ministério Público Federal	12
Reunião Centro Administrativo do Estado	02
Reunião Assembléia Legislativa	23
Fórum Estadual de Defesa do Consumidor	01
Reunião DRT – Delegacia Regional do Trabalho	02
Reunião Câmara Municipal	03
Prefeitura de Porto Alegre	02
Convênio Instituto Fernando Pessoa	01
Procuradoria da República	03
Reunião UNISINOS	01
Fórum Estadual do Meio Ambiente do Trabalho	08
Projeto ECOS/PUC	07
Reunião CONAMA e CONPPIJ	02
Reunião Ministério Público Federal do Trabalho	02
Delegacia Regional do Trabalho	03
Reunião SINDOSCON	01
Reunião CAFF	01
Reunião CEPI	01
Reunião ANVISA	01
Reunião FUNASA	01
Reunião Planejamento Familiar	10
Reunião Planejamento Socioambiental PUC	01
Reunião FASC	01
Reunião Planejamento Estratégico	01
Reunião HPS – Dia Mundial de Saúde	01
Comissão de Direitos Humanos	03
Secretaria Municipal do Idoso	01
Sindicato dos Trabalhadores	01
Reunião na Defensoria Pública	01
Reunião GTE	01



Descrição das Reuniões com Órgãos/Entidades Externas	
Reunião Grupo Hospital Conceição	02
Reunião Sérgio Baptista - Educação Indígena	02
Reunião Cúria Metropolitana	01

Descrição das reuniões com Órgãos/Setores Internos	
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça	09
Corregedoria-Geral do Ministério Público	06
Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais	07
Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos	06
Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos	28
Coordenadores dos CAO's	10
Palestra – Senador Paulo Paim	01
Conferência Nacional dos Direitos Humanos (Assembléia Legislativa / Hotel Embaixador)	02
Palestra Deputado Federal Alceu Collares	01
Fórum Estadual da Cidadania e Povos Indígenas	01
Palestra da Ministra Marina Silva “gestão ambiental”	01
FTGS – Comunidade Indígena	01
Palestra Arnaldo Jabor	01
Palestra Dr. Cláudio Bonato	01
Instalação de Gabinete sobre Responsabilidade Social	01
Solenidade de instalação do CEAF	01
Reuniões Hospital de Lagoa Vermelha	03
Getúlio Vargas “O Promotor”	01
10ª Plenária Estadual de Saúde no RS	01
Ciclo de Cultura Indígena	01
Medicamentos Excepcionais	01
Hotel Ritter – Portadores de Deficiência	01
Prestação de Contas Dr. Roberto na Assembléia Legislativa	01
Palestra Elsimar Coutinho “Sexualidade Humana”	01
Reunião Biomédico - Saúde Mental	01
Reunião Intranet	02
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor	02
Reunião Dr. Heriberto	01
Reunião Dr. Finger	01
Reunião Dr. Paulo Leandro	02
Reuniao Dr. Paulo Leivas	02
Reunião Dr. Picon	02
Reunião Dr. Otaviano Brenner de Moraes	01
Reunião Dr. Alexandre Lipp	02



Descrição das reuniões com Órgãos/Setores Internos	
Reunião Dr. Bastos	01
Reunião Dr. Milton Fontana	01
Reunião Dr. Paulo Leivas	01
Reunião ESMP – Fundação Escola Superior do Ministério Público	02
Reunião Projeto Veraneio	03
Promotoria de Justiça de Pelotas	01
Promotoria de Justiça de Agudo	02
Promotoria de Justiça de Mostardas	01
Promotoria de Justiça de Cruz Alta	01
Promotoria de Justiça de Santa Maria	01
Promotoria de Justiça de Erechim	01
Promotoria de Justiça de Viamão	01
Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen	01
Promotoria de Justiça de Parobé	01
Promotoria de Justiça de Passo Fundo	01
Promotoria de Justiça de Gravataí	01
Promotoria de Justiça de Caxias do Sul	01
Promotoria de Justiça de São José do Norte	01
Promotoria de Justiça de Sapiranga	01
Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha	01
Viagem a Curitiba/PR - Seminário de Assistência Social	01

Participação em Encontros/Palestras/Eventos	
Audiência Pública “Racismo”	01
Audiência Pública no SENAC	01
Audiência Pública “Morro do Osso”	01
Audiência Pública “Prevenção de acidente de trabalho”	01
Comissão de Direitos Humanos	01
Campanha Contra o Desperdício	01
Palestra “Pirataria”	01
Posse do Dr. Marcelo Beausen – MPF	01
Posse do “Conselho Superior do Ministério Público”	01
Posse Dr. Roberto Bandeira Pereira	01
Posse Dr. Eduardo de Lima Veiga	01
Posse Dr. Mário Lisboa	01
Posse dos Subprocuradores-Gerais de Justiça	01
Posse dos Coordenadores dos CAO’s	01
Posse do “Colégio de Procuradores”	01
Posse dos Novos Promotores	01



Encontros/Eventos promovidos pelo Centro de Apoio
Encontro em São José do Norte “Depósito de Cebolas”
Reunião Promotores de Justiça da Região Santa Maria “Estatuto do Idoso”
Reunião Promotores de Justiça da Região Caxias do Sul “Estatuto do Idoso”
Reunião Promotores de Justiça da Região Frederico Westphalen “Saúde Mental”
Reunião Promotores de Justiça da Região Mostardas “TCA”
Reunião Promotores de Justiça da Região Pelotas “Estatuto do Idoso”
5ª Sessão Ordinária do Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça de Defesa da Cidadania
6ª Sessão Ordinária do Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça de Defesa da Cidadania
7ª Sessão Ordinária do Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça de Defesa da Cidadania
8ª Sessão Ordinária do Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça de Defesa da Cidadania

Projetos do CAO Cidadania	
Nome	Objetivo
Planejamento Familiar	Promover a discussão entre os Promotores de Justiça do Estado que atuam na área da cidadania, instrumentalizando-os acerca do Planejamento Familiar, visando garantir a viabilização da referida Política Pública em todos os Municípios, envolvendo os diversos responsáveis pela aplicação deste direito, propiciando espaços de discussão e troca de experiências sobre a problemática vivenciada, propondo, ainda, integração entre secretarias para a efetivação e aplicação da Lei nº 9263, de 12 de janeiro de 1996.
Políticas Públicas	Possibilitar a discussão e conhecimento acerca das Políticas Públicas, sua dimensão e operacionalização, identificando a figura do Gestor e a atuação do Ministério Público para a efetivação das mesmas.
Participação no Projeto Veraneio “Projeto de Assistência Social”	Prestar assessoria técnica às Promotorias localizadas na Comarca de Tramandaí, no litoral do Estado, na área da Assistência Social, no mês de janeiro de 2005, com ênfase nas áreas da Defesa Comunitária, Infância e Juventude, podendo ampliar a assessoria conforme a demanda da Promotoria e a qualificação do técnico designado para o local.
Projeto Seminário “Ministério Público e Direitos dos Idosos”	Instrumentalizar os Promotores de Justiça, através de encontros regionalizados, com conhecimentos acerca do Estatuto do Idoso e legislação afim, propiciando espaço de discussão e troca de experiências sobre a problemática vivenciada em suas comarcas, buscando alternativas de atuação homogênea que visem a garantia dos direitos dos Idosos.



Atendimentos	
Aos Promotores de Justiça	744
Ao público em geral	02
Reunião no CAO – Entidades Filantrópicas	01
Reunião Auditoria de Sistemas (CAO)	01

Viagens
23/04 – São José do Norte
15/06 – Erechim
24/06 – Passo Fundo
04/08 – Agudo
01/09 - Curitiba
23/08 – Passo Fundo
02/09 – Cruz Alta
24/09 – Santa Maria
28/09 – Frederico Westphalen
01/10 – Caxias do Sul
04/11 – Mostardas
10/12 – Pelotas

Cursos freqüentados pelos Assessores do CAO Cidadania (Aperfeiçoamento e qualificação profissional)	
1ª Encontro Nacional Sociojurídico: o serviço social e a garantia de direitos nos sistemas de justiça e penitenciário	Curitiba - PR
Encontro Estadual Sociojurídico: o serviço social e a garantia de direitos nos sistemas de justiça e penitenciário	Porto Alegre
Violência Urbana e Defesa Social	Porto Alegre
Adolescência, Drogas e o Sistema de Justiça	Porto alegre
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	Porto Alegre

Outras Atividades	
Participação no Projeto Veraneio	Tramandaí
Diagnósticos Sociais	09
Visitas Domiciliares	06
Inspeções em Hospitais e Asilos	06

5 Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão de fiscalização e orientação da conduta e das atividades funcionais dos agentes do Ministério Público.

A Corregedoria é comandada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, eleito pelo Colégio de Procuradores, que é auxiliado pelo Subcorregedor-Geral, por ele indicado ao Procurador-Geral de Justiça, no controle de vacâncias e provimentos de



Promotorias e Procuradorias de Justiça, inspeções e correições nas Procuradorias, além de substituí-lo em eventuais faltas, impedimentos e suspeições. Além disso, conta com uma equipe de Promotores de Justiça de entrância final, denominados Promotores-Corregedores, atualmente formada por 14 (quatorze) integrantes, também indicados ao Chefe da Instituição pelo Corregedor-Geral.

No desempenho das suas atribuições, cumpre à Corregedoria-Geral fornecer aos demais órgãos da Administração Superior os subsídios necessários para o exercício das suas funções, manifestando-se sobre a maioria dos assuntos relativos ao Promotor e à Promotoria, buscando, com isso, a aproximação entre os agentes ministeriais – especialmente aqueles classificados no interior do Estado – e a Administração Superior. Assim, através de inspeções ordinárias, relatórios de atividades, acompanhamento dos estágios probatórios e demais informes, a Corregedoria-Geral almeja a plena realização dos seus objetos, seja fiscalizando preventivamente os trabalhos dos Promotores de Justiça, seja orientando-os nos seus eventuais equívocos ou dúvidas.

A Corregedoria-Geral é o órgão de orientação dos Promotores de Justiça no âmbito do Ministério Público, fornecendo-lhes orientações e recomendações de índole pessoal, funcional e jurídica, resguardando a independência funcional dos Promotores de Justiça e a dignidade da Instituição.

Ademais, exerce também a função de fiscalização, recebendo representações e demais formas de notícias contra os agentes ministeriais, dando o devido encaminhamento e, se necessário, instaurando os respectivos procedimentos disciplinares, para o posterior julgamento pelos órgãos colegiados da Instituição.

A Dra. Jacqueline Fagundes Rosenfeld assumiu em 19 de dezembro de 2002. Foi reconduzida a mais um mandato de 2 (dois) anos, tendo exercido suas atividades, conjuntamente com o Dr. Miguel Bandeira Pereira, que desempenhou, no mesmo período, as funções de Subcorregedor-Geral do Ministério Público, até a data de 23 de dezembro de 2004, ocasião em que o Dr. Mário Cavalheiro Lisboa e o Dr. Luiz Sérgio Guilhon Rizzo assumiram, respectivamente, os cargos de Corregedor-Geral e Subcorregedor-Geral do Ministério Público.

Serviços prestados pela Secretaria da Corregedoria-Geral
Controle das viagens do Corregedor-Geral e dos Promotores-Corregedores
Confecção de escala mensal de Promotores-Corregedores plantonistas
Expedição de ofícios, memorandos, portarias e ofícios-circulares
Assessoramento e Controle dos Expedientes, Inquéritos Administrativos e Processos Administrativo-Disciplinares
Apoio na organização de cursos/seminários
Controle no recebimento de relatórios dos Promotores de Justiça
Digitação de relatórios de atividades dos Promotores de Justiça da Capital e do interior
Atualização de ficha funcional
Recebimento e protocolo de correspondências
Controle e digitação de inspeções realizadas
Controle e acompanhamento de Estágio Probatório dos Promotores de Justiça



Serviços prestados pela Secretaria da Corregedoria-Geral
Organização e acompanhamento de pauta das sessões do CSMP e Órgão Especial do Colégio de Procuradores
Confecção de escala de viagens
Confecção de diárias do Corregedor-Geral, Subcorregedor-Geral, Promotores-Corregedores e Servidores.
Controle de publicações do Diário da Justiça e Diário Oficial do Estado
Atendimento pessoal e por telefone aos Procuradores e Promotores de Justiça
Elaboração e controle de efetividade dos funcionários da Corregedoria e da Subcorregedoria
Cumprimento de diligências
Assessoramento na área de informática (digitação, formatação, etc.)
Recebimento de inquéritos para redistribuição
Triagem das correspondências
Recepção (atendimento, telefonia, fax, etc.)
Atendimento a solicitação de reprografia
Atendimento e orientação às partes/interessados que tenham expedientes tramitando nesta Corregedoria-Geral
Confecção do relatório anual de atividades

Serviços prestados pela Secretaria a Subcorregedoria-Geral
Confecção de escala anual de férias dos Promotores de Justiça
Confecção de escala dos Promotores Plantonistas de férias do mês de janeiro
Elaboração dos comandos de pagamento referentes ao plantão de janeiro
Confecção da escala do Projeto Veraneio Cidadão dos meses de jan/fev
Atualização da escala de substituições
Confecção/atualização de listagens de Promotores de Justiça por área de atuação
Controle e informação de vacâncias
Controle de trânsitos e assunção (promoções/remoções/classificações)
Acompanhamento da efetividade dos Promotores em estágio probatório
Acompanhamento dos editais e boletins
Acompanhamento das publicações oficiais (DOJ E DOE)
Comandos para confecção de portarias (designações/revogações, cassações, regimes de exceção, etc.)
Comandos mensais de pagamento por acúmulo de funções
Conferência da implantação dos comandos de pagto na PROCERGS, em conjunto com a Secretaria da PGJ (mapa de frequência)
Elaboração, atualização e distribuição das listagens de substituições das entrâncias inicial, intermediária e final para todos os órgão da administração



Serviços prestados pela Secretaria a Subcorregedoria-Geral	
Elaboração, atualização e distribuição das listagens dos Promotores de Justiça com as respectivas lotações (por ordem alfabética)	
Atendimento aos Promotores de Justiça	
Expedição de telegramas (referentes às substituições mensais)	
Confecção, atualização e distribuição de listagem dos Promotores de Justiça em exercício na Assessoria do Procurador-Geral de Justiça	
Acompanhamento acerca de criação, instalação, reativação, desativação e especializações de Promotorias de Justiça	
Acompanhamento das sessões do Conselho Superior e do Órgão Especial do Colégio de Procuradores (pautas, atas, habilitados, resultados, etc.)	
Controle do recebimento e expedição de correspondências atinentes ao setor	
Confecção/Atualização de listagem dos Promotores Eleitorais	
Elaboração do comando de pagamentos dos Promotores Eleitorais	
Elaboração das indicações dos Promotores Eleitorais ao Promotor da República.	
Confecção de escala de Promotores Plantonistas do Foro Central	
Controle de designações para o Controle Externo da Atividade Policial	
Controle de designações de solicitação de auxílio e júris, etc.	

Atividades da Corregedora-Geral do Ministério Público	
Presenças em Sessões do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público	36
Atuações como Conselheira-Relatora em Inquéritos Cíveis Públicos (Conselho Superior do Ministério Público)	408
Presenças em Sessões do Colendo Colégio de Procuradores	09
Presenças em reuniões do Conselho Deliberativo da Escola Superior	03
Ofícios-Circulares expedidos	21
Portarias expedidas	16
Presenças em Reuniões de Núcleo	16
Audiências realizadas por termo	02
Reuniões realizadas com os Promotores-Corregedores	11
Visitas de autoridades recebidas	10
Visitas a autoridades realizadas	08
Inspeções realizadas	02
Participações em inaugurações de sedes do Ministério Público	15
Participações em congressos	17
Assinaturas de convênios	02
Presenças em reuniões do Projeto Veraneio Cidadão	02
Recomendações expedidas a Procuradores/Promotores de Justiça	27
Atendimentos diversos realizados	28

Atividades do Subcorregedor-Geral do Ministério Público	
Pareceres relativos à abertura de edital para provimento de cargo	98
Pareceres relativos a atribuições de Promotoria de Justiça	04
Relatórios de designações excepcionais	17
Pareceres relativos ao controle externo da atividade policial	10
Pareceres relativos à criação de cargo	02
Pareceres relativos a designações diversas	16



Atividades do Subcorregedor-Geral do Ministério Público	
Minutas de Provimentos	03
Audiências e atendimentos a Promotores e Procuradores de Justiça	*
Órgão Especial do Colégio de Procuradores (sessões)	03
Conselho Superior do Ministério Público (sessões)	11
Participação em cursos, seminários e eventos	*
Pareceres relativos à matéria funcional	06
Pareceres diversos	46
Visitas às Promotorias de Justiça	17
Pareceres relativos a afastamentos	45
Pareceres relativos ao Controle Externo da Atividade Policial	10
Ofícios	446
Memorandos	36
Ementas	376
Informações	97
Sessões junto ao Tribunal de Contas	04
Despachos	*
Outros	30

* Dado não-quantificável.

Atividades dos Promotores-Corregedores

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Relatórios de atividades das Promotorias de Justiça examinados (trimestrais, parciais e de substituição)	3744
Relatórios trimestrais de inquéritos civis públicos examinados	1083
Relatórios do Tribunal do Júri examinados	1564
Pareceres quanto à criação ou instalação de Promotoria de Justiça	04
Pareceres quanto à desativação de Promotoria de Justiça	0
Pareceres quanto à reativação de Promotoria de Justiça	1
Pareceres quanto à integração de Promotorias de Justiça	0
Pareceres em pedidos de anotação em ficha funcional	88
Manifestações diversas em matéria administrativa	98

MATÉRIA INSTITUCIONAL

Pareceres quanto a questões jurídicas da atuação do Ministério Público	26
Manifestações em questões ou projetos institucionais	10
Encontros ou cursos realizados	08
Outras intervenções/manifestações	35

MATÉRIA DISCIPLINAR/CORRECIONAL

Inspeções realizadas	244
Expedientes Disciplinares ou Funcionais	
Instaurados de ofício	10
Instaurados por provocação de Procurador de Justiça	94
Instaurados por provocação de terceiro	90
Manifestações	150
Pareceres	99
Inquéritos Administrativos	
Manifestações	06



Relatórios finais / Pareceres conclusivos	13
Processos Administrativo-Disciplinares	
Manifestações	04
Relatórios conclusivos / Parecer	04

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Pareceres sobre relatórios	376
Visitas de orientação a Promotores de Justiça	78

DADOS GERAIS

Viagens realizadas	156
Plantões realizados	239

II

Órgãos de Execução



A - ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM SEGUNDO GRAU

Procuradorias de Justiça

Perante o Tribunal de Justiça do Estado e junto ao Tribunal Militar Estadual atuam os Procuradores de Justiça, classificados e substitutos, em duas Procuradorias de Justiça, uma cível e outra criminal, nos termos da Lei n.º 11.282/98.

Os Procuradores de Justiça atuam em todas as sessões do Tribunal de Justiça, exercendo suas funções perante Câmaras Cíveis ou Criminais, Grupos de Câmaras Cíveis e Criminais e, por vezes, perante o Pleno.

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, encarregada de coordenar o recebimento e a distribuição dos processos oriundos dos Tribunais aos Procuradores de Justiça com atuação perante os respectivos colegiados, conta com o apoio de dois Procuradores-Coordenadores (um cível e outro criminal) escolhidos pelos integrantes de cada Procuradoria para mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

Aos Coordenadores incumbe, além das atribuições comuns do cargo de Procurador de Justiça, a responsabilidade pelos serviços administrativos das respectivas Procuradorias.

Compete-lhes, segundo o art. 22 da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (consoante redação dada pela Lei n.º 11.282/98), o seguinte:

I - propor, ao Procurador-Geral de Justiça, a escala de férias de seus integrantes;

II - organizar o arquivo geral da Procuradoria de Justiça, recolhendo e classificando as cópias de todos os trabalhos forenses elaborados pelos seus integrantes, bem como o material legislativo, doutrinário e jurisprudencial;

III - remeter, até o final do mês de dezembro, ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e ao Corregedor-Geral do Ministério Público, o relatório anual das atividades da Procuradoria de Justiça;

IV - fiscalizar a distribuição eqüitativa dos autos ou outro expediente em que deva funcionar Procurador de Justiça;

V - propor, à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, a organização dos serviços auxiliares da Procuradoria de Justiça, distribuindo tarefas e fiscalizando trabalhos executados.

1 Quadro de Procuradores de Justiça

CARGO	PREVISTOS	PROVIDOS
PROCURADORES DE JUSTIÇA CRIMINAL	25	24



CARGO	PREVISTOS	PROVIDOS
PROCURADORES DE JUSTIÇA CÍVEL	51	46
PROCURADORES DE JUSTIÇA COM ATUAÇÃO ESPECIALIZADA	02	02
PROCURADORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS	47	42
PROCURADORES DE JUSTIÇA AFASTADOS	-	01 (CARGO ELETIVO)
TOTAL	125	114

2 Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Cível

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos Com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
1994	533	9564	9425	139	358
1995	139	11386	11048	477	369
1996	47	14484	14031	532	355
1997	499	12947	12629	426	358
1998	625	20539	19334	1656	781
1999	1675	29104	29451	1444	913
2000	1444	37191	37009	1623	939
2001	1585	35987	34483	2256	1000
2002	2249	39736	38886	2288	921
2003	2640	49187	49003	1062	961
2004	953	47924	44189	2159	1029

2.1 Comparativo do Volume de Processos Recebidos pela Procuradoria de Justiça Cível

Câmara/Grupo	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	% (2003/2004)
1ª Câmara Cível	3061	3241	4005	3290	3836	3669	4813	31,18
2ª Câmara Cível	2250	2589	3748	3103	2974	3594	6498	80,80
3ª Câmara Cível	1750	2305	3991	4398	4428	4723	5310	12,43
4ª Câmara Cível	1932	2179	3491	3206	3563	4527	6114	35,06
5ª Câmara Cível	530	646	937	872	1180	1236	1064	-13,91
6ª Câmara Cível	605	599	966	1100	846	778	1192	53,21
7ª Câmara Cível	2029	1968	2435	2628	2848	3334	3955	18,63
8ª Câmara Cível	1725	1583	2241	2752	3170	3719	3864	3,90
9ª Câmara Cível	501	477	637	751	693	625	705	12,80



Câmara/Grupo	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	% (2003/2004)
10ª Câmara Cível	415	559	599	560	611	822	859	4,50
11ª Câmara Cível	567	466	622	605	747	575	493	-14,26
12ª Câmara Cível	541	292	351	476	520	539	514	-4,64
13ª Câmara Cível	234	169	189	339	288	312	254	-18,59
14ª Câmara Cível	240	89	70	128	189	151	85	-43,71
15ª Câmara Cível	227	206	314	244	222	251	232	-7,57
16ª Câmara Cível	110	226	260	283	304	263	234	-11,03
17ª Câmara Cível	295	481	485	433	366	386	360	-6,73
18ª Câmara Cível	220	272	417	345	424	321	364	13,39
19ª Câmara Cível	177	338	378	369	486	358	515	43,85
20ª Câmara Cível	142	203	266	229	268	346	400	15,61
21ª Câmara Cível	1.934	4395	4921	4020	4042	4489	5892	31,25
22ª Câmara Cível	-	-	-	-	-	1569	2795	78,14
Grupos Cíveis – 1º ao 4º	937	707	889	1353	1494	2111	1054	-50,07
Grupos Cíveis – 5º ao 8º	-	69	96	93	93	93	94	-
Grupos Cíveis – 9º ao 11º	-	39	31	30	27	290	231	-20,34
1ª Câmara Especial Cível	117	3571	3300	2637	4199	1960	22	-98,88
2ª Câmara Especial Cível	-	1396	1552	1743	1918	862	11	-98,72
TOTAL	20539	29065	37191	35987	39736	49187	47924	-2,57

3 Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Criminal

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos Com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
1994	97	4629	4636	0	166
1995	0	4295	4241	70	177
1996	70	4649	4675	44	176
1997	141	5091	4919	105	194
1998	212	10064	9770	441	341
1999	441	11085	11170	333	341
2000	333	13245	13089	483	344
2001	519	15217	14786	515	378
2002	514	20411	19543	861	380
2003	939	23612	23580	464	387
2004	413	23234	22369	1000	389



3.1 Comparativo do Volume de Processos Recebidos pela Procuradoria de Justiça Criminal

Câmara/Grupo	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	% (2003/2004)
1ª Câmara Criminal	1437	1227	1504	1488	2555	2052	1964	-4,29
2ª Câmara Criminal	1506	1171	1591	1797	2347	1931	2248	16,42
3ª Câmara Criminal	1422	1182	799	781	1437	1401	1979	41,26
4ª Câmara Criminal	0	0	188	565	938	754	729	-3,31
5ª Câmara Criminal	1332	1487	1811	1996	2486	2831	4039	42,67
6ª Câmara Criminal	1123	1134	1619	1938	2757	2752	3672	33,43
7ª Câmara Criminal	1230	1030	1271	1471	2155	2042	2930	43,49
8ª Câmara Criminal	1222	1148	1071	1724	2575	2878	3875	34,64
Grupos Criminais 1º ao 4º	419	425	606	730	663	600	831	38,50
Câmara Especial Criminal	373	2276	2785	2727	2497	2389	967	59,52
TOTAL	10064	11080	13245	15217	20410	19630	23234	18,36

4 Procuradoria de Justiça perante o Tribunal Militar

Perante o Tribunal Militar atua um Procurador de Justiça Criminal, nos termos da Lei n.º 11.282/98, que exerce as atribuições do Ministério Público perante aquela Corte.

ANO	Recebidos no Ano	Pareceres Emitidos	Sessões de Julgamento
1994	193	193	39
1995	178	178	42
1996	435	435	39
1997	177	177	39
1998	351	351	43
1999	136	136	36
2000	170	170	37
2001	170	170	39
2002	176	176	39
2003	206	206	40
2004	248	248	43

5 Procuradoria de Justiça Especializada (Atuação perante o Tribunal de Contas)

Atuam perante o Tribunal de Contas do Estado dois Procuradores de Justiça classificados nas Procuradorias de Justiça instaladas junto àquela Corte, cujos cargos serão transformados em cargos de Procurador de Justiça Substituto na medida em que vagarem, conforme dispõe a Lei n.º 11.313, de 20 de janeiro de 1999.



ANO	Recebidos no Ano	Pareceres Emitidos	Sessões de Julgamento
1994	4582	4572	77
1995	5635	5631	79
1996	7667	7667	160
1997	8721	8721	79
1998	11886	11886	86
1999	17538	17538	97
2000	10926	10926	76
2001	8572	8572	94
2002	9652	9648	94
2003	11770	11748	91
2004	11962	10724	106

6 Procuradoria de Justiça perante a Junta Comercial

Na Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei n.º 7.669/82, conforme alteração efetuada pela Lei n.º 11.282/98) existia o cargo de 46º Procurador de Justiça Cível, com atuação perante a Junta Comercial.

Em 2001, formou-se expediente administrativo a fim de se verificar a legalidade, o interesse e a necessidade da atuação de membro do Ministério Público perante a Junta Comercial.

No decorrer de 2002, a Administração do Ministério Público optou pela designação de um Procurador de Justiça Substituto para atuar perante a Junta Comercial.

Em 2003, a Lei n.º 11.978, de 07 de outubro de 2003, transformou aquele cargo em cargo de Procurador de Justiça Substituto, bem como passou a estabelecer que a atuação e as atribuições do Ministério Público perante a Junta Comercial serão definidas através de ato administrativo do Procurador-Geral de Justiça.

Permaneceu, então, atuando perante a Junta Comercial o Procurador de Justiça Luiz Inácio Vigil Neto.

Segue abaixo, resumo das atividades desenvolvidas pelo Ministério Público perante a Junta Comercial:

ATIVIDADE	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	T
Sessões	5	6	6	9	8	8	9	9	9	4	7	8	88
Termos de Declarações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedido Providências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Manifestação Procedimento Administrativo	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	0
Respostas a Consultas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



ATIVIDADE	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	T
Pareceres em Plenário	9	5	12	7	12	14	8	15	12	6	7	11	118
Pareceres	0	0	2	1	0	0	1	4	5	2	1	2	18
Reuniões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Procedimento Investigatório	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resoluções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Interposição de Recurso	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	1	0	4
Consultas	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Promoções	0	1	0	3	4	2	3	0	0	0	0	0	13
Recursos ao Ministro da Indústria e Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portarias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palestras	0	0	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	4
Anotações em ordens judiciais	0	0	0	0	0	0	0	68	73	80	53	75	349
Pesquisas de Atos Constitutivos	385	369	291	293	340	374	309	342	461	473	369	377	4383
Ofícios Expedidos	179	332	220	268	259	242	270	333	387	384	272	290	3436



B - ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PRIMEIRO GRAU

1 Atuação na Área de Defesa Comunitária

DEFESA COMUNITÁRIA

01) ações civis públicas propostas pela Promotoria no período	685
02) encerradas no período com sentença de procedência	125
03) julgadas improcedentes	25
04) recursos interpostos pela Promotoria no período.....	121
05) contra-razões de recurso	215
06) ações civis públicas ajuizadas pela Promotoria e que estão em andamento	1523
07) pareceres emitidos/requerimentos deduzidos no período.....	5114
08) debate oral /memoriais	124
09) procedimentos cautelares ajuizados no período	125
10) ações civis públicas pendentes de manifestação no prazo.....	69
11) ações civis públicas pendentes de manifestação fora do prazo	29
12) ações civis públicas devolvidas sem exame	17
13) inquéritos civis/peças de informação em andamento na Promotoria.....	10273
14) inquéritos civis/peças de informação instaurados no período.....	9336
15) manifestações de impulso em inquéritos civis ou peças de informação no período.....	52803
16) inquéritos civis ou peças de informação pendentes de impulso no período.....	1903
17) pedidos de arquivamento submetidos ao CSMP.....	3253
18) vistorias realizadas.....	1380
19) audiências relativas a inquéritos civis públicos ou peças de informação realizadas na Promotoria.....	8277
20) audiências judiciais assistidas	1881
21) pessoas ouvidas na Promotoria (por termo).....	8822
22) expedientes investigatórios Criminais instaurados no período	829
23) denúncias oferecidas no período.....	653
24) arquivamentos propostos.....	1110
25) feitos encaminhados ao Juizado Especial Criminal	1027
26) outras hipóteses.....	3917

INQUÉRITOS CIVIS, TERMOS DE AJUSTAMENTO, AÇÕES CIVIS:

Instaurados, firmados, fiscalizados e ajuizados no período	Inquéritos civis	Termos de ajustamento	execução de termos de ajustamento	Ações Civis Públicas	Participação em Reuniões
27) publicidade abusiva /enganosa	50	16	04	06	15
28) mensalidades escolares	24	05	01	00	00
29) serviço público (transportes, telefonias, energia elétrica, água e esgoto)	253	41	11	53	92
30) descumprimento contratual	19	02	03	12	01
31) loteamentos irregulares ou clandestinos	246	116	18	32	116



Instaurados, firmados, fiscalizados eajuizados no período	Inquéritos civis	Termos de ajustamento	execução de termos de ajustamento	Ações Cíveis Públicas	Participação em Reuniões
32) produtos irregulares (irregularidades no rótulo, adulterados, nocivos à saúde)	116	77	18	13	19
33) abusividade em cláusulas contratuais (taxas de juros)	21	12	00	04	01
34) planos de saúde	35	09	00	20	13
35) outras questões de consumo (venda casada, consórcios)	210	45	08	14	17
36) poluição atmosférica	325	126	20	05	24
37) flora	1700	1082	165	52	100
38) resíduos sólidos (urbanos, industriais, hospitalares)	313	108	31	22	58
39) fauna	331	167	19	03	23
40) poluição hídrica (efluentes domésticos)	296	85	35	06	55
41) outras hipóteses ambientais	1550	711	144	129	217
42) patrimônio histórico, turístico, paisagístico e cultural	82	14	03	07	45
43) improbidade administrativa	1118	10	07	203	25

DEFESA DA CIDADANIA

44) Ações propostas:	
44.1 relativas ao SUS	120
44.2 relativas a pessoas portadoras de necessidades especiais	28
44.3 relativas a idosos	161
44.4 relativas a pessoas portadoras de sofrimento psíquico	122
44.5 relativas à saúde pública	76
45) inquéritos civis/peças de informação:	
45.1 relativas ao SUS	146
45.2 relativas a pessoas portadoras de necessidades especiais	164
45.3 relativas a idosos	404
45.4 relativas a pessoas portadoras de sofrimento psíquico	22
45.5 relativas à saúde pública	587
46) outras hipóteses	1379

2 Atuação na Área de Infância e Juventude

A - Matéria Cível

Inquéritos, Peças de Informação, Procedimentos Administrativos e Sindicâncias

47) inquéritos civis instaurados no período	347
48) peças de informação instauradas no período	858



49) sindicâncias instauradas no período	43
50) expedientes administrativos instaurados	2161
51) promoções de arquivamento submetidas ao CSMP	242
52) termos de ajustamento celebrados no período	90
53) inquéritos civis em andamento na Promotoria.....	552
54) expedientes, Pls e Sindicâncias em andamento na Promotoria	1767
55) manifestações de impulso em ICs, Pls, Expedientes e Sindicâncias	18987
56) pendentes de impulso	210
57) recomendações efetuadas.....	187

Ações Cíveis intentadas pelo Ministério Público

58) ações civis públicas ajuizadas no período.....	516
59) representações por irregularidades em entidade ajuizadas no período	18
60) representações por infração administrativa ajuizadas no período	239
61) execuções de termos de ajustamento ajuizadas no período	21
62) medidas cautelares promovidas no período.....	143
63) medidas de proteção propostas no período	2913
64) colocação em família substituta propostas no período	144
65) remoção de tutor propostas no período.....	15
66) suspensão ou destituição de pátrio poder propostas no período:	
66.1) por abandono	209
66.2) por abuso sexual	48
66.3) por maus tratos	131
66.4) por negligência	183
67) outras ações propostas no período	320
68) recursos interpostos:.....	126
69) contra-razões de recursos	341
70) ações propostas pelo MP julgadas procedentes	195
71) ações propostas pelo MP julgadas improcedentes	27
72) ações pendentes de manifestação, no prazo	12
73) ações pendentes de manifestação, fora do prazo.....	00

Atuação como “Custos Legis”

74) Pareceres:	
74.1) adoções	3110
74.2) tutela.....	395
74.3) guarda	3644
74.4) habilitação para adoção	1778
74.5) outros.....	4949
75) promoções diversas.....	19946
76) processos com vista, no prazo	216
77) processos com vista, fora do prazo	05

B - Crimes Previstos no ECA

78) denúncias oferecidas:	
78.1) por venda ou fornecimento de produtos que causam dependência física ou psíquica	73
78.2) outros tipos	81

C - Ato Infracional

Adolescente representado por:

79) homicídio, consumado ou tentado, simples ou qualificado	324
80) <i>idem</i> , cometido em bando ou gangue.....	05
81) <i>idem</i> , no ambiente doméstico	05



82) <i>idem</i> , contra criança ou adolescente	15
83) <i>idem</i> , culposo no trânsito	13
84) lesões corporais no trânsito	20
85) latrocínio, consumado ou tentado	99
86) roubo, consumado ou tentado	1140
87) furto, consumado ou tentado	2962
88) infração à liberdade sexual	246
89) tráfico de drogas	109
90) porte de drogas	342
91) porte de arma	257
92) lesão corporal	792
93) outros atos infracionais	2239

Expedientes policiais para apuração de ato infracional

94) recebidos do trimestre anterior	1447
95) recebidos no trimestre	4281
96) audiências de apresentação presididas	15953
97) representações oferecidas	7327
98) remissões concedidas	9231
99) pedidos de diligências	4389
100) pedidos de arquivamento	8015
101) internações provisórias requeridas	815
102) pendentes de manifestações, no prazo	574
103) pendentes de manifestações, fora do prazo	102
104) medidas socioeducativas ajustadas pela PM	5642

Procedimentos para Apuração de Ato Infracional

105) debates orais	399
106) memoriais	2024
107) recursos interpostos pelo MP	288
108) contra-razões recursais	738
109) outros recursos interpostos	99
110) manifestações diversas	14915

Medidas Socioeducativas aplicadas no período

111) advertências	4713
112) reparação de dano	183
113) prestação de serviço à comunidade	3835
114) liberdade assistida	609
115) semiliberdade	21
116) internação sem atividades externas	314
117) internação com atividades externas	51
118) regressões de medidas aplicadas	195
119) promoções diversas	11138

D - Dados Gerais

120) audiências extrajudiciais de procedimentos na Promotoria	10168
121) audiências judiciais assistidas	19399
122) audiências judiciais não assistidas	1251
123) pessoas atendidas na Promotoria	34248
124) pessoas ouvidas por termo na Promotoria	11434
125) visitas ou inspeções realizadas no período	560
126) participação em reuniões/solenidades	1921
127) palestras realizadas	413
128) FICAls recebidas	2553



129) comunicação de internação compulsória 2360

E - Informação do Cartório Judicial

130) processos cíveis em andamento	117045
131) processos de apuração de ato infracional em andamento.....	12435
132) processos de execução de medida socioeducativa em andamento:	
132.1 reparação de dano.....	134
132.2 prestação de serviço à comunidade.....	3399
132.3 liberdade assistida.....	724
132.4 semiliberdade	147
132.5 internação	356

3 Atuação na Área Cível

Família e Sucessões

133) intervenções habilitação de casamento.....	30279
134) pareceres ou promoções:	
134.1) suprimento de consentimento ou de idade	325
134.2) separação judicial	15721
134.3) divórcio	14650
134.4) investigação de paternidade	15084
134.5) tutela.....	1794
134.6) guarda	11985
134.7) alimentos	26008
134.8) execução de alimentos.....	38054
134.9) venda de bem/incapaz	429
134.10) interdições	13971
134.11) inventários e arrolamentos.....	16553
134.12) prestação de contas em inventário e arrolamento.....	782
134.13) nulidade de partilha e testamento	270
134.14) declaração de ausência	110
134.15) arrecadação de bens de ausente e herança jacente.....	34
134.16) petição de herança.....	39
134.17) ação de reconhecimento/dissolução de união estável	8574
134.18) partilha de bens.....	1096
134.19) alvarás.....	24605
134.20) medidas cautelares	5321
134.21) outras hipóteses	19315
135) investigatória de paternidade ajuizada pelo MP	315
136) alimentos e execuções de alimentos propostas pelo MP.....	860
137) interdição ajuizada pelo Ministério Público.....	241
138) acordos firmados na Promotoria.....	940
139) inspeções do Ministério Público (tutelas e interdições).....	80
140) recursos interpostos pelo Ministério Público	130

Curadoria - Varas Cíveis:

141) internações compulsórias ajuizadas pelo Ministério Público	396
142) pareceres em ação:	
142.1) com interesses de incapazes	3038
142.2) de usucapião.....	11468
142.3) acidentárias.....	2165
142.4) previdenciárias.....	9526
142.5) medidas cautelares.....	1140



142.6) ações ordinárias.....	11940
143) outras hipóteses de intervenção	14834
144) recursos interpostos pelo Ministério Público	110

Curadoria das Fundações

145) fundações em funcionamento.....	429
146) visitas de inspeção realizadas	25
147) pareceres prévios em aprovação/alteração de estatuto.....	00
148) pareceres prévios em aprovação de contas de fundações	05
149) outras formas de atuação	99

Fazenda Pública

150) pareceres em:	
150.1) mandado de segurança	5171
150.2) ação popular.....	245
150.3) execução fiscal/embargos.....	16389
150.4) ação ordinária.....	33126
150.5) cautelares	711
150.6) pareceres diversos.....	23920
151) recursos interpostos pelo Ministério Público	219
152) ações ajuizadas pelo Ministério Público	180

Registros Públicos

153) pareceres em:	
153.1) retificações, averbações e dúvidas do Registro de Imóveis.....	4320
153.2) retificações, averbações e dúvidas no Registro Civil	8861
153.3) ações anulatórias/nulidade de registro	207
153.4) outras hipóteses de intervenção	2798
154) ações ajuizadas pelo Ministério Público	142
155) recursos interpostos pelo Ministério Público	37

Atuação como Promotor Eleitoral

156) inquéritos policiais recebidos	509
157) promoções de arquivamento de inquéritos policiais.....	270
158) promoções diversas em inquéritos policiais (diligências, etc.)	515
159) denúncias oferecidas	168
160) expedientes investigatórios instaurados no período	634
161) promoções diversas em feitos criminais.....	1176
162) alegações finais	181
163) ações/medidas ajuizadas pelo Promotor de Justiça	245
164) ação de impugnação de registro de candidatura	1084
165) ação de impugnação de mandato eletivo.....	68
166) investigações judiciais eleitorais propostas.....	215
167) representações por propaganda irregular propostas	429
168) audiências assistidas	1031
169) audiências não assistidas	89
170) pareceres/intervenções diversas	41938
171) razões em recursos interpostos pelo Ministério Público	221
172) contra-razões em recursos	193
173) pareceres em recurso	349

Curadoria das Massas Falidas:

174) inquéritos judiciais requeridos.....	69
175) promoções de arquivamento de inquéritos judiciais.....	120
176) promoções diversas em inquéritos (diligências, etc).....	823
177) denúncias por crimes falimentares	133
178) alegações escritas em feitos criminais	24



179) promoções diversas em feitos criminais.....	569
180) intervenções em falências	9562
181) intervenções em concordatas	511
182) pareceres em habilitações de crédito	7460
183) intervenções em processos correlatos	2501
184) intervenções em pedido de restituição	496
185) recursos interpostos pelo Ministério Público	35
186) pareceres em recursos	113
187) leilões assistidos	164
188) vistorias e inspeções.....	05
189) ações ordinárias propostas (art. 46, § único, Lei n.º 6.024/74)	01

Dados Gerais

190) assistência a rescisões de contrato de trabalho.....	10696
191) audiências assistidas	67099
192) audiências não assistidas	7737
193) pessoas atendidas na Promotoria	44672
194) nº de processos em carga ao final do período, no prazo	407
195) nº de processos em carga ao final do período, fora do prazo.....	399
196) nº de processos devolvidos ao Cartório, sem exame.....	2907
197) Palestras/encontros/entrevistas promovidos ou de que participou	1279

Informações do Cartório Judicial

198) processos cíveis em andamento	726546
------------------------------------------	--------

4 Atuação na Área Criminal

Inquéritos Policiais E Outros Expedientes Investigatórios

199) Inquéritos policiais recebidos do período anterior	7476
200) Inquéritos policiais recebidos no período	199433
201) Outros expedientes investigatórios recebidos/sindicâncias recebidas	7806
202) pedidos de diligência	34047
203) devolvidos com denúncia.....	33840
204) idem, com pedido de arquivamento.....	105151
205) devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	4607
206) idem, com outra manifestação.....	31536
207) devolvidos sem exame	12624
208) pendentes de manifestação no prazo.....	1396
209) pendentes de manifestação com prazo excedente	1298

Juizado Comum

210) pareceres e promoções diversos em processos criminais.....	104861
211) alegações finais escritas.....	19573
212) audiências judiciais assistidas	67619
213) audiências judiciais não assistidas	6089
214) manifestações no prazo do artigo 499 do CPP	13666
215) processos pendentes de manifestação na Promotoria	201
216) processos pendentes de manifestação no prazo	158
217) processos pendentes de manifestação fora do prazo.....	67
218) processos devolvidos sem exame.....	897
219) recursos c/decisão singular por questão de mérito	2228
220) idem, por inconf. c/a pena ou regime fixado na sentença	1208
221) idem, c/rejeição ou não recebimento de denúncia	269



222) outros recursos	3608
223) contra-razões recursais	8879
224) visitas ou inspeções realizadas em Delegacia	1121
225) pessoas atendidas na Promotoria de Justiça	16443
226) debates orais.....	1038
227) Correições parciais propostas	1006
228) Mandados de segurança propostos	74
229) Habeas corpus propostos.....	13

Juizado Especial Criminal

230) termos circunstanciados do período anterior	5820
231) termos circunstanciados recebidos no período	205558
232) denúncias oferecidas:	
232.1) orais.....	653
232.2) escritas	10320
233) pedidos de diligência	31894
234) promoções de arquivamento por renúncia	25928
235) outras promoções de arquivamento	40256
236) pedidos de extinção da punibilidade.....	31744
237) termos devolvidos sem exame	10379
238) termos dependentes de manifestação.....	13203
239) transações propostas.....	22498
240) transações propostas com medida amparada nos objetivos do Projeto “Justiça Terapêutica”.....	532
241) propostas de suspensão condicional do processo.....	4760
242) propostas de suspensão condicional do processo, com medida amparada nos objetivos do Projeto “Justiça Terapêutica”	162
243) audiências assistidas	92513
244) audiências não assistidas	10514
245) recursos da Promotoria.....	2189
246) contra-razões do MP	574
247) processos pendentes de manifestação no prazo	228
248) processos pendentes de manifestação fora do prazo.....	101
249) processos devolvidos sem exame	521
250) Pareceres emitidos (Turma Recursal)	12
251) Atuações em sessões realizadas (Turma Recursal)	50
252) Manifestações diversas em processos.....	12503
253) Manifestações diversas em termos circunstanciados	76215
254) Alegações escritas em substituição aos debates.....	1454
255) Correições parciais propostas	345
256) Mandados de segurança propostos	70
257) Habeas corpus propostos.....	00

Pessoas denunciadas, condenadas, absolvidas ou com processo suspenso pelos seguintes crimes				
	Denunciadas	Condenadas	Absolvidas	Processos Susp.
258) homicídio dolo eventual trânsito	32	00	00	00
259) homicídio c/ criança/adolescente	28	01	00	01
260) homicídio no ambiente doméstico	61	06	05	01
261) homicídio culposo no trânsito	542	79	80	07
262) homicídio culposo p/médico	06	01	04	00



Pessoas denunciadas, condenadas, absolvidas ou com processo suspenso pelos seguintes crimes				
	Denunciadas	Condenadas	Absolvidas	Processos Susp.
263) homicídio culposo (outras hipóteses)	147	05	15	05
264) homicídio doloso	1895	220	90	06
265) aborto	29	01	00	01
266) lesões graves c/ criança/adolescente	36	01	00	01
267) omissão de socorro p/médico	05	00	00	00
268) maus-tratos c/ criança/adolescente	125	19	06	04
269) furto de veículos	1084	268	90	23
270) furto residência ou comércio	7654	1908	921	177
271) roubo contra pedestre	2005	772	256	02
272) roubo em residência/ estab. comercial	1874	761	238	01
273) roubo banco-transp. Valores	77	25	17	01
274) roubo em transporte coletivo	196	83	15	00
275) roubo c/ criança/adolescente	17	04	02	00
276) roubo de veículo	642	213	53	01
277) latrocínio em resid. ou estab. comercial	171	42	08	01
278) latrocínio em transporte coletivo	06	05	01	00
279) latrocínio c/ criança/adolescente	06	00	00	00
280) extorsão mediante seqüestro	32	14	02	00
281) receptação de veículos ou peças	1338	247	113	41
282) estelionato	2513	395	340	119
283) estupro/atentado violento ao pudor	826	211	113	04
284) idem, no ambiente doméstico	92	28	14	00
285) idem, c/criança ou adolescente	398	80	63	02
286) abandono material/intelectual	297	18	38	18
287) contra a administração pública	948	205	132	41
288) contra a administração da justiça	452	68	52	10
289) porte de arma	4850	634	219	94
290) tortura	23	10	01	00
291) tortura c/ criança/adolescente	12	01	01	00
292) embriaguez ao volante	471	38	16	32
293) racismo	08	03	01	00
294) meio ambiente	377	18	11	47
295) tráfico de drogas	1788	638	248	07
296) porte de tóxicos para uso próprio	1702	284	111	69
297) ordem tributária	30	07	04	03
298) falimentares	09	00	00	00
299) abuso de autoridade civis	22	08	01	05
300) abuso de autoridade militares	251	68	118	01
301) falsificação de medicamentos	05	00	00	00
302) relações de consumo	159	10	19	00
303) outras infrações penais	14677	1875	1646	727



Da Prisão e Liberdade

304) pareceres do MP em pedidos de prisão provisória	6376
305) pessoas provisoriamente presas no período.....	553
306) prisões provisórias requeridas pela Promotoria	1676
307) recursos do MP	256

Tribunal do Júri

308) sessões realizadas no período	1395
308.1) réus absolvidos com pedido do MP	274
308.2) réus absolvidos sem pedido do MP	269
308.3) réus condenados.....	899
309) alegações do artigo 406 do CPP	1844
310) libelos	1923
311) outros pareceres e promoções	4929
312) recursos na fase da pronúncia	153
313) apelação contra mérito do veredicto do Tribunal do Júri.....	125
314) apelação contra vício no questionário ou outras nulidades.....	40
315) apelação contra a pena ou o regime fixado.....	174
316) contra-razões recursais	771
317) processos pendentes de manifestação no prazo	08
318) processos pendentes de manifestação fora do prazo.....	02

Execução Penal

319) guias de execução fiscalizadas	10298
320) pareceres em pedido de serviço externo.....	4762
321) idem, soma ou unificação de penas	727
322) idem, livramento condicional.....	7817
322.1) parecer em livramento condicional com proposta de medida amparada nos objetivos do Projeto “Justiça Terapêutica”	53
323) idem, indulto	4894
324) idem, progressões e regressões de regime	12607
325) idem, questões relativas a sursis.....	883
326) idem, saídas temporárias.....	17524
327) idem, questões relativas a pena restritiva de direitos.....	5107
328) execução da pena de multa.....	1475
329) recursos da Promotoria contra progressão de regime	414
330) outros recursos do Ministério Público	2011
331) contra-razões de recurso	2452
332) outros pareceres ou promoções	81845
333) processos pendentes de manifestação no prazo	122
334) processos pendentes de manifestação fora do prazo.....	04

Auditoria Militar

335) audiências judiciais assistidas	1485
336) audiências judiciais não assistidas	1300
337) sessões de julgamento realizadas.....	564
337.1) réus absolvidos com pedido do MP	428
337.2) réus absolvidos sem pedido do MP	361
337.3) réus condenados.....	185
338) Alegações escritas.....	380
339) razões recursais.....	71
340) contra-razões recursais	124

Informações do Cartório Judicial

341) inquéritos policiais pendentes de vista ao MP	10768
342) processos criminais em andamento	121461
343) processos de execução criminal em andamento	42108



344) processos de Júri em andamento.....	12357
345) processos do Juizado Especial Criminal em andamento	82640
346) processos da Auditoria Militar em andamento	2283

5 Promotoria de Justiça de Plantão

INTERVENÇÕES

Matéria da Infância e Juventude

347) adolescentes infratores apresentados.....	521
348) representações contra adolescentes.....	283
349) pedido de internação de adolescente.....	256
350) pedido de outras medidas de proteção	80

Matéria Cível

351) pedido do Ministério Público de internação psiquiátrica.....	52
352) manifestação em ação com interesse de menor	62
353) outras manifestações.....	123

Matéria Criminal

354) manifestação em auto de prisão em flagrante.....	1656
355) pareceres em pedido de liberdade provisória	320
356) manifestação em representação de prisão preventiva.....	166
357) manifestação em representação de prisão temporária	124
358) manifestação em pedido de revogação de prisão temporária	72
359) manifestação em representação em pedido de busca e apreensão.....	769
360) manifestação em representação de interceptação telefônica	479
361) pedido de prisão preventiva.....	290
362) quebra de sigilo telefônico	120
363) outras manifestação.....	569

DESIGNAÇÕES

Juizado Comum

364) contra-razões recursais.	313
------------------------------------	-----

Inquéritos Policiais

365) devolvidos com denúncias.....	112
366) devolvidos com pedido de arquivamento	98
367) devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	35
368) devolvidos com pedido de diligências	219

6 Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor

369) Inquéritos Cíveis instaurados.....	463
-----------------------------------------	-----

7 Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude

370) Ações Cíveis Públicas ajuizadas no período.....	10
------------------------------------------------------	----



371) Ações de destituição/suspensão do Pátrio Poder propostas no período.....	142
372) Expedientes administrativos instaurados no período	2064
373) Sindicâncias instauradas no período.....	41
374) Inquéritos civis em andamento	27
375) Inquéritos civis arquivados e remetidos ao CSMP	13
376) Comunicação de Internação Compulsória (Lei 9716/92)	624
377) Audiências realizadas na CPIJ	1490
378) Visitas de Inspeção a Entidades de Atendimento	12
379) Total de expedientes arquivados	2460
380) Total de ofícios expedidos	9537

8 Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público

381) Peças de informação instauradas	311
382) Inquéritos civis instaurados.....	26
383) Expedientes arquivados.....	297
384) Expedientes em andamento	464
385) Certidões.....	598
386) Mandados requisitórios.....	13
387) Mandados de verificação.....	09
388) Ofícios expedidos.....	2318
389) Memorandos	81
390) Precatórias recebidas	21
391) Precatórias expedidas	10
392) Ações ajuizadas.....	31
393) Manifestações simples.....	457
394) Réplicas	22
395) Memoriais.....	02
396) Razões	06
397) Contra-razões	09
398) Portarias.....	32

9 Promotoria de Justiça Especializada Criminal

399) Notícias criminais recebidas	918
400) Correspondências recebidas	2391
401) Audiências realizadas	176
402) Expedientes em andamento	68
403) Expedientes em andamento no Setor de Controle de Inquéritos Policiais	680
404) Ofícios e notificações expedidos	3822
405) Promoções de arquivamento	24
406) Denúncias oferecidas	42
407) Expedientes enviados aos Juizados Especiais Criminais	125
408) Atendimentos realizados pela Promotoria.....	208
409) Expedientes analisados pelo Coordenador.....	918

10 Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente

410) Ações ajuizadas.....	06
411) Liminares concedidas	00



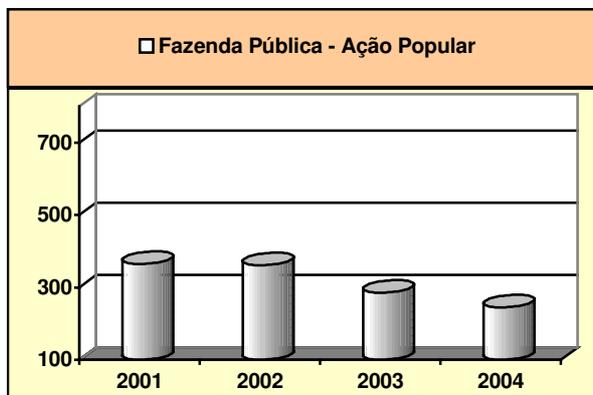
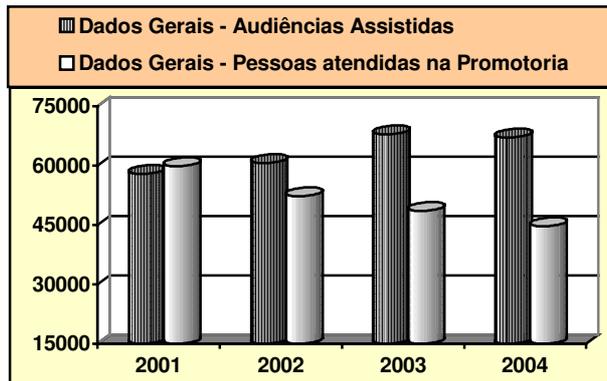
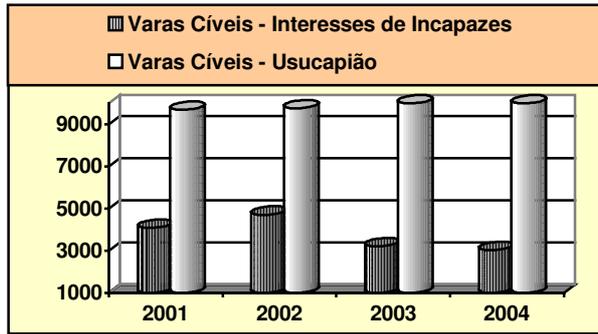
412) Liminares negadas.....	01
413) Petições diversas.....	170
414) Réplicas.....	04
415) Audiências.....	40
416) Memoriais.....	03
417) Execuções Compr. Ajustamento.....	00
418) Execuções de Sentença.....	01
419) Sentenças procedentes.....	02
420) Sentenças improcedentes.....	01
421) Sentenças Parcialmente Procedentes.....	03
422) Extinções de Processo sem Julgamento de Mérito.....	02
423) Acordos.....	04
424) Apelações interpostas.....	04
425) Contra-razões.....	05
426) Sessões nos Tribunais.....	15
427) Agravos de instrumento.....	00
428) Agravos Regimentais.....	00
429) Contra-minuta.....	02
430) Embargos Declaratórios.....	01
431) Denúncia – crime ambiental.....	14
432) Alegações finais.....	06
433) Ofícios.....	57

11 Setor de Atendimento e Protocolo Direção-Geral – Casa da Cidadania

434) Atendimento aos Cidadãos (Pessoal/Telefone).....	6289
435) Guia de encaminhamento (para outros órgãos).....	97
436) Contato telefônico (com outros órgãos).....	334
437) Termos de declarações.....	610
438) Termos de informações.....	618
439) Assuntos administrativos.....	108

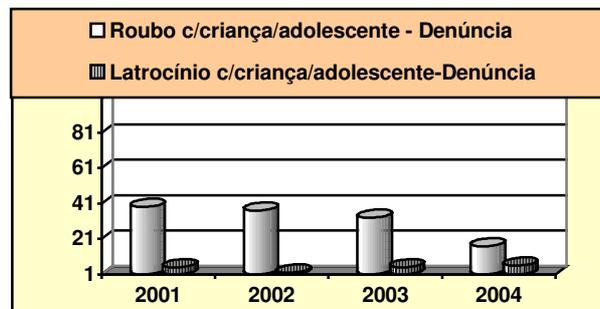
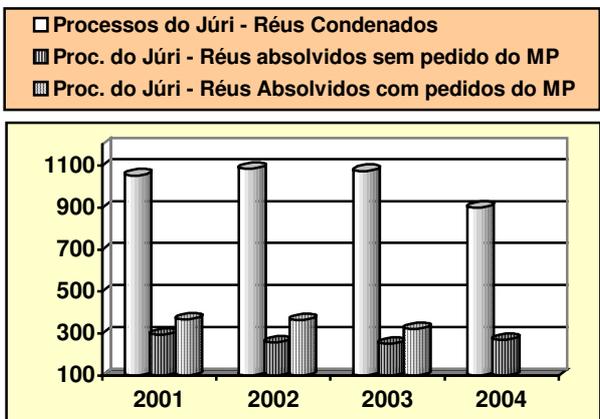
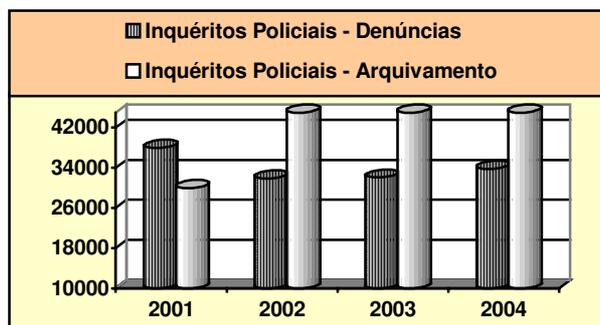
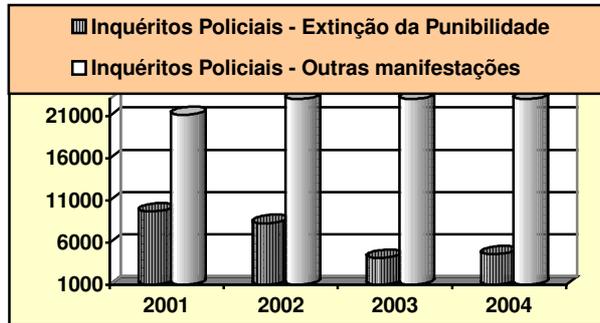
GRÁFICOS COMPARATIVOS – 2001 A 2004 – MATÉRIA CÍVEL

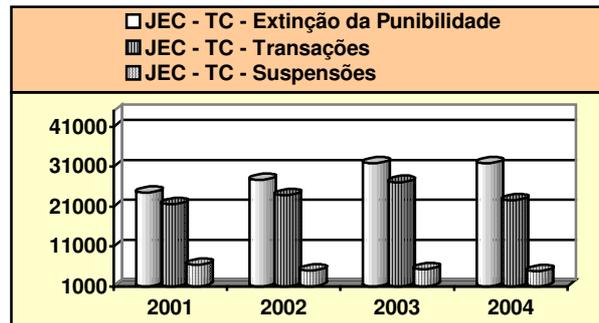
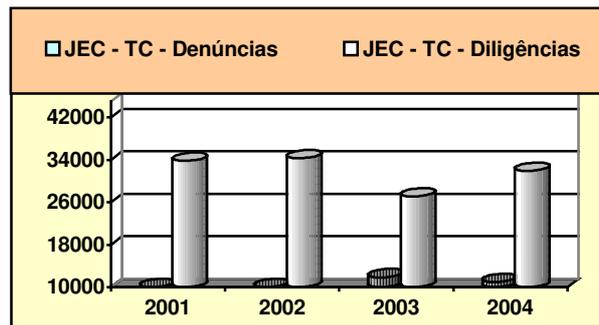
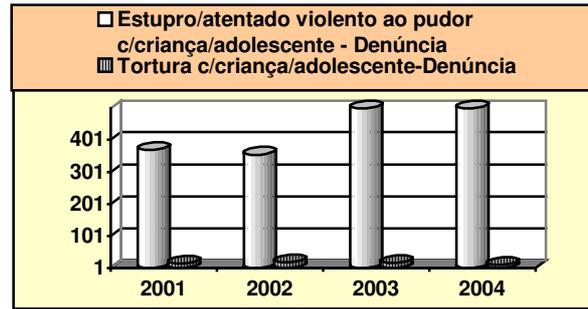






GRÁFICOS COMPARATIVOS – 2001 A 2004 – MATÉRIA CRIMINAL

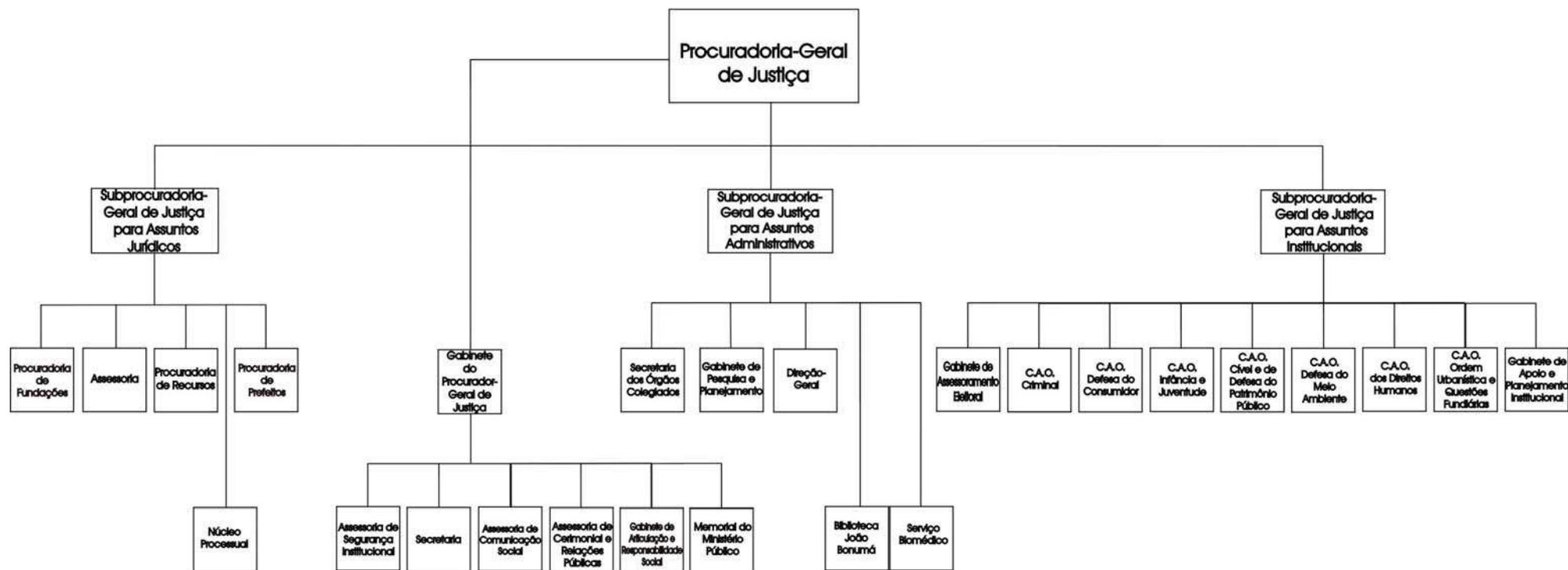




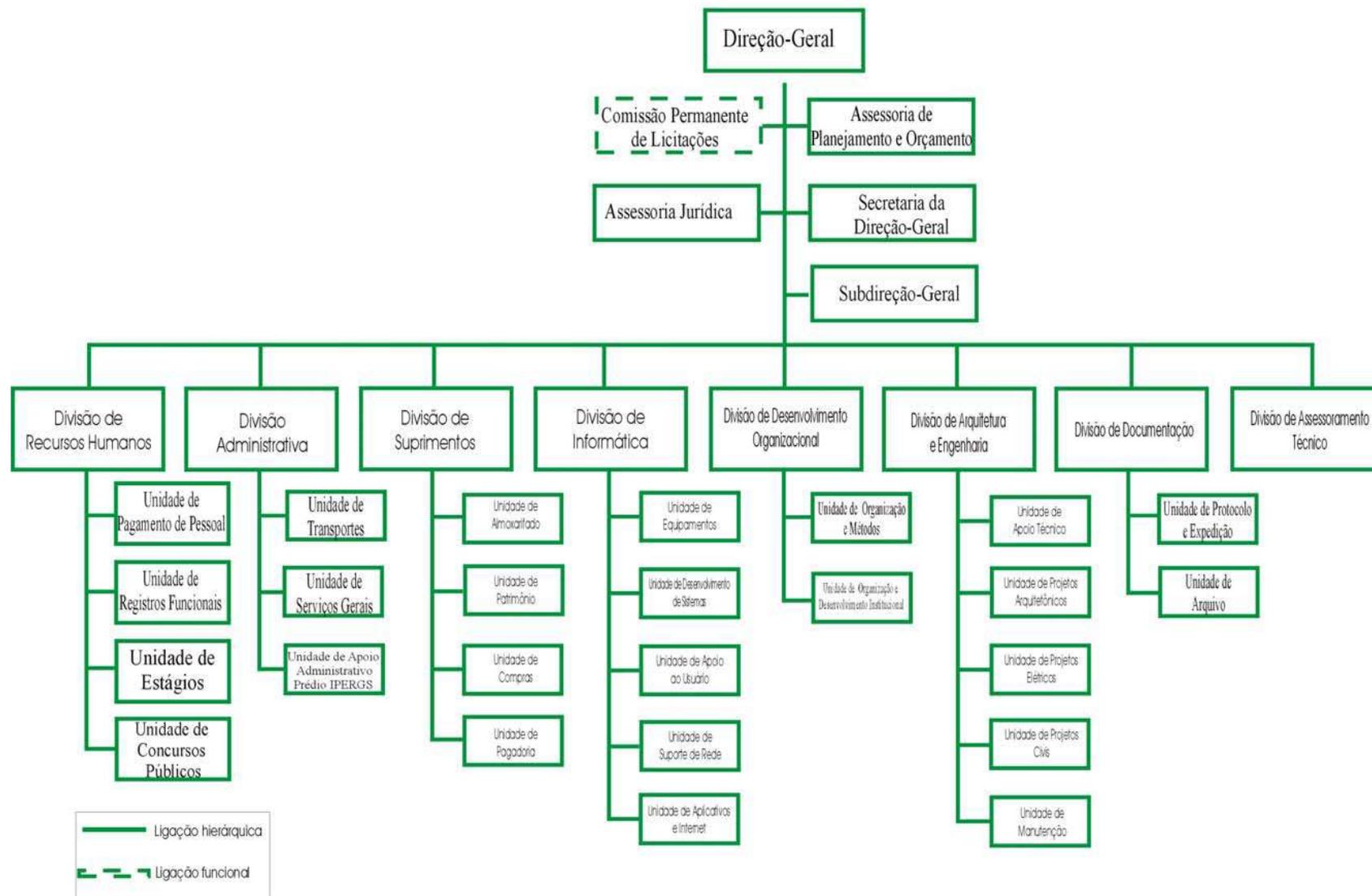
III

Organogramas

Organograma da Procuradoria-Geral de Justiça



Organograma da Direção-Geral



Organograma do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/93)

